

MÁRCIA DALLEDONE SIQUEIRA

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ

100 anos



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ

❧ *100 anos* ❧

REITOR

Zaki Akel Sobrinho

VICE-REITOR

Rogério Mulinari

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Roberto Rocha Krüger

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Elenice Mara Matos Novak

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Maria Amélia Sabbag Zainko

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sérgio Scheer

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Lucia R. Assumpção Montanhini

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Laryssa Martins Born

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Rita de Cássia Lopes

DIRETOR SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA,
DA TECNOLOGIA E DA CULTURA

Paulo Mello Garcias

DIRETOR DA EDITORA UFPR

Gilberto de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Carla Dore

Cleverson Ribas Carneiro

Cristina Gonçalves de Mendonça

Lauro Brito de Almeida

Maria Auxiliadora M. dos Santos

Mario Antonio Navarro da Silva

Nelson Luis da Costa Dias

Paulo de Oliveira Perna

Quintino Dalmolin

Sergio Luiz Meister Berleze

Sergio Said Staut Junior

MÁRCIA DALLEDONE SIQUEIRA

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ

100 anos

UFPR

© 2012 Márcia Dalledone Siqueira

TEXTO

Márcia Dalledone Siqueira

PESQUISA HISTÓRICA

Ângela Lúcia Ganz, Ana Maria Ganz

ICONOGRAFIA

Ulf Gregor Baranow

FOTOGRAFIA DIGITAL

Luciano Silva, Maxwell Schner e Grupo de Pesquisa Imago/UFPR

EQUIPE DE APOIO

*Adriane M. Côrtes, Leonardo von Tempski, Lia Ramalho,
Luciana I. Marino e Suzanne von Tempski*

Série Memória, n. 16

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Siqueira, Marcia Teresinha Andreatta Dalledone

Universidade Federal do Paraná : 100 anos / Márcia Dalledone Siqueira;
[pesquisa histórica Ângela Lúcia Ganz, Ana Maria Ganz; iconografia Ulf
Gregor Baranow; fotografia digital Luciano Silva, Maxwell Schner e Grupo
de Pesquisa Imago/UFPR; equipe de apoio Adriane M. Côrtes... et al.]. –
Curitiba : Ed. UFPR, 2012.

271p. : il. algumas color., retrs. – (Memória; n. 16)

ISBN 978-85-65888-1344

Inclui referências

1. Universidade Federal do Paraná – História. 2. Universidades e
faculdades – Paraná. I. Ganz, Ângela Lúcia. II. Ganz, Ana Maria. III.
Baranow, Ulf Gregor, 1938-. IV. Título. V. Série.

CDD 378.8162

Andrea Carolina Grohs CRB 9/1.384

Ref. 680

SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO *Kairós Edições*
COORDENAÇÃO *Antônia Schwinden* • PROJETO GRÁFICO E CAPA *Caroline Schroeder* •
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA *Ivonete Chula dos Santos*

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280 - Centro - Caixa Postal: 17.309

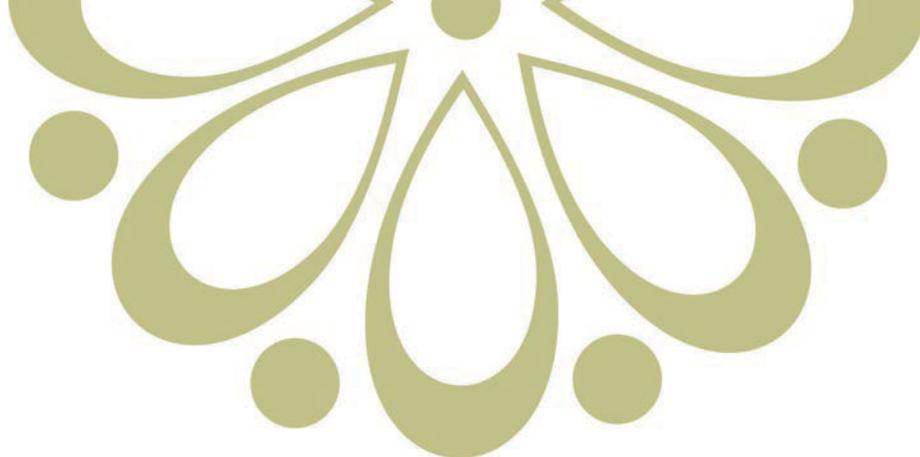
Tel.: (41) 3360-7489 - Fax: (41) 3360-7486

80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil

www.editora.ufpr.br

editora@ufpr.br

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 100 ANOS



A Universidade Federal do Paraná comemora seu 1º centenário em 19 de dezembro de 2012. Como parte fundamental desta celebração, fizemos coletivamente um amplo resgate da memória desta trajetória de 100 anos que transformou o Estado do Paraná.

Contar esta saga e rememorar os acontecimentos e inúmeros personagens que deram sua contribuição para que nos tornássemos uma das maiores e melhores universidades do nosso país, é tarefa desafiante, que esta obra procura cumprir.

Sempre é bom lembrar as nossas origens, marcadas pela ousadia e pelo idealismo pragmático dos grupos liderados por Vitor Ferreira do Amaral e Silva e por Nilo Cairo da Silva, que se uniram para conseguir a energia necessária para vencer as inúmeras barreiras que se colocavam em seu caminho, sendo o ceticismo e a desconfiança apenas alguns deles. Buscando o apoio do prefeito e do presidente do Estado à época e articulando com o governo federal, tanto com o Ministério da Educação quanto com o Congresso nacional, resistiram a todas as ameaças que foram enfrentadas com paixão e obstinação heroicos. Ao longo da história, em diversas ocasiões a fibra e o caráter dos nossos dirigentes foram testados e exigidos por inteiro. Enfrentando revoluções, guerras, golpes à democracia, épocas de grande limitação de recursos financeiros, somadas a constantes mudanças legislativas que afetaram nossa universidade e sua comunidade interna, avançamos sempre pela força e dedicação dos nossos reitores, vice-reitores, pró-reitores,

diretores de faculdades (mais tarde transformadas em setores) e de nossos órgãos suplementares, mas, sobretudo, pela elevada qualidade moral, acadêmica e cívica de todos os professores, técnico-administrativos e estudantes que passaram pela UFPR.

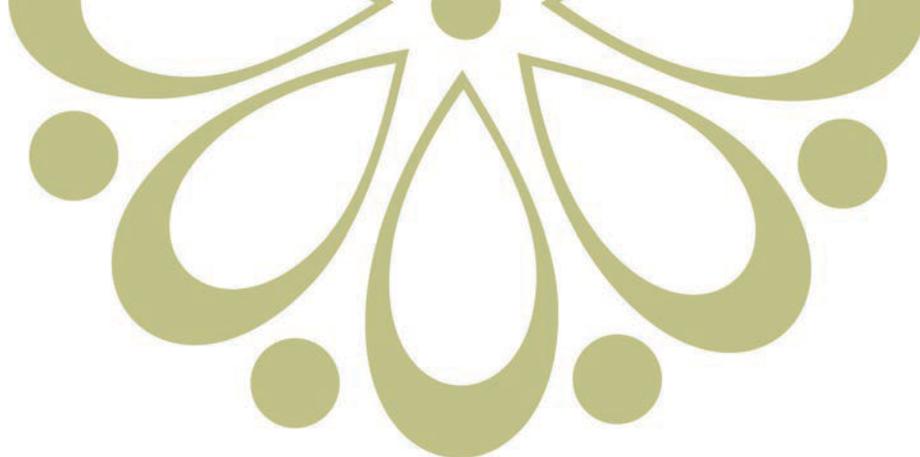
O somatório deste trabalho coletivo resultou em uma universidade que é orgulho do Paraná e comprometeu-se sempre com a missão de desenvolvê-lo social, cultural, científica e economicamente. Desde a sua fundação, ela estava destinada a formar uma geração de profissionais-cidadãos que desenvolveram nosso Estado, criando uma identidade para os paranaenses, superando as dores das perdas da Guerra do Contestado.

Sua fundação no mesmo 19 de dezembro, 59 anos depois da emancipação política do Paraná do Estado de São Paulo, marcaria a emancipação intelectual do Paraná, por sugestão do Governador Carlos Cavalcanti. Observando os detalhes do emblema da UFPR podemos compreender melhor a visão que orienta nossa caminhada centenária: um ramo de carvalho, representando o poder da vontade e outro de louro, representando o poder da inteligência. Algo também presente no lema da UFPR: Scientia et labor. Esta é a nossa identidade, nossa herança, nossa responsabilidade: continuarmos a construir uma universidade relevante, contemporânea, sintonizada com as demandas do povo do Paraná, articulando nossas potencialidades, materializadas nas pessoas que compõem a comunidade da UFPR, com os grandes desafios sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais do presente e do futuro.

Convido a todos para que possamos continuar honrando os ideais de nossos fundadores, escrevendo juntos as páginas maravilhosas do nosso 2º centenário.

Viva a UFPR! Viva o Paraná! Viva o Brasil!

Zaki Akel Sobrinho
Reitor
2008-2016



UMA UNIVERSIDADE COM 100 ANOS DE HISTÓRIA



A Universidade Federal do Paraná (UFPR) completa 100 anos de fundação em 2012. Aliaram-se na iniciativa ousada da criação da Universidade do Paraná as forças políticas, intelectuais e econômicas do Estado, liderados por Vitor Ferreira do Amaral e Silva e Nilo Cairo da Silva. A economia crescente da época demandava maior número de profissionais com competências e habilidades complexas, como engenheiros, advogados e profissionais da saúde, fomentando a criação de uma instituição para promover a reflexão, a intelectualidade e os talentos necessários para uma sociedade em desenvolvimento.

Dissolvida pela lei Maximiliano em 1918, mas sem nunca ter se desagregado de fato, restaurada em 1946 como Universidade do Paraná e federalizada em 1951, a UFPR alcançou os objetivos dos seus fundadores ao construir uma identidade educacional, cultural e cidadã para o Estado do Paraná. Hoje associa tradição, modernidade e inclusão social no seu cotidiano, elementos indispensáveis para a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão e fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e democrática.

A Universidade, originalmente planejada para 12 cursos em seu Estatuto, iniciou com 97 alunos e cinco cursos superiores: Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia, além de dois cursos técnicos, Obstetrícia e Comércio. No seu primeiro centenário oferece mais de 100 habilitações na graduação, 112 cursos de mestrado e doutorado e oportunidades de aprimoramento presencial e à distância a mais de 40 mil alunos. Desenvolve com a comunidade

inúmeros programas e projetos de extensão com foco nos direitos fundamentais da cidadania. É protagonista importante no cenário de ciência, tecnologia e inovação e a maior fonte de patentes do Paraná.

A expansão motivou a criação de múltiplos campi em Curitiba e outros no interior do Estado, em Pontal do Paraná, Matinhos e Palotina, além das fazendas experimentais Bandeirantes, Canguiri, Paranavaí, Rio Negro e São João do Triunfo. Disponibiliza atendimentos à saúde humana em Curitiba em dois hospitais universitários próprios e um em parceria com as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual. A saúde animal é cuidada em dois hospitais veterinários, Curitiba e Palotina.

Revelou-se repleta de êxito neste Primeiro Centenário excedendo suas fronteiras para contribuir com o progresso do Brasil e estendendo suas ações e reconhecimento para além das fronteiras da nação. Ela tem lugar de destaque entre as mais importantes universidades brasileiras.

Esta rica história merece ser revisitada, suas glórias e personagens lembrados, os desafios de cada época e os eventuais equívocos avaliados para que enfrentemos o futuro melhor preparados. Um comitê executivo dos 100 anos foi criado em 2009 com os objetivos de fomentar o registro das memórias da UFPR e de seus protagonistas, promover a recuperação documental, estimular a participação dos estudantes na recuperação, registro e disponibilização das informações sobre a sua história, divulgar as memórias e articular as comemorações dos 100 anos durante o ano de 2012. Compartilharam esta missão os Professores Carlos Alberto Faraco, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Jaime Antonio Cardoso, Maria Emilia Daudt von der Heyde e Ulf Gregor Baranow, a Pro-Reitora de Extensão e Cultura Prof.^a Elenice Mara Matos Novak, a Coordenadora de Cultura Lucia Maria Bueno Mion, a Coordenadora de Extensão Prof.^a Nadia Gaiofatto Gonçalves e a Assessora de Comunicação Ana Paula Moraes, com o apoio de Flavia Fei Sen Chu do Cerimonial da UFPR.

O Comitê lançou editais do Programa Bolsas Rumo aos 100 anos em 2010 e 2011 visando estimular pesquisas históricas nas humanidades, nas ciências da vida e nas tecnologias na UFPR. Foram aprovados 60 projetos por comissões “ad hoc”, com a concessão de bolsas a mais de 90 estudantes. Para além dos projetos, foram lançadas as bases e a valorização da pesquisa sobre a memória e as contribuições da Universidade.

A divulgação de alguns trabalhos ocorreu por meio da publicação de livros históricos, como “Quatro Décadas do Curso de Geologia do Setor de Ciências da Terra” em 2011 e

“Memórias da Bioquímica” em 2012, com a contribuição da Editora e da Imprensa da UFPR. Mais de 30 trabalhos participaram das mostras nas Semanas Integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPE, em 2011 e de 2012. Todos deixam contribuição inequívoca ao contar a história dos feitos de uma grande e pulsante universidade. Muitos ainda serão apresentados nos primeiros anos do segundo centenário.

O Comitê planejou para 2012 atividades comemorativas visando mostrar à comunidade interna, e relembrar para a sociedade os momentos importantes da vida da Universidade e homenagear seus protagonistas e parceiros, incluindo a criação dos cinco cursos fundadores, em ocasiões mensais para reflexão, lançamento de livros históricos e acadêmicos e apresentações dos grupos artísticos da UFPR.

Do muito que foi comemorado, relembramos a eleição da UFPR e de nosso Prédio Histórico como local símbolo de Curitiba em 1999, a importância da cultura indígena lançando a mostra “Amazônia Viva” de Tyryetê Kaxina’wa e a reunião de mais de 250 ciclistas para a Pedalada do Centenário.

Celebramos os 100 anos de nossa fundação em 19 de dezembro de 2012, com a comunidade unida em torno de Prédio Histórico com a alva fachada restaurada, simbolizando a permanente renovação, mas com a alma sempre pura e os propósitos altivos de todos os que ao longo deste caminho desafiador a fizeram forte para enfrentar os mares bravios e sensível para acolher a todos que procuram a luz pela educação.

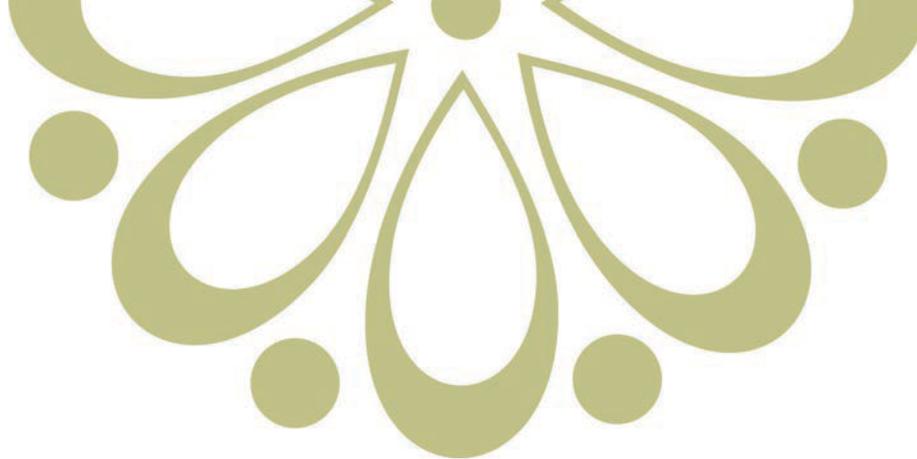
Prof. Dr. Rogério Andrade Mulinari
Presidente do Comitê Executivo dos 100 anos
Vice-Reitor 2009-2016

Blank Page

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ : 100 ANOS	5
<i>Zaki Akel Sobrinho</i>	
UMA UNIVERSIDADE COM 100 ANOS DE HISTÓRIA	7
<i>Prof. Dr. Rogério Andrade Mulinari</i>	
INTRODUÇÃO.....	13
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	17
CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	17
QUESTÃO DO CONTESTADO	20
A UNIVERSIDADE DO PARANÁ.....	21
VICTOR FERREIRA DO AMARAL E SILVA	22
NILO CAIRO DA SILVA.....	22
IMPASSES E CRISES.....	53
CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1915-1945).....	53
SÍMBOLO DE PROGRESSO	59
A EQUIPARAÇÃO DAS FACULDADES	68
A BUSCA PELA RESTAURAÇÃO	73
REUNIFICAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO	81
CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1946-1951).....	81
RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	85
A FEDERALIZAÇÃO DA UFPR.....	97
FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA	101
EXPANSÃO DA UFPR	111
CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1951-1967)	111
PÓS-FEDERALIZAÇÃO	113
ENSINO: AMPLIAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA	125
A UFPR NA DÉCADA DE 1960	131

NOS TEMPOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	143
CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1969-1989).....	143
DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE/PLANEJAR É PRECISO	148
REFORMA UNIVERSITÁRIA	153
REFORMA UNIVERSITÁRIA E UFPR	158
NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	165
A UFPR NA ATUALIDADE	177
CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO (PÓS 1990).....	177
ENSINO SUPERIOR & FINAL DE MILÊNIO	184
EM BUSCA DA EXCELÊNCIA	188
MUDANÇAS DOS ANOS 90.....	196
A AVALIAÇÃO DA UFPR.....	204
UFPR RUMO AO FUTURO.....	213
CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO (PÓS 2000)	213
ENSINO SUPERIOR & NOVA ABORDAGEM	215
UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS	223
UNIVERSIDADE & NOVOS DESAFIOS	231
A NOVA EXPANSÃO	237
UFPR CENTENÁRIA	240
FONTES	251
BIBLIOGRAFIA	251
SITES	253
INSTITUIÇÕES	253
GALERIA DOS REITORES: 1912-2012.....	255



INTRODUÇÃO



Uma universidade não se explica por si só. Sua história se articula, necessariamente, à história do ensino superior e de toda uma sociedade, na luta pela criação e realização de seus projetos. É o caso também da mais antiga Universidade brasileira em funcionamento. Mais do que assinalar os 100 anos da fundação da Universidade Federal do Paraná e seus desdobramentos, este livro propõe uma reflexão sobre suas finalidades e seus objetivos na conjuntura regional, nacional e internacional, sobretudo o papel desempenhado na formação dos quadros para o aprimoramento do saber e da cultura na sociedade paranaense.

O pioneirismo de seus objetivos ainda se faz presente no planejamento de esforços para novas áreas de atuação. A UFPR constitui hoje uma das mais significativas instituições de ensino superior no país. Chamada a contribuir com novos paradigmas diante da revolução científica e tecnológica determinada pela globalização, seu quadro de excelências e competências tem trabalhado decisivamente para concretizar os saltos de qualidade necessários aos programas sociais, políticos, tecnológicos e culturais.

Uma visão de conjunto desse percurso de cem anos só é possível, porém, com a inserção no quadro mais amplo da história dos fatos sociais que lhe foram contemporâneos, o que é indispensável para a compreensão da evolução da Universidade. Estudar seu processo evolutivo, perseguir os diferentes caminhos da sua trajetória, detectar a história da instituição, é o que nos possibilitará dar testemunho de cada passo da caminhada. E também o que nos possibilitará render homenagem aos pioneiros na luta pelo ideal e

aos que dela não desertaram até os nossos dias, sensibilizando o presente diante de novas perspectivas que se abrem, sejam políticas, éticas ou sociais.

Apresentamos aqui o resultado de uma investigação sistemática das fontes, como atas, livros, relatórios, discursos, revistas, jornais, leis, estatutos, regimentos... Um resgate singular de documentação da qual emergiram dados que se entrelaçam e se complementam nos diversos níveis de análise, distribuídos nos sete capítulos do livro.

E essa é uma lição que a história nos dá cotidianamente. Ao historiador não basta o rigor do método e técnicas, bem como a fidedignidade das fontes. Importa também buscar no passado a indagação pelo cotidiano, a cultura da sociedade e suas representações, enfim, os lugares da memória. Destacamos, acompanhando Le Goff, que a realidade da percepção e divisão do tempo em função de um antes e um depois não se limita à esfera individual ou coletiva, tampouco à oposição presente/passado; nas palavras do autor, “devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão, o futuro. Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este presente tem várias dimensões, ‘o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras’ (Confessions, XI, 20.26)”.¹ Tais motivos, em seu conjunto, demonstram a importância da recuperação desta memória coletiva, constituída pela UFPR e pela sociedade paranaense.

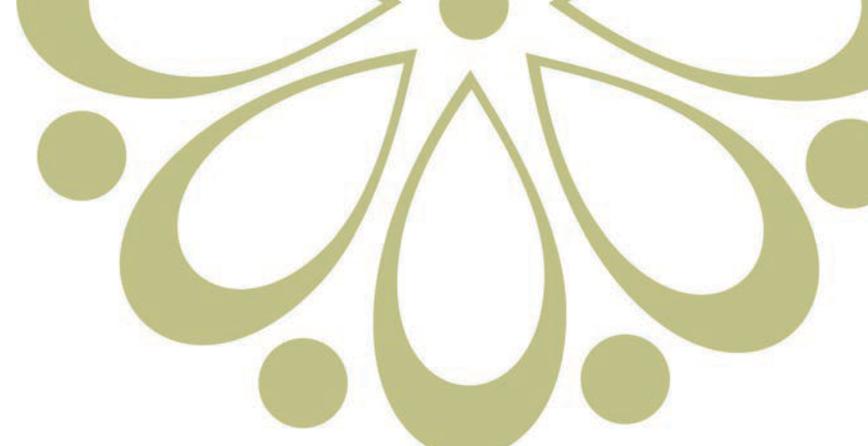
NOTA

¹ PASSADO-PRESENTE. In: LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Casa da Moeda, 1984. p. 298.

1



Blank Page



FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX



No início do século XX, o Paraná apresentava sinais de uma “modernidade”, que se refletia nos anseios e na busca de novas conquistas da elite paranaense; anseios estes que já vinham se desenvolvendo no decorrer do século anterior. A base econômica era propiciada pela produção de erva-mate, que, apesar de suas crises sucessivas, era a maior fonte de sustento na economia do Estado. Em torno de 1902, o mate representava 31% do orçamento estadual. A par desse contexto, estavam ainda as indústrias de manufaturas, com o desenvolvimento das fábricas de fósforos, sabão, velas, alimentos e cerâmica.

Muitas das transformações vividas pelo Estado, nessa época, foram determinadas pela influência dos imigrantes europeus e sua integração com o povo brasileiro. Essa participação deu ensejo a importantes mudanças, como as efetuadas na arquitetura, com um novo estilo de construções, e à convivência social, com os costumes e culturas diferentes trazidos por eles. Nesse período, assistiu-se ainda ao surgimento de pequenas fábricas, das relações capitalistas de trabalho no âmbito da indústria ervateira e madeireira, ao avanço no setor agropecuário da região dos Campos Gerais, bem como ao aumento do comércio e à aceleração da urbanização. Enfim, nas diversas regiões e em diferentes áreas do Estado, os imigrantes estrangeiros foram significativos agentes de transformação.

Contribuíram ainda, de forma peculiar, para a construção de uma nova forma de viver e agir urbanos, que caracterizariam, posteriormente, o cotidiano paranaense. Na literatura, nas artes, nos ofícios, nos teatros, nos liceus, nas cidades e na economia, pouco a pouco, com essa participação, ocorreram transformações no quadro político, intelectual e social. Isso tornou possível a constituição de uma nova identidade, própria do Paraná, que seria determinante na participação futura do Estado no panorama nacional.

Nesse contexto, Curitiba, como capital, despontava como um exemplo, apresentando os mais diversos modelos de transformação. Muitos visitantes que por ela passaram deixaram registros entusiastas. Entre eles encontra-se Tobias Monteiro, que, por meio de sua escrita, descreveu vislumbrado o cenário, constatando o progresso da cidade, que exibia diversas mudanças, inclusive as obras recém-construídas, como o Palácio do Governo e o edifício do Congresso Legislativo, edificados em uma região onde, anteriormente, apenas havia pântano. Assim se expressou ele:

A cidade triplicou nos últimos anos. Quem lá não esteve ao inaugurar-se a estrada de ferro em 1885, nem pode hoje imaginar o que eram a rua principal e a praça onde depois se erigiu a catedral. O último recenseamento dá 53.000 habitantes para o município; muitas ruas são calçadas, algumas de paralelepípedos; a praça da catedral é ajardinada; toda a cidade e arredores, iluminados à luz elétrica e servidos de bondes; as construções já têm melhor aspecto, e grandes prédios de boa arquitetura são dignos de figurar em maiores cidades.¹

Essas transformações advieram, principalmente, devido à influência progressista da elite econômica relacionada à exploração do mate e da madeira. Empenhou-se ela na instalação de pequenas indústrias e, ainda, de fábricas e engenhos de mate, e na aceleração no fornecimento de serviços. As possibilidades de acesso foram alargadas com o avanço das estradas de ferro, da construção de novas rodovias, de novas edificações, da valorização de terrenos e da abertura e pavimentação de ruas. As atuações governamentais, visando à limpeza e à segurança pública, se expandiram. Ocorreu ainda a instalação de novas tecnologias, como o telégrafo, o telefone, o bonde, a iluminação elétrica, e a instalação de edificações voltadas à saúde da população, como os hospitais, sanatórios e asilos.² Essas melhorias se estenderam também para o interior do Estado. Todas essas novas tendências refletiram nas determinações da elite política e militar, pautadas no republicanismo.

A ‘nova’ Curitiba, nas palavras significativas do literato paranaense Nestor Victor, em passagem pela cidade, apresentava o seguinte perfil: “...constitui-se pela presença de imigrantes italianos e pela integração dos diversos grupos étnicos residentes na cidade. O aspecto social da cidade, também mudou. Agora, as senhoras já frequentavam lojas e faziam compras sozinhas, o que antes não era permitido”. Para o cronista, podia-se “medir a civilização de uma terra pela liberdade de movimentos que tenham nella as mulheres”. Sobre a terra do futuro, comentava: “Coritiba, é hoje uma terra que se pode dizer contente. Parece ainda aquela jovem capital, assim, uma terra de engorda, onde se vive a farta e milagrosamente”.³

O progresso “da nova Curitiba” também se delineava pelo desenvolvimento industrial e social da cidade, bem como pela presença de instituições escolares, culturais e sociedades recreativas, como o Clube Curitibano e o Clube Thalia, além do Museu Paranaense e do Instituto Geográfico e Histórico do Paraná.

No decorrer do século, novos investimentos vieram para o Paraná, mediante o financiamentos das exportações primárias, por meio do London & River Plate Bank e do London & Brazilian Bank, posteriormente Bank of London & South America, enquanto o setor industrial ficava a cargo dos investidores locais.⁴ Esse processo foi acompanhado pelo crescimento da população. Estimava-se, em 1900, 327.136 habitantes para o Paraná e, em 1905, 53.928 habitantes para a capital.

A cidade deixara de ser um aglomerado de casas e ruas mal traçadas, as pessoas eram chamadas ao convívio social, desfrutando o espaço público nos passeios e praças, nos bares e cafés, teatros, salões de bilhar, nas lojas de comércio, nos teatros e saraus. Se durante o dia apreciavam as vitrines, faziam avenida e piqueniques ao ar livre, à noite era a vez dos salões de danças e dos cafés-concerto.

Assistia-se também à crescente preocupação com a instrução, buscando direcioná-la para a maioria da população, apoiada na legislação que introduzia a obrigatoriedade do ensino primário. Politicamente, acreditava-se, nesta fase, que pela multiplicação das instituições escolares se atingiria o desenvolvimento das nações. Juntamente com a ampliação da rede escolar primária ocorrera a valorização do ensino público secundário, tanto o propedêutico como o de cunho profissionalizante. Destacava-se também, nesse período, o crescimento das escolas particulares, tanto de ensino religioso como laico. Sob o enfoque de todo esse processo, fortaleceu-se o projeto de criar uma Universidade no Paraná.

QUESTÃO DO CONTESTADO

Durante o século XVIII, as capitânicas de São Paulo e Santa Catarina discutiram as suas fronteiras sobre o território existente entre os rios Negro, Iguaçu e Uruguai, a chamada região do Contestado. Com a criação da Província do Paraná, esta se tornou herdeira das pretensões paulistas.

Com a Proclamação da República, o Estado de Santa Catarina passou a atuar com firmeza para incorporar a região às suas fronteiras. Somente em 1897, o Paraná criou uma comissão para organizar e catalogar documentos em defesa da causa paranaense. Em 1904, Santa Catarina ganhou no Supremo Tribunal Federal a causa em que pleiteava o território do Contestado.

Em 1909, o mesmo tribunal rejeitava os argumentos interpostos pelo Paraná. “Esse tremendo repto lançado ao Paraná provocou na sua população, sobretudo em suas lideranças, uma profunda crise existencial. Afinal, tinham os paranaenses alguma fibra dentro de si ou não? Como conseguiram perder 48.000 km² do território, do qual possuíam direitos históricos e acima de tudo por seu *uti possidetis*. Com esse argumento, Portugal obteve direitos sobre os territórios a oeste da linha de Tordesilhas, enquanto o Paraná, praticamente com os mesmos argumentos, perdera a causa. Finalmente, os paranaenses iriam começar a acordar de seu sono letárgico. Reagiram a esse desafio histórico em duas frentes: primeiro, tentando retirar de Santa Catarina o território perdido afirmando-se culturalmente, e, no segundo momento, buscando preparar culturalmente sua própria elite, com a criação da Universidade do Paraná.”⁵

Foi nesse momento que latifundiários, políticos e comerciantes da região do Contestado se uniram e criaram o Estado das Missões, apoiados pelo governo do Paraná. Com isso, o governo de Santa Catarina, ameaçado de perder o território para uma nova unidade federativa, buscou um acordo com o Paraná, o que ocorreu em 1916. Santa Catarina ficou com 28.000 km² e o Paraná com 20.000 km², recuperando o chamado sudoeste paranaense. “Pela primeira vez em sua história os paranaenses uniram-se para conseguir ao menos uma meia vitória. Em 1916, nascia verdadeiramente a identidade histórica paranaense. Se em 1853, ele passava a existir de fato e de direito, agora ele adquiria uma identidade histórica, ao menos temporariamente.”⁶

Em Curitiba, nesse período, havia várias instituições educacionais, como o Ginásio Paranaense, com mais de cento e cinquenta alunos matriculados; a Escola Normal, com matrícula idêntica; cinco grupos escolares, dois jardins da infância e trinta e três escolas públicas primárias. Além disso, havia a Escola de Belas Artes, subvencionada pelo Estado, e a de Aprendizes Artífices, de criação federal. Em 1911, as escolas públicas da Capital contribuíram com a presença de dois mil e setenta e seis educandos, não incluindo os alunos das escolas distantes do centro urbano... “É pouco: ela representa, veja, quase a quinta parte da população em condições de aprender a ler....”⁷

A UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Muitos foram os paranaenses que se envolveram significativamente no esforço para o estabelecimento da Universidade. Entre eles, pode-se citar Victor Ferreira do Amaral e Silva e Nilo Cairo da Silva.

No ano de 1912 aconteceu o encontro profissional desses dois médicos paranaenses para concretizarem, juntos, o sonho de criar a primeira Instituição de Ensino Superior do Estado: a Universidade do Paraná. Ao espírito conservador, arrojado e impulsivo do doutor Nilo Cairo somaram-se a prudência, a serenidade, a persistência e a respeitabilidade, típicas da personalidade do doutor Victor. O arrojo e a persistência, juntos, permitiram que o sonho se tornasse uma realidade.

Para o historiador Ruy Wachowicz, “...a vontade férrea de dois homens contribuiu para a fundação da instituição. Este fato pode inclusive ser usado como exemplo típico da influência do indivíduo na concretização de instituições, que atuaram decisivamente na evolução das suas comunidades”.⁸

Antes do século XIX, o ensino superior era essencialmente clássico, centrado no ensino do latim e do grego, e servia de base para as carreiras existentes: medicina, direito e teologia. O desenvolvimento da ciência empírica evidenciava a insuficiência dessa formação clássica e um ensino especializado e técnico se iniciava.

Esta nova concepção de ensino superior correspondia a duas necessidades. A primeira era a evidente necessidade de incorporar às antigas profissões os conhecimentos produzidos pela ciência experimental que emergia. A segunda era a de quebrar os privilégios das antigas profissões e corporações profissionais e permitir o surgimento de novas profissões, novas escolas e metodologias de ensino e aprendizagem, substituindo, assim, uma elite por outra.⁹

VICTOR FERREIRA DO AMARAL E SILVA

Em 9 de dezembro de 1862, nascia, na Lapa, Victor Ferreira do Amaral e Silva, filho de um tropeiro e fazendeiro de erva-mate que valorizava muito a educação dos filhos. Viveu em sua cidade natal até 1872, quando passou a estudar em Curitiba. Para aprofundar seus estudos, seguiu, dois anos mais tarde, para o Rio de Janeiro, para o Colégio Abílio, onde realizou o curso preparatório. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o diploma em 1884.

Regressando a Curitiba, iniciou sua carreira profissional em clínica médica geral, vindo a se especializar, posteriormente, em ginecologia e obstetrícia. Foi nomeado professor de francês do Liceu Paranaense, exerceu também os cargos de médico adjunto do exército e médico legista da polícia, tendo atuado ainda como médico da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Em 1894, durante a Revolução Federalista, atuou como capitão-médico da Guarda Nacional. Após a Proclamação da República, como membro do Clube Republicano, participava da Câmara Municipal de Curitiba. No início do século XX, foi diretor geral da Instrução Pública no Governo de Xavier da Silva. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Estado em 1891 e deputado federal em 1906.

Na imprensa local, atuou em 1896 como redator chefe do “Diário do Paraná”, colaborou no “Brasil Médico”, do Rio de Janeiro, na Revista de “Ginecologia e Obstetrícia” e na “Gazeta Médica do Paraná”. Foi presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (1902) e da Associação Médica do Paraná.¹⁰

Foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, instituição onde atuou como reitor no período de 19 de dezembro de 1912 até 1918 e de 1946 a 1948. Faleceu em 2 de fevereiro de 1953.

NILO CAIRO DA SILVA

Em 12 de novembro de 1874 nascia, em Paranaguá, Nilo Cairo da Silva. Iniciou seus estudos na cidade natal, completando o primário em Curitiba. Depois, seguiu para a Corte, onde serviu na Escola Militar em 1891 e recebeu formação filosófica positivista. Fez o curso de armas e o de engenheiro, recebendo o título de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Em 1894 foi promovido a 2º tenente, em 1899 a 1ª tenente, e em 1911 foi promovido a major e reformado.

Em 1903, tinha recebido o grau de doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e dedicou-se à cura pela homeopatia. Participou da fundação da “Revista Homeopática do Paraná”.¹¹ Cofundador, secretário e professor da Universidade do Paraná, retirou-se em 1916 para São Paulo, reassumindo sua atividade docente em 1923. Faleceu em 8 de junho de 1928 no Rio de Janeiro. Cinco anos depois, seus restos mortais foram trasladados para o pedestal de seu busto, na Praça Santos Andrade.



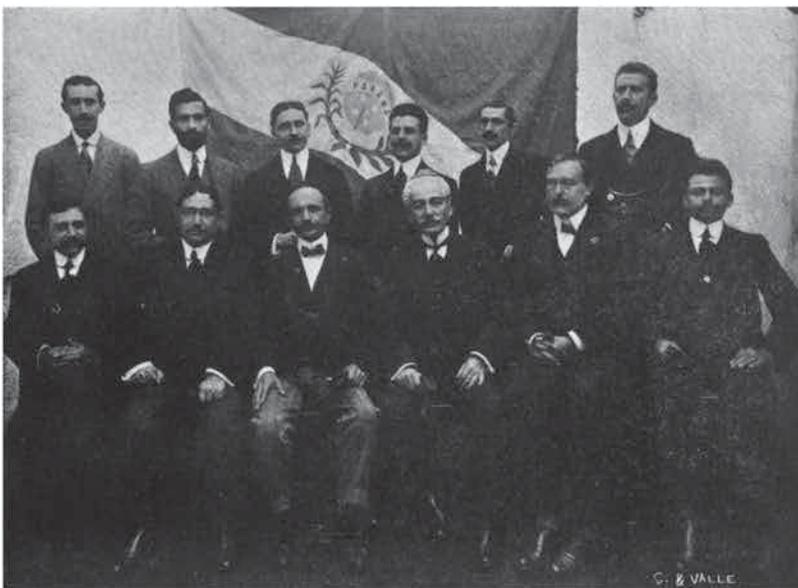
Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953).
Acervo: Biblioteca Central



Dr. Nilo Cairo da Silva (1874-1928).
Acervo: Biblioteca Central



Primeira Diretoria da Universidade do Paraná, 1912. *Sentados da esquerda para a direita:* Nilo Cairo da Silva, Secretário; Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor; Euclides Beviláqua, Vice-Diretor. *Em pé, da esquerda para a direita:* João Barcellos, Tesoureiro; Manoel de Cerqueira Daltro Filho, 2º Secretário; Hugo Gutierrez Simas, Bibliotecário.



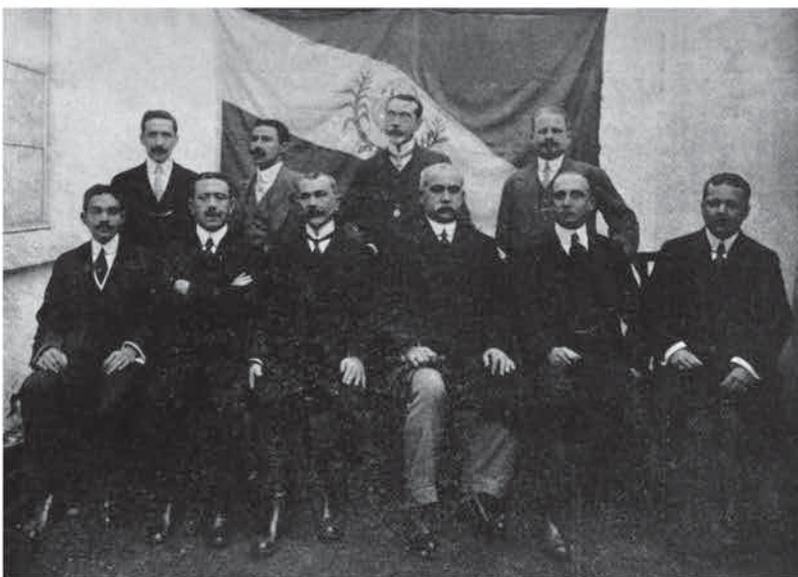
**Grupo de Lentes da Congregação
do Curso de Ciências Jurídicas e
Sociais, 1913.**

Acervo: Biblioteca Central



**Grupo de professores de
Engenharia, 1913.**

Acervo: Biblioteca Central



**Grupo de professores de Farmácia,
Odontologia e Obstetrícia, 1913.**

Acervo: Biblioteca Central

Foi com a reforma do sistema educacional alemão, mais precisamente com a criação da Universidade de Berlim, em 1809, que a pesquisa científica passou a se integrar ao contexto universitário.

No entanto, Portugal permaneceu à margem da ciência moderna por um longo período, envolvido com as questões religiosas da ContraReforma e da Inquisição. Com a Reforma Pombalina, rompeu-se o isolamento, mas não se formou uma comunidade científica autônoma, como em outros países. No Brasil, em relação à ciência, a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva de organizar uma universidade derivou dessa nova atitude de Portugal.

Todavia, o projeto de José Bonifácio não se concretizou, e “durante todo o Império, o ensino superior no país ficou circunscrito a faculdades burocratizadas e profissionalizantes que forneciam contingentes aos setores da administração e da política – caso das faculdades de direito”.¹²

Com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, transformações econômicas e políticas permitiram uma nova orientação para o ensino superior no Brasil. Visou-se, a partir desse momento, a uma nova concepção de formação de profissionais, exigidos pelas novas condições de ensino. A Academia da Marinha, de 1808, e a Academia Real Militar, de 1810, destinavam-se a preparar oficiais engenheiros para a defesa da colônia. Os estudos médicos foram assegurados pelo curso de cirurgia, criado no Hospital Militar da Bahia, em 1808, e pelos cursos de anatomia e cirurgia do Rio de Janeiro, acrescidos do curso de Medicina em 1809. Ainda nesse período, a vida cultural do Rio de Janeiro fora incrementada pela instalação da Biblioteca Nacional, da Imprensa Régia, do Jardim Botânico e do Museu Real.

Os cursos superiores criados por D. João VI deram origem a importantes instituições superiores no país, que conservaram, através do tempo, seu caráter profissional e pragmático. Após a Proclamação da Independência surgiram outros cursos superiores no Brasil, como o de Ciências Políticas e Sociais, em São Paulo, em 1827, e em Olinda, em 1828. Os cursos de Direito difundiram-se rapidamente, saindo formado de seus quadros expressivo contingente de jovens que se tornaram, posteriormente, os políticos atuantes da época.

A ideia de criação de uma Universidade no Brasil chegou mesmo a ser cogitada no governo de D. Pedro II, porém sem lograr êxito. No entanto, criaram-se outras

instituições, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874, e a Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875. Com a Proclamação da República, outras escolas foram criadas: a Escola Politécnica de São Paulo, em 1893; a Escola de Engenharia Mackenzie, em 1896; a Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1896; a Escola Livre de Farmácia de São Paulo, em 1898; a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, em 1898, entre outras.

Com o advento da República, ocorreu uma expressiva preocupação com a questão do ensino, amparada na filosofia positivista, na qual se buscava enfatizar a superação do analfabetismo e a instalação dos cursos técnicos e profissionais. Embora diversas reformas de ensino tenham sido implementadas, o ensino superior não obteve a atenção merecida e necessária.

A Constituição de 1891 reservava à União o monopólio dos cursos secundário e superior, permitindo que estados como São Paulo e Rio de Janeiro, com maior influência política, obtivessem maiores conquistas. As diversas reformas empreendidas no início da República não resolveram, porém, o problema da dissociação entre ensino e pesquisa aplicada, além de interferir desfavoravelmente na organização do ensino superior.

A proposta da criação de uma universidade, contudo, continuava em terras paranaenses. Primeiramente, manifestou-se em 1892, quando foi apresentada pelo jornalista e historiador José Francisco da Rocha Pombo. No entanto, como não lograra êxito, por muito tempo a ideia permaneceu adormecida. Assim, vinte anos se passaram, e as transformações e manifestações de progresso que atingiram o Estado do Paraná continuavam clamando pela criação de uma instituição de ensino superior, pois, até então, os alunos secundaristas, após concluir o curso, eram obrigados a deixar o Estado para continuar seus estudos. Visando suprir as demandas educacionais e até mesmo para evitar essas saídas, foi que se retornou à ideia inicial da criação de uma Universidade.

Na década de 1910, a sociedade paranaense já possuía as condições necessárias para o estabelecimento de uma instituição de ensino superior. A economia do mate permitira um amplo desenvolvimento da indústria e serviços e de um comércio exterior. Curitiba, como capital do Estado, sentiu o reflexo desse momento econômico, pois se tornara mais moderna e atuante, pela ação de seus diversos agentes sociais, entre eles a elite econômica ligada ao mate e à madeira, grupos de imigrantes e operariado. O estado republicano permitira uma nova organização política para o Paraná, bem como a

implantação do ensino superior, que se encontrava desoficializado desde 1911. Com a República, e dadas as lutas do Contestado, iniciou-se o sentimento de uma identidade paranaense. Somada a isso, havia, nessa época, a vontade política de dois importantes grupos de intelectuais, liderados respectivamente por Victor do Amaral e Nilo Cairo, os quais, ao juntar esforços, atingiram o objetivo de criar a Universidade do Paraná.

A tentativa precursora de estabelecer-se uma Universidade no Paraná ocorrera no início do Regime Republicano, tendo como líder o historiador e jornalista Francisco José da Rocha Pombo,¹³ amparado por Francisco Xavier da Silva, então presidente do Estado, e Jerônimo Cabral Pereira Amaral, secretário de Estado. Na ocasião, a cidade de Curitiba, que contava com apenas vinte mil habitantes, obteve a concessão do governo do Estado para organizar uma universidade, de acordo com a Lei n.º 63 de 10 dezembro de 1892.

Mediante essa concessão, ficavam asseguradas algumas garantias, como a isenção de impostos, pelo período de cinquenta anos, e a redução de juros, entre outras vantagens.

A universidade compreenderá pelo menos os seguintes cursos: direito, letras, comércio, agronomia, agrimensura e farmácia. Além do curso geral, cujos programas ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Legislativo. Logo que a Universidade seja inaugurada, ficarão extintos o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, que constituirão uma das sessões da mesma universidade, com as regalias que competem e que vierem a este estabelecimento.¹⁴

Ao governo competiria a fiscalização do estabelecimento, e o concessionário, no prazo de 10 anos, teria de fundar uma Escola Prática de Agricultura no interior do Estado. A concessão caducaria, se no prazo de quatro anos não fosse inaugurada a Universidade.

No entanto, o momento não era propício para a criação da instituição, pois a cidade era ainda muito pequena e com um mercado de trabalho bastante restrito. A Revolução Federalista desarticulava projetos paranaenses e, principalmente, em âmbito nacional, havia o regime de monopólio do ensino superior pelo governo federal, o que impediria a execução do projeto. Também, segundo o historiador Ruy Wachowicz, acreditava-se que fatores relacionados à personalidade de Rocha Pombo interferiram no processo:

Crítico atuante dos políticos paranaenses, frequentemente se incompatibilizava com os mesmos... Os setores oficiais sempre o colocaram no limbo. Rocha Pombo era republicano em pleno regime monárquico, abolicionista numa sociedade escravocrata, protestante num país tradicionalmente católico, tentou fundar uma universidade numa ‘analfabetolândia’.¹⁵

Entretanto, os idealizadores da Universidade representavam a efervescência intelectual do Paraná nessa época. O movimento intelectual não ocorria só na capital, estava também presente em várias cidades paranaenses, por intermédio de intelectuais de um ativo círculo literário, não apenas restrito aos salões de clubes elegantes, mas atuante também em inúmeros grêmios, associações e congregações.

Eram eles, republicanos idealistas, católicos, conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas, que disputavam o predomínio do pensamento em todo o Estado, envolvendo-se em constante confronto de idéias. A maçonaria e o neopitagorismo contribuíram com seus princípios éticos e morais, irmanados ao livre-pensamento, ao ocultismo e ao simbolismo.¹⁶

Os embates de ideias presentes, no início em círculos menores, alcançaram as ruas, com destaque na imprensa local, por meio de jornais, folhetins, revistas, almanaques, anuários, panfletos, entre outros. O jornal *Comércio do Paraná*, em novembro de 1912, discutia a fundação da Universidade do Paraná nos seguintes termos: “Estamos vendo que os esforços dos ilustrados cidadãos que cuidam de fundar a universidade do Paraná estão sendo coroados de todo êxito, pois até nossos distintos colegas d’*A República*, amenizando a sua repugnância pelas academias e pelos homens formados, já acham que a universidade esta parecendo um mal aceitável”.¹⁷

No início do mês seguinte, o mesmo periódico argumentava:

Por estas invejáveis plagas paranaenses talvez não haja uma pessoa que ignore que Curitiba vai ter, dentro em pouco tempo, uma universidade. Essa aspiração não mais pode ser tida como um sonho de visionário visto que passou do terreno das coisas inviáveis para o das realidades. Dizê-la uma utopia seria uma leviandade máxima, quando se vê forte grupo de abnegados conterrâneos quebrando lanças, num afã ingente, pela sua efetivação. A empreitada posto que árdua, será levada ao fim, porque tomaram-na homens que não esmorecem diante de qualquer obstáculo. A universidade é um fato, e sua inauguração, para logo efetuar-se-á, soleníssima, fazendo ver que a força de vontade não há dique que resista.¹⁸

Generoso Borges, em sua crônica sobre a instituição, no periódico *Comércio do Paraná*, analisava que a criação de uma instituição desse porte havia sido uma longa aspiração nacional, de todos os centros do país, procurando colocá-lo ao lado dos países onde a instrução superior era muito valorizada, como no caso da República Argentina, que possuía a Universidade de La Plata, e do Uruguai, onde havia a Universidade Nacional.

O Brasil, entretanto, ficou até agora a olhar para essas obras patrióticas das repúblicas vizinhas sem procurar imitá-las nesse utilíssimo, afan de instruir e preparar seus homens para o exercício das profissões científicas. Tendo creado apenas duas academias e reconhecido outras que se fundaram por iniciativa particular ou dos Estados, muito tempo deixou passar sem procurar sair desse ilimitado círculo, até que ultimamente desoficializado o ensino, deixou livre a ação aos que pretenderam congregar elementos e levantar casas de instrução superior em qualquer ponto do país.¹⁹

Victor Ferreira do Amaral pertencia à elite campeira paranaense, que assumira a política estadual, após a Proclamação da República. Quando passou a exercer o cargo de deputado constituinte estadual, em 1891, teve a oportunidade de constatar a omissão com que o povo paranaense tratara a questão de limites da região do Contestado, o que trouxera muitos prejuízos para o território paranaense. Percebeu que a deficiência principal dessa sociedade era a falta de intelectualidade, de massa crítica, e que somente a fundação da Universidade do Paraná poderia vir a suprir essa deficiência.

Segundo Ruy Wachowicz,

...criar um curso superior em Curitiba não satisfazia, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria a solução. Dentro de instituição de tal natureza, a mocidade poderia estudar a matéria que lhe parecesse de proveito e se preparar para as lutas da vida. Mas no Brasil não havia nenhuma instituição semelhante, com tradição suficiente, na qual poderia estruturar-se sua organização. Ocorre que a economia paranaense estava voltada para o Prata. Junto com a exportação do mate, deslocavam-se algumas pessoas aptas e cultas. As instituições universitárias da Argentina e do Uruguai passaram a ser conhecidas da elite campeira paranaense. A Universidade de La Plata na Argentina afigurava-se como instituição modelar. Era particular, mas sempre mereceu do governo argentino a mais apurada dedicação. Em Montevidéu, existia a Universidade Nacional, estruturada nos mesmos moldes da de La Plata. A criação da Universidade com inúmeros cursos viria em uma oportunidade psicologicamente muito boa para o Paraná. A falta de combatividade das elites paranaenses na questão do Contestado evidenciava a necessidade de se ampliarem os quadros da intelectualidade tingüi.²⁰

Essa empreitada cultural foi levada adiante graças à genialidade e persistência de dois grupos de intelectuais, um deles liderado por Victor Ferreira do Amaral e Silva e o outro por Nilo Cairo da Silva.

Para Victor do Amaral, a Universidade do Paraná surgiu *ex-abrupto*, como um gesto impulsivo, uma obra de audácia.²¹ Afirmava que, ao sentir a necessidade da fundação de uma academia no meio paranaense, convocara um restrito grupo de intelectuais para tratar do assunto, entre eles Miranda Rosa e Pamphilo de Assumpção. Após inúmeras reuniões, ideias e discussões, em julho de 1912 seguiu para São Paulo e Rio de Janeiro, em busca de subsídios junto a organizações similares, para finalmente concretizar o projeto definitivo da Universidade.

O grupo era movido por laços e sentimentos ligados às elites tradicionais paranaenses. Victor havia sido deputado estadual, secretário da Instrução Pública, vice-diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias, e conhecia na intimidade os meandros da política paranaense. Possuía projeção e força política que poderiam causar inveja a muitos políticos da época. Era calmo, pouco temperamental, comedido no vocabulário que usava, precavido. Sentia como poucos as angústias pelas quais passava o Paraná. Pamphilo de Assumpção, além de jurista, era presidente da Associação Comercial.

O outro grupo de intelectuais era liderado por Nilo Cairo, que também aventava a possibilidade da criação de cursos superiores; e ele era o porta-voz da luta em prol da universidade. Não se tratava de sentimentos históricos regionalistas, de afirmação. Predominava no grupo a ideologia positivista, ainda em voga no Brasil. Nilo era temperamental, irrequieto, impulsivo, alternando estados de euforia e depressão. Suas ideias ficaram registradas em seu discurso, proferido no segundo aniversário da fundação da universidade; seu texto é um monumento histórico e ideológico. Evidenciando sua formação liberal e positivista, numa pureza cristalina, exultava com o sucesso da Universidade. Nas palavras de Nilo Cairo,

...desde esse momento soleníssimo na história do Brasil, o ensino superior, livre da tenebrosa onipotência opressiva, que lhe tiranizava a mentalidade, enveredou pelo caminho que lhe apontavam todas as leis sociológicas que regem a época que atravessamos, em busca de uma organização social: em vários pontos do Brasil, ao norte, ao centro e ao sul, novas escolas superiores, aproveitando reais elementos de valor intelectual que se fanavam na vegetabilidade de uma vida prática obscura, desprotegidos dos potentados que imperavam nas cátedras oficiais, novas escolas

fundaram-se, desenvolveram-se, florescendo embora a guerra que lhes fizeram o ódio, o despeito e a inveja. É que o ensino livre não era apenas um produto da evolução mental brasileira ou o capricho de um estadista: não há necessidade parcial; toda síntese é geral. É que o ensino livre representa, na hora angustiosa que atravessamos na história da humanidade, uma das medidas necessárias ao surto, de uma doutrina universal que possa reorganizar a sociedade convulsionada e regenerar a espécie humana, hoje sem moral, hoje sem fé, hoje sem conduta.²²

Participavam, com ele, Manoel de Cerqueira Daltro Filho e Flávio Luz. Pensavam, inicialmente, em organizar uma Escola de Odontologia e Comércio. Acrescentou-se a isso o Curso de Agrimensura e, depois, o de Obstetrícia. Outros se juntaram ao grupo, Júlio Theodorico e Reinaldo Machado. “Um de nós levantou então a idéia de darmos, nesse caso, ao nosso futuro instituto o nome de ‘Universidade do Paraná’. O nome nos assustou; havia ali a vertigem do abysmo – era o universo.”²³

Os dois grupos se reuniram e constituíram a Comissão Organizadora da Universidade do Paraná, tendo como presidente Victor do Amaral. Esta comissão reunia-se diariamente no consultório de Nilo Cairo. Compareciam também Flávio Luz, Euclides Bevilaqua, Hugo Gutierrez Simas e Manoel de Cerqueira Daltro Filho, para juntos elaborarem os estatutos e o projeto dos cursos. “Ficou então resolvido que os Estatutos organizassem todos os cursos completos, inclusive o de medicina, abrindo-se no próximo ano aqueles que fosse possível abrir.”²⁴

Ocorreu então que, em 1911, a legislação federal para o ensino sofreu mudanças, entre elas a Lei Orgânica do Ensino Superior, a chamada lei Rivadavia Correia, contemplando questões referentes aos cursos superiores. A Lei adotava a desoficialização e a liberdade do ensino, retirando o monopólio da União. Pela Lei Orgânica, o governo central dispensara a exigência de equiparação a uma instituição modelo em âmbito federal, o que tornaria possível a criação de universidades pela iniciativa particular. Diante disso, foram desenvolvidas no país iniciativas de cunho particular na organização de instituições superiores. A legislação de 1911 já fora antecedida pelo surgimento da Escola Universitária Livre de Manaus, em 11 de janeiro de 1909, de existência efêmera, mercê da decadência da economia da borracha. Deu também origem à fundação de uma universidade em São Paulo, em 19 de novembro de 1911, e à criação da Universidade do Paraná, em 1912.²⁵

No início de dezembro, a criação da instituição foi comunicada ao Presidente de Estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque.²⁶ O relacionamento entre a Universidade e o governo do Estado foi, desde o início, muito estreito, e ocorreu antes mesmo da sua fundação. Tanto que, quando a comissão organizadora foi procurar o presidente para colocá-lo a par dos trabalhos preparativos, este praticamente exigiu que a instalação da instituição não fosse em 1º de janeiro de 1913, como o previsto, mas sim no dia 19 de dezembro de 1912. As elites políticas do Estado também compreenderam o valor e o alcance da iniciativa para a formação da intelectualidade local. Por isso, o presidente, os deputados, os senadores e o prefeito de Curitiba empenharam-se para a concretização dessa iniciativa. A data de dezenove de dezembro não representaria somente a emancipação política do Paraná, ao se desmembrar da 5ª Comarca de São Paulo, mas marcaria também uma liderança educacional e política no panorama nacional. Um marco de afirmação regional, que comprovaria a pujança do Estado.

Por isso, “A Universidade do Paraná foi durante dias o tema obrigatório da conversação das classes letradas; diariamente suscitava artigos pela imprensa, uns louvando-a, outros criticando-a.”²⁷ No entanto, a Comissão Organizadora não se abalava com isso e continuava realizando suas atividades.

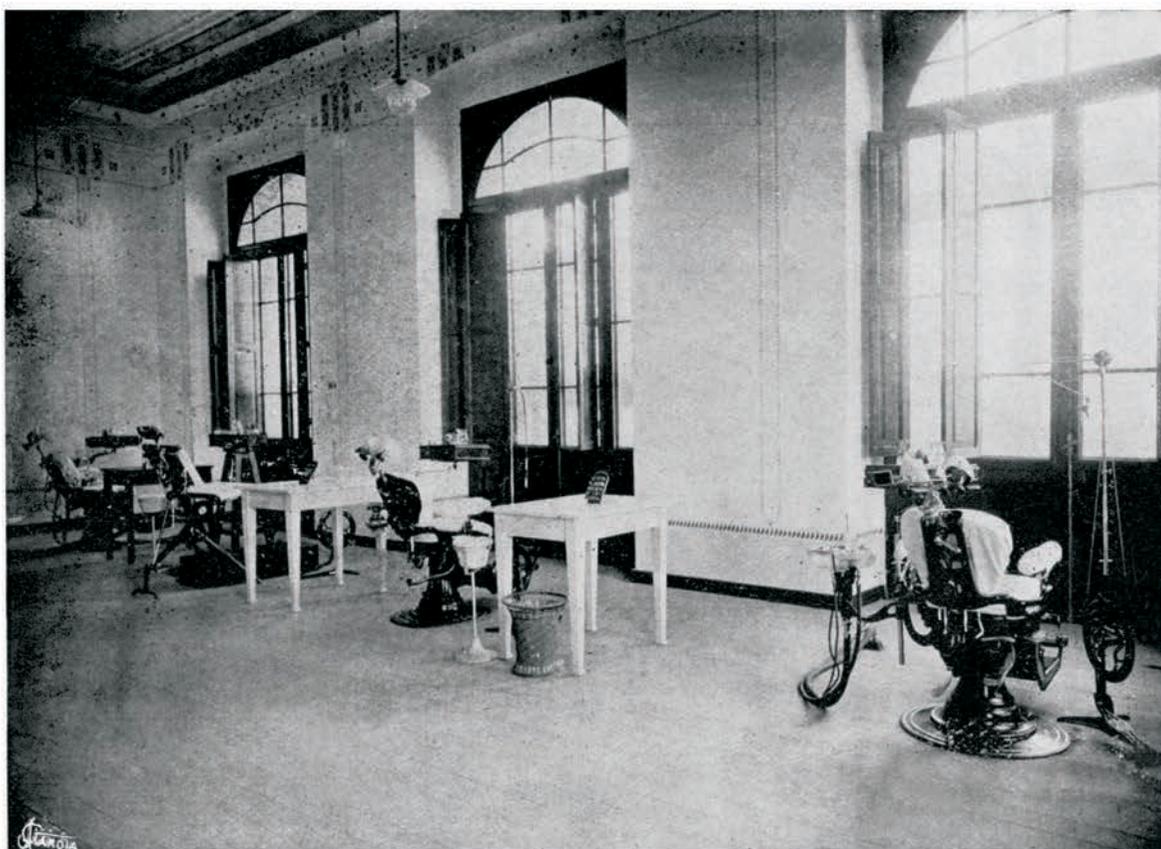
Por meio do jornal *Diário da Tarde*, inúmeros intelectuais discutiam a fundação da Universidade. Phamphilo de Assumpção analisava que

...graças à boa estrela do Paraná, ocasiões dessas se nos deparam a cada instante a mercê da coragem de ação que a coletividade paranaense vai revelando no desdobrar desassombrado da sua evolução social, cada idéia encontra meio fértil de proliferação, nasce, cresce e produz. Esse fato será mais um testemunho eloqüentíssimo do grau de adiantamento da mentalidade neste Estado. Terá demais a vantagem de reunir em um forte núcleo intelectual de homens de letras até aqui afastados de um comércio diuturno do espírito.²⁸

Levi Junior, no mesmo periódico, afirmava: “Ora, é lógico que, criado em nossa capital uma tal instituição, alicerçada na moralidade e honestidade do ensino superior, para ela concorrerão todos os moços paranaenses que se viam na contingência de se diplomar fora. O número será cada vez mais avultado, dada a maior facilidade que o estudo oferece, sendo feito aqui mesmo. E esta, precisamente, a face mais simpática da excelente idéia”. No entanto, alertava aos empreendedores da Universidade do Paraná que “...talvez não disponham de pessoal idôneo diplomado para preencher todas as



Grupo de professores do Curso de Comércio, 1913. Acervo: Biblioteca Central



Vista parcial da Clínica Dentária, 1914. Acervo: Biblioteca Central



Sobrado que funcionou a primeira sede da Universidade do Paraná, à Rua Comendador Araújo 42, de 1913 até meados de 1914. Após sua transferência para a sede própria na Praça Santos Andrade, o prédio foi ocupado pela Maternidade do Paraná. (Foto datada de 1949). Acervo: Reitoria UFPR/ Col. Cid Destefani



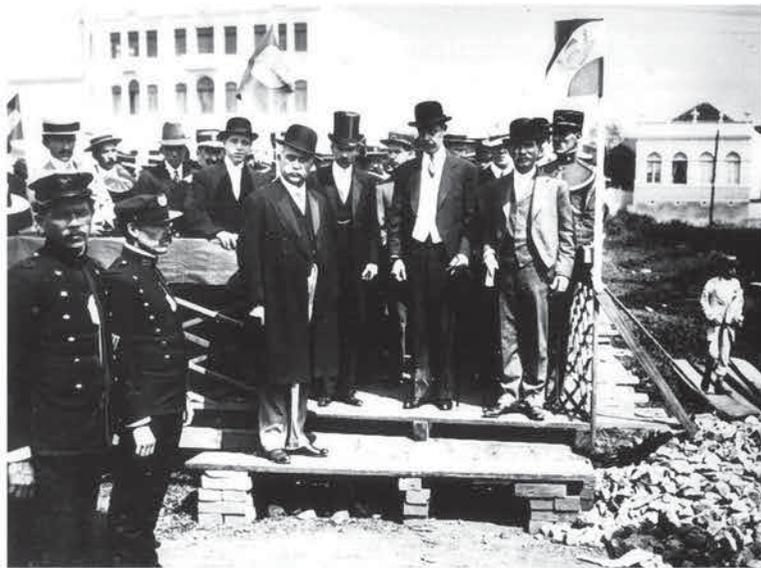
Grupo de alunos, 1913. Acervo: Biblioteca Central

**Lançamento da Pedra Fundamental,
em 31 de agosto de 1913.**

Em primeiro plano: Dr. Victor
Ferreira do Amaral.

Em segundo plano: Cândido Ferreira de Abreu,
Prefeito Municipal, Carlos Cavalcanti de
Albuquerque, Presidente do Estado, e
Dr. Reinaldo Machado.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



**Lançamento da Pedra Fundamental.
O Presidente do Paraná desce os degraus
portando a tradicional urna simbólica, a ser
depositada no local da pedra fundamental.**

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



**Contendo documentos referentes ao
evento da fundação, a urna é colocada
numa abertura do alicerce do edifício.**

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



cadeiras dos vários cursos e doutro, porque, na deficiência destes, não é justo, muito menos proveitoso, a se introduzir mais elementos, posto que diplomados deixando de margem aqueles que, mais idôneos, não devem ser alheios, só pelo fato de não serem portadores dum pergaminho”.²⁹

A instalação da Universidade foi amplamente divulgada pela imprensa. Euclides Bandeira, em carta ao amigo Nilo Cairo, publicada no *Diário da Tarde*, descreveu:

Não me tolhesse o receio de neefibaticice, diria que esse raio solar proclamador do *fiat* foi no caso a tua energia organizadora, que vai tornar esplêndida realidade aquilo que ao tempo de Rocha Pombo, dados os escassos recursos intelectuais e materiais, não podia deixar de ser uma experiência precoce. Os tempos não mudaram descomedidamente; hoje, porém, mais acentuadas estão nossas características de povo novo, forte, oriundo de um conflito étnico em que, por fortuna inapreciável, perdemos grande parte da indolência e da apatia ancestrais adquirindo confiança no próprio esforço e certo espírito empreendedor que é a melhor garantia da prosperidade do Paraná.³⁰

Assim, no dia marcado, nos salões do Congresso, teve lugar a criação da Universidade do Paraná. Em relatório, são precisados os detalhes desta solenidade:

A primeira hora da tarde, no salão das sessões do Congresso Estadual, achavam-se presentes os srs. Drs. Affonso Alves de Camargo, Arthur Martins Franco, Vieira Cavalcanti Filho, Claudino dos Santos, Marins Camargo, Victor do Amaral, Nilo Cairo da Silva, Flávio Luz, Antonio Franco, João Pernetá, José Rodrigues Pinheiro, João Barcelos, Octávio do Amaral, Hugo Simas, Assis Gonçalves, Petit Carneiro, Mário de Castro, Euclides Bevilaqua, Júlio Theodorico Guimarães, Daltro Filho, José Amadeu César, Sebastião Paraná, João Garcez, Júlio Xavier, Virgolino Brasil, Vieira de Alencar, Conrado Ericksen Filho, Manoel Carrão, Francisco Gutierrez Beltrão, Affonso Teixeira de Freitas, Walter Aust, Benjamin Lins, José Maria Pinheiro Lima, Azevedo Macedo, J. E. Espíndola, Reinaldo Machado, Pamphilo de Assumpção, Carlos Camargo, Emiliano Pernetá, Arthur Obino e Generoso Borges.³¹

Na ocasião, a diretoria da recém-criada Universidade do Paraná foi eleita por aclamação, tendo como “Director, Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva; Vice-Diretor, Dr. Euclides Bevilaqua; Secretario, Dr. Nilo Cairo da Silva; Sub-Secretário, Dr. Daltro Filho; Thesoureiro, Dr. Flávio Luz; Bibliotecário, Dr. Hugo Gutierrez Simas”.³²

Finalmente à noite, às 19 horas, ocorreria a instalação oficial da Universidade do Paraná, a qual contou com a presença de autoridades locais como o Presidente e

Secretários de Estado, o general Alberto de Abreu, o bispo D. João Braga, demais autoridades civis e militares, além de membros da comunidade. Tratava-se de um evento festivo, acompanhado de uma banda de música que tocava nos jardins do Congresso, atraindo a presença popular. O doutor Carlos Cavalcanti presidiu a sessão solene congratulando-se “...com os seus patrícios por aquele notável acontecimento, que representa um grande passo em favor do progredimento social do Paraná”.³³

Segundo o *Commércio do Paraná*,

...a Universidade do Paraná foi durante dias o thema obrigatório da conversação das classes letradas, diariamente suscitava artigos pela imprensa, uns louvando-a, outros a criticando. Surda a vozeria dos despeitados, a comissão organizadora continuava, porém, a trabalhar imperturbavelmente, superando todas as dificuldades, e, a 19 de dezembro, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, realizavam-se as duas primeiras sessões de assembléia geral dos lentes da Universidade do Paraná, uma de dia e outra a noite.³⁴

O *Diário da Tarde* também descreveu a instalação da instituição de ensino superior paranaense: “...realizou-se hontem, às 7 da noite, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, a sessão solene inaugural da Universidade do Paraná. Presentes, além do corpo docente, numerosos convidados, cavalheiros e senhoras, o Dr. Victor do Amaral, Director da Universidade, tomou a presidência. O Dr. Victor do Amaral convidou para presidir a sessão o Sr. Dr. Carlos Cavalcanti, que fôra aclamado director honorário”.³⁵

Nessa ocasião, o orador escolhido foi Daltro Filho, que em seu discurso deixava entrever sua formação positivista. Justificava a necessidade da criação da Universidade do Paraná com um apanhado de fatos históricos sobre a nação brasileira. Para ele, na época colonial, “crescíamos à ventura com o baralhamento sem nome de três cores, três línguas, e três crenças, destacando-se entre estas o catolicismo cuja nobre unidade, o espírito do povo diluía na superstição do culto medievo”. No transcorrer do seu discurso, não deixam de transparecer ideias e posicionamentos preconceituosos, ao afirmar que o povo brasileiro era dividido em castas e “escandalosamente mestiço”. “Daí o baralhamento das idéias, concretizadas em sedições e tumultos”. Prosseguia dizendo que com a independência não cessaram “...nossas tendências disparatadas que a cada passo explodem”. Exaltava o papel dos grupos letrados sobre as instituições, o que ocorria em países civilizados como a França e a Inglaterra. “Compreende-se bem

que nas sociedades sem fisionomia, como a nossa, sua influência cresça a ponto de tornar-se decisiva”. Completava exaltando a Abolição e a República como nossas melhores conquistas, embora distanciadas das escolas. Afirmava que o Brasil atravessava um período longo de combinações incompletas, e que somente pelo ensino se poderia nivelar os brasileiros. Pregava a ação coercitiva da União para que se realizasse a unidade da pátria. Ressaltava que ninguém deveria assustar-se com o termo Universidade e que ela não poderia ser comparada com as instituições madrastas e medievais. A universidade seria apenas um vocábulo que significaria várias carreiras liberais. Na universidade, as verdades científicas, que são as verdades positivas, seriam severamente demonstradas. Essas verdades positivas não se esgarçariam em proposições metafísicas, “mais ou menos despidas de sentido”.³⁶

Após o discurso, os novos professores e os membros da Diretoria e do Conselho Econômico assinaram o termo de posse e pagaram os emolumentos do diploma dos cargos, os primeiros 30\$000rs., e os demais 20\$000rs., respectivamente. Isso totalizou o valor de 2.000\$00rs., e essa contribuição se tornaria o primeiro capital recebido pela instituição, para fazer frente às despesas com a sua instalação.

De posse dos valores arrecadados, o reitor ficou encarregado de providenciar uma sede. Alugou, então, um prédio na Rua Comendador Araújo, n.º 42, para sediar o estabelecimento. O doutor Arthur Martins Franco abriu um crédito de até dez contos de réis no London and Brazilian Bank e, os doutores Nilo Cairo, Daltro Filho e Flávio Luz se encarregaram de executar a instalação. A situação financeira só melhoraria a partir de fevereiro de 1913, quando começaram a entrar em caixa as primeiras taxas dos exames de admissão. “Foi assim, a golpes de energia, de atividade e de pontualidade na execução da instalação da Universidade, que a actual Diretoria conseguiu superar as primeiras dificuldades financeiras, que a todos se antolhavam inevitáveis, e sem recorrer a empréstimo ou a dádiva de qualquer espécie.”³⁷

A Universidade do Paraná estava amparada pelo Decreto Federal n.º 8.659 de abril de 1911, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República. Era chamada Lei Rivadávia, que instituiu a liberdade de ensino no território nacional. Também foi reconhecida pelo Governo do Estado, pela Lei n.º 1.284 de 27 de março de 1913, o que lhe assegurou a doação de um pequeno patrimônio financeiro e a subvenção de 36\$000 rs. por um ano.

Sala do Conselho Superior, 1914.
Acervo: Biblioteca Central

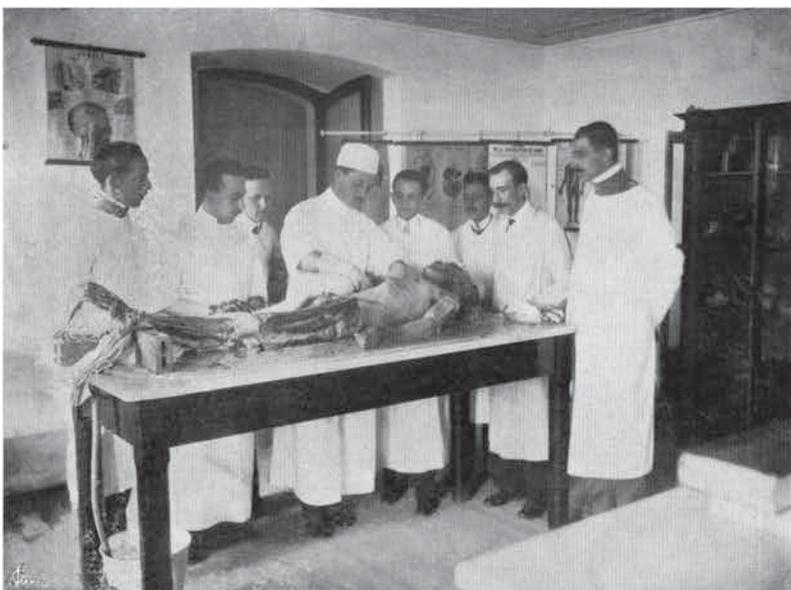


Gabinete de Tecnologia, 1914.
Acervo: Biblioteca Central

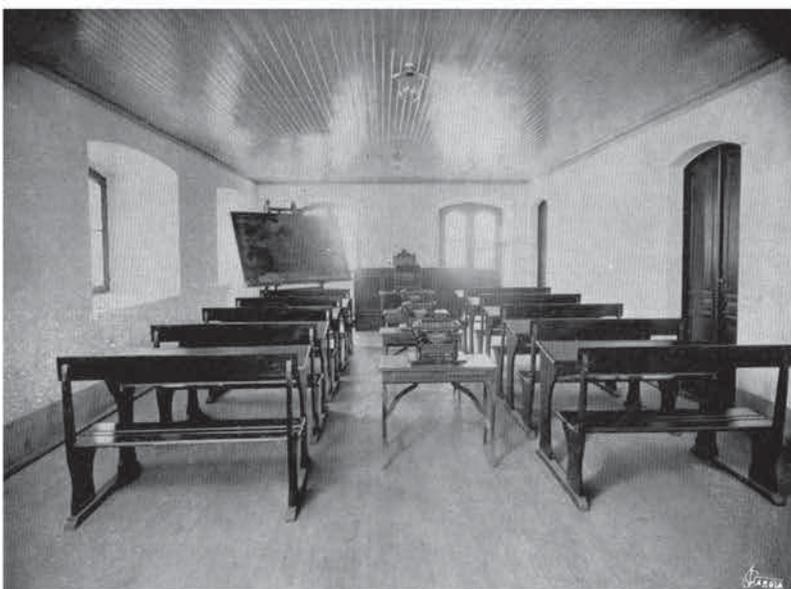


Laboratório de Anatomia, 1914.
Acervo: Biblioteca Central





Aula de dissecação anatômica, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



**Sala de aulas do
Curso de Comércio, 1914.**
Acervo: Biblioteca Central



**Sala para aulas do
Curso de Engenharia, 1914.**
Acervo: Biblioteca Central



Para garantir seu funcionamento, ficaram estipuladas algumas taxas, as quais “...eram de variado valor: para o exame de admissão trinta mil réis, para a matrícula e exame final, cinquenta mil réis; para a freqüência de laboratórios, vinte mil réis anuais. As quantias referentes às mensalidades eram: Direito, e Engenharia de quarenta mil réis; de Farmácia e Odontologia, trinta mil réis; e a de Comércio, vinte e cinco mil réis”.³⁸ Embora fossem previstas, nem sempre foram executadas.

O momento, porém, era de muito trabalho, a Universidade do Paraná precisava se estruturar. Organizaram-se a Diretoria, os Conselhos Econômico e Superior, as Congregações dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, de Engenharia, de Medicina e Cirurgia e de Comércio. O objetivo era mantê-la coesa, sem dividi-la em escolas ou faculdades. Estabeleceu-se, ainda, um Curso Preparatório, para suprir a falta de preparo dos candidatos.

Inicialmente, em 1913, matricularam-se noventa e sete alunos, sendo vinte e nove para o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais; trinta e dois para o Curso de Engenharia; treze para o de Odontologia; dez para o de Farmácia e treze para o de Comércio. A freqüência era obrigatória e as provas mensais conhecidas por sabatinas.

Oscar de Plácido e Silva, o primeiro aluno e primeiro funcionário da Universidade do Paraná, comenta:

Quando, aqui entre nós, se começou a falar que os drs. Nilo Cairo e Vitor do Amaral, ressuscitando a malograda iniciativa de Rocha Pombo, pretendiam a criação de uma Universidade, os vaticíneos eram os mais disparatados. Alguns admitiam a possibilidade de êxito; outros julgavam-na idéia de loucos, fomentada pelo louco do Nilo Cairo.

- É conversa fiada...

- Mas, não... Há o Dr. Vitor, homem que não se iria jogar em uma aventura...

- Não, não sai... Morre como tantas outras que se pensaram antes.³⁹

Apesar de tantas dúvidas e expectativas suscitadas na comunidade, aos poucos a Universidade ia se constituindo e saindo do papel. Os gabinetes e laboratórios foram montados à medida da necessidade, como o gabinete de Anatomia, Botânica e Zoologia, Topografia, Histologia, Microbiologia, Mineralogia e Geologia, de Comércio, e o Laboratório de Química. Havia ainda o Dispensário Dentário e a Biblioteca. A Universidade também estava apta a habilitar profissionais estrangeiros e práticos de farmácia.

Ao comentar o cotidiano da Universidade do Paraná, David Carneiro lembra:

O clímax do chamado ensino livre foi em 1911, e a nossa Universidade foi fruto desse ambiente salutar, ao mesmo passo que fruto da dedicação dos professores, que não recebiam seus ordenados, mas assinavam documentos como se o fizessem. As aulas eram quase sempre gratuitas, e havia professores que se encarregavam (como Nilo Cairo fez várias vezes e Plínio Tourinho e João Pernetá) de duas e três cadeiras, afora as aulas comuns. Nesse tempo, os professores não faltavam. A pontualidade era questão de honra, à vista da situação de penúria dos cofres da instituição, enquanto o edifício central não estivesse concluído. E ninguém desejava senão contribuir com a sua parcela para o momento que seria obra de todos.⁴⁰

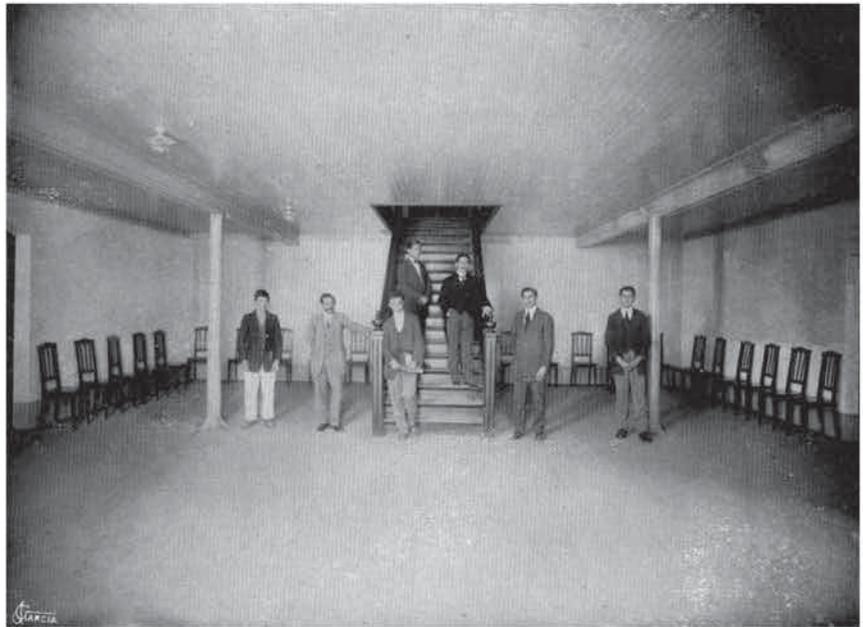
Cabe lembrar que a organização da Universidade, segundo consta, seguiu o modelo das escolas militares, por influência de alguns de seus fundadores, ligados ao Exército Nacional.

Na efetivação de seu ensino, a Universidade adotou muito de perto o regime da Escola Militar, inspirado por Nilo Cairo, Daltro Filho e Plínio Tourinho, brilhantes oficiais do exército, que muito influíram para a implantação do sistema tão salutar. E assim, havia mensalmente um exame escrito parcial, cuja nota seria computada na aprovação anual, somando-se às notas de escrita e oral, que se diziam exames finais. Por outro lado, fosse qual fosse o número de pontos do programa, prelecionados durante o ano, todo o programa seria exigido nas provas escritas e orais.⁴¹

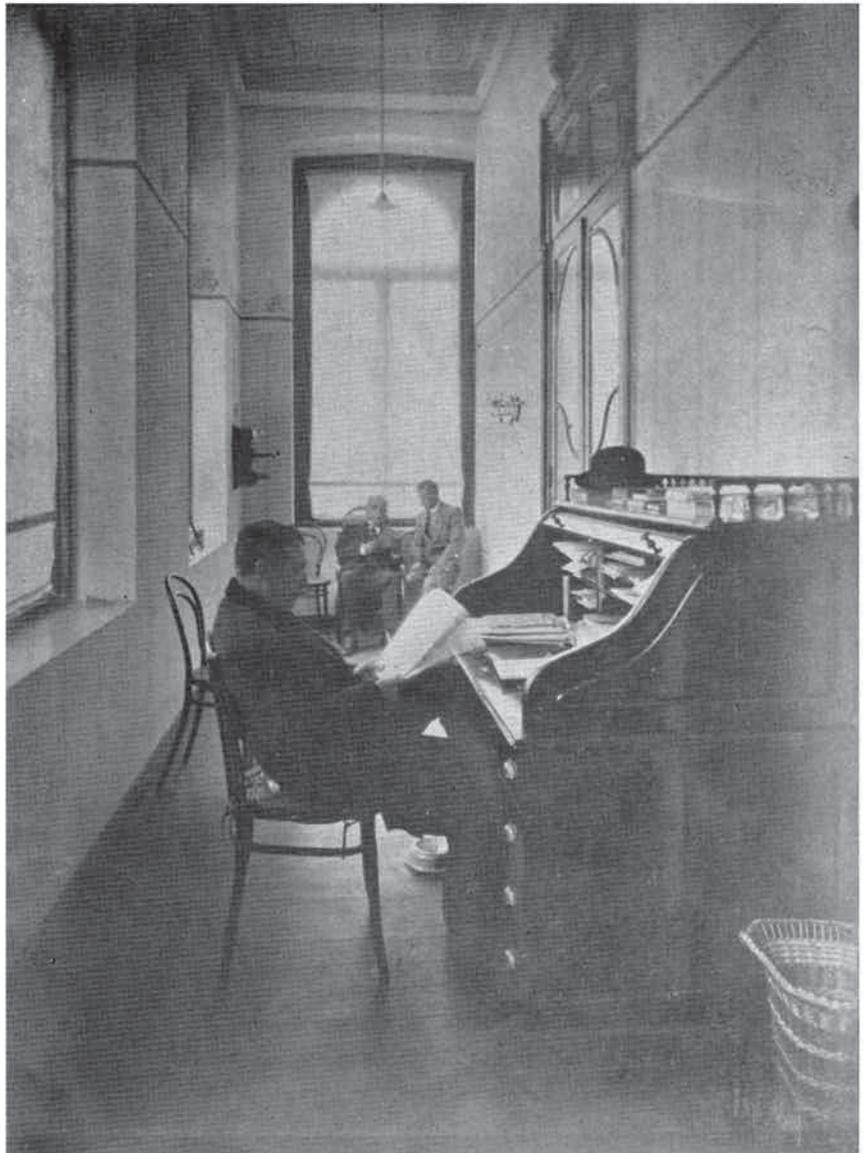
O corpo docente da Universidade do Paraná compunha-se de lentes catedráticos (aos quais competia reger a sua cadeira e organizar anualmente o programa do seu curso) e lentes substitutos (a quem competia substituir o catedrático nos seus impedimentos). A vaga do catedrático, pela nomeação do substituto e a vaga do substituto era preenchida por concurso, o qual constava da apresentação de uma memória original a ser defendida e provas orais e práticas.

As aulas dos cinco cursos em funcionamento começaram em 24 de março de 1913, com os seguintes professores:

no Curso de Direito, os professores Benjamin Lins e Otávio do Amaral; no Curso de Engenharia, que teve em função os três primeiros anos, professores Mario Tourinho, Daltro Filho, J. Moreira Garcez, João Pernetá, Afonso Teixeira de Freitas, Baeta de Faria, Generoso Borges, Ernesto de Oliveira, J. Cipriano, Rodrigues Pinheiro e Reinaldo

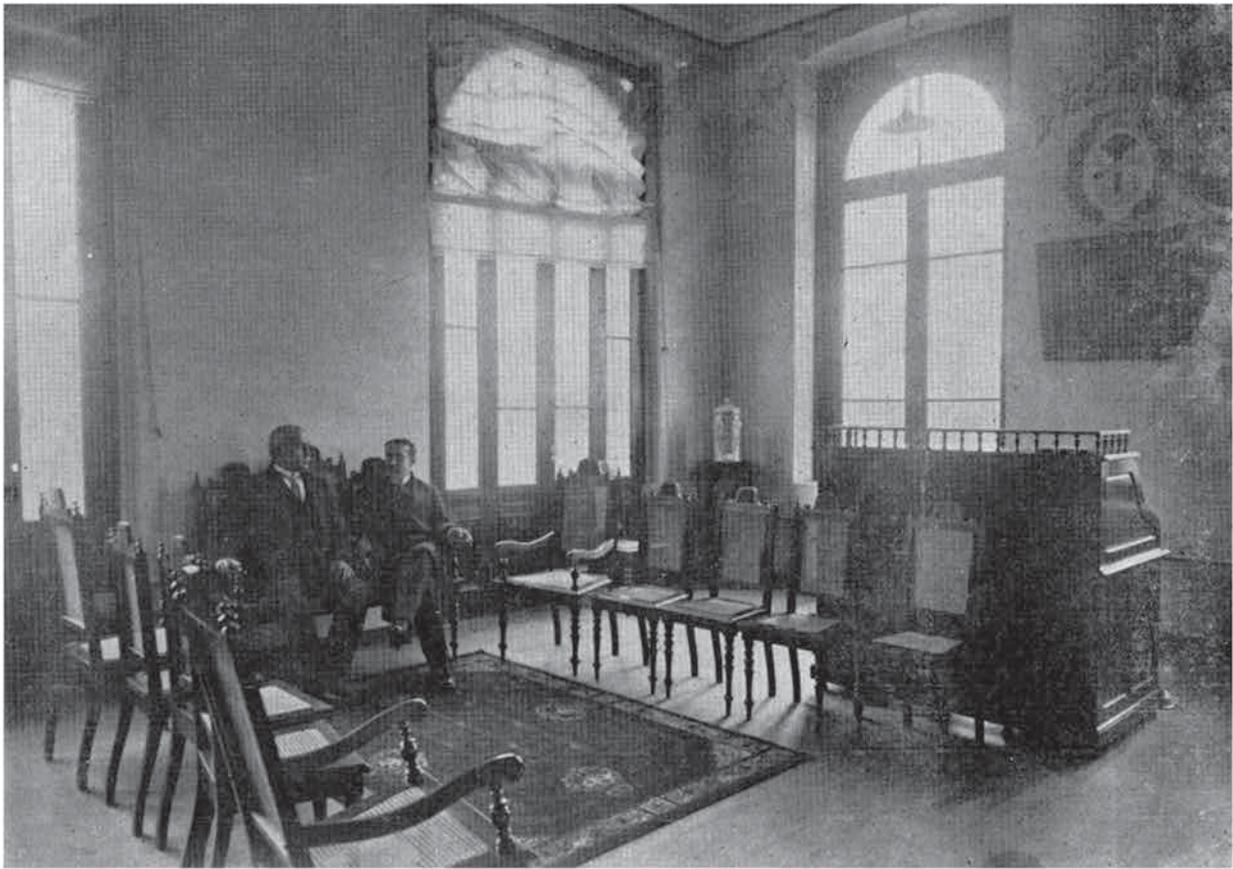


**Empregados administrativos da
Universidade, 1914.**
Acervo: Biblioteca Central



**Gabinete do Secretário da
Universidade, 1915.**
Acervo: Biblioteca Central





Sala do Diretor, 1915. Acervo: Biblioteca Central



Laboratório de Histologia, 1915. Acervo: Biblioteca Central

Machado; no Curso de Farmácia, Manoel Carrão, Rodrigues Pinheiro e Joaquim Pinto Rebelo; no Curso de Odontologia, professores Miguel Santiago, Petit Carneiro, Nilo Cairo da Silva, Matos Azeredo e Neves da Costa; e no Curso de Comércio, professores Sebastião Paraná, Generoso Borges, Júlio Theodorico, Henrique Itiberê e Leopoldo Reuter. Durante a licença do professor Reinaldo Machado, exerceu a cátedra o professor Cláudio de Lemos.⁴²

No decorrer do ano, foram realizados quatro concursos de professores catedráticos, aprovando Ernesto Luiz de Oliveira, Henrique Itiberê da Cunha, Luiz Caetano de Oliveira e Hugo Riedel.

Os Estatutos da Universidade do Paraná tiveram por base os da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovados pelo Conselho Superior, em 13 de setembro de 1913. Estabeleciam que se tratava de uma “...associação civil, que tem por fim ministrar o ensino superior integral a todos os indivíduos, sem distinção de sexo, nacionalidade ou religião. A universidade considera como meio de conseguir seus fins a instituição dos vários cursos correspondentes ao ensino de que trata o artigo anterior, do exame de habilitação de profissionais estrangeiros e de um Curso Preparatório”.⁴³

Nesse primeiro Estatuto de 1913, já estava presente a necessidade da instalação de uma Maternidade, que foi criada mais tarde, em 3 de agosto de 1914. Seria um hospital especial destinado aos partos, a prestar assistência às mulheres pobres e a servir de ensino de obstetrícia aos alunos. Também o mesmo Estatuto estabelecia o Instituto de Assistência Judiciária para o ensino prático dos alunos, as oficinas técnicas de Engenharia, o Instituto Comercial, além da Instrução Militar.

Determinou-se, ainda, que a Universidade do Paraná tivesse um selo de identificação, para assinalar os diplomas conferidos:

o qual consistirá em um symbolo representando o mundo iluminado pelo gênio da sciencia; no centro a ellipse da trajetória da terra de grande eixo vertical, ladeada por dous ramos, um de carvalho, representando o poder da vontade, e o outro de louro, representando o poder da inteligência, na extremidade inferior da ellipse, vê-se emergir a metade do globo terrestre e na superior um archote sahido da terra; enfim uma faixa, levando o lemma – Sciencia et Labor – corta a ellipse em diagonal, no sentido do plano do equador celeste; por cima de tudo, entre as extremidades dos ramos de louro e carvalho, o nome Universidade do Paraná.⁴⁴

Finalmente, constava também do Estatuto a criação dos cursos de Medicina e Cirurgia, cuja organização, pelo Conselho Superior, ocorreu em 28 de outubro, podendo iniciar suas atividades já no ano seguinte.

O panorama ainda aguardava mudanças significativas, que ficariam marcadas para sempre na memória e na imagem da cidade e dos paranaenses. A casa alugada na Rua Comendador Araújo rapidamente se tornou acanhada, não comportando todas as atividades previstas pelo Estatuto. Era necessário buscar soluções mais imediatas e definitivas. Assim, a diretoria pediu à Câmara Municipal o terreno que havia sido doado a Rocha Pombo, na Av. Iguaçu, mas não conseguiu atingir seu intento. Também o governo do Estado doou por lei, à Universidade, a quantia de 80.000\$000rs. Parte dessa quantia foi empregada na compra de um terreno na Rua Carlos de Carvalho, esquina com a Rua Visconde de Nacar. A planta e a fachada foram entregues ao engenheiro militar, posteriormente professor da Universidade, Guilhermino Baeta de Faria. Tudo estava pronto para a construção do prédio principal, mas a Câmara Municipal doou, então, um terreno mais central, situado na Rua XV de Novembro. Com a mudança de terreno, rapidamente pequenos ajustes foram feitos para o lançamento da pedra fundamental do edifício da Universidade do Paraná, que ocorreu em 31 de agosto de 1913.

Entre autoridades civis, militares e religiosas presentes no lançamento da Pedra Fundamental estavam o Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, e o prefeito municipal Cândido de Abreu, além de representantes da imprensa, de associações civis e da comunidade. "...o projecto do sumptuoso edifício, imaginado com arte e traçado consoante as regras do estylo colossal, é devido exclusivamente à capacidade technica do illustre engenheiro militar capitão Guilhermino Baeta de Faria, lente catedrático da nona cadeira do curso de Engenharia Civil."⁴⁵ A fachada principal do edifício com frente para a Praça Santos Andrade media 54 metros, e a previsão para que estivesse concluído era abril de 1914, e seria construído pela empresa de Bortholo Bergonse. Inicialmente, também participou da construção Carlos Dietzche, que após alguns meses se desligou do empreendimento.

Nessa época, a Praça Santos Andrade, que ficava em frente ao local escolhido, era usada como o depósito de lixo da prefeitura. Além disso, ali começava o brejo que se prolongava até o rio Belém. Só em 1916, atendendo às reivindicações do Centro



Desenho da fachada do Primeiro Prédio Histórico da Universidade do Paraná projetado por Guilhermino Baeta de Faria, em 1913. Tela original 110cm x 153cm, restaurada em 2005 por Denise Zanini e Clara L. Fritoli. Reprodução fotográfica do Prof. Osvaldo dos Santos Lima (UFPR/DECOM). Desenho digital em 2007 de Fábio Stinghen.



Acadêmico junto à prefeitura, referentes ao mau-cheiro, sobretudo no verão, é que o depósito de lixo foi retirado daquele local.

No decorrer da construção do prédio, o *Comércio do Paraná* estampava ‘com prazer’ o clichê da fachada do edifício da Universidade do Paraná em edificação.

O edifício, cuja planta foi confeccionada pelo distinto engenheiro militar Doutor Baeta de Faria, terá a forma quadrangular com uma grande área central. A sua fachada principal, ora em construção, com frente para a Praça Santos Andrade, mede 54 metros de extensão, com fundos correspondentes para a rua Garibaldi; as alas laterais medirão 53 metros, com frente de um lado para a rua XV de Novembro e de outro para a rua do Morumby. Até abril do anno vindouro, deve ficar adaptada a parte central, para nella ir funcionar a Universidade. Dentro de dous annos espera a sua activa e benemérita directoria concluir a ala principal. A conclusão do edificio será, depois, feita paulatinamente, estando orçada em mais de setecentos contos de reis.⁴⁶

A Pedra Fundamental foi lançada no alicerce anterior do edifício. Continha um pequeno cofre metálico com ata, cópia do estatuto, programas e cadernetas impressas, lista dos lentes, alunos e empregados, discurso original do orador Benjamin Batista Lins de Albuquerque, jornais do dia e moedas metálicas nacionais.

NOTAS

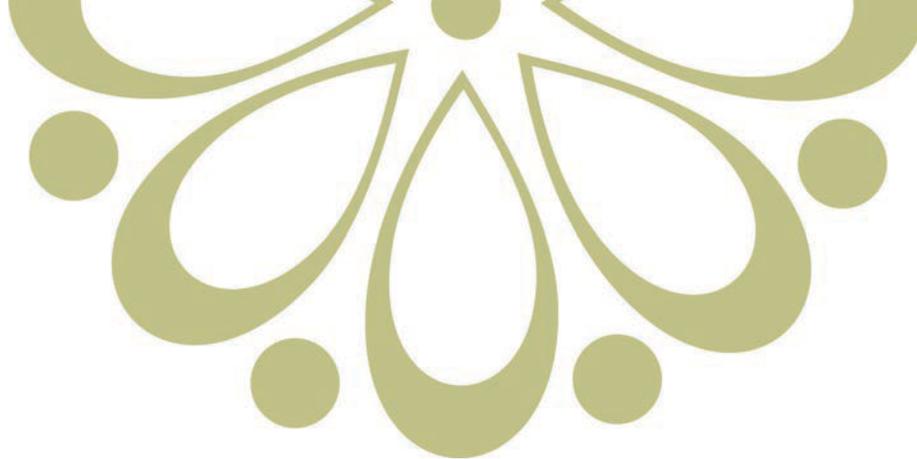
- ¹ MONTEIRO, 1903, p.23. In: TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 65.
- ² TRINDADE, Etelvina; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001. p. 66.
- ³ VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1913. p.121-122.
- ⁴ MAGALHÃES, 1972. p. 50.
- ⁵ WACHOWICZ, Ruy C. **A Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1985.p. 24.
- ⁶ Ibid., p. 25.
- ⁷ VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1913. p.131.
- ⁸ WACHOWICZ, 1985.p. 13.
- ⁹ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 5.
- ¹⁰ LIMA, Eduardo. 1982.
- ¹¹ CARNEIRO, David. **Educação, universidade: história da primeira universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1971.
- ¹² UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 6.
- ¹³ José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes, em 4 de dezembro de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1933. Advogado, professor e historiador, foi membro da Academia Brasileira de Letras.

- ¹⁴ CARNEIRO, David. **Educação, Universidade: História da Primeira Universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1971. p. 109.
- ¹⁵ WACHOWICZ, 1985. p. 31.
- ¹⁶ TRINDADE; ANDREAZZA, 2001. p. 84.
- ¹⁷ COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 29 nov. 1912. p. 1.
- ¹⁸ COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 06 dez. 1912. p. 2.
- ¹⁹ COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 27 nov. 1912. p. 1.
- ²⁰ WACHOWICZ, 1985. p. 34.
- ²¹ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**. Apresentado à Assembléia Geral, em 19 de dezembro de 1913 pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva. Curitiba: Tip. Alfredo Hoffmann, 1913. p. 3.
- ²² WACHOWICZ, 1985. p. 154.
- ²³ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**. Apresentado à Assembléia Geral, em 19 de dezembro de 1913 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva. Curitiba: Tip. Alfredo Hoffmann, 1913. p.15.
- ²⁴ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913. p. 16.
- ²⁵ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 9.
- ²⁶ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913. p. 15
- ²⁷ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913,p. 17.
- ²⁸ DIÁRIO da Tarde. Curitiba: 29 nov.1912.p. 1.
- ²⁹ DIÁRIO da Tarde. Curitiba: 03 dez.1912. p. 1.
- ³⁰ DIÁRIO da Tarde. Curitiba: 02 dez. 1912. p. 1.
- ³¹ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913. p. 18.
- ³² Ibid., p. 19.
- ³³ Id.
- ³⁴ COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 20 dez.1912 In: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913. p. 17.
- ³⁵ DIÁRIO da Tarde. Curitiba, 20 dez.1912. In: PARANA. Universidade. Relatório, 1913. p. 20.
- ³⁶ DALTRO FILHO. Discurso. In: WACHOWICZ, 1985. p. 44.
- ³⁷ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913. p. 21.
- ³⁸ SILVA, Oscar Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p. 145.
- ³⁹ Ibid., p. 139.
- ⁴⁰ CARNEIRO, 1971. p. 133.
- ⁴¹ SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p. 151.
- ⁴² Ibid., p. 144.
- ⁴³ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Estatutos**: aprovados pelo Conselho Superior em sessão de 13 de setembro de 1913. Curitiba: Typ. Hoffmann, 1913. p. 3.
- ⁴⁴ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Estatutos**, 1913. p. 77.
- ⁴⁵ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1913. p. 85.
- ⁴⁶ COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 12 out. 1913. p. 21.

Blank Page



Blank Page



IMPASSES E CRISES

CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1915-1945)



No primeiro quartel do século XX, a influência da conjuntura mundial no Brasil e os anos dramáticos da Primeira Grande Guerra (1914-1918) favoreceram a industrialização do país. Isso foi provocado, sobretudo, pela onda de expansão capitalista do final do século passado e pela necessidade de substituir-se as importações em virtude da inversão dos fluxos de mercadorias.

Concomitante a isso, o aumento da produção industrial gerou o crescimento das camadas operárias urbanas. No entanto, o desenvolvimento industrial não produziu a distribuição da riqueza, nem as esperadas melhorias na vida do operariado, formado, em sua maioria, por migrantes que se dirigiam do campo para as cidades. Todos esses fatos contribuíram para a formação dos sindicatos, a realização de greves e a difusão de ideias anarquistas. No período compreendido entre 1917 e 1919, as autoridades oligárquicas brasileiras assistiram ao auge das lutas e da vaga grevista, após a entrada no mercado de trabalho da classe trabalhadora assalariada, composta por imigrantes europeus e uma imensa maioria de brasileiros, sobretudo afro-descendentes.

Os anos 1920 transformaram-se no caldeirão em que ferviam as revoltas precursoras do modelo brasileiro moderno. O Brasil tornou-se o país da urbanização, da *Belle Époque* e da Semana de 22, da monocultura do café, das elites oligárquicas e da

revolta tenentista. Assistia-se ao crescimento do sentimento de nação e dos conflitos sociais. Todo esse movimento ganhou o nome de modernismo. No entanto, o marco simbólico do modernismo brasileiro concretizou-se com a *Semana da Arte Moderna*, que se realizou em São Paulo, em fevereiro de 1922. Essa *Semana* funcionou como um estopim, pois buscava, por meio da arte, promover uma reflexão sobre as transformações por que passavam o mundo e o país. Em meio a mudanças na poesia, na prosa e nas artes plásticas, ocorria um acelerado processo de industrialização e urbanização. Surgiram nas grandes cidades os altos edifícios, os letreiros luminosos, os viadutos, as máquinas e fábricas. O tempo corria mais rápido. A arte precisava acompanhar o “fluxo da vida moderna”, diziam os modernistas. Para isso, era necessário mudar a maneira tradicional de se expressar e pensar, por outra que representasse melhor as mudanças por que passavam o homem e o mundo.

O equivalente político dessa forma de pensar foi a eclosão do “tenentismo”,¹ que ocorreu dentro do espírito combativo de renovação. Esse representava a insatisfação da sociedade brasileira, porém, apesar de tudo, teve um conteúdo mais reformista que revolucionário. Ademais, ocorriam a crise econômica mundial provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a depressão subsequente, que também atingiu de pronto o Brasil. Muitas fábricas foram fechadas, mais de um milhão de trabalhadores ficaram desempregados em todo o país. A crise atingiu também a cafeicultura, provocando uma queda nos preços do café e liquidando o programa de estabilização financeira do governo.

Nesse contexto, teve lugar o golpe liderado por Getúlio Vargas, com o apoio das forças armadas, que inaugurou um período de ditadura que ficou conhecido como o Estado Novo. Com o golpe, o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais foram fechadas. Um amplo projeto de construção nacional foi proposto, o qual incluía a criação dos direitos sociais, ao lado de uma série de outras medidas, entre elas muitas referentes à educação. O Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema, desempenhou um papel fundamental no projeto político desenvolvido pelo Estado Novo. Sua ação foi dirigida, principalmente, com a finalidade de criar e afirmar uma nova ideia de nacionalidade. À educação cabia a importante função de procurar formar os cidadãos brasileiros, dotando-os de valores e noções comuns a toda a nação. Por educação, nesse caso, deve ser entendida não apenas aquela formal, que se ministrava dentro das salas de aula, mas também a que

se chamava de extraescolar. Foi assim, por exemplo, que se criaram os institutos e associações culturais. O governo queria divulgar, por meio do rádio e da imprensa, uma nova maneira de pensar o Brasil, buscando criar uma nova imagem da sociedade brasileira. Comentava-se muito sobre a criação de um “homem novo” para um “Estado Novo” de uma “Nova Nação”.

É importante ressaltar que os anos 30 testemunharam a reorganização econômica do país no sentido da industrialização e da urbanização. Além disso, o regime do Estado Novo foi contemporâneo às transformações políticas por que passavam os países da Europa. Foram algumas dessas transformações que conduziram o mundo à Segunda Guerra Mundial. As consequências desse episódio foram duras para o Brasil, que deveria se adaptar rapidamente aos novos tempos.

No Paraná, o modernismo teve uma manifestação regionalista, expressa pelo *Paranismo*, movimento que exaltava os elementos considerados formadores da identidade paranaense, como o clima, a terra e o homem, e teve significativa importância nas décadas de 1920 e 1930. Era liderado por um grupo de intelectuais que incentivavam as tradições, a cultura e a história da terra. Visava à construção de uma identidade regional, com base no progresso e no desenvolvimento social, congregando os imigrantes e seus descendentes em torno do movimento. A figura central desse movimento foi o literato e historiador Romário Martins. Comungavam com ele Euclides Bandeira, Dario Vellozo, Rodrigo Júnior, divulgando suas ideias em seus próprios escritos. Contava também com a participação de artistas plásticos como Theodoro de Bona, João Turim, João Zaco Paraná, Lange de Morretes, João Groff, que, por meio da estética, marcaram a arte, tanto nas temáticas como na simbologia das pinhas, pinhão, mate, pinheiro, paisagens; na arquitetura, música, pavimentação de ruas, decoração de interiores, esculturas, filmes etc. Com o mesmo propósito, foram criados espaços, como o Centro Paranista.

O movimento ampliou-se e expandiu-se até 1940, período em que o regionalismo já não era bem visto pelo governo autoritário e centralizador de Getúlio Vargas, cuja tendência era controlar a influência das forças regionais. Com a crescente centralização político-administrativa, os organismos do Estado se especializavam em sua atuação, podendo-se citar, entre eles, as Interventorias Estaduais e o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP.

Na economia, investiu-se no desenvolvimento por meio da industrialização em oposição às atividades de base agroexportadoras. No início do regime republicano, a base da economia paranaense continuava sendo a erva-mate. A mudança desse foco prejudicou o Paraná, que ocupava uma das lideranças no panorama nacional, ao concentrar sua economia em torno da exploração da erva-mate e do setor madeireiro. Na região norte do Estado desenvolveu-se a lavoura do café, que atingiria seu auge nas décadas seguintes. O Estado foi obrigado a adaptar-se às novas exigências econômicas e comerciais e a reorganizar o seu aparelho.

O progresso era significativo na agricultura, dominada pelos imigrantes europeus e seus descendentes. No entanto, havia também uma crise política, devido à corrupção eleitoral dos chefes políticos da República, e uma crise social, resultante do desenvolvimento da industrialização e das precárias condições de trabalho dos operários. Enquanto o comércio de animais entrava em relativo declínio, a pecuária extensiva mantinha-se de certa forma estagnada. Contudo, a economia ervateira ainda se expandia, atingindo o seu apogeu nos anos 1920, contribuindo diretamente na organização do Estado.

Em torno e a partir da indústria ervateira, consolida-se uma burguesia industrial, comercial e financeira, reforçada pela crescente exploração madeireira e pelos segmentos industriais decorrentes e pelo surgimento de todo um leque de médias e pequenas indústrias de bens de consumo corrente, em grande parte originário da formação artesanal de muitos imigrantes europeus. Essa burguesia, outrora incipiente, e agora ampliada e diversificada, mas ainda centrada, principalmente, na indústria ervateira, vai lentamente se impondo como força hegemônica no que chamamos de bloco no poder paranaense.²

De maneira geral, as pequenas indústrias iniciavam seus trabalhos produzindo fósforo, sabão, alimentos e cerâmicas. A partir da Primeira Guerra Mundial, a indústria madeireira recebeu grande incentivo e passou a explorar o pinho, tanto para o mercado interno como para o externo. As serrarias se multiplicaram inicialmente ao longo das estradas de ferro, penetraram gradativamente para o interior, associando-se ao transporte em caminhões. Em 1935, a erva-mate já era um produto decadente da economia paranaense, representando apenas 15% da receita do Estado. O café, economia em ascensão, já contabilizava 14%. Em 1920, já existiam cento e setenta e quatro serrarias no Paraná, algumas afastadas das linhas férreas, chegando até as regiões de matas de araucárias, onde o meio de transporte mais utilizado era o caminhão.

No panorama político, o período foi marcado pela presença do interventor e governador Manoel Ribas, entre 1932 e 1945, voltado às políticas públicas, investindo nas necessidades de cada região, mantendo o cunho modernizador. Mereceu especial atenção não só a infraestrutura, sobretudo viária, mas também o povoamento, a educação e a cultura.

O governo de Manoel Ribas visava ao desenvolvimento socioeconômico do Paraná, procurando integrar as diversas regiões e interiorizar o Estado, nos sentidos norte e sudeste, em função da cafeicultura emergente.

As transformações sociais advindas acompanharam o movimento nacional, com o crescimento das áreas urbanas. A população do Estado saltou de 685.000 habitantes, em 1920, para 1.236.000 habitantes em 1940. Curitiba já contava com 139.182 habitantes. A capital era considerada um município urbano, possuindo atividades comerciais e de serviços, além de abrigar o maior parque industrial do Estado. As chácaras ao redor da cidade foram desaparecendo gradativamente, dando lugar a ruas e construções modernas, inclusive prédios de vários andares. A região central era ocupada pelo alto comércio, bancos, seguidos pelo comércio retalhista e por moradias modestas. Além de uma área ocupada por residências aristocráticas, havia também uma região industrial com vilas operárias e uma região agrícola.

A capital se tornara um centro promissor; muitos foram atraídos pela busca de trabalho, estudo ou até mesmo pela oportunidade de melhorar sua vida. Estudantes convergiam de todos os pontos do Estado, concentrando-se em torno da Universidade e de centros artísticos culturais. A vida da cidade era movimentada pelas atividades estudantis – encontros de estudantes, desfiles cívicos e esportivos, incentivados pelo governo autoritário de Vargas – e pelas procissões religiosas organizadas pela Igreja Católica.

Inaugurou-se uma nova fase, da qual constaria até um planejamento urbanístico. Com efeito, na década de 1940, a prefeitura de Curitiba contratou uma firma do Rio de Janeiro para realizar um plano diretor, juntamente com os engenheiros da prefeitura, a firma carioca e o urbanista francês Donat Alfred Agache. Assim, elaborou-se o chamado “Plano Agache”, que nortearia as diretrizes urbanísticas da cidade nas décadas seguintes.

A proposta de Agache para a cidade teve aplicação parcial, porém levou a políticas inovadoras. Fazer planos ou preocupar-se com a urbanização dos grandes centros passou a ser uma proposta nacional; procurava-se melhorar o ambiente de vida, e, em decorrência disso, surgiram as grandes obras de remodelação do espaço urbano.

Curitiba tornou-se o local de convergência das riquezas produzidas no Estado, bem como um centro político, econômico, cultural, estudantil, comercial e militar. A modernidade trazia conforto, como a eletricidade, e com ela os eletrodomésticos, refrigeradores, fogões elétricos, batedeiras, liquidificadores, enceradeiras, cinemas, eram incorporados ao cotidiano das pessoas.

Em 1930, era descrita como cidade universitária:

...o excelente clima, os jardins, arredores, as casas de assistência, as grandes indústrias e as monumentais pontes da ferrovia Paranaguá-Curitiba cooperam eficazmente para que Curitiba seja a melhor cidade universitária brasileira. Em todos os recantos das circunvizinhanças da capital, o turista encontrará os mais sugestivos e lindos panoramas que possa imaginar sempre acentuados com os característicos pinheiros do Paraná que indiscutivelmente são os mais belos do mundo.³

A capital do Paraná era vista pela imprensa como: "...cidade modernizada, transfigurada, ostentando bulício, exibindo sussurro, atrativos esportes, teatros concorridos, reclames luminosos, autos chiques e disparadas, fraturando pernas e costelas; artimanhas políticas, paixões partidárias. Em suma, era a "Cidade Sorriso" "Princesa do Sul", "Noiva eterna da graça e da beleza".⁴

No convívio social, muitos foram os espaços a serem ocupados pelos moradores urbanos: os cafés, as casas de espetáculos, os teatros, as salas de cinema, os parques, o Passeio Público, entre outros. A Rádio Clube Paranaense, a primeira do Estado, inaugurada em 1924, trazia a modernidade para a capital.

Avanços também ocorreram no campo educacional, com o crescimento do número de escolas primárias, importante objetivo do governo republicano. Na capital, das três escolas existentes em 1893, passou-se para dez grupos escolares e vinte e cinco escolas isoladas em 1916.⁵ O ensino secundário e profissionalizante igualmente foi incentivado, a Escola Normal, o Instituto de Agronomia, o Instituto Comercial, a Escola de Aprendizes e Artífices e a Escola Profissional Feminina preparavam para o

mundo do trabalho. As escolas particulares, étnicas ou religiosas também tinham espaço na cidade.

O centro das atenções, no entanto, continua sendo a Universidade do Paraná, motivo de orgulho para o Estado. Mas outros estabelecimentos de ensino superior se estabeleceram, como a Escola Superior de Agronomia (1918), a Escola Superior de Veterinária (1931), a do Governo do Estado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938), e a Faculdade de Administração e Finanças (1937) de propriedade particular. Havia ainda a Escola Superior de Química Industrial (1924) anexa à Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, que em 1941 passaria para o controle do Governo do Estado; e a Escola de Educação Física e Desporto do Paraná (1942).⁶

SÍMBOLO DE PROGRESSO

O empreendimento referente à construção de uma sede digna de uma Universidade prosseguiu em ritmo acelerado. Com elementos clássicos e uma envergadura monumental, representava a ousadia de um grupo de intelectuais.

O edifício, em todas as suas expressões e representações, se impunha na cidade. Era chamado pela população “Palácio da Luz”, verdadeiro símbolo do progresso educacional paranaense.

Certamente, agradava à maioria das pessoas, pois todos se referiam com muita admiração ao edifício. Além da sua dimensão (era a maior construção da cidade na época), o que fazia os curitibanos orgulharem-se era o estilo da construção, que lembrava os edifícios inspirados na arquitetura européia que eram executados no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Desta forma, o edifício significava progresso e desenvolvimento e, abrigando uma instituição de ensino universitário, significava ainda a participação num restrito círculo intelectual.⁷

Em meio à crise econômica mundial, o doutor Victor do Amaral, em 1914, afirmava que, embora a Universidade do Paraná fosse atingida por ela, estava conseguindo manter-se economicamente.

Causava estranheza na população o fato de a Universidade estar de costas para a cidade, voltada para o “futuro”, cujo significado poucos podiam perceber. O terreno na

Praça Santos Andrade, à época, ficava na periferia, em frente a um depósito de lixo, às margens de um terreno pantanoso.

A ocupação do novo edifício deu-se aos poucos, de abril a junho de 1914, à medida que as salas ficavam prontas.

Em 1914, as aulas da Universidade do Paraná iniciaram-se a 16 de março no prédio da Rua Comendador Araújo. No entanto, logo foram transferidas para a Praça Santos Andrade:

...a 12 de abril, foi iniciada a mudança das primeiras salas de aula para o primeiro pavimento entregue: o porão habitável. Para este, pois, transportaram-se os Laboratórios de Química e de Anatomia e nele se instalaram algumas salas de aulas orais. E à proporção que outros pavimentos se iam concluindo parceladamente, as transferências das salas de aulas, gabinetes, departamentos administrativos ia-se realizando, até que, a 10 de junho, se teve a mudança como completa. Foi desocupado o prédio da rua Comendador Araújo. Mas não se desligou o imóvel da vida inicial da Universidade: ali iria ser instalada a Maternidade do Paraná, uma instituição útil que viria servir aos estudos do curso de Medicina, o que realmente ocorreu.⁸

Em 12 de abril de 1914, estavam presentes no edifício da Praça Santos Andrade, para inaugurar as instalações do novo prédio, o desembargador Euclides Bevilaqua, vice-diretor em exercício da Universidade do Paraná, Hugo Simas, bibliotecário, Carlos Cavalcanti, presidente de Estado, Cândido de Abreu, prefeito de Curitiba, Bortolo Bergonse, construtor, Nilo Cairo, secretário da Universidade do Paraná, e os professores da instituição.

Depois de visitarem as salas, onde já se achavam os alunos a observarem o material já ali acomodado, reuniram-se todos na sala de dissecações anatômicas, a fim de lhes ser oferecido uma taça de champagne em regozijo pelo auspicioso feito. Tomando a palavra, disse o Sr. Nilo Cairo que se achavam ali reunidos os “loucos” que haviam concebido e executado a obra daquele instituto, e os “idiotas”, como o Sr. Presidente de Estado e o Prefeito Municipal, que haviam acreditado na realização da idéia concebida pelos loucos e auxiliado poderosamente a sua ação. Pois bem, na hora em que a Universidade do Paraná começava a funcionar no seu prédio próprio, era o momento a declarar que o diagnóstico dos maldizentes e dos incrédulos fora errado e que, de fato, os loucos e os idiotas eram cabeças perfeitamente equilibradas, que haviam sabido com critério sacar sobre o futuro.⁹

Após a transferência das primeiras salas de aula para o novo prédio, os estudantes tomaram uma atitude inusitada.

Museu de História Natural, 1914.
Acervo: Biblioteca Central



Laboratório de Química Geral, 1915.
Acervo: Biblioteca Central



**Sala de aula do Curso de Comércio,
anexo ao Curso de Direito, 1915.**
Acervo: Biblioteca Central



Os alunos do primeiro ano de Engenharia, coadjuvados por alunos de outros cursos, tomaram o alvitre de promover a mudança de suas salas para o novo prédio, onde já se haviam instalado algumas salas de aula. E assim o fizeram entre risadas e brincadeiras. Formando préstito, rumo à Praça Santos Andrade, transportavam às costas mesas, cadeiras, quadros negros e tantos outros móveis que encontravam a mão, depositando-os, afinal, no átrio do porão já aproveitado pelas salas de aulas ali instaladas. E no dia seguinte, tratamos de conseguir carroças para trazer os móveis de volta à rua Comendador Araújo.¹⁰

Quanto ao antigo prédio da Rua Comendador, destinado à Maternidade, na década de 1920, já não comportava mais o estabelecimento. Provisoriamente, foi transferido, passando a funcionar inicialmente na Avenida 7 de Setembro. Mais tarde, em 3 de maio de 1930, foi para o prédio próprio na Av. Iguaçu, em um terreno doado pela senhora Lili Santerre Guimarães. Nessa época, a Faculdade de Medicina adquiriu no exterior novos materiais cirúrgicos e utensílios. A maternidade, então, recebeu, da Congregação da Faculdade de Medicina, o nome de Victor Ferreira do Amaral.

Nesse cenário, a Universidade do Paraná se consolidava como motivo de orgulho e entusiasmo para todos os paranaenses. No entanto, nem todos acreditavam nesse empreendimento, por vezes duramente criticado na imprensa, que o considerava uma ideia absurda.

Vociferava-se até, nas esquinas, contra o grupo de cavalheiros que se achavam a testa do empreendimento e, como a frente desse grupo, o mais denotado era o meu distinto amigo Dr. Nilo Cairo, passou-se a chamar a Universidade do Paraná de Universidade do Nilo [...] Falou-se na edificação do prédio da universidade. Riram-se. E o dinheiro? Passaram a espalhar o boato que a instituição não tinha capitais e que seria perigoso a um construtor tomar a si a construção do prédio [...] Muita gente passou então a dizer que as paredes da Universidade estavam fora do prumo e não podiam durar muito sem cair [...] Não havia mais nada a criticar. Minto. Diziam que ninguém mais se matricularia em 1914. O vaticínio foi burlado; a Universidade do Paraná tem hoje 200 alunos.¹¹

Apesar das opiniões contrárias, todas as etapas de sua construção foram concluídas em 1916, ocasião em que o edifício já apresentava todos os seus espaços ocupados, mesmo aqueles que pareciam sem função no início da obra. Composto por cinco pavimentos, estes abrigavam desde as salas de aula, a biblioteca e o setor administrativo, até os laboratórios especializados, como descreveu Plácido e Silva:

O primeiro pavimento, era compreendido por dois anfiteatros de aulas, conhecidas pelas denominações de primeira e segunda salas, a arrecadação militar, destinada ao Tiro de Guerra Acadêmico, o Laboratório de Dissecção Anatômica, sala para preparação e conserva de cadáveres, Gabinete de residência dos materiais de Construção, sala para o depósito de material de limpeza e reservado para as instalações sanitárias. Os dois anfiteatros de aulas orais achavam-se mobiliados com carteiras estilo americano, havendo cátedras, sistemas Deyrolle, destinadas aos lentes. O Laboratório de Dissecção, além de material indispensável ao ensino, possuía mesas especiais com pedra mármore, providas de pias com água corrente. No segundo pavimento, que dava acesso à entrada principal, encontravam-se um anfiteatro de aula oral, a terceira sala, o Gabinete de Materiais de Construção e Tecnologia das Profissões Elementares, salas de aula, sede de Assistência judiciária, a sala do Ponto, Gabinete de Prótese Dentária, Gabinete de Clínica Dentária e sala de espera de clientes do Dispensário Dentário. O terceiro pavimento foi destinado, especialmente, à administração do instituto. Nele se localizaram: o Conselho Superior, Gabinete de Diretoria, Secretaria, Gabinete do Secretário, a Biblioteca com os seus seis mil volumes, a Sala de Leitura, a tesouraria, o Depósito Geral e a sede do Centro Acadêmico. A sala do Conselho Superior destaca-se pela riqueza de sua pintura interna, toda a óleo, e pela sua ornamentação. Há aí em símbolos, a representação de todos os cursos da Universidade, e mais suas armas, as do município, as do Estado, tudo acabado com capricho e formando um belo conjunto. O rico mobiliário, arranjado em forma de anfiteatro, completa a imponência da sala. No quarto pavimento, acham-se localizados os mais interessantes departamentos: Laboratório de Microbiologia, Museu de História Natural, Museu de Anatomia, Laboratório de Fisiologia, Gabinete de Física Experimental e Laboratório de Histologia. E não exageramos, nem tão pouco erramos, quando asseveramos que os gabinetes, museus e laboratórios alojados no quarto pavimento formavam os departamentos mais interessantes da Universidade. Vamos mais além: eles eram constituídos pelo que havia de mais perfeito e moderno, naquela era, em matéria de ensino, não se temendo, por isso, qualquer confronto com os seus congêneres de outras escolas brasileiras. Passando-se no quarto pavimento, chegava-se afinal ao quinto, onde se instalaram magnificamente os Laboratórios de Química Geral e Análise, e a ala de Desenho.¹²

Embora grandioso, o edifício já se apresentava pequeno, diante das inúmeras atividades que abrigava, com todas as salas ocupadas; então foi preciso prever, para 1917, a construção dos torrões laterais, o que só ocorreria em 1923. Na realidade, apenas 32% do projeto original de Baeta de Farias havia sido construído. As alas laterais

e as frentes para as Ruas XV de Novembro, Alfredo Bufren e Presidente Faria aguardavam execução.

Quanto ao aspecto econômico, Victor Ferreira do Amaral afirmava:

...achando-se concluída e paga a construção do prédio da Universidade e montados os seus laboratórios, museus e gabinetes, que apenas carecem de ligeiros aumentos e aperfeiçoamentos, resta à futura administração ir aos poucos saldando o passivo da sociedade, o que poderá ser feito dentro dos dois próximos exercícios financeiros, ficando a Universidade nas mais lisonjeiras condições de enfrentar o futuro com segurança e tranqüilidade.¹³

O edifício da Universidade era pintado em cor rosa, devido ao revestimento utilizado. Isso só foi alterado por ocasião de mais uma ampliação, em 1940, quando o prédio foi pintado de branco.

A Universidade, porém, não se resumia apenas ao prédio. Era acima de tudo o lugar do saber. Na opinião do doutor Victor do Amaral, "...a instrução superior considerada sob a tríplice função de criar, ensinar, e aplicar a ciência, esta definitivamente constituída na Universidade do Paraná".¹⁴

Em 1914, o leque de ofertas aumentou com a inclusão do Curso de Medicina e Cirurgia que fora estabelecido. Frequentavam a Universidade do Paraná cento e noventa e dois alunos, a saber: Engenharia Civil, sessenta e cinco alunos; Ciências Jurídicas e Sociais, trinta e um; Medicina e Cirurgia, onze; Farmácia, treze; Odontologia, dezenove; Comércio, onze; e Preparatório, quarenta e dois. O corpo docente era composto por trinta e cinco professores em cinquenta e cinco cadeiras, sendo que vinte professores acumulavam duas cadeiras.

As ampliações continuavam, tanto que Victor do Amaral, em seu Relatório de 1914, propugnava pela instalação do ensino agrícola no ano seguinte. Isso ocorreria tendo como campo experimental o Instituto Agrônômico do Bacacheri, pertencente ao Governo do Estado. Segundo Victor do Amaral, a Universidade do Paraná precisava cooperar para o aproveitamento das riquezas do Estado, instituindo o ensino de "Agricultura racional, científica e prática" para desmitificar a ideia de que, no Paraná, só se pode produzir erva-mate e madeira. A maternidade, que era administrada pela Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, era integrada à Universidade.

Realizavam nela os serviços clínicos os doutores Reinaldo Machado, Petit Carneiro e Assis Gonçalves, e, como governanta, a parteira senhora Matilde Ceschin. No Dispensário Dentário, trabalhavam os cirurgiões-dentistas Antônio de Mattos Azeredo e Álvaro Neves da Costa. Os laboratórios e os museus recebiam peças vindas da Europa, a exemplo do Museu de Anatomia e do Museu de História Natural.¹⁵

Antes mesmo de totalizar a conclusão do edifício, a Universidade enfrentou um problema mais grave. Se até então fora tempo de desafios e sacrifícios, que envolviam a formação de novos profissionais, além de ser um empreendimento arrojado de seus idealizadores, agora a dificuldade tinha um alcance maior, tratava-se da reforma do ensino superior no Brasil.

Pela Lei federal n.º 11.530 de 18 de março de 1915, conhecida como Lei Maximiliano, estabelecia-se o fim do ensino livre e exigia-se a inspeção federal para o reconhecimento das instituições. A Lei trouxe problemas para o ensino superior em todo o país. Para se ter uma ideia do que ocorria, deve-se reconhecer que as outras instituições que surgiram graças à Lei Rivadávia não conseguiram se manter diante das novas exigências, como as de Manaus e de São Paulo. A Universidade do Paraná enfrentou sérios problemas, pois Curitiba não poderia cumprir com todas as exigências estipuladas na legislação, podendo até ser fechada.

A Lei visava impor limites à mercantilização do ensino superior, o que estava ocorrendo em diversos estados do país. Assim, exigiu-se o sistema de equiparação das instituições, a necessidade de 100 mil habitantes para a cidade-sede, e o prazo de cinco anos de funcionamento para o pedido de equiparação.

A Universidade do Paraná, escudada na liberdade de ensino outorgada pela lei anterior, viu-se ameaçada, mas “...cônsua da seriedade de sua organização, espera com firmeza que passe a tempestade, não se arreando de uma severa inspeção, por parte dos poderes federais”.¹⁶

Graças à seriedade de seus dirigentes e à maneira com que foi encarado o fato, a instituição enfrentou esse desafio. Contando com o esforço do seu corpo docente e o espírito empreendedor de Nilo Cairo, a Universidade do Paraná conseguiu manter-se de pé, conforme argumentava Victor do Amaral, que lamentava o afastamento de Nilo Cairo por motivos pessoais. Nessa ocasião, o Conselho Superior da Universidade do Paraná conferiu ao doutor Nilo Cairo o título de Benfeitor. Ainda, segundo Victor do

Amaral, "...a Universidade do Paraná tem inscripto em seu programa a difusão do ensino sólido, profícuo e proveitoso, porque o seu escopo é preparar o homem, não para ser um parasita que venha aumentar o proletariado intelectual, mas para ser um factor de produção econômica".¹⁷

A demora no reconhecimento das faculdades, no entanto, gerou uma série de impasses e crises, levando à desconfiança entre os estudantes. Resultou numa diminuição do número de alunos em consequência das novas determinações federais, que incluíam: exames preparatórios, seguidos de exames de vestibular; as exigências para a equiparação da Universidade do Paraná às escolas oficiais; e o reconhecimento de seus diplomas.

Às incertezas advindas da legislação acrescentou-se o fato de que a matrícula de 1915 já havia sofrido uma diminuição em virtude da crise econômica e em decorrência da conjuntura nacional afetada pela Primeira Guerra. Mesmo assim, matricularam-se duzentos e trinta e nove alunos, sendo, no Curso Preparatório, quarenta e oito; Ciências Jurídicas e Sociais, trinta e nove; Engenharia Civil, setenta e quatro; Medicina e Cirurgia, vinte e nove; Farmácia, doze; Odontologia, dezessete; Agronomia, nove; e Comércio, onze.

A crise que se abateu sobre a Universidade do Paraná também atingiu a Maternidade, que vivia da venda de flores nas ruas, dos chás de senhoras, dos festivais e donativos.

Em meio a tantas dificuldades, o prédio da Praça Santos Andrade, com seus cinco pavimentos, agora se apresentava pequeno para a instituição, portanto já se propugnava pela construção das fachadas laterais.

Apesar das apreensões trazidas pela legislação federal, em 1916, duzentos e quatro alunos se matricularam. Mas foi com o encerramento da Universidade de São Paulo, no ano seguinte, que grande número de alunos se transferiu para a Universidade do Paraná, especialmente para o curso de Medicina e Cirurgia. Com isso, o movimento acadêmico de Curitiba manifestou mais vivacidade, e o entusiasmo, causado pela vitória da Universidade do Paraná em suas reivindicações junto ao governo federal, aumentou. "O governo de Estado não perde a ocasião de prestigiar a universidade, amparando-a em momentos difíceis, porque os altos representantes da administração paranaense estão convencidos de que, servindo à Universidade, concorrem eficazmente para o progresso moral, intelectual e material do Paraná e especialmente de sua futura capital."¹⁸

Por ocasião das comemorações do 5º aniversário da Universidade do Paraná, Victor do Amaral pretendia requerer ao Conselho Superior do Ensino da União a sua equiparação. Para viabilizar tal projeto, convidou as autoridades federais, entre elas os ministros, os diretores de faculdades e os deputados, enfim, personalidades renomadas, para visitar a instituição e deixar o registro de sua impressão no Livro de Visitas. O professor Alfredo Schatter, da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, afirmou: “Com grande prazer visitei esta Universidade que, segundo o começo que tive ocasião de apreciar, será um instituto de ensino que fará honra ao Estado do Paraná”. O ministro plenipotenciário do Chile, Irrarasabal Zanartu, assim se expressou: *“Dejo con mucho agrado constancia de la impresión que há producido en mi ánimo la visita a esta hermosa Universidad. Ella corresponde desde ahora a los nobles esfuerzos de sus fundadores y directores: yo deseo que en el porvenir, ella sea la base del progreso mayor y de la cultura y riqueza de este Estado”*.

Em 1916, a Universidade do Paraná recebeu a visita da missão científica norte-americana do Instituto Rockefeller, na pessoa do doutor Rodolpho Josetti, que assim se manifestou: “Registro com prazer a grata impressão que me deixou a visita à Universidade do Paraná, congregado de novas energias científicas, augurando-lhe as maiores prosperidades. Como brasileiro, acompanhando, por Comissão do Governo Federal, a missão Científica Americana do Instituto Rockefeller, muito e muito me ufano com o estabelecimento de ensino superior que ora percorremos, felicitando o núcleo de professores que conceberam e presidiram a sua organização”. John Ferrel, um outro membro da Comissão, afirmou: “É-me sumamente grato observar o excelente edifício e instalação da Universidade do Paraná, e ainda mais especialmente o entusiasmo para a sua manutenção e progresso manifestados pelos professores da faculdade”.¹⁹

No entanto, havia também alunos da Universidade do Paraná que requeriam sua transferência para escolas superiores equiparadas, receosos de não ter o seu diploma reconhecido.

Como, na época, não havia universidade oficial no Brasil que pudesse servir de modelo de equiparação, o Conselho Superior de Ensino da União determinou o desdobramento da Universidade do Paraná em escolas autônomas. Isso ocorreu em 25 de maio de 1918, desdobrando-se a Universidade em três faculdades, apenas com autonomia didática. Para seu reconhecimento federal, em 1920, precisariam efetivar a separação completa das Faculdades de Engenharia, Direito e Medicina. Cada uma ficou

com a sua administração e patrimônio independentes, mesmo que agrupadas nas Faculdades Superiores do Paraná.

Os primeiros alunos que se formaram na Universidade do Paraná foram os do Curso de Comércio, em 1913, que receberam o grau de *guarda-livros*. Em 19 de dezembro de 1914, concluíram o curso os primeiros alunos matriculados em Farmácia, Odontologia e Comércio, estes últimos recebendo o diploma de contadores. Em 1917, era a vez dos alunos de Direito completarem o curso, e, em 1918, formaram-se os primeiros engenheiros.

Entre as entidades acadêmicas que surgiram na Universidade do Paraná, nessa época, estão: o Tiro Acadêmico, visando à obtenção da Carteira de Reservista, atuando até 1916; o Centro Acadêmico, fundado em 1916, que passou a publicar a *Revista Acadêmica*, congregando alunos de todos os cursos da Universidade do Paraná e mantendo-se até 1919; a União dos Acadêmicos de Medicina (origem do Diretório Acadêmico Nilo Cairo - DANC), criada em 1917; a Associação Atlética Acadêmica, de vida curta, criada em 1918; nas décadas de 1920 e 1930 organizaram-se o Centro de Direito e o Centro de Engenharia, embriões dos futuros diretórios acadêmicos. Nesse mesmo tempo, as aulas de Clínica Propedêutica Médica funcionavam na Santa Casa de Misericórdia.

A EQUIPARAÇÃO DAS FACULDADES

Foi no final de julho de 1920, depois de passar tantos anos de reveses, que os professores e alunos das três Faculdades paranaenses tiveram enfim uma boa notícia: o reconhecimento da Faculdade de Direito, primeira das três a receber esta titulação.

Às 19 horas os alunos das nossas faculdades superiores, possuídos de intenso entusiasmo, reuniam-se em frente à Universidade, tendo à frente as bandeiras brasileira e paranaense, e demandaram em direção à rua XV e rua Dr. Muricy, estacionando em frente à residência do Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado. Falou, nesta ocasião, o acadêmico de Direito Sr. Cyro Silva, que pronunciou uma rápida oração, congratulando-se com S. Excia., pelo ato do Conselho Superior do ensino, reconhecendo a Faculdade de Direito. Ao terminar a sua oração, foi o orador bastante aplaudido.

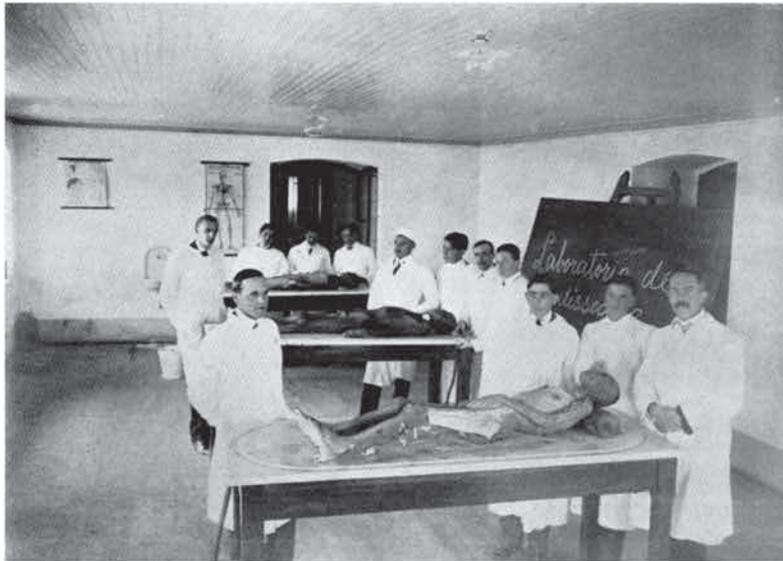
Em seguida, falou o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que pronunciou uma bela oração, dizendo entre outras palavras que o governo de que é chefe amparou e sempre amparará essa grande obra que dignifica o Paraná, ainda mais em se tratando de um estabelecimento onde se estuda e onde a mocidade não só paranaense como de outros Estados se prepara para enfrentar a vida. S, Excia., ao finalizar a sua brilhante oração, foi saudado com estrepitosa salva de palmas pelos acadêmicos.²⁰

No mês seguinte, em 6 de agosto, foi a vez da equiparação da Faculdade de Engenharia. O jornal *Comércio do Paraná* assim noticiava:

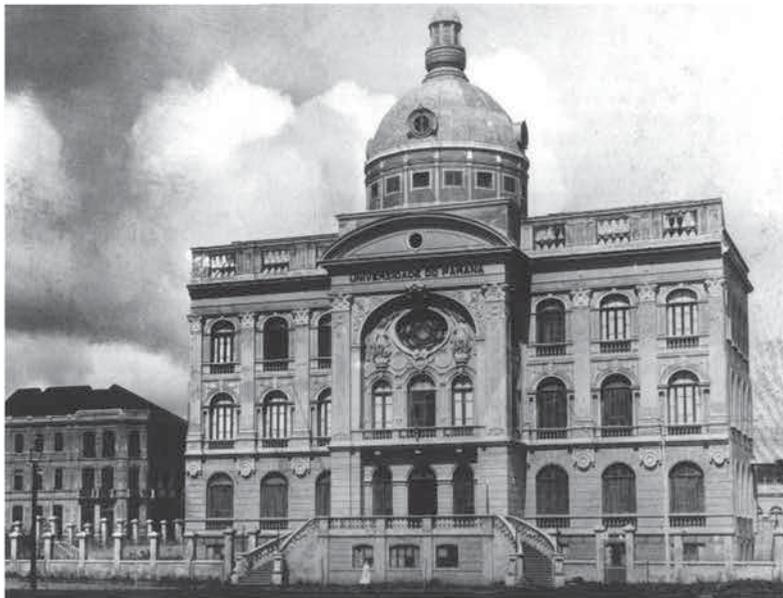
Os alunos das três Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, conjuntamente com os alunos da Escola Agrônômica, Ginásio Paranaense e Escola Normal, empunhavam lanternas, formando uma ‘marche aux flambeaux’. À frente do majestoso comício, ia o corpo docente daquele estabelecimento e três conjuntos musicais. O préstito se dirigiu primeiramente à residência do Sr. Presidente do Estado, onde falou o Dr. Ademaro Munhoz. Ao passar pela rua Dr. Muricy, o préstito estacionou em frente à residência do Dr. Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, onde se fez ouvir o ilustrado jovem Dr. Ademaro Munhoz que, em eloqüente discurso, saudou em nome do corpo docente das Faculdades Superiores, e no da mocidade estudiosa da Universidade do Paraná, o Sr. Presidente do Estado, pelo ato de inteira justiça do Conselho Superior do Ensino, reconhecendo as Faculdades de Direito e Engenharia, e congratulando-se com Sua Excia. pelo auspicioso fato.”²¹

Na sessão solene em que as Faculdades Superiores do Paraná comemoraram a equiparação das Faculdades de Direito e Engenharia, o doutor João Ribeiro de Macedo Filho, discursando, relembrou:

Vieram os inspetores. Vieram, observaram. Penetraram no mais íntimo de nossa vida. Leram e esmiuçaram o nosso regimento interno. Tomaram certidões de todos os atos mais importantes ocorridos. Assistiram às nossas aulas. Apreciaram o nosso critério de notas nos exames parciais e finais. Verificaram a freqüência. Em summa – tiveram os mais amplos elementos de prova da moralidade do ensino ministrado nos nossos institutos. Tratamos, porém, de satisfazer a todas as exigências. Com um trabalho de paciência e pertinácia, balanceamos todos os haveres da Universidade, constatamos o seu activo, verificamos o seu passivo, relacionamos o patrimônio todo. Mais uma vez, confiamos no patriotismo dos nossos homens públicos. Recorremos ao Palácio da Liberdade e o ilustre Presidente de Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha,



Laboratório de Anatomia, 1915.
Acervo: Biblioteca Central



Primeira parte concluída do prédio da Universidade do Paraná, 1918.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Trote de Calouros de Medicina, 1934.
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

compreendeu a nossa delicada situação. Era pouco ainda, entretanto. Appellámos para as municipalidades. Ao começar pela da capital, cujos membros do Poder Legislativo e Executivo acudiram com simpatia ao nosso apelo. Armados com todos esses elementos, uns oriundos da abnegação dos creadores da Universidade, outros do patriotismo dos detentores dos poderes públicos, apresentando-nos perante o Conselho Superior, viseira erguida, cheios de fé, confiantes no nosso valor, crentes na justiça e animados pela mais risonha esperança de vitória. Fomos attendidos. E com a cooperação proveitosa e decidida de paranaenses cheios de ardor patriótico, entre os quais contamos Affonso Alves de Camargo, Arthur Obino e João Pernet, conseguimos ver coroada da mais esplendente victória, nos memoráveis de 29 de julho e 6 de agosto de 1920, a luta ingente que vínhamos sustentando há longos annos. As Faculdades de Direito e Engenharia eram pelo Conselho Superior do Ensino consideradas aptas a ser equiparadas às congêneres officiaes.²²

Com a equiparação, “...os primeiros alunos formados pelo Paraná foram ao Rio para submeter-se a exame nas faculdades federais, e foram aprovados distintamente, enquanto os da universidade de S. Paulo não haviam conseguido aprovação. Esses primeiros alunos teriam sido Joseph de Plácido e Silva e Gabriel Quadros”.²³

No âmbito federal, só em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro: “... foi um acontecimento artificial, realizado de cima para baixo, sem nenhuma participação espontânea da comunidade docente ou discente”.²⁴

Era uma situação que se contrapunha ao panorama paranaense, onde havia um apoio incontestado, manifestado, desde a população em geral até a esfera política.

Bem diferente foi o ambiente que cercou a criação e a sustentação da Universidade do Paraná. Professores com tempo quase integral, sacrifícios de carreiras profissionais, vibração intensa do corpo docente e, sobretudo, do discente, apoio integral do Governo do Estado e municipalidade e, mais do que tudo, participação efetiva da comunidade. Mas, a visão estreita de uma centralização administrativa caolha quase pôs tudo a perder, no Paraná. O que ocorreu com a primitiva Universidade do Paraná é um exemplo lapidar de como uma administração central pode esmagar iniciativas de vanguarda, por falta de conhecimento ou mesmo despeito.²⁵

Finalmente, faltava a equiparação da Faculdade de Medicina, o que ocorreu em 1922. A notícia foi amplamente alardeada e comemorada na cidade.

Na noite do dia 10 de fevereiro, os estudantes reuniram-se na Praça Santos Andrade para uma grande manifestação de regozijo pelo reconhecimento da Faculdade de

Medicina. Seguiram para a residência do doutor Assis Gonçalves, secretário da Faculdade, em seguida para a residência do doutor Victor F. do Amaral, onde também se encontrava o senador doutor Carlos Cavalcanti e outros professores da Faculdade. Falaram em nome dos acadêmicos de Medicina, Aramys de Athaide, que lembrou o nome do doutor Nilo Cairo, e os acadêmicos Felisberto Farracha e Ary Taborda. Após os discursos, a mocidade acadêmica desfilou pela Rua 15 de Novembro, tendo à frente a banda de música da Força Militar do Estado. E sempre com o mesmo entusiasmo e alegria a mocidade percorreu toda a Rua 15, Avenida Luís Xavier e Praça General Osório, até a residência do doutor Affonso Camargo, Vice-presidente da Câmara dos Deputados. Ali, usou a palavra o acadêmico de Medicina Erasto Gaertner, que fez um pequeno discurso de saudação ao destacado político paranaense, dizendo: “Não é possível esquecer, doutor Affonso Camargo, tudo o que fez V. Exa., e muitos outros patriotas, como também o seu sucessor, na Presidência do Estado, não nos é permitido esquecer o apoio e o auxílio que concedeu V. Exa. à nossa Universidade”.²⁶

Quando em 1922, a Faculdade de Medicina, depois de muitos percalços, conseguiu a equiparação, surpreendentemente recebeu o pedido de transferência de 22 alunos para o Rio de Janeiro. Esses alunos não haviam feito a solicitação de transferência antes da equiparação porque, então, teriam que prestar exames de adaptação e comprovação de suficiência.

Com a equiparação das faculdades e o seu reconhecimento, surgiu a necessidade de mais espaço para garantir seu perfeito funcionamento, bem como a possibilidade de ampliar a oferta de vagas. Assim, em 1923, teve início a construção das alas laterais, obedecendo ao projeto original. A construção continuou sob a responsabilidade da construtora Bortolo Bergonse. A ala voltada para a Rua XV de Novembro foi concluída em 1925, tendo sido imediatamente ocupada pela Faculdade de Engenharia. A ala da Rua Alfredo Bufren só ficou concluída no ano seguinte, e foi ocupada pela Clínica Dentária do Curso de Odontologia. O prédio ainda sofreria nova ampliação em 1940, sob a execução de Gutierrez Paula Munhoz, em conformidade com o projeto original. A nova ala seria destinada inicialmente ao Curso de Medicina, que necessitava urgentemente de espaço, pois na década de 1930 o ensino prático da Faculdade de Medicina ocorria em vários prédios, como: na Santa Casa de Misericórdia do Paraná, no Asilo Nossa Senhora da Luz, na Maternidade do Paraná, já instalada em prédio próprio; no Hospital de Crianças da Cruz Vermelha, no dispensário dentário da Faculdade e no Hospital Osvaldo Cruz. Também foi criado o Curso de Enfermagem Obstétrica.

Na Santa Casa de Misericórdia, a Faculdade de Medicina organizou um laboratório de pesquisas clínicas, sob a direção da doutora Maria Falce de Macedo. As aulas de psiquiatria e neurologia aconteciam no Hospício Nossa Senhora da Luz. Às sabatinas, somaram-se as observações do doente.

Também em decorrência do reconhecimento dos cursos e das Faculdades do Paraná, veio à tona o velho sonho de integrá-las sob a égide da Universidade do Paraná. Isso exigiria, no entanto, o uso da perspicácia e vontade política de seus dirigentes.

A BUSCA PELA RESTAURAÇÃO

Em 1925, instituíram-se significativas mudanças no ensino nacional: foi a chamada Reforma Rocha Vaz, amparada no Decreto Federal n.º 16.782. Com ela, pretendia-se estabelecer uma sistematização no regime de ensino, a partir da educação primária, chegando até o ingresso nas faculdades, sem haver necessidade de exames preparatórios e (ou) parcelados pelo caminho. Criou-se também o Departamento Nacional de Ensino, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. De acordo com a lei, o ensino superior compreendia os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, ministrados nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, na Faculdade de Medicina da Bahia e na Universidade do Rio de Janeiro.

A implantação dessa legislação levou a frequentes preocupações e críticas quanto à escolha do padrão estabelecido, pois a Universidade do Rio de Janeiro, como única no país, constituía o modelo a ser seguido pelas demais. O regime universitário passou a ser amplamente debatido e, conseqüentemente, repensado.

Com o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, o sistema educacional no Brasil sofreu nova mudança. A chamada Reforma Francisco Campos, respaldada pelo Decreto Federal n.º 19.851 de 11 de abril 1931, apresentava uma legislação centralizadora e pragmática que ficou conhecida como Estatuto das Universidades Brasileiras. Nele, o governo determinava que o ensino superior deveria apoiar-se preferencialmente no sistema universitário, estabelecendo como suas finalidades: “... elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaesquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo técnico e científico

superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da humanidade”.²⁷

Por esse Estatuto, a construção de uma universidade deveria servir aos interesses do país e congregar ao menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdades de Direito, Medicina, Educação, Ciências e Letras e Escola de Engenharia. Constatava-se que a Universidade do Rio de Janeiro continuava como modelo do ensino superior brasileiro.

Foram, assim, regulados no projecto, de acordo com o melhor critério e com as tendências modernas, os grandes aspectos técnicos, científicos, e sociais das universidades, incorporação de institutos, disciplinas e métodos de ensino, pesquisa original, recrutamento do corpo docente, autonomia didáctica, regimen disciplinar, extensão universitária, vida social das universidades, bem como as normas administrativas a que devem obedecer na sua organização, até que sejam incorporadas a unidades universitárias, os institutos de ensino superior de existência isolada e autônoma.²⁸

As novas medidas tomadas, presentes desde a legislação anterior, apontavam para a organização das instituições universitárias, privilegiando o ensino, os cursos de aprimoramento profissional e a instituição da pesquisa. Diante disso, pode-se afirmar que:

A reforma do ensino superior proposta por Francisco Campos, priorizando a organização universitária, colocava-se na perspectiva política de modernização introduzida por Getúlio Vargas e nas suas pretensões de centralizar as ações educacionais do país no Ministério da Educação – movimento já iniciado pela reforma de 1925. O ensino transformou-se, passando a dar maior ênfase aos trabalhos práticos, às demonstrações, de maneira que o aluno aprenda observando, fazendo e praticando. Neste sentido, realçou-se a presença de laboratórios, gabinetes que propiciassem experiências práticas.²⁹

Contudo, no quadro nacional, o período Vargas ainda não priorizava o binômio ciência e Universidade, fato em muito atribuído ao atraso industrial do país, que, como consequência, não gerava demanda à pesquisa tecnológica nem à justificação de trabalhos científicos. Tal situação só se alterou em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo-USP, com base nos Estatutos das Universidades. Tinha por originalidade um eixo aglutinador e incentivador da pesquisa em torno de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, e não apenas o somatório de cursos autônomos.

No caso da Universidade do Paraná, o ideal de restauração nunca abandonou os paranaenses, que lutariam durante décadas para atingir o seu objetivo. João Ribeiro de Macedo Filho, diretor da Faculdade de Direito do Paraná, em 1922, escreveu um memorial apresentado ao colega de faculdade, o então deputado federal Affonso Alves de Camargo, discutindo a necessidade do ensino universitário no país. Defendendo a aspiração dos paranaenses em reunir as três faculdades na Universidade do Paraná, esse memorial, juntamente com um projeto, foi apresentado à Comissão de Justiça e Instrução da Câmara Federal pelo deputado. Entretanto, conforme escrevia seu proponente, “...até hoje dorme o sono dos justos [...] Legítima aspiração é dos paranaenses ver reunidas em universidade as suas três escolas superiores, moralizadas e modelares, que constituem o maior padrão de glórias conquistado pela iniciativa privada, para este pequeno e novo Estado da Federação”.³⁰

Em diferentes situações o professor João Ribeiro de Macedo Filho levantou o problema, como ocorreu no 1º Congresso de Ensino realizado no Rio de Janeiro, em 1922, e na 2.ª Conferência de Educação, sediada em Curitiba. Argumentava a tese da criação de universidades nos estados que apresentassem as condições culturais necessárias para isso, mas não obteve sucesso. A situação se repetiu na década seguinte, quando do centenário dos cursos jurídicos, ocasião em que também foi discutida a questão. Em 1938, na fundação da Faculdade de Filosofia, criada, segundo a lei, para aglutinar as forças universitárias, o assunto voltou; todavia, nada foi efetivamente feito a respeito.

Victor do Amaral jamais deixou de sonhar com a restauração da Universidade do Paraná. Pensava que, após a equiparação das três faculdades, haveria a oportunidade para tal. Com a Reforma do Ensino Superior do ministro Gustavo Capanema, constatou: “...fomos surpreendidos com a exclusão do Paraná da relação das sedes das cidades Universitárias, não obstante o aparelhamento do nosso foco da irradiação que lisonjeiros encômios têm merecido de nossos visitantes. Esperamos confiantes que ainda nos façam justiça, levando em consideração as judiciosas ponderações feitas, na Assembléia Legislativa, pelos nobres Deputados Erasto Gaertner, Laertes Munhoz e Djalma Al Chuerey”.³¹

Sem dúvida, a situação mostrava fraqueza política, pois desde 1930 os representantes paranaenses que defendiam a causa universitária haviam perdido forças.

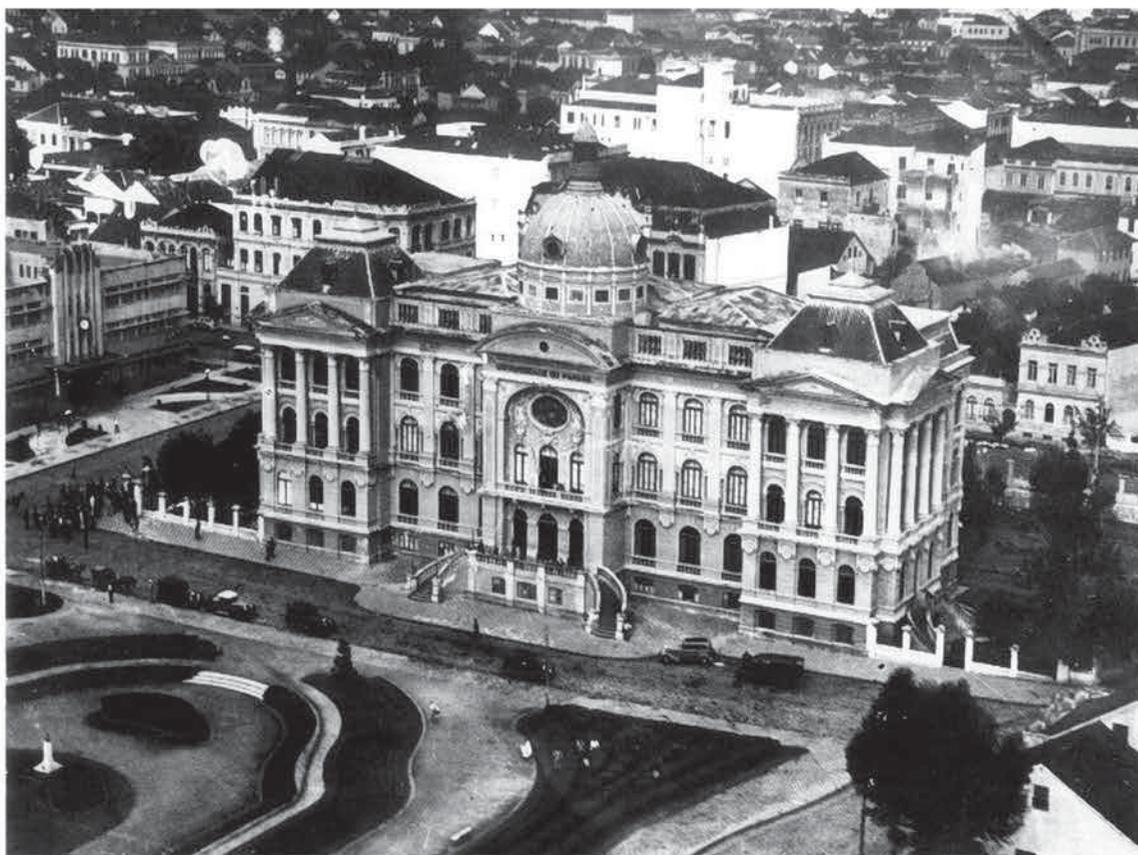
O interventor de Estado Manoel Ribas, em consonância com o governo central, deixou de apoiar a campanha de unificação.

Nem a visita do próprio ministro da Educação Gustavo Capanema, em 1943, que veio a Curitiba para conhecer as três faculdades, pôde resolver a situação. Ao retornar ao Rio de Janeiro, deixou de lado a questão.

Seria difícil explicar o comportamento das autoridades do Estado Novo em face da realidade educacional dos paranaenses. Segundo o historiador Ruy Wachowicz, a resposta estava, assim,

...ao nível da mentalidade e condicionamento histórico das elites paranaenses; ao nível político ideológico de relacionamento com o Estado Novo. Já em 1935, um editorial do *Diário da Tarde* analisava que o culpado pela não restauração da Universidade não era o Governo Federal ou o ministro, mas sim os próprios paranaenses. 'Se culpados existem, somos nós, exclusivamente nós, os paranaenses'. Houve tempo mais que suficiente para isso bem como oportunidades para tal. Entretanto, forças poderosas se articularam nas faculdades e passaram a defender a idéia de que estas deveriam se manter separadas e autônomas, apesar de funcionarem no mesmo prédio e terem uma brilhante tradição comum. Em 1938, por exemplo, João Ribeiro de Macedo Filho foi voto vencido na Congregação da Faculdade de Direito, quando defendia a reunificação da Universidade. Os tempos heróicos de dedicação a uma causa maior, como na época da primitiva universidade, haviam passado. As faculdades haviam entrado na rotina, sedimentando-se. A política da sacristia passou a imperar. Na década de 1930, as faculdades perderam o apoio que sempre tinham recebido do Estado. A simplicidade do interventor Manoel Ribas via nessas escolas não a matriz formadora de técnicos e profissionais, e sim de funcionários públicos.³²

A Universidade, que havia sido amparada pelos políticos da velha República, após 1930 viu grupos de oposição assumirem o poder, e as suas dificuldades aumentarem. Para se avaliar, em 1921, as Faculdades de Medicina de Curitiba e Porto Alegre recebiam cada uma cem mil cruzeiros de subvenção anual. Em 1945, a paranaense recebia apenas sessenta mil cruzeiros e, a gaúcha, três milhões de cruzeiros. Não era possível acreditar que diante de tanto idealismo e vanguarda, nos primeiros anos, se chegasse a uma situação de apatia, motivada por contingências políticas. A reunificação só foi alcançada em 1946, após o término do Estado Novo, momento em que se inaugurou um novo período na história da Universidade do Paraná.



Vista aérea do prédio da Universidade, 1937. Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Festa cívica em frente à Universidade, 1939. Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



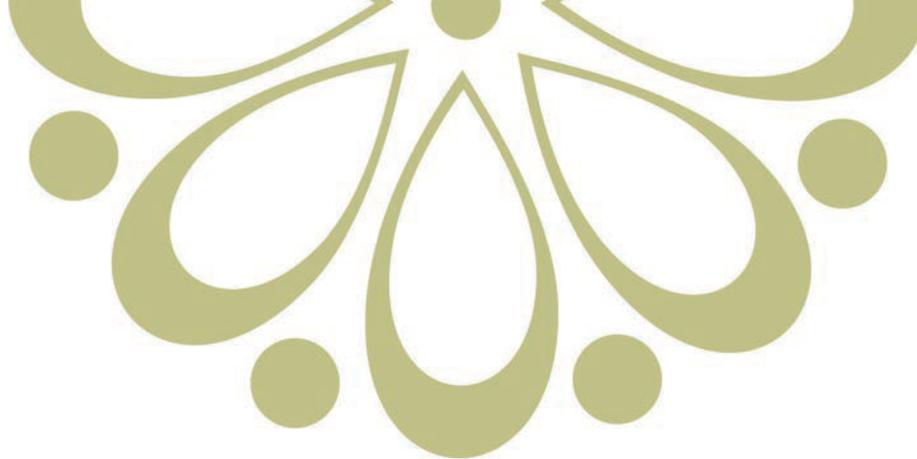
NOTAS

- ¹ **Tenentismo** refere-se ao movimento político-militar e à série de rebeliões de jovens oficiais do Exército Brasileiro (na maioria tenentes), que ocorreram no início da década de 1920, devido ao descontentamento com a situação política no Brasil.
- ² IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 293.
- ³ ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, 1930. In: TRINDADE, 2001.
- ⁴ ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, março 1931. In: TRINDADE, 2001. p. 81.
- ⁵ TRINDADE, 2001. p. 81.
- ⁶ WESTPHALEN, Cecília. **Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: SBPH-PR. 1987. p.11.
- ⁷ GONÇALVES JÚNIOR, Antônio J. Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba: Fundação Cultural, v.24, n.122, p. 28-29, 1997.
- ⁸ SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p.158.
- ⁹ COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 14 de abril de 1914.
- ¹⁰ SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p. 159.
- ¹¹ COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 29 abr. 1914.
- ¹² SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p. 181.
- ¹³ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, 1916. p. 227.
- ¹⁴ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Relatório Geral, apresentado a Assembléia Geral em 19 de dezembro de 1914. In: LIMA, Eduardo. **Victor Ferreira do Amaral e Silva: O reitor de sempre**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982. p. 204.
- ¹⁵ Id.
- ¹⁶ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, de 19 de dezembro de 1915. p. 213.
- ¹⁷ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Geral**, em 19 de dezembro de 1916. p. 221.
- ¹⁸ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório**, 1916. p. 228.
- ¹⁹ SILVA, Oscar de Plácido e. In: CARNEIRO, 1971. p. 187.
- ²⁰ COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 1º de agosto de 1920.
- ²¹ COMMÉRCIO do Paraná. Curitiba, 8 de agosto de 1920.
- ²² MACEDO FILHO, João Ribeiro de. **Faculdades superiores do Paraná**. Vademecum-Acadêmico. Curitiba: 1921. p. 17-20.
- ²³ CARNEIRO, 1971. p. 130.
- ²⁴ WACHOWICZ, 1985. p. 90.
- ²⁵ Ibid., p. 91.
- ²⁶ SIQUEIRA, Márcia. **História do Diretório Acadêmico Nilo Cairo**. Curitiba: Ed. do Autor, 2004. p. 38.
- ²⁷ BRASIL. **Decreto n.º 19.851**, de 11 de abril de 1931. p. 50.
- ²⁸ BRASIL. **Decreto n.º 19.831**, de 11 de abril de 1931. p. 27.
- ²⁹ UFPR. **Rumos da pesquisa**.1998. p. 27.
- ³⁰ MACEDO Filho, João Ribeiro de. **A universidade do Paraná**. Curitiba, 1927. p. 5-6.
- ³¹ FACULDADE DE MEDICINA. **Relatório Geral**, apresentado à Congregação pelo Dr. Victor do Amaral, em 10 de janeiro de 1936. p. 341.
- ³² WACHOWICZ, 1985. p. 94.

3



Blank Page



REUNIFICAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO

CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1946-1951)



No plano mundial, as mudanças surgidas em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial tiveram grande repercussão nos países periféricos. No Brasil, o clima de pós-guerra apontou para uma nova estratégia política, que buscava a modernização do aparelho do Estado e da sociedade. Isso conduziu o país a um significativo desenvolvimento de políticas desenvolvimentistas. Nessa perspectiva, os investimentos se voltaram para os setores de base na economia nacional, como a siderurgia, a indústria petroquímica, a energia e o transporte, elementos essenciais para o desenvolvimento industrial do país. No campo econômico, assistiu-se à troca da moeda, à instituição do salário mínimo e à implantação da CLT. Isso tudo ocorreu no mesmo período em que se elevou o custo de vida, iniciando-se a formação de longas filas para adquirir os gêneros de primeira necessidade.

Com a Constituição de 1946, inaugurou-se o retorno do regime democrático, estabeleceu-se o voto universal, secreto e obrigatório para maiores de 18 anos, com exceção dos analfabetos, cabos e soldados. Instaurou-se, ainda, a ampla autonomia política e administrativa para os estados e municípios, assegurando-se o direito de greve e de livre associação sindical.

Esse novo panorama ressaltou a importância das ciências e das atividades científicas. O estabelecimento de uma sociedade urbana de consumo de massa e as perspectivas de industrialização do país incentivaram a demanda por indivíduos portadores de títulos universitários. Coube então à União legislar sobre as diretrizes da nova visão de educação nacional.

Acompanhando as transformações nacionais, a economia de Estado se alterou com o Pós-Guerra, alinhando-se com os outros países para poder participar do esforço de reconstrução da Europa. A partir dessa época, notou-se um significativo incremento da intervenção do Estado para o desenvolvimento de sua infraestrutura produtiva. Desde a crise de 1929, e particularmente no processo de reconstrução do segundo Pós-Guerra, todas as nações capitalistas, tanto do centro como da periferia do sistema, lançaram-se em um acentuado processo de envolvimento do Estado na gestão da economia. Nos países em desenvolvimento tal prática foi continuamente estimulada, e, no caso brasileiro, principalmente pelos estudos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. Esta propunha um projeto de industrialização e desenvolvimento financiado e (ou) planejado pelo Estado, como única alternativa para os impasses econômicos com que se debatia a região.¹

Nesse período, também ocorreram mudanças significativas em vários setores e atividades do Paraná. O Estado assistiu à progressiva transformação da sua paisagem. A fronteira agrícola se expandia e as atividades econômicas, pouco a pouco, foram se transformando, dando início a um processo de industrialização inicialmente tímido, porém sempre crescente. A ocupação do espaço ocorreu de maneira rápida e em movimentos organizados, como se fez nos empreendimentos realizados pelas companhias colonizadoras. O fluxo de migrantes era constituído principalmente por paulistas, mineiros, nordestinos e estrangeiros, que se estabeleceram em pequenas e médias propriedades.

Dois fluxos migratórios podem ser detectados. Um originário dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que vai ocupando o Paraná pelo sul e sudoeste em direção ao oeste; e outro, com origem principalmente em São Paulo e Minas Gerais, que se dirige ao norte do Estado, caminhando para o noroeste. Conseqüentemente, em poucas décadas se deu a completa ocupação territorial do Paraná, num processo de colonização que, evidentemente, não estava livre de conflitos pela posse da terra, que em algumas regiões atingiu grande violência.²

Novos núcleos urbanos foram criados, o surto colonizador permitiu que se estabelecesse um grande contingente populacional no Norte do Estado e, posteriormente, no Noroeste e Sudoeste, levando à proliferação de novos municípios. Isso ocorreu numa relação direta com o padrão de ocupação do espaço paranaense, motivado em grande parte pela cultura do café; cresceu também a exploração da madeira e pecuária, embora ainda permanecessem imensos vazios no território paranaense. A população urbana representava 25% do total da população paranaense – “...se, por um lado, a elevação de antigos núcleos a vilas, e destes, a sedes municipais, torna-se imperativa pelo volume de pessoas que afluem às novas áreas, por outro não se pode deixar de salientar um certo exagero com relação à criação de novas unidades municipais. A idéia do crescimento no número de municípios pode ser obtida comparando-se o ano de 1960 com o de 1940, em termos do aumento percentual. O crescimento foi da ordem de cento e treze novas unidades, o que equivale a 230% em vinte anos”.³ Em 1940, o Estado possuía quarenta e nove municípios, passando para oitenta, em 1950, e para cento e sessenta e dois em 1960.⁴ No entanto, no Estado, ainda era predominante a mentalidade rural.

Na sua expansão, a sociedade paranaense foi ocupando regiões geográficas distintas, e na sucessão das regiões geográficas, foram construídas economias sobre essas regiões, e a pública administração delas se ocupou, passando para o primeiro plano uma região sobre a outra, conforme as suas possibilidades econômicas. Assim, foi com os Campos Gerais, com a sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro, depois no Paraná moderno, com a comunidade do Norte do Paraná, fundada na economia cafeeira, e com a comunidade do Sudoeste e do Oeste paranaense fundada na plantação de cereais e na criação de suínos, ambas com base no regime da pequena propriedade.⁵

Como consequência, o Paraná tornou-se o maior produtor brasileiro de café na década de 1950. A agroindústria era a base da economia paranaense, e o tema da industrialização estava mais presente nas políticas públicas. Os governos introduziram a ideia de planejamento para suas ações. Entretanto, o Estado ainda era carente de infraestrutura. “Nas cidades, predominavam o comércio e os serviços ligados às atividades agrícolas. A indústria era econômica e socialmente de pouca relevância. Os trabalhadores assalariados não representavam contingente expressivo, tanto nas cidades como no campo.”⁶

Dessa forma, teve lugar no Paraná o desenvolvimento das atividades de planificação econômica e incremento da infraestrutura produtiva (PLADEP), consubstanciada por iniciativas como a criação do Departamento Estadual de Estatística (1951) e a enorme dotação orçamentária da Secretaria de Obras Públicas. Isso comprometia entre 32 e 53% do orçamento do Estado, na década de 1950, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico.

Nos anos posteriores, foram criados órgãos como a FUNDEPAR (educação), SANEPAR (água e esgoto), TELEPAR (comunicação), COPEL (energia elétrica), CODEPAR (fomento econômico), sucedida pelo BADEP - Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Significativas transformações atingiram a população, que chegou a contar com 2.115.547 habitantes em 1950, ocorrendo um aumento da ordem de 70% em dez anos. A densidade demográfica ascendeu, então, para mais de dez habitantes por quilômetro quadrado.

Esse crescimento, contudo, não poderia ser considerado espantoso no panorama nacional, pois o que se observava com atenção era o progresso das cidades, notadamente o da capital, e a proliferação de uma miríade de novos municípios de porte pequeno e médio. Esse fato teve relação direta com a tendência à urbanização associada ao êxodo rural, característica do país como um todo. No caso de Curitiba, essa tendência foi exacerbada pela atração que exercia a monopolização dos serviços públicos na capital.⁷ O crescimento demográfico no Paraná foi paralelo ao desenvolvimento urbano, tanto pelo crescimento do número de cidades como pela concentração da população em núcleos urbanos.

Conforme síntese estatística do 1.º Centenário do Paraná (1953), existiam no Estado, nessa época, 4.678 estabelecimentos industriais, sendo 1.505 indústrias de produtos alimentares, 993 de madeiras, 643 de transformação de minerais não metálicos, 113 metalúrgicas, 71 químicas e farmacêuticas, entre outras.

Curitiba ganhava ares de cidade grande, com os chamados arranha-céus e construções de estilo modernista no centro da cidade, reflexo da economia cafeeira, fato que encantava a população e propiciava um crescimento acelerado. Um expressivo conjunto arquitetônico passou a ser construído: além do Centro Cívico, a Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra, este edificado em comemoração ao Centenário da Emancipação

Política do Paraná. Novos prédios comerciais e residenciais surgiram, mostrando a pujança do Estado e trazendo a modernidade à capital.

Ao se considerar o caráter político subjacente às obras viárias, há de se perceber o significado da construção do Centro Cívico na Capital, no início dos anos 50. As estradas efetivamente convergem (e partem) para (de) Curitiba, que se firma como centro administrativo do Paraná, porém ainda sem contar com uma infra-estrutura para esses novos e ampliados serviços. A construção dessa obra se coloca como um marco das potencialidades locais, de ação modernizadora do governo, que investe sobre a construção de um “lugar do poder”. Esse empreendimento é composto por uma série de obras capazes de dizer por si só da existência de um governo, de um centro que administra as demais regiões: Palácio do Governo, Residência do Governador, Palácio da Justiça, Tribunal de Júri, Tribunal Eleitoral, Edifício das Secretarias, Secretaria, Plenário e Comissões da Assembléia. As obras do Centenário compreendem, ainda, o Teatro Guaíra, a Biblioteca Pública, o Colégio Tiradentes, avenidas de acesso ao Centro Cívico, a Praça do Centenário e Monumento do Centenário. Em relação a este, cabe ressaltar que um pequeno lago artificial, um painel decorativo e a estátua completam o conjunto, todo cientificamente iluminado.⁸

Assim, a presença cada vez mais significativa da camada média da população conduziu a capital a um processo crescente de urbanização, propiciando novas oportunidades na indústria, no setor terciário da economia e na política, consolidando a busca pela democratização do país. No âmbito educacional, a Universidade do Paraná visava ter maior abrangência em sua atuação, atendendo às exigências dos novos tempos, com sua restauração e posterior federalização.

RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

A Constituição de 1946 determinava que à União cabia legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Entretanto, “...o ensino superior, embora não contasse com a reforma específica nesse momento, atuou, no período entre 1946 e 1964, com uma política de integração em que foram federalizados vários estabelecimentos e criadas universidades pela agregação de Faculdades preexistentes. A demanda por esse nível de ensino aumentou, embora ele se mantivesse elitista e acadêmico”.⁹

A participação militar do Brasil, no conflito da Segunda Guerra Mundial, incentivou o governo a implantar, pela primeira vez no país, um sistema de mobilização econômica e de planejamento centralizado. Essa postura incidiu diretamente na economia, devido à redução das importações e do conseqüente aumento da demanda de manufaturados. Outro fenômeno importante a ser observado é que no Pós-Guerra a sociedade urbana e de consumo de massa, que já vinha se expandindo rapidamente, intensificou a busca por títulos universitários, pois estes asseguravam prestígio social e crescimento intelectual. Destaca-se, ainda, o fomento à industrialização e a expansão do setor terciário, criando maiores oportunidades no mercado para profissionais bem preparados e formados, em todos os campos do conhecimento. “A noção de que a ciência e o ensino deveriam voltar-se mais decisivamente para os problemas econômicos e sociais da realidade brasileira era, evidentemente, bastante difundida entre cientistas e professores universitários brasileiros do Pós-Guerra, o que levava a um contínuo debate sobre a melhor forma de organizar e estimular o sistema de educação superior e pesquisa científica ao país.”¹⁰

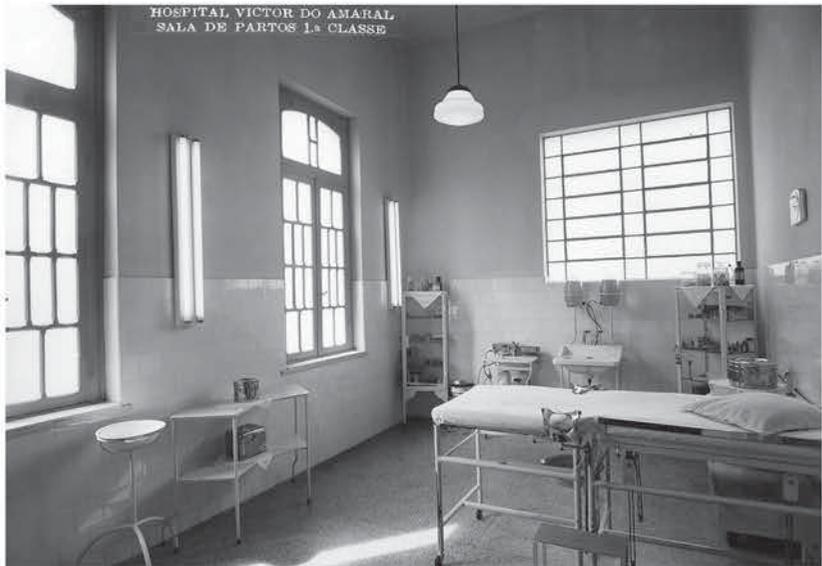
Entretanto, os intelectuais divergiam entre dois modelos significativos. O primeiro o dos nacionalistas, cujos debates voltavam-se para a energia nuclear e temas que envolviam a ciência e a tecnologia do Pós-Guerra. O segundo, dos pragmáticos, concentrava os intelectuais e era formado por técnicos e burocratas do Estado e de Escolas Técnicas Superiores, preocupados com o desenvolvimento econômico e com a preparação de especialistas para atender à expansão da indústria nacional. Este debate posto entre os dois grupos atingiu repercussões em longo prazo, inclusive atrasando a implantação dos cursos de pós-graduação no país.

As reformas, que ocorreram no período compreendido entre 1946 e 1964, foram efetuadas em todos os níveis de ensino, porém mais especificamente para o nível superior. Neste, estabeleceu-se uma política de integração em que inúmeros estabelecimentos foram federalizados, enquanto muitas faculdades foram agregadas, transformando-se em Universidades. O chamado “ciclo das Universidades”, estabelecido pelo Ministério da Educação, fez com que os paranaenses percebessem que este era o momento de buscar a reunificação da Universidade do Paraná.

Essa política incentivou as faculdades paranaenses a revitalizarem sua campanha em prol da unificação, visando à criação da Universidade do Paraná. Com esse propósito,



**Hospital Victor do Amaral,
início da década de 1940.**
Acervo: Biblioteca Central



**Hospital Victor do Amaral -
Sala de partos 1ª Classe,
início da década de 1940.**
Acervo: Biblioteca Central



**Pátio interno da Universidade
visto da Rua Presidente Faria,
em 1940.**
Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani





Festa no dia da Proclamação da República, 1940.

Foto: Domingos Foggiatto

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Passeata anti-fascista na Praça Santos Andrade, 1943.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Dr. Victor do Amaral e familiares após a missa comemorativa do 60º aniversário de sua formatura, 1944.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

políticos paranaenses como Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Netto, Aramys Athayde e Macedo Filho, além do Interventor do Estado, Brasil Pinheiro Machado, mantiveram contatos com o novo ministro da Educação e Saúde, o médico e professor Ernesto de Souza Campos.

Com a queda do regime do Estado Novo, modificaram-se substancialmente as relações entre o Paraná e o Governo Federal. As relações entre autoridades educacionais regionais e federais deixaram de ser meramente protocolares. Em nível regional, quase que se invertiam os papéis entre o Estado e a Universidade. Nas décadas anteriores, era a Universidade que apelava e recrutava elementos dos quadros administrativos do Estado. As escolas superiores haviam crescido e formado novas gerações. Os dois interventores, na fase de democratização, eram membros do seu corpo docente. O desembargador Clotário Portugal era membro do corpo docente da faculdade de Direito e o professor Brasil Pinheiro Machado da Faculdade de Filosofia. Os membros dos primeiros escalões foram recrutados em grande parte nos quadros das Faculdades Superiores. Três deputados federais eleitos saíram dos quadros das faculdades: Aramys Athayde, Erasto Gaertner, e Bento Munhoz da Rocha Netto. O peso específico da Universidade do Paraná nem era preciso ser analisado, ele era visível a olho nu! A redemocratização praticamente escancarou as portas da sociedade aos elementos por ela preparados e ou que nela viviam e atuavam.¹¹

A Universidade do Paraná foi, então, reconstituída a partir da incorporação das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, e da junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta fora criada, por um grupo de intelectuais, em 1938, e entre suas atividades objetivava incentivar e desenvolver a produção do conhecimento humano.

O Conselho Universitário da Universidade do Paraná reuniu-se a 1º de abril de 1946, no próprio edifício da instituição, com as presenças do Dr. Victor F. do Amaral e Silva e Francisco Paula Soares Neto, pela Faculdade de Medicina do Paraná; João Ribeiro de Macedo Filho e Clotário de Macedo Portugal, pela Faculdade de Direito do Paraná; Durval Araújo Ribeiro e Arnaldo Izidoro Beckert, pela Faculdade de Engenharia do Paraná; Manoel de Lacerda Pinto e José Loureiro Fernandes, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, que “...resolveram e decidiram fazer pública a vontade de cada um daqueles corpos congregados, e todos reunidos, de restaurarem e fundarem a Universidade do Paraná, resultado dessa união, nos termos do Estatuto, que valerá por lei orgânica”. Foi procedida a eleição ao cargo de Reitor e Vice-Reitor, sendo eleitos Victor Ferreira do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho, respectivamente.¹²

À instalação da Universidade do Paraná seguiu-se o ato oficial de sua instituição, por meio do Decreto-Lei n.º 9.323 de seis de junho de 1946. Por ele, foram concedidas as regalias de universidade livre equiparadas à Universidade do Paraná. Foram também aprovados os estatutos, apontando como finalidades: “...manter e desenvolver o ensino nos institutos que a compõem; trabalhar pelo aperfeiçoamento do ensino no país; incentivar a pesquisa e a cultura científica, literária, filosófica e artística; concorrer para o engrandecimento material e espiritual da Nação”.¹³

O reconhecimento da Universidade do Paraná veio se agregar mais uma vez ao esforço paranista da construção de uma cidade econômica e intelectualmente desenvolvida, com a afirmação de sua qualidade de ensino.

Em maio de 1946, o governo do Estado concedeu à Universidade do Paraná um auxílio de cinco milhões de cruzeiros para constituir o seu fundo universitário, além de uma subvenção anual de três milhões de cruzeiros. A Prefeitura de Curitiba também contribuiu para esse processo de desenvolvimento com a doação de um terreno, uma área de quinhentos mil metros quadrados, no Cajuru, que se destinava à construção da futura Cidade Universitária.

No discurso proferido pelo doutor Victor F. do Amaral, na solenidade da Restauração da Universidade do Paraná, em 1º de abril de 1946, ele afirmava:

...agradeço, penhoradíssimo, a minha eleição para Reitor da Universidade restaurada, apesar da minha declaração prévia de não ser candidato. Mas, como fui o único Reitor da primitiva Universidade, reassumo hoje essa nobre investidura, não obstante a senectude que, graças à Divina Providência, vai me permitindo vencer tantas etapas na vida. Antes disso, vou fazer uma referência à visita com que hoje somos honrados da presença do Exmo. Sr. Dr. Ernesto de Souza Campos, conspícuo Ministro da Educação e Saúde, que para aqui veio acompanhado de outras personalidades de destaque. Honra-nos também, com a sua presença, o eminente Dr. Pedro Calmon, que participa da direção da grandiosa Universidade do Brasil, e o insigne Dr. Brasil Pinheiro Machado, operoso Interventor Federal do nosso Estado. Eles percorreram todos os departamentos de nossas faculdades, inclusive os nossos bem aparelhados laboratórios e o nosso Museu de Anatomia, que lhes proporcionaram as melhores impressões. Agora, com a visita a Curitiba do eminente Sr. Ministro da Educação conseguimos a almejada restauração da Universidade. As valiosas subvenções agora prometidas à Universidade virão melhorar as condições econômicas e diminuir as taxas de matrícula dos alunos dos diversos cursos da Universidade. Tenho a honra de apresentar ao Exmo. Sr. Ministro Ernesto de Souza Campos os nossos maiores agradecimentos. Ao terminar agradeço também a valiosa

cooperação que temos recebido dos nossos professores Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto, que ocupam atualmente, com tanto fulgor, as elevadas funções de deputados federais, estendendo também meus agradecimentos ao professor Algacy Munhoz Maeder, digno Prefeito Municipal de Curitiba.¹⁴

Mais de três décadas se passaram após a criação da Universidade do Paraná e novamente seus ideais primeiros estavam presentes nas palavras de seus diretores. A importância da Universidade se renovava, como local de formação e habilitação para profissionais e intelectuais que integravam a sociedade paranaense. Essas ideias estavam evidentes no discurso do professor Francisco Paula Soares Neto, por ocasião da instalação do Conselho Universitário, ao afirmar que a Universidade do Paraná havia concorrido

...para formar a elite de homens que o Paraná precisa, para abrir suas estradas, construir suas pontes, tratar de valorizar suas terras, sanear e educar sua gente e defender seus direitos, mas principalmente teremos concorrido para formar homens de Estado que o Paraná precisa para a sua própria salvação. Homens cheios de respeito pela coisa pública e crentes na sublimidade dos ideais coletivos, que o Paraná precisa para firmar sua posição na Federação Brasileira, para opinar com altivez e firmeza, para defender o que é seu, para as grandes soluções que o país necessita. Para isso aqui estamos, como unidos em uma emoção religiosa.¹⁵

O doutor Ernani Guarita Cartaxo, na Assembleia da Universidade de 19 de dezembro de 1947, comparava a restauração da Universidade do Paraná com a própria emancipação política do Paraná em 1853. Esclarecia que a restauração era a “...afirmação desse mesmo espírito de autonomia local, amadurecido, já agora, no plano das preocupações superiores de um povo, que se apresentava servido das mesmas condições de existência constitucional dos demais, mas era deles caudatário, pela inferioridade dos seus elementos de cultura e de civilização”.¹⁶

Foi a partir dessa restauração que Curitiba passou a receber os mais variados epítetos, como Cidade Universitária, Atenas Brasileira, Cidade Sorriso, Coimbra Brasileira, comprovando que a universidade e a vida estudantil passaram a ser polos de atração na cidade.

Apesar de ser reconhecidamente um orgulho para a capital, a Universidade continuava a ser particular. Para muitos, ela havia chegado ao limite máximo a que uma universidade particular poderia alcançar. Acreditavam que, de agora em diante, só os poderes públicos federais poderiam fazer com que ela continuasse sua ascensão.¹⁷

Na reorganização da instituição, todos os integrantes foram chamados a colaborar, dando sua parcela de contribuição, quer no aspecto físico-administrativo, quer no âmbito cultural.

Para as instalações essenciais dos serviços da Reitoria e Conselho Universitário deparamos com a boa vontade e destacada colaboração da Diretoria da Faculdade de Direito que, espontaneamente, nos cedeu as salas onde funcionavam seus órgãos administrativos. Facilidades, igualmente, criaram-nos as Faculdades de Medicina e de Engenharia, abrindo mão, respectivamente, de sua sala da Diretoria e da sala da Biblioteca. Não obstante, de novas dependências dentro em breve necessitaremos, quando todos os departamentos da Reitoria se acharem organizados e funcionando com a regularidade com que foram concebidos. No Departamento Cultural está se efetivando o plano de suas atividades, relativamente ao intercâmbio cultural, à biblioteca e informações bibliográficas, à publicações e bolsas de estudo, seções já regulamentadas e que merecem a aprovação do Conselho Universitário. O intercâmbio cultural vem se realizando por meio de conferências e seminários por eminentes professores que nos visitaram, quer a convite direto nosso, quer em trânsito por Curitiba; pela permuta de publicações e correspondência, e pelas caravanas de caráter cultural e didático de estudantes universitários que excursionaram por estados do país e pelas repúblicas do Prata e do Chile. Na biblioteca da Reitoria, conquanto incipiente, contam-se 144 livros, 153 revistas e 86 folhetos diversos.¹⁸

Com a restauração, cresceu o incentivo ao intercâmbio cultural, fato esse comprovado pelas correspondências e permutas de publicações, e aumentou o número de aquisição de novas obras para a biblioteca. Nesse momento, também foram organizadas uma Estante Paranaense e uma seção de informações bibliográficas, e iniciou-se a publicação do Anuário da Universidade do Paraná.

Após a reunificação da Universidade do Paraná, Victor do Amaral podia afirmar que

...os propósitos de ação una e coesa, mais os de identificação espiritual das já tradicionais Faculdades entre si e com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, vem se processando sempre em sentido crescente, para tanto concorrendo, em elevado grau, as nobres disposições, sãs convicções da nova geração de docentes, que palmilham a mesma agra senda de nobres ideais e sublimes devotamentos que os seus predecessores percorreram. O conchegamento da Faculdade de Filosofia,



A Universidade e a Praça Santos Andrade nas festividades do fim da Segunda Guerra Mundial, 1945.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Concentração de escolares para o desfile do Dia da Proclamação da República, 1949.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani





Sessão solene em Curitiba, da Restauração da Universidade do Paraná, em 1º de abril de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.



O Interventor Federal no Paraná, Prof. Brasil Pinheiro Machado, ao discursar na Solenidade de Restauração da Universidade do Paraná, em 1º de abril de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.



O Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra ao assinar o Decreto-Lei referente à Restauração da Universidade do Paraná, em 6 de junho de 1946.
Acervo: Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília.

Ciências e Letras e sua assimilação ao ‘*modus vivendi*’ universitário, vem sendo favorecido pela brilhante plêiade de professores que dividem suas atividades didáticas entre essa escola e outro Instituto Universitário.¹⁹

Em 1947, concluíram seus cursos na Universidade do Paraná duzentos e vinte e cinco alunos, assim distribuídos: médicos, oitenta e um; engenheiros civis, cinquenta e quatro; bacharéis em Direito, vinte e quatro; bacharéis em Letras Clássicas, três; cirurgiões-dentista, vinte e cinco; farmacêuticos, dezesseis; licenciados em Química, dez; licenciados em Geografia e História, sete; licenciados em Letras Clássicas, um; licenciado em Física, quatro.²⁰

Quando o Conselho Universitário foi homologado, contava com os seguintes integrantes:

Membros natos – (Diretores das Faculdades e Presidente do Diretório Universitário dos Estudantes). Professor João Ribeiro de Macedo Filho, Faculdade de Direito; Professor Plínio Alves Monteiro Tourinho, Faculdade de Engenharia; Professor Eurípedes Garcez do Nascimento, Faculdade de Medicina; Professor José Loureiro de Ascensão Fernandes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Acadêmico Francisco Pereira Filho, Presidente do D.U.E. **Membros eleitos** – (representantes das Congregações e dos Docentes Livres). Professor Enéas Marques dos Santos, Faculdade de Direito; Professor Arnaldo Isidoro Beckert, Faculdade de Engenharia; Professor Francisco de Paula Soares Neto, Faculdade de Medicina; Professor Homero de Melo Braga, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Professor Orlando de Oliveira Mello, Docente Livre.²¹

Nessa ocasião, a Universidade totalizava 2.245 alunos matriculados, sendo 2.017 do sexo masculino e 228 do sexo feminino.²²

A organização estudantil também se aparelhava. O Diretório Universitário dos Estudantes, fundado em 1948, era o responsável pela representação de seu corpo discente. “Esta nova entidade estudantil, constituída por dois representantes de cada um dos diretórios das Faculdades Universitárias, está destinada a coordenar e centralizar a vida social dos corpos discentes da Universidade do Paraná.”²³ O Diretório Universitário dos Estudantes congregava o Centro Acadêmico Hugo Simas, dos estudantes de Direito; o Diretório Acadêmico Nilo Cairo (1917), dos alunos de Medicina, Odontologia e Farmácia; o Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras; e o Diretório Acadêmico

de Engenharia do Paraná (1921). No âmbito estadual, os estudantes se organizavam por meio da União Paranaense dos Estudantes - UPE (desde 1939) e da Federação Paranaense de Desporto Universitário (a partir de 1941).

O doutor Victor do Amaral deixou a Reitoria em 1948, por força dos novos estatutos. Com isso, em 6 de julho do mesmo ano, tomava posse no cargo de reitor o doutor João Ribeiro de Macedo Filho. Em seu discurso afirmava que: “O Paraná, o mais novo estado da federação, que já deu provas do quanto pode o patriotismo dos seus filhos, dotando o Brasil da sua primeira universidade, que teria de irromper fatalmente com o decorrer dos anos, não mentirá às suas tradições, mantendo-se emparelhado com os grandes Estados brasileiros e cooperando eficientemente, por meio de sua Universidade, para que o Brasil se imponha decisivamente no conceito das nações civilizadas”.²⁴

Acompanhando o ritmo nacional, o novo reitor passou a defender veementemente a construção de uma Cidade Universitária, por acreditar não ser possível compreender uma universidade sem pesquisa e local próprio para isto. As obras do Centro Politécnico, como futuro centro de experiências técnicas de vastas proporções, destinado aos altos estudos das novas gerações de técnicos paranaenses, estavam de acordo com a nova mentalidade universitária que caracterizava a época.

No entanto, a gestão do doutor João Ribeiro de Macedo Filho foi curta, interrompida pelo seu falecimento em 1949. Em seu discurso, o doutor Laertes de Macedo Munhoz, na sessão *in memoriam*, realizada na Universidade do Paraná, recorda que:

...a UP lhe deve uma dívida irresgatável. Ele formou entre os seus pioneiros. Esteve, desde os primeiros momentos, ao lado daqueles que sonharam o sonho audacioso de Nilo Cairo e Vitor do Amaral. Nunca, porém, se haveria de conformar com a extinção da Universidade, fundada em 1912 e desmembrada por imposição da lei federal que fez a reforma do ensino. Acalentou sempre no fundo do coração a idéia magnânima e patriótica de restabelecer a Universidade. Essa foi uma das maiores aspirações de sua vida. O Paraná deve imorredoura gratidão pela pertinácia indormida. Em 1941, ao lado dos eminentes professores Enéas Marques dos Santos e Afonso Camargo, ele foi relator das emendas ao projeto de reorganização da Universidade. Daí para diante, não mais descansou, enquanto não conseguiu atingir o seu grande ideal, finalmente convertido em realidade no ano de 1946.²⁵

A FEDERALIZAÇÃO DA UFPR

Embora unificada, a Universidade do Paraná continuava se ressentindo do insuficiente apoio federal, que se restringia a repasses e apoio político, pois não era federalizada. Essa situação gerava dificuldades de toda ordem, desde a manutenção até o aspecto financeiro. A solução estaria na federalização da instituição. Coube ao então reitor João Ribeiro de Macedo Filho iniciar uma política de aproximação com o governo federal, visando incluir o Paraná nas medidas tomadas para o ensino superior.

A federalização aparecia como único caminho a seguir. Os acadêmicos queriam a federalização porque isso significaria ensino gratuito. Os professores almejavam-na porque traria *'ipso facto'* melhoria de seus vencimentos. Era, o que tudo indicava, a única opção de projeção futura. A universidade crescia a um ritmo nunca constatado. Em 1947, o número de seus alunos atinge 3.033 universitários. O próprio governo federal imprimia um ritmo jamais registrado nos mais diversos graus de instrução pública.²⁶

Em 1948, viajou para Curitiba o ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, para resolver assuntos relacionados à federalização. Na exposição de motivos apresentada por ele, para justificar a federalização da Universidade do Paraná, comentava:

Trata-se de instituição portadora das mais nobres tradições de austeridade e cultura. São extraordinários os seus serviços de ensino superior, não somente ao estado do Paraná, como aos estados vizinhos do sul do país, cujos filhos afluem àquela universidade, em número elevado, dada a insuficiência das mais próximas, a de Porto Alegre e de São Paulo, para abrigarem as levas de estudantes que, ao término do curso secundário, apresentam-se ao vestibulo universitário, para a obtenção de grau superior. Sobreleva, ainda, em favor da pretensão, a magnífica situação do estado do Paraná no que tange a cultura geral do seu povo, ao seu crescente progresso econômico, ao seu equilíbrio financeiro, ao desenvolvimento e exploração de todas as suas riquezas, dentro de clima político de perfeita ordem social e harmonia.²⁷

O ministro foi recebido no dia 2 de setembro pelo governador Moisés Lupion, autoridades federais e estaduais e pelo reitor João Ribeiro de Macedo Filho. Em recepção na Universidade, o reitor, em seu discurso, enfatizou "...a atuação do doutor Clemente Mariani à frente da pasta que dirige e da honra que significa para o nosso Estado a sua visita, dizendo dos desejos do Paraná de trabalhar, de progredir para a sua grandeza e, conseqüentemente, do Brasil".²⁸

Em 1949, o reitor João Ribeiro de Macedo Filho faleceu, sendo substituído pelo vice-reitor Flávio Suplicy de Lacerda.

Quando Flávio Suplicy de Lacerda assumiu a Reitoria em 1949, transformou-se no arauto da campanha pró-federalização, contando sempre com o apoio do governador Moisés Lupion. Com esse objetivo, teria feito quarenta e duas viagens para a capital federal. Sofria pressão de alguns estados que tentavam obstaculizar a reivindicação do Paraná, pois ainda não possuíam universidades federais.²⁹

A luta pela federalização tinha o objetivo de

...fazer da Universidade o centro de cristalização de uma consciência paranaense. Criar uma cúpula de unidade de espírito e de pensamento ligando aqueles que, pelas faculdades congregadas, fossem preparados para as profissões liberais. Conhecer e espalhar conhecimentos sobre a terra paranaense, esmiuçar-se a sua formação e o seu aproveitamento, estudar o novo homem do Paraná que desponta em nossos dias, num soberbo caldeamento de raças, e orientá-lo para que aproveite o seu destino, levantando o seu espírito acima das paixões, dos preconceitos e dos vícios. Preparar a mocidade, robustecendo-a para as pugnas do amanhã, forjando-a para o exercício das profissões e para a profissão universal, que é a de ser Homem, o seu espírito com a soma de conhecimentos científicos que ela precisa sedimentar, especializando-se sem deshumanizar-se. Conclamar o Brasil a que melhor conheça o Paraná, creia na sua gente, e no seu futuro.³⁰

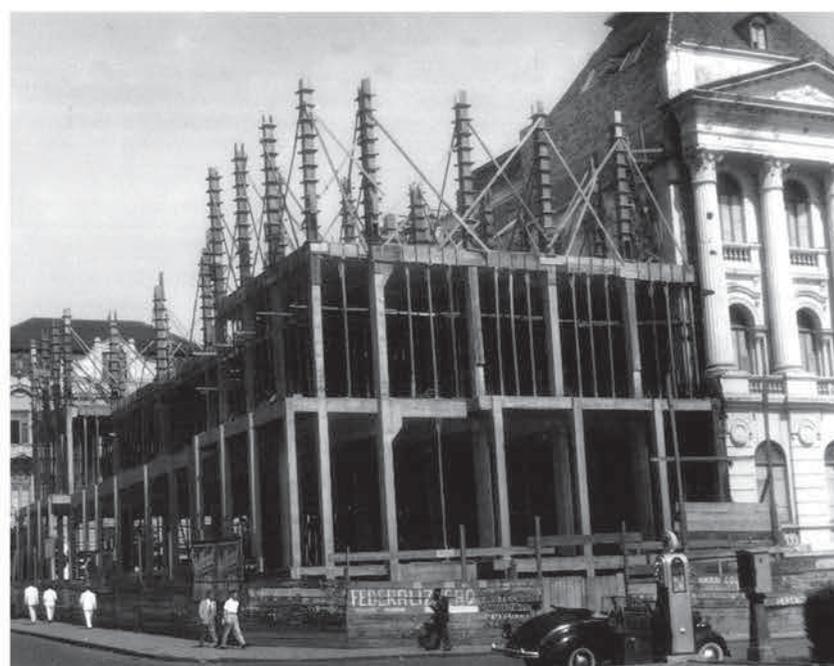
Segundo as palavras do reitor, todos tinham conhecimento de que se vivia um novo momento.

Agora temos para nós que a Universidade está chegando ao término da capacidade limite do que pode realizar uma iniciativa particular. A sua fase inicial terminou. Chegou o momento de ser a nossa universidade incluída dentre os centros universitários que merecem o amparo carinhoso e decidido do governo federal. Suportamos cotejo vantajoso com os Estabelecimentos Federais já existentes, e dentre os institutos equiparados poucos como o nosso podem ombrear em recursos, em instalações e em patrimônio moral tão maduramente alcançado. É, pois, a hora da Federalização do Ensino Superior do Paraná, não como favor obtido nos corredores da Câmara, mas como a vitória mais retumbante alcançada, no Brasil, pela iniciativa particular. Seria uma verdadeira injustiça, um desconhecimento completo da situação do ensino que os poderes federais nos deixassem esquecidos, fechando os olhos ao que é a Universidade do Paraná, preterindo-a na



Trote de calouros carregando os retratos dos fundadores da Universidade, 1946.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Ampliação do prédio central da Universidade na ala da Rua XV, 1946.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani





**Desfile de Abertura dos Jogos
Universitários, 1948.**

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Vista da Praça Santos Andrade, 1948.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



**Reitor João Ribeiro de Macedo Filho
(gestão de julho/1948 a agosto/1949)**

Acervo: Ana Maria Macedo Lopes

FLÁVIO SUPLYCY DE LACERDA

“Nasceu na Lapa, a 4 de outubro de 1903. Filho de Manoel José Correa de Lacerda e de sua mulher Alice Maria Virmond Suplicy. Faleceu em Curitiba a 1º de julho de 1983. Matriculou-se em 1916, no Colégio Militar de Barbacena, em Minas Gerais, onde se diplomou em Agrimensura, no ano de 1922. A seguir, matriculou-se na Escola Politécnica de São Paulo, diplomando-se em Engenharia Civil, em 1928.

Em 1930, ingressou como Professor Interino de Resistência dos Materiais na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1933, prestava concurso para a referida cadeira. Nela se distinguiu como notável mestre.

Exerceu também o cargo de Engenheiro chefe na Rede Viação Paraná – Santa Catarina, participou do Conselho de Transporte do Estado do Paraná, e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Na gestão de João Ribeiro de Macedo Filho, foi eleito para o cargo de vice-reitor, em 25 de julho de 1948; esse mandato se estenderia de 6 de julho de 1948 a 6 de julho de 1950. Todavia, com a morte do Reitor Macedo Filho, ocorrida em 5 de agosto de 1949, assumiu a reitoria da instituição.

Flávio Suplicy de Lacerda, na Assembléia Universitária de 19 de dezembro de 1949, lançava a campanha pela federalização da Universidade, com a qual prosseguiu obstinadamente, obtendo-a sob a forma da Lei n.º 1254, de 4 dezembro de 1950.

Exerceu a Reitoria em mandatos sucessivos até 1964. Com muito discernimento, procurou dotar a UFPR das bases físicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades didáticas e científicas.

Com a Revolução de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda deixou a reitoria da UFPR, para exercer o cargo de Ministro da Educação e Cultura. No Ministério, entre suas muitas realizações, promoveu o censo escolar de 1964, instituiu o salário educação e iniciou o processo de Reforma Universitária no país.

Foi membro do Conselho Federal de Educação, a partir de 9 de março de 1967, ano em que retornou à Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Nesse mandato, deu especial atenção à implantação de cursos de pós-graduação, reformulou o curso de Bioquímica, e criou os cursos de Entomologia e Genética Humana.”³¹

hierarquia dos estabelecimentos de cultura superior. E seria também uma injustiça feita ao próprio Estado, hoje dos maiores contribuintes para o erário da nação. Conclamamos assim a gente do Paraná que cerre fileiras com a sua universidade para a batalha da federalização que vamos agora travar, com a maior resolução.³²

Enquanto centro irradiador de saber, Flávio Suplicy de Lacerda defendia a expansão e integração da Universidade com outras regiões do Estado e não apenas com a capital. Assim, durante a Semana Universitária em Londrina, afirmava:

...a minha missão neste momento em que a Universidade do Paraná inaugura uma nova fase de sua longa e proveitosa vida, estabelecendo contato direto com os vários centros de irradiação cultural do estado, é simplesmente de explicar, de justificar, para que da nossa compreensão comum possa nascer uma obra permanente que pertença a todos nós e que seja, por isso mesmo, de valor social e nacional. A Universidade moderna não se restringe mais dentro da estreiteza dos seus muros, antes procura todas as camadas da população, todos os centros de cultura, no seu sentido mais amplo, não somente para divulgar ensinamentos, mas, principalmente, para trocar ensinamentos.³³

Aos poucos, a campanha pró-federalização da Universidade do Paraná se estendeu pela cidade e atingiu as ruas, envolvendo ainda órgãos de imprensa, associações, bancadas legislativas, professores, alunos, o governo do Estado e a própria população paranaense.

Desde a restauração da Universidade do Paraná, os estudantes se posicionavam contrários à situação de universidade particular e pediam a federalização imediata da instituição. Argumentavam que “...a única solução do problema reside na federalização da Universidade do Paraná, com a participação de todos os atuais cursos superiores do Paraná. Só assim, com subvenções suficientes por parte dos governos federal e estadual, será possível aparelhar as faculdades, remunerar condignamente os lentes e diminuir o custo do ensino, fazendo-o marchar gradativamente para a gratuidade no Paraná como já se procede em outros estados da federação”.³⁴

Por ocasião da visita do ministro da Educação Clemente Mariani a Curitiba, o acadêmico Francisco da Cunha Pereira, em nome do corpo discente, saudou o ministro e descreveu os anseios da classe a favor da “...federalização de nossas escolas, promovendo desta forma um ensino eficiente e mais ao alcance das classes menos favorecidas; a fixação no orçamento nacional, das subvenções a nós concedidas; apoio constante e efetivo à construção da cidade universitária”.³⁵



**O prof. Flávio Suplicy de Lacerda
foi reitor em dois períodos:
de 8/1949 a 5/1964 e 5/1967 a 5/1971).**

Acervo: Biblioteca Central



**O reitor saúda o Dr. Victor Ferreira
do Amaral pelo seu 65º aniversário
de sua formatura na Imperial Faculdade
de Medicina do Rio de Janeiro, 1949.**

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



**Dr. Victor Ferreira do Amaral planta
um pé de erva-mate em frente à
Universidade, no 65º aniversário
de sua formatura em Medicina, 1949.**

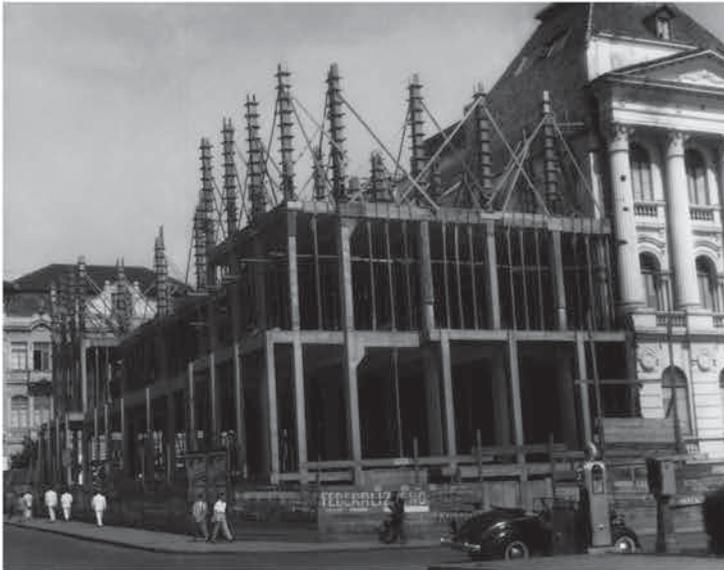
Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani





Reforma do prédio histórico da Universidade, meados de 1940.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Construção da ala voltada à Rua XV, 10/1940.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



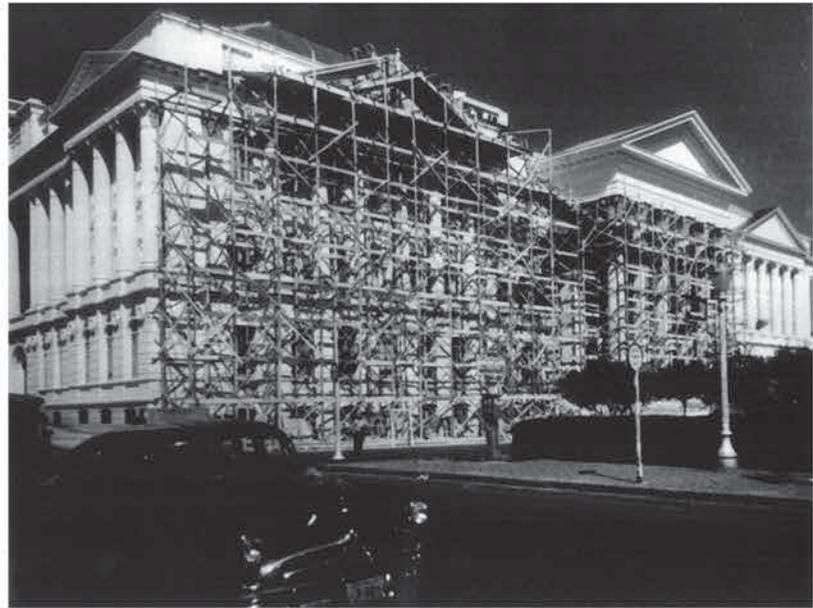
Reforma da fachada, substituindo o estilo eclético anterior por uma concepção neoclássica, 1949.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



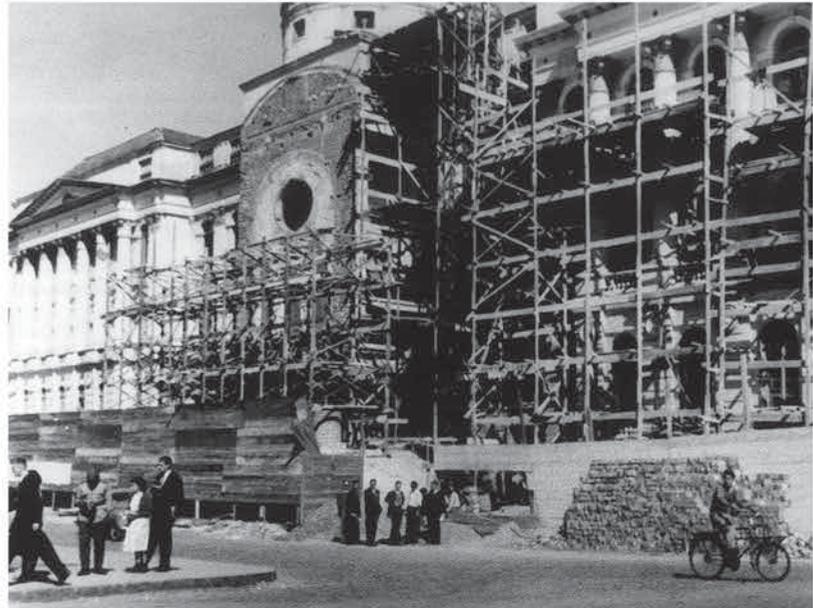
Remodelação, ampliação e retirada da cúpula do prédio histórico da UFPR, início da década de 1950.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



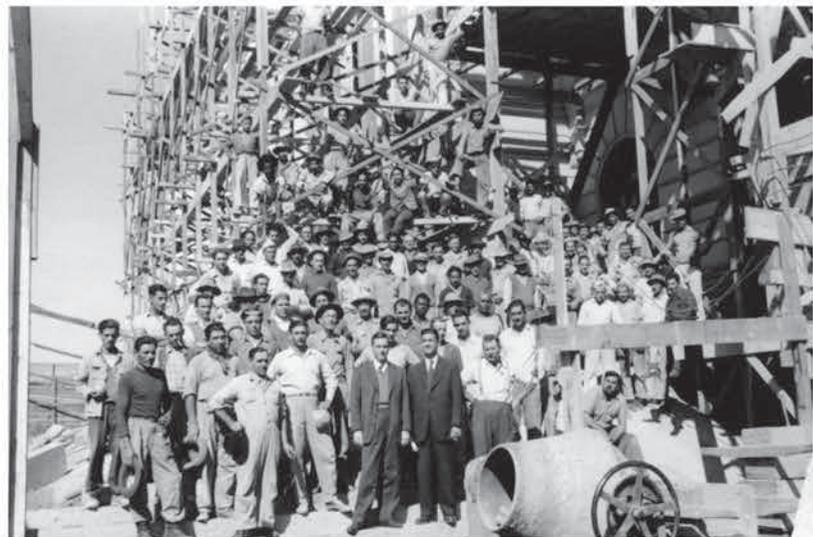
As transformações impostas ao prédio tornaram-se mais visíveis em sua fachada, especialmente em sua parte central, no início da década de 1950.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Engenheiros e operários da construção civil diante da fachada do edifício em processo de transformação, década de 1950.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Tal processo culminou com a edição da Lei n.º 1.254 de 4 de dezembro de 1950. Nela, finalmente, estavam federalizadas a Universidade do Paraná e as demais instituições brasileiras parceiras desta luta. A Lei dispunha sobre o sistema federal de ensino superior e nomeava os estabelecimentos que seriam mantidos diretamente pela União. Assim, a Universidade do Brasil, e as Universidades de Minas Gerais, da Bahia, do Recife, do Rio Grande do Sul e do Paraná foram contempladas. A partir desse momento, a Universidade do Paraná passou a se denominar Universidade Federal do Paraná - UFPR.

No quadro permanente do Ministério da Educação e Saúde, foram criados os respectivos cargos. No que se referia ao Paraná, haveria um reitor; vinte e três professores catedráticos na Faculdade de Direito; cinquenta e três professores catedráticos na Faculdade de Filosofia; quarenta e sete professores catedráticos na Faculdade de Medicina; trinta professores catedráticos na Escola de Engenharia e trinta professores catedráticos na Faculdade de Ciências Econômicas.

Na ocasião da federalização, a Universidade contava com 54% de professores catedráticos. “Muitos deles, sobretudo da Faculdade de Medicina, de Direito e de Engenharia, eram concursados por títulos e provas. Outros, porém, como no caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, eram catedráticos de primeiro provimento ou fundadores das respectivas cátedras, como o permitia a legislação vigente. A maioria destes últimos era portadora unicamente de diplomas de cursos de graduação.”³⁶

A Universidade abrigava os seguintes cursos: na Faculdade de Direito – bacharelado em direito; na Faculdade de Ciências Econômicas – ciências econômicas; na Escola de Engenharia – engenharia civil; na Faculdade de Medicina – medicina, odontologia, farmácia e enfermagem obstétrica; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas e pedagogia. Isso, além dos cursos especiais, aperfeiçoamento, especialização, extensão universitária e doutoramento.³⁷

Para acompanhar o processo, a estrutura administrativa da Universidade empreendeu as reformas, tanto funcionais como físicas, para se adaptar às novas condições necessárias. Ajustes em todos os âmbitos sucederam-se no decorrer da década de 1950.

NOTAS

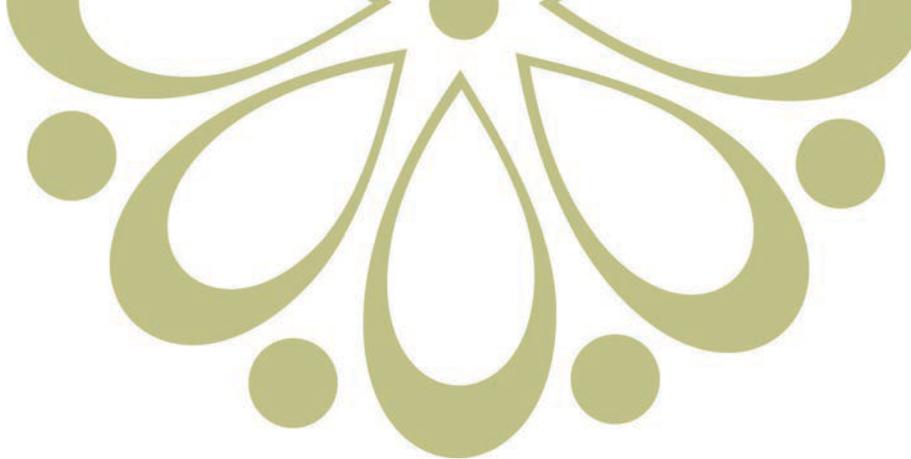
- ¹ UFPR/DEHIS. 1994. p. 86.
- ² IPARDES. **Economia e sociedade**. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 44.
- ³ COMNINOS, Constantino. Alguns aspectos populacionais do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.3, nov, dez. de 1967.
- ⁴ BALHANA, A.; MACHADO, B; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 247.
- ⁵ Ibid., p. 258.
- ⁶ IPARDES. **Economia e sociedade**, 2006. p. 45.
- ⁷ OLIVEIRA, 2001.
- ⁸ IPARDES. **O Paraná reinventado**. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 82.
- ⁹ UFPR. **Rumos da pesquisa**. 1998. p. 44.
- ¹⁰ SCHWARTZMAN, 1979. p. 287.
- ¹¹ WACHOWICZ, 1985. p. 102.
- ¹² UFPR. Ata. 1º de abril de 1946. In: UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p. 30.
- ¹³ Ibid., p. 7.
- ¹⁴ Ibid., p. 36.
- ¹⁵ Ibid., p. 40.
- ¹⁶ Ibid., p. 42.
- ¹⁷ WACHOWICZ, 1985. p. 138.
- ¹⁸ UFPR. **Anuário da Universidade**, 1947. p. 2,3.
- ¹⁹ Ibid., p. 1.
- ²⁰ UFPR. **Anuário da Universidade**, 1946-47. p. 34.
- ²¹ UFPR. Relatório do Reitor, 1948. In: LIMA, 1982. p. 408-409.
- ²² Ibid., p. 410.
- ²³ UFPR. **Anuário da Universidade**, 1948. p. 88.
- ²⁴ UFPR. **Anuário**, 1946-47. p. 19.
- ²⁵ UFPR. **Anuário**, 1949. Curitiba: 1950. p. 57.
- ²⁶ WACHOWICZ, 1985. p. 138.
- ²⁷ UFPR. **Anuário da Universidade**, 1950. p. 19.
- ²⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 2 de setembro de 1948. p. 5.
- ²⁹ WACHOWICZ, 1985. p. 132.
- ³⁰ UFPR. **Anuário**, 1949. p. 80.
- ³¹ DICIONÁRIO Histórico-Bibliográfico do Paraná. Curitiba: Chain, 1991. p. 240-241.
- ³² UFPR. **Anuário**, 1949. p. 81.
- ³³ Ibid., p. 62,68.
- ³⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba 20 de março de 1946. p. 8.
- ³⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba 02 setembro de 1948. p. 5.
- ³⁶ WESTPHALEN, 1987. p. 44.
- ³⁷ UFPR. **Universidade do Paraná**. Curitiba, Paraná, Brasil. São Paulo: Serviço dos Países, 1950. p. 28-32.

Blank Page

4



Blank Page



EXPANSÃO DA UFPR

CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1951-1967)



No início dos anos 60, a situação econômica brasileira encontrava sérios obstáculos para o seu desenvolvimento, dentre eles a inflação e a dívida externa, que se avolumavam consideravelmente nesse período. Jânio Quadros, ao assumir a presidência do país, afirmava que

...o déficit global do balanço de pagamentos havia chegado a US\$ 410 milhões, para exportações totais de US\$ 1.270 milhões. A dívida do Brasil, segundo Quadros, chegara a US\$ 3.800 milhões, dos quais US\$ 600 milhões venciam em 1961. O déficit orçamentário previsto para 1961 era superior a Cr\$ 100 bilhões, cerca de 1/3 da receita prevista para o exercício. A inflação de 1959 e 1960 superava os 30% ao ano, cerca do dobro da inflação média anual do período 1950-1958.¹

Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu a Presidência seu vice, João Goulart, que manteve uma gestão mais voltada para os problemas sociais. No entanto, o governo populista também não fora capaz de dar respostas satisfatórias à crise político-institucional que se estendia por todo o país. Como consequência, os militares ascenderam ao poder e limitaram a autoridade do Legislativo, em favor do fortalecimento do Executivo, defendendo a ideia da “Segurança Nacional”. Seguiu-se uma época conturbada da história nacional, acompanhada de inquéritos policiais e militares, intervenções em sindicatos,

prisões, cassação do mandato de alguns deputados e suspensão dos direitos políticos dos líderes civis. Atos Institucionais foram decretados, e determinaram-se eleições indiretas para a Presidência da República. Tudo isso ratificado pela Constituição de 1967, que reafirmava os atos então decretados.

O ano de 1968 foi extremamente agitado. Acontecimentos políticos e sociais conduziram o regime a um processo de radicalização. O movimento estudantil intensificou as críticas e os sindicatos organizaram greves. Deputados e senadores criticavam a violência policial. O presidente da época, Arthur da Costa e Silva, fechou o Congresso Nacional e estabeleceu o Ato Institucional n.º 5 - AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Considerado um dos atos mais dramáticos da história brasileira durante o período militar, permitia a interferência direta do Estado nas liberdades constitucionais, agindo com excessivo rigor, como no caso das cassações e do fim do *habeas corpus*. Além disso, estabelecia a censura e permitia a tortura. Esta fase negra da história política brasileira perdurou por mais de uma década.

Com o Ato Institucional n.º 5, também vários professores da UFPR foram perseguidos e estudantes presos; o Diretório Central dos Estudantes foi fechado e as manifestações consideradas subversivas. No governo Médici, a oposição ao regime foi controlada por meio de torturas, sequestros, prisões e perseguições. No entanto, a classe média se sentia amparada, premiada com as vantagens advindas do crescimento econômico. Quanto à sociedade civil, devido à censura à imprensa, mantinha-se mal informada sobre os reais acontecimentos políticos e o futuro da Nação.

O Paraná, até então, apresentara uma indústria apoiada sobretudo na produção primária, como era o caso do beneficiamento de produtos agrícolas ou da indústria madeireira. Os anos 60 não foram favoráveis à indústria paranaense, que cresceu menos do que a indústria nacional. Na prática, ocorreu que, executado o Plano de Metas, a economia, mediante novos impulsos, avançou muito até 1961-62; "...a partir daí começa a denotar sinais de crise, que se aprofunda, e a retomada do crescimento industrial somente vai se dar a partir de 1967-68".²

Mesmo diante dessa situação de crise, o governo do Estado criou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná, CODEPAR, depois transformada em Banco de Desenvolvimento - BADEP, que deveria atender às exigências de uma política de desenvolvimento e industrialização e suprimir as deficiências de infraestrutura do Estado.

Paralelamente a essa situação nacional, ressaltavam-se o progresso e o desenvolvimento de Curitiba, à época assim descrita:

A capital situa-se a 908 metros de altitude, ocupando uma área de 442km². Sua população atual ascende a mais de 370 mil habitantes. É expressivo o número de estabelecimentos de ensino, culturais, os esportivos, de diversões e os meios de informação, como atestam estes dados: 27 faculdades, 19 ginásios, 174 escolas primárias, 30 de arte, cinco de ensino comercial e 9 de ensino pedagógico; 89 associações desportivas, dois museus, 36 bibliotecas, 18 cinemas e teatros, 22 jornais, 12 emissoras e duas estações de televisão. A assistência médico-sanitária e hospitalar conta com cerca de 400 médicos em atividade em clínica particular e 30 hospitais com 2.700 leitos. Existem 16 asilos e 36 instituições de caridade que prestam a mais variada assistência social. Mais de quatro mil estabelecimentos formam o acervo comercial e o industrial conta com mais de 600 indústrias em ampla fase de expansão, ao lado do funcionamento de 26 estabelecimentos bancários. O transporte coletivo é servido por mais de 300 ônibus. Seu moderno sistema de telefones conta com 10 mil aparelhos.³

Em 1960, já eram 4.263.721 os habitantes do Paraná, o que demonstrava que a população mais do que dobrara em dez anos. A densidade demográfica também dobrara, passando para mais de vinte e um habitantes por quilômetro quadrado. Finalmente, em 1970, já eram 6.929.868 habitantes, revelando um crescimento em torno de 60% nos dez anos anteriores. A densidade demográfica passara, então, para trinta e cinco habitantes por quilômetro quadrado.

Somente nos anos 60 o processo de urbanização se intensificou e se estendeu por quase todo o território paranaense. No entanto, a maior concentração urbana localizava-se em Curitiba, que possuía, nesse momento, 344,6 mil habitantes e concentrava 25% da atividade industrial do Estado.⁴

PÓS-FEDERALIZAÇÃO

O período pós-federalização inaugurou uma série de mudanças na Universidade do Paraná. Inicialmente, organizaram-se os novos Estatutos da instituição, que foram aprovados em 7 de abril de 1952. De acordo com eles, a Universidade tinha como órgãos de sua administração a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria.

A administração das escolas e faculdades e sua direção eram exercidas pela Congregação, Conselho Técnico-Administrativo e Diretoria; o corpo docente era organizado em cargos de instrutor, assistente, professor adjunto e professor catedrático. As Congregações das Faculdades foram obrigadas a se adequar, adaptando-se ao seu Regimento Interno. Tanto o reitor como os diretores das Faculdades passaram a ser nomeados pelo presidente da República, sendo a escolha feita mediante apresentação de lista tríplice, composta por professores catedráticos efetivos e organizada pela respectiva Congregação.

A administração interna ampliou-se, foram criados os Institutos de Pesquisa, o Conselho de Pesquisas, assim como novos cursos e órgãos complementares. Atividades diversas passaram a fazer parte do cotidiano da instituição.

Os institutos ou serviços técnico-científicos autônomos deveriam ter diretores designados pelo reitor. “O corpo docente das escolas e faculdades estava organizado em cargos sucessivos da carreira do professorado: instrutor, assistente, professor adjunto e catedrático. Além dos titulares enquadrados nos diversos postos da carreira, faziam parte do corpo docente os docentes-livres e os professores contratados.”⁵

As atividades de extensão na UFPR também se organizaram. Foram previstos cursos de extensão, destinados à difusão do conhecimento, divididos em cursos de extensão popular e cursos de atualização cultural.

Outras instituições de ensino superior foram incorporadas à Universidade, visando à sua consolidação; processo este que já fora iniciado antes mesmo da federalização. Assim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1938, encontrava-se incorporada desde 1946; a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1945, foi incorporada em 1950; a Escola de Química, fundada na própria Universidade, esteve alguns anos sob o controle do governo do Estado, retornando em 1953; as Faculdades de Odontologia e Farmácia, que funcionaram, desde 1912, como cursos anexos à Faculdade de Medicina, passaram a ter autonomia universitária, a partir de 1958.⁶

Mesmo antes da federalização, a Universidade, por iniciativa de seus professores catedráticos, já organizava trabalhos de laboratório e pesquisa, os quais contavam com a participação de alunos e voluntários. Em 22 de setembro de 1950, o Conselho Universitário ratificava a criação do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que teve como primeiro diretor o professor José Fernandes Loureiro. Esse instituto foi, na realidade, o embrião do futuro Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná (1958).

Primeiro projeto do conjunto arquitetônico formado pelos prédios da Reitoria (Administração e Teatro), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e da Faculdade de Ciências Econômicas, início da década de 1950.

Acervo: Biblioteca Central



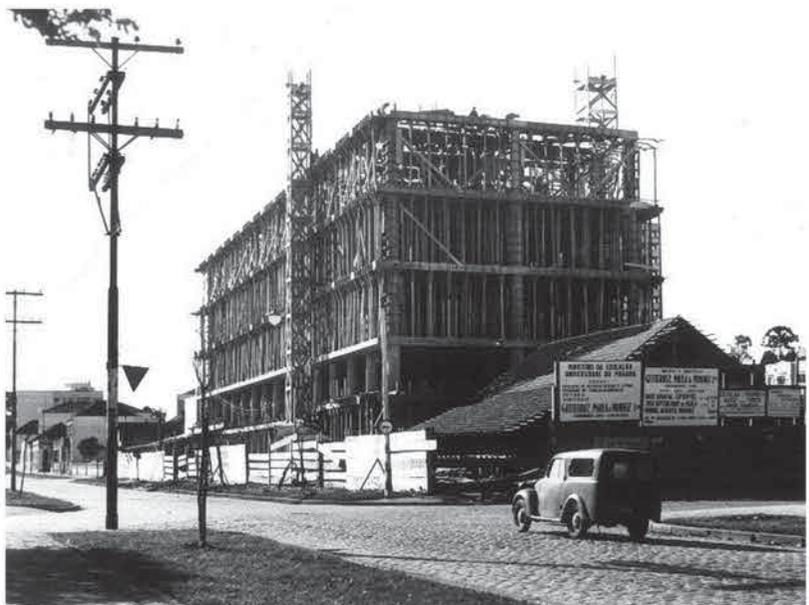
Início da construção do prédio da futura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 05/1954

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



A construção do prédio da futura Faculdade de Filosofia está avançando, 1954.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani





Fazendo parte do complexo arquitetônico da Reitoria, ainda em construção, a Faculdade de Ciências Econômicas foi inaugurada em 26 de abril de 1956 na presença do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu Ministro da Educação Clóvis Salgado.

Acervo: Reitoria UFPR



Inauguração do busto de bronze, no pátio da Reitoria em 1958, com os seguintes dizeres *AO REITOR FLÁVIO SUPLYCY DE LACERDA – HOMENAGEM DA FACULDADE DE FILOSOFIA PELA CONSTRUÇÃO DE SUA SEDE - MCMLVIII*

Acervo: Biblioteca Central



Descerramento da placa de inauguração da Reitoria, em 17 de outubro de 1958.

Acervo: Biblioteca Central



No ano seguinte à criação do Conselho de Pesquisas, foram organizados os Institutos de Pesquisa.⁷ Caracterizavam-se como locais privilegiados à sistematização do trabalho científico, colaborando com o desenvolvimento e a formação da ciência e da tecnologia no país.

Foi nessa conjuntura educacional que o Governo Federal criou o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, por meio da Lei n.º 1.310 de 15 de janeiro de 1951, com a finalidade de promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento. Visando ao aperfeiçoamento do corpo docente superior e à formulação de planos de ação governamental, foi criada também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo Decreto n.º 29.741 de 11 de julho de 1951. Para cumprir as finalidades a que se destinava, o CNPq distribuiu seus encargos por sete “Setores de Pesquisa”, a saber: “Agrônômicas, Biológicas, Físicas, Geológicas, Matemáticas, Químicas e Tecnológicas, mantendo, além disso, os seguintes setores: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Instituto de Matemática Pura e Aplicada; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto de Energia Atômica e Instituto de Pesquisas Rodoviárias”.⁸

Devido à federalização, a estrutura administrativa e física da UFPR também necessitou se ajustar às novas condições. Assim, entre 1950 e 1961 a modernização começou a se fazer notar, primeiro com a reforma do prédio central, na Praça Santos Andrade, prosseguindo com as construções da Policlínica Professor Garcez do Nascimento, em 1951, e do Hospital de Clínicas, no período compreendido entre 1953 e 1960. Seguiu-se o conjunto de edifícios destinados à Reitoria, à Faculdade de Ciências Econômicas em 1956, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Auditório, à Imprensa Universitária, à Casa dos Estudantes e ao Restaurante Universitário, cuja construção se iniciou em 1958. É importante ressaltar que só o conjunto dos edifícios da Reitoria, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia abrangia 27.000 metros quadrados de área construída.

Flávio Suplicy de Lacerda descreveu assim a expansão da área física da UFPR:

A Cidade Universitária, desde já, está sendo estudada na sua fase inicial. Até que a sua construção, entretanto, seja acabada, foram consideradas as obras de mais urgência, por ordem de preferência. Está em pleno andamento a terminação do edifício central, que

será inaugurado em princípios de 1954; nos primeiros meses do próximo ano será iniciada a construção do conjunto de edifícios, com 30.000 m², destinados às faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas, ao Restaurante Universitário, ao Auditorium, à Reitoria e à Imprensa Universitária, em terreno já adquirido, com a ajuda do governo do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, um benemérito da instituição. O edifício do Hospital de Clínicas vai entrar em fase de acabamento, acelerando-se os trabalhos, porque o ensino médico exige o aparelhamento completo e rápido das cadeiras de clínica. A Escola de Enfermagem, cuja falta é um escândalo, está em vias de ser instalada e a Policlínica Professor Garcez do Nascimento será inaugurada, dentro de três ou quatro meses.⁹

Quanto à reforma do prédio da UFPR, foram mais do que duplicadas as áreas que serviriam às Faculdades de Direito, de Engenharia e de Medicina, atestando-se a modernidade de suas dependências.

“Verificado, no curso da construção, que era preciso reformar um pouco a parte velha do edifício, estamos sendo levados a sua quase total reconstrução, pois as instalações, armaduras, paredes e serviços ofereciam perigo iminente e assustador. Escorria água de chuva por dentro e por fora das paredes, molhando fios elétricos que, molhados, se intrometiam pelos tetos e assoalhos de madeira podre. Não havia água nem para lavar as mãos nos laboratórios de anatomia. Vivia-se, e com brilho, por um milagre de dedicação.”¹⁰

O projeto de ampliação do prédio já havia sido elaborado na década anterior pelos professores titulares da Escola de Engenharia, especialmente Rafael Klier de Assunção (professor de Desenho Técnico) e o acadêmico de Engenharia Orlando Silveira, que assinaram as plantas. Buscavam uma simbiose do velho e do novo edifício. Seus pontos centrais foram a transformação da fachada principal e a ocupação integral do terreno, alinhando suas quatro fachadas às ruas que a circundavam. No entanto, a fachada aprovada para execução foi do engenheiro/arquiteto italiano Carlo Barontini. Uma verdadeira metamorfose que marcaria definitivamente a década de 1950.

Com a reforma foram eliminados os componentes que davam ao edifício seu caráter eclético, a favor de um traçado neoclássico, tradicional. Neste caso, evitou-se acompanhar as tendências da arquitetura moderna de então, que no Brasil atingia sua maturidade no início dos anos 50. Todavia, ao optar pelo neoclássicismo, também se preservaram elementos visíveis do passado histórico do prédio desde 1913.

Contemporâneo ao projeto da reforma do Edifício Central da Universidade são vários projetos de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e M.M. Roberto dentro do mais claro espírito modernista. No entanto, nem seria necessário sair de Curitiba para verificar que a arquitetura moderna se consolidava através de projetos como o do Centro Cívico, do Teatro Guaíra, e principalmente das novas instalações da Universidade, das quais destacamos o conjunto da Reitoria (Davi Azambuja), que na época chamou a atenção de técnicos nacionais e internacionais pelas suas soluções plásticas e funcionais.¹¹

Curitiba vivia um momento de efervescência:

...as transformações, entretanto, não se restringiam à Universidade. Uma metamorfose tão ou mais significativa também tomava conta de Curitiba. A cidade de 30.000 habitantes, de 1912, tornara-se, nos anos cinquenta, uma emergente metrópole com 200.000 habitantes. Toda a ingenuidade e tranqüilidade da provinciana Curitiba, do início do século, começavam a dar lugar ao corre-corre das grandes cidades. Hoje em dia tão criticado, o ritmo frenético das metrópoles era o desejo da maioria dos curitibanos dos anos 50, ansiosos pela materialização do grande progresso tecnológico que se sucedeu à Segunda Guerra nos países desenvolvidos. Embora ainda baseada numa economia predominantemente agrícola, Curitiba e o Paraná experimentaram um grande crescimento econômico nessa década, devido ao setor cafeeiro. No ano do Centenário do Paraná (1953), os curitibanos, orgulhosos, contabilizavam o grande número de edifícios que surgiram na cidade, e o número de automóveis e auto-ônibus (como chamavam ônibus na época), o surgimento da infra-estrutura urbana e até o fantástico (para os padrões da época) consumo de energia elétrica da cidade. Não havia dúvida: Curitiba ingressara definitivamente no rol das metrópoles, marca registrada de progresso e desenvolvimento nos anos 50.¹²

Só em 1955, a reforma do prédio situado na Praça Santos Andrade foi concluída e ocorreu sua inauguração, justamente no local onde funcionavam as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, assim como a Faculdade de Ciências Econômicas. “O novo porte da universidade, de linhas majestosas, marca o início de uma nova fase na feição urbanística dessa metrópole, que passa a afirmar-se com um dos mais avançados centros de todo o país, dilatando-se a todos os quadrantes.”¹³

Em 26 de abril de 1956, inaugurava-se o novo complexo de edifícios na Reitoria. A solenidade foi marcada pela presença do presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, do ministro da Educação e diversas autoridades locais.

Às 16 horas, presente numeroso público, chegava ao novo edifício da Faculdade o Presidente JK, sua comitiva e demais autoridades, civis e eclesiásticas. Grande massa popular já se aglomerava, além de universitários e entidades da classe estudantil, para assistir a uma das mais monumentais obras realizadas em favor do ensino em nosso Estado [...] Após o Presidente da República enaltecer a grande obra recém inaugurada, comentou que ela constituía um dos monumentos arquitetônicos da cidade. Falando sobre a função das Universidades, acentua que universidade é a base indispensável à formação das nacionalidades. Passa a seguir a tecer elogios à obra de progresso do povo paranaense que, através de tantos esforços, vai realizando um trabalho de elevação de nosso padrão econômico e intelectual. [...]¹⁴

Nessa perspectiva, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, estava certo ao afirmar em 1950 que o Estado passava por um “espetáculo da prosperidade”.¹⁵ Em Curitiba, o mercado imobiliário se desenvolvia. Anunciavam-se lotes à prestação da Planta Fanny, próximos à Vila Parolim, a poucos metros da Rua Marechal Floriano, a partir de Cr\$ 35.000,00; era possível, pela quantia de Cr\$ 700,00, alugar um apartamento com seis peças no Centro da cidade.¹⁶

Sem dúvida, o conjunto de reformas do Edifício Central, aliado às novas instalações, enchia de orgulho o povo curitibano. O surgimento de outras instituições universitárias, como a Faculdade Católica e a Faculdade de Direito de Curitiba, veio a consolidar um verdadeiro centro universitário na capital paranaense dos anos 50. Outras instituições de ensino superior também foram criadas no Paraná, como as faculdades de filosofia, ciências e letras, farmácia e bioquímica, odontologia, direito e ciências econômicas e administração, que desde os anos 50 funcionavam isoladamente, em Ponta Grossa, ou a Universidade Católica em Curitiba, criada em 1959, originando a união de sete faculdades católicas. “Curitiba, Centro Universitário por excelência no Brasil, vai adquirindo a significação que os meios clássicos da civilização alcançaram em Bolonha, Montpellier, Oxford, Salamanca, Coimbra ou Heidelberg. A Universidade do Paraná, pela sua unidade, é a mais significativa do País.”¹⁷

Aliado à expansão da área física, aumentava também o papel da Universidade perante a sociedade paranaense. A administração ampliou-se e foram criados os Institutos de Pesquisas e o Conselho de Pesquisas, bem como novos cursos e órgãos complementares.

**Projeto do Centro Politécnico,
início da década de 1950.**

Acervo: Biblioteca Central



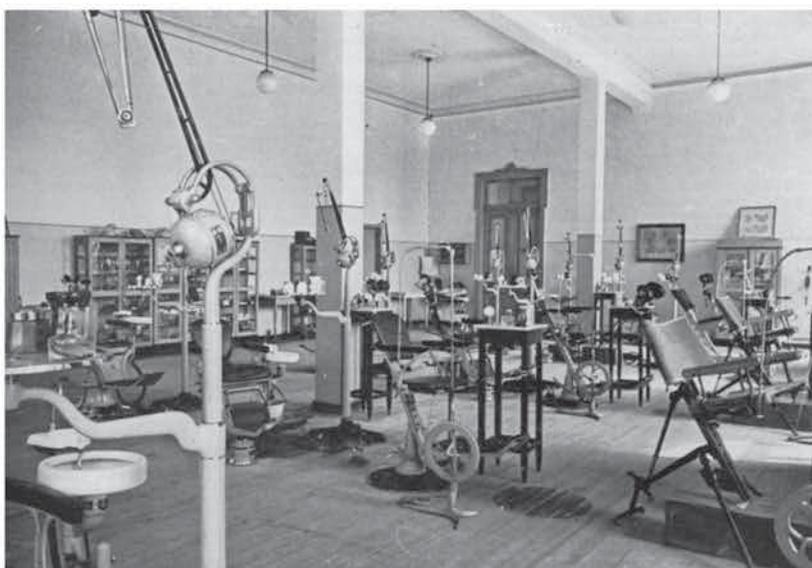
**Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras:
Gabinete de Etnografia, 1950.**

Acervo: Biblioteca Central



**Faculdade de Medicina:
Dispensário dentário para a
prática da Odontologia, 1950.**

Acervo: Biblioteca Central





Lançamento da Pedra Fundamental do Hospital de Clínicas, 1952.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Hospital de Clínicas em construção, 1952.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Hospital de Clínicas parcialmente concluído.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani

Acompanhando a política científica do país, que influenciou diretamente na estrutura organizacional da Universidade do Paraná, esta passou a sistematizar o trabalho científico e tecnológico de seus cursos. Isto contribuiu, posteriormente, para o incremento das atividades de pesquisa e de pós-graduação. A UFPR almejava colocar-se como um dos centros científicos mais relevantes do Sul do Brasil.

Parte desse processo ocorreu com a criação do Centro Politécnico e dos Institutos de Pesquisa, entre eles o de Bioquímica, Pesquisas Químicas, Geologia, Física, Matemática, Ciências Sociais e Direito Comparado. Todo esse processo veio associado a um novo momento político, mais direcionado ao desenvolvimento da economia nacional. Isso se configurou com a implantação do Plano de Metas (1956-1960), elaborado pelo governo de Juscelino Kubitschek, que estabelecia uma nova política de desenvolvimento econômico. As agências do Poder Executivo mudaram de caráter com as sociedades de economia mista e as fundações.

No ano do Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953, a UFPR realizou inúmeros congressos científicos, inclusive o 1º Congresso dos Reitores das Universidades Brasileiras. Professores americanos, europeus e latino-americanos foram convidados, além de autoridades nacionais. O ministro da Educação e Cultura Antônio B. de Carvalho Filho, em seu discurso de instalação do Congresso, afirmava:

Em verdade, a Universidade do Paraná não foi uma dádiva da lei, foi uma conquista, pois este é o signo sob o qual vive esta terra, fundado no trabalho de seus filhos. Antes de ser uma estrutura formalizada, foi um fato social. Toda a sua história reflete a força de realidade que a inspirou. Propício e oportuno se torna, por certo, este encontro de Reitores no ambiente da Universidade do Paraná. Estou certo de que de vossos debates e estudos, hão de surgir soluções para importantes problemas com que se defrontam as instituições do país, dispondo-me, desde logo, a considerar as sugestões ou medidas que sejam julgadas de interesse para as Universidades e que, porventura, dependam do Ministério da Educação. É que a Universidade, como instituição, sofre, neste lance da história de nosso tempo, o desafio a sua capacidade criadora, às suas responsabilidades de adaptação e de sobrevivência, lançados pelas solicitações mais intensas do que em outra e qualquer época e nas quais exprimem as exigências reveladas pelas novas condições de vida dos povos.¹⁸

Em 1958, foram organizados o Coral Universitário e a Orquestra Sinfônica da Universidade, ambos subvencionados pela Reitoria. Também, na mesma época,

instalou-se o Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá. Atividades diversas passaram a fazer parte do cotidiano da instituição.

Uma efervescência de ideias e ações tomava conta da UFPR. Em seu relatório, Flávio Suplicy de Lacerda comentava:

...o Sr. Presidente da República remeteu mensagem, ao Congresso Nacional, acompanhando projeto de lei pela qual se transformam dois cursos de medicina em duas faculdades autônomas, de Odontologia e de Farmácia, que se instalarão no próximo ano, bem como já se pode aguardar, para o mesmo período, a federalização da Escola Engenharia Química, cujo processo se acha em fase administrativa final, no Ministério da Educação. Ainda devemos citar o estudo e a aprovação do funcionamento, em 1957, do curso de Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Econômicas; o entendimento, com a Petrobrás, no sentido da especialização e de encaminhamento de engenheiros recém diplomados; o estudo preliminar das condições locais e o estabelecimento do projeto completo do Centro Politécnico, nos terrenos que a Universidade possui no Capanema, devendo-se dar início às construções em princípios do próximo ano, observando-se todas as conquistas técnicas de construção e de ensino especializado e, para fechar estas enumerações, desejamos referir a inauguração, pelo Sr. Presidente da República, do prédio destinado à Faculdade de Ciências Econômicas, onde se instala também e provisoriamente, a Faculdade de Filosofia.¹⁹

Na área científica, a UFPR teve os seus trabalhos acrescidos.

No Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia é complexa e longa a descrição do que se fez. Na seção de Antropologia, concentrou-se a atenção no estudo da população indígena recém descoberta na serra dos Dourados [...] Grande foi a atividade no setor de Zoologia e da Botânica, nos da Geologia, da Geografia, Mineralogia e Petrografia [...] No laboratório de Genética, prosseguiram os estudos sobre a genética humana e animal, realizando-se grande número de excursões científicas [...] Fundou a Reitoria, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, articulado com o Museu Nacional, com a Escola de Sociologia e Política da USP, principiando a funcionar no próximo ano, com garantia de bolsas fornecidas a estudantes brasileiros pela Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior.²⁰

Portanto, a federalização inaugurava também uma nova fase institucional: ampliava as possibilidades de pesquisa, devido ao intercâmbio com professores visitantes, oriundos de instituições nacionais e internacionais; à instalação do regime de dedicação exclusiva para o seu corpo docente; à concessão de bolsas de viagem com vistas à pós-graduação e ao aperfeiçoamento técnico e científico.

ENSINO: AMPLIAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

A década de 1960 inaugurou uma fase de mudanças na educação, com a expansão do ensino superior no Brasil. Coube ao Congresso Nacional debater por treze anos a proposta do ministro Clemente Mariani, que refletia a luta entre as correntes conservadora e progressista. O projeto se transformou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi promulgado sob n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Determinava que: “...o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional”.²¹

A LDB “...representou uma forma de compromisso, guardando com reservas a autonomia estadual, transigindo no auxílio às escolas particulares, e criando, como órgão normativo de cúpula da administração educacional, o Conselho Federal de Educação, que passaria a desempenhar um papel decisivo na formulação de uma política educacional, sobretudo no campo do ensino superior”.²² A nova legislação mantinha a mesma estrutura tradicional do ensino: pré-primário, primário, ensino médio de dois ciclos e superior, todavia não trazia mudanças significativas. Pretendia ampliar ao máximo o número de oferta de vagas no ensino superior, com meta, entre 1962 e 1970, de que metade dos alunos que terminassem o colegial ingressasse nas universidades, porém as universidades continuavam sendo elitistas e, em parte, ociosas.

De acordo com a LDB de 1961, ficava estabelecido em seus artigos que:

Art.66 - o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art.69 - nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação; de pós-graduação, abertos a matrículas de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Art.70 - o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem a obtenção do diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixadas pelo Conselho Federal de Educação.²³

A mais importante conquista desse período foi a federalização de muitos estabelecimentos de ensino superior. A Universidade de Brasília foi a primeira instituição de ensino superior planejada no país, sem incluir as faculdades preexistentes, com estrutura flexível, com seus próprios departamentos, atuando na integração do ensino e da pesquisa. A UnB era, nessa época, a mais moderna universidade do país, ocupando uma posição semelhante à da USP, na década de 1930. Foi um marco na história das instituições universitárias pela sua proposta inovadora, embora, no decorrer do tempo, não tenha satisfeito plenamente às expectativas que cercaram sua fundação. Neste contexto, também foi reformada a Universidade do Brasil, modelo do ensino superior desde 1937, mas com pouca influência nos meios acadêmicos.

Também surgiram processos de formação avançada, amparados pelas agências de fomento nacionais e internacionais, dando sustentação a programas de pós-graduação como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, da USP, de Instituições Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Quanto à carreira docente, a LDB observava as seguintes categorias de professores: catedrático, adjunto, assistente, além de pesquisador-chefe, associado e auxiliar. O movimento estudantil, nesse período, tomava corpo e solicitava a reformulação do ensino superior, conferindo racionalidade e eficiência às universidades brasileiras.

A nova legislação entraria em vigor a partir de janeiro do ano seguinte. Isso fez com que os profissionais atrelados à educação se articularassem, com o objetivo de melhor entender e aplicar as determinações oficiais. O ensino e a pesquisa se tornaram preocupação crescente no país, mas a agitação provocada pela nova legislação era apenas o prenúncio de uma série de mudanças que ocorreriam no período compreendido entre 1965 e 1969, culminando com a implantação da Reforma Universitária.

O golpe militar de 1964 depôs o governo de João Goulart e veio desestruturar as propostas de reforma que até então estavam vigentes. Nesse período, a conjuntura política estava marcada pelo novo regime político, implantado no país pela ditadura, que impôs a censura e repressões de toda ordem.

Reformulações foram sentidas em todos os níveis da administração pública, inclusive no ensino. O governo militar procurou elaborar um plano de ciência e tecnologia que permitisse ao Brasil acompanhar a expansão do capitalismo internacional, apresentando altos índices de produtividade. Houve mudança de enfoque para alcançar uma visão mais técnica, subordinada a comissões de especialistas e peritos estrangeiros. A universidade passou a se organizar em institutos centrais de pesquisa e departamentos de ensino, a exemplo das universidades americanas, em vez das tradicionais escolas profissionais com cadeiras.

Para implantar a Reforma Universitária, foram fixadas algumas linhas mestras: no plano institucional, com a reforma de estrutura da instituição universitária, com a implantação do sistema departamental, do ciclo básico e do sistema de créditos; no plano físico, o desenvolvimento do Campus Universitário com as instalações e o equipamento adequado aos diferentes laboratórios e centros; no plano docente, a verdadeira profissionalização da carreira do professor, com a implantação e o estímulo às atividades de pesquisa e pós-graduação e a implantação dos regimes especiais de trabalho, particularmente a de tempo integral e dedicação exclusiva. Ao mesmo tempo, no plano discente, ocorria a busca por uma integração cada vez maior do estudante com a vida universitária.

Muitas medidas foram tomadas, como a Lei n.º 4.464/65, que regulamentava a organização e o funcionamento dos órgãos de representação estudantil, e a gestão de acordos, como o Plano Acton (1966) e os acordos MEC/USAID (1965-67).

Essas mudanças, porém, integravam-se a um processo maior, de transformações nacionais. “Em 1966, o Decreto-Lei n.º 53 de 18 de novembro conferiu às universidades federais uma estrutura que cumpria as finalidades de preservar a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurar a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Cada unidade universitária foi definida como um órgão de ensino e pesquisa e o Decreto-Lei n.º 252 de 28 de fevereiro de 1967 estabeleceu que cada área deveria concentrar-se em departamentos.”²⁴

Os departamentos seriam reunidos em unidades administrativas, denominadas Institutos e Faculdades. Assim, o Departamento passava a constituir a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição pessoal.²⁵

O objetivo de alterar a estrutura da Universidade e instituir departamentos era a reunião das disciplinas mais afins, incluídas ou não nas cadeiras, além de imprimir novas diretrizes ao ensino. Isso só ocorreu com o passar do tempo. “Criando corpo, os departamentos foram se firmando de modo a acarretarem, em 1967, a decretação da completa extinção da cátedra e *ipso facto*, a do professor catedrático, substituído este cargo pelo de professor titular, sem a mesma significação, importância e responsabilidade do anterior. A função do ex-catedrático ou novo titular deixou de ser a do comando de uma ou mais disciplinas, para se tornar a de membro comum e mais categorizado de um departamento.”²⁶ Aos departamentos também competia, além das atividades didáticas, uma série de atribuições que antes ficavam a cargo dos órgãos administrativos.

Essas transformações institucionais estavam voltadas para uma nova prática educacional que concentrava recursos, visando à maior produtividade. Isso seria alcançado mediante a vivência departamental, o vestibular unificado, os ciclos básico e profissional, o sistema de créditos, a matrícula por disciplinas e a reformulação da carreira do magistério e pós-graduação.²⁷ No entanto, as medidas reformistas tomadas pelo governo entraram em choque com as pretensões dos estudantes, que desejavam mudanças mais profundas e de cunho social. Esse fato desembocou na crise de 1968, quando se desencadeou o processo que iria dar origem à Lei n.º 5.540/68, da Reforma Universitária.²⁸

Quanto ao currículo mínimo, o Conselho Federal de Educação iniciou

...a preparação de normas gerais para todos os currículos dos cursos superiores, passando, em seguida, à elaboração dos currículos para cada especificidade. Em relação às normas gerais, considerava o Conselho que o currículo mínimo era um núcleo necessário de matérias, abaixo do qual ficaria comprometida uma adequada formação cultural e profissional. Ele poderia ser uno ou admitir diversificações, abrangendo, nesta última hipótese, uma parte fixa, comum para todos os alunos, e outra variável, relacionada com objetivos específicos ou com outras características do curso. Determinava, ademais, que o currículo de cada curso abrangeria, além do mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação, uma parte complementar fixada pelo estabelecimento conforme as suas possibilidades para atender às peculiaridades regionais, às diferenças individuais dos alunos e à expansão e atualização dos conhecimentos.²⁹



A Praça Santos Andrade como palco, em dia de apresentação dos equilibristas alemães "Zugspitz Artisten", 1952.
Acervo: Reitoria UFPR/Col. Cid Destefani



Sessão de instalação do
Primeiro Congresso dos
Reitores das Universidades
Brasileiras, 1953.
Acervo: Biblioteca Central



**Antiga Casa do Estudante
Universitário, na
Av. João Pessoa, 1950.**

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



**Escola Superior de Química da
Universidade do Paraná, 1954.**

Acervo particular



Trote de Calouros, 1954.

Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



A UFPR NA DÉCADA DE 1960

Observando as disposições da LDB, as instituições de ensino superior do país tiveram de se adaptar a ela, processo que também atingiu a UFPR. No Paraná, as reformas advindas da legislação federal coincidiram com o ano do Cinquentenário da instituição.

A reforma dos Estatutos ocorreu em 1962, integrando a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia, Escola de Química, Escola de Agronomia e Veterinária, Conselho de Pesquisas, Hospital de Clínicas, e Colégio Universitário. Esses cursos foram adaptados aos novos currículos e reestruturados de acordo com a lei, com desdobramento de matérias e instituição de novas disciplinas. Também foi alterado o sistema de aproveitamento e promoção da maioria das faculdades. Todavia, continuavam como órgãos de sua administração a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria. A Assembleia Universitária incluía agora, além do corpo docente de todos os estabelecimentos da Universidade, de representante de cada instituto universitário complementar, os presidentes dos Diretórios Acadêmicos. A Assembleia, porém, continuava com as suas restritas funções de conhecer o relatório do reitor, o Plano Anual de atividades, assim como assistir à entrega de títulos e diplomas honoríficos.

O Conselho Universitário apresentava algumas alterações, passando a incluir o Diretor Executivo do Conselho de Pesquisas e o Diretor Geral do Hospital de Clínicas, dois representantes dos docentes livres, além do presidente do Diretório Central dos Estudantes, representado por um estudante, eleito anualmente por todos os discentes da universidade mediante voto secreto, convocados pelo reitor e sob sua presidência. Só podiam ser votados alunos das duas últimas séries dos estabelecimentos que não houvessem sofrido qualquer reprovação e não fossem repetentes, assegurado o rodízio entre os estabelecimentos, porém suas atribuições não sofreram alterações significativas. A Reitoria, representada pela pessoa do reitor, continuava como o órgão executivo supremo de coordenação, fiscalização e superintendência de todas as atividades universitárias.³⁰

Por ocasião do Cinquentenário da UFPR, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda afirmava que a instituição, após os 50 anos de lutas, era uma das principais Universidades da América Latina.

A Universidade recusa as torres de marfim. Acaba de liderar campanha nacional em defesa da autonomia universitária, superando-se para chegar, com a sua influência, com o seu pensamento, ao povo inteiro do Brasil. Dizemos que não pretendemos senão a Universidade aberta, para que a nossa voz seja ouvida pelo povo, para afirmarmos a nossa capacidade de sentir os anseios do povo, para presidirmos ao desenvolvimento da nossa sociedade, para emitirmos, também, um pensamento político, sem compromissos estreitos, porque este é um dos deveres iniludíveis da Universidade moderna.³¹

Na revista *Anais Científicos*, o professor José Nicolau dos Santos afirmava: “...em meio século de vida, a Universidade do Paraná tem, entre as demais, uma característica rara para a assinalar: só possui três reitores. Mas a cada um deles competiu missão histórica inesquecível. Ao primeiro, Victor F. do Amaral, o marco cinquentenário de fundação, em 1912. Ao segundo, João Ribeiro de Macedo Filho, o marco meritório de reconquista de velhas prerrogativas, isto é, a Restauração em 1946. Finalmente ao terceiro reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, o marco decisivo da vivência e progresso vertiginoso através da federalização, em 1950”.³²

No mesmo periódico, o então governador do Paraná Ney Braga engrandecia o papel da UFPR. “Dezenas de milhares de brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, que, no anonimato de suas atividades particulares ou no exercício de altas funções públicas, emprestam o seu trabalho e a sua inteligência ao bem coletivo, passam pelos bancos de nossa universidade recebendo os ensinamentos dos seus eficientes e dignos mestres.”³³

Se em 1946 a Universidade do Paraná possuía cento e vinte e cinco professores, com a federalização, em 1950, esse número cresceu para duzentos e catorze docentes; destes, cinquenta e quatro, isto é, 7%, eram catedráticos. Já em 1962, possuía setecentos e trinta e oito docentes.³⁴

A admissão dos candidatos à Universidade era feita mediante exame vestibular, com provas orais e escritas das disciplinas relacionadas com o curso escolhido, e estavam a cargo das respectivas faculdades ou escolas.

A UFPR estava organizada em faculdades, institutos e departamentos. Assim, havia as Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito, Filosofia, Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia; as Escolas de Engenharia, Química, Agronomia e Veterinária; os Institutos de Física, Pesquisas Químicas, Bioquímica, Matemática, Mecânica e Mecânica Agrícola, Geologia, Ciências Sociais e Direito Comparado, além dos

Departamentos de Administração e Educação e Cultura, Imprensa Universitária e Hospital de Clínicas. Novos cursos foram criados, no decorrer do tempo, atendendo à demanda da época: Engenharia Mecânica, em 1962; Biblioteconomia, que, antes mesmo de ser caracterizada como graduação, ofertava curso aos bibliotecários do Paraná, desde 1952; Ciências Contábeis, em 1957; Comunicação Social, em 1964; Arquitetura e Urbanismo, em 1962; Engenharia Elétrica, em 1965; e Administração, em 1967. Ainda, foram incorporadas a Escola de Florestas, em 1966, e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, em 1965. Com isso, ocorreu também a expansão da área física da Universidade, ocasião em que foram incorporadas ao patrimônio da Universidade uma propriedade no Bacacheri e a Fazenda Experimental do Canguiri.

Embutida na reformulação estatutária, estava presente a ênfase no binômio ciência e tecnologia. “A criação de uma política científica em nível nacional, a partir da década de 50, teve como um de seus objetivos estimular as atividades de pesquisa e um sistema de pós-graduação. Essa posição refletiu-se na estrutura organizacional da UFPR, que passou a preocupar-se em sistematizar o trabalho científico e tecnológico de seus cursos. Como outras universidades brasileiras, buscou tornar simultâneos os trabalhos da educação superior e da ciência e tecnologia.”³⁵

Desde 1961, a Reitoria passou a promover “Cursos de Verão”, visando atingir as camadas populares, e a “Universidade Volante”, um convênio com o Governo do Estado que buscava a interiorização da Universidade para outras regiões do Paraná. Seu objetivo era disseminar temas sobre medicina, administração, saúde, saneamento e pedagogia, entre outros.

O Instituto de Bioquímica, criado em 1958, era composto por algumas cadeiras da Faculdade de Medicina, Farmácia, Filosofia, Ciências e Letras e da Escola de Química, além do Instituto de Biologia e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná.

O Instituto de Física, criado em 1959, tinha sua sede na Escola de Engenharia e era constituído dos departamentos, cátedras e disciplinas de física e físico-química existentes na UFPR. Visava à cooperação com a indústria e atendia às áreas de física experimental e teórica, matemática, físico-química, ensino e divulgação.

O Instituto de Matemática, também criado em 1959, era constituído pelas disciplinas de matemática e estatística. Com sede na Faculdade de Ciências Econômicas, atuava nas áreas de matemática pura, aplicada, estatística, e ensino e divulgação.

O Instituto de Geologia era composto pelas disciplinas de geologia, geografia, física, mineralogia, cristalografia, petrografia e paleontologia. Foi criado em 1959, com sede na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Visava ao planejamento, à execução de pesquisas científicas e ao apoio ao ensino de geologia.

O Instituto de Pesquisas Químicas, criado em 1959, era formado pelas disciplinas de química existentes na Universidade e estava dividido em química pura, química aplicada e engenharia química.

O Instituto de Mecânica e Mecânica Agrícola, em organização no início dos anos 60, foi um órgão criado pela COSUPI - Comissão Supervisora do Plano dos Institutos e visava instalar os institutos nacionais de pesquisa junto às universidades. Tinha como finalidade a investigação tecnológica e científica e a assistência às indústrias mecânicas, buscando o desenvolvimento econômico regional.

O Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado, criado em 1961, era um órgão comum às Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Econômicas, voltado aos estudos e pesquisas no campo das ciências sociais e jurídicas.

Quanto às Faculdades e Escolas, tinham por objetivo a manutenção e o gerenciamento dos cursos, nos diferentes níveis – graduação, especialização e, posteriormente, pós-graduação.

A Escola de Engenharia manteve o curso de Engenharia Civil, a partir de 1962, e passou a ofertar os cursos de engenharia mecânica, engenharia elétrica, arquitetura e urbanismo.

O Centro Politécnico foi edificado num terreno localizado no Cajuru, doado pela Prefeitura de Curitiba, que compreendia uma área de vinte alqueires. O projeto previa a construção de 50.000m², distribuídos em doze edifícios de ensino, além do edifício central e daqueles destinados aos laboratórios e usinas. O complexo abrigaria, inicialmente, os cursos de Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, e Arquitetura e Urbanismo.

As edificações compreendiam o núcleo administrativo (congregação, conselho técnico, diretoria, secretarias, tesouraria, almoxarifado, superintendência geral de serviços e biblioteca); núcleo didático (compreendia os edifícios onde funcionariam os departamentos de matemática, desenho, física, química, geologia, economia e administração, topografia e viação, hidrotécnica, engenharia mecânica e eletrotécnica);

núcleo recreativo (visando à recreação do corpo discente, como no caso de um auditório com capacidade para mil e quinhentas pessoas); núcleo de assistência (blocos destinados ao alojamento dos alunos, restaurante e gabinetes de assistência social).

Em 1961, foram concluídos quatro blocos didáticos, possibilitando a transferência da Escola de Engenharia, que ali passou a funcionar a partir de agosto do mesmo ano. Possuía seiscentos e setenta e nove alunos matriculados, e já havia diplomado mil seiscentos e vinte e quatro engenheiros civis até então.

A Escola de Química foi integrada à UFPR em 1953, quando o curso de Química Industrial passou a se denominar Engenharia Química. Possuía cento e sessenta e oito alunos matriculados e diplomados, cento e vinte e um químicos industriais e duzentos e quarenta e seis engenheiros químicos.

A Escola de Agronomia e Veterinária, fundada em 1918, passou a integrar a UFPR em 1961. Mantinha os cursos de engenharia agrônoma e de veterinária, já tendo diplomado quinhentos e quarenta e oito engenheiros agrônomos e cento e trinta veterinários. Em 1962, possuía duzentos e um alunos matriculados.

A Faculdade de Direito mantinha o curso de bacharelado, compreendendo cinco anos de formação, e os cursos de aperfeiçoamento, destinados à formação sistemática de profissionais especializados. Em 1962, contava com quinhentos e quarenta e seis alunos, tendo já diplomado dois mil, trezentos e cinquenta e um bacharéis.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras mantinha os cursos de filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia, história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-saxônicas e pedagogia. Todos compreendendo três anos de formação, conferiam o diploma de bacharel. Para os bacharéis, havia a possibilidade de estender o curso por mais um ano, cursando as matérias didáticas, o que permitia a habilitação ao magistério secundário e superior, conferindo-lhes o diploma de licenciado. A Faculdade ofertava o curso de pós-graduação de Orientação Educacional. Eram setecentos e quarenta e dois alunos matriculados, tendo sido diplomados até 1961 mil oitocentos e trinta e dois bacharéis e licenciados.

A Faculdade de Ciências Econômicas possuía os cursos de ciências econômicas e ciências contábeis, contando com duzentos e vinte e nove alunos matriculados. Até 1961, foram diplomados duzentos e sessenta e seis bacharéis em ciências econômicas e vinte e nove em ciências contábeis.

A Faculdade de Odontologia, como unidade universitária autônoma desde 1958, já diplomara mil, duzentos e trinta e sete cirurgiões dentistas e contava com duzentos e noventa e sete matrículas.

A Faculdade de Farmácia, também como unidade universitária autônoma desde 1958, contava com cento e quarenta e três alunos matriculados e quatrocentos e noventa e sete farmacêuticos diplomados.

A Faculdade de Medicina mantinha o curso de medicina e já havia diplomado, até 1961, dois mil quinhentos e catorze médicos, e contava com oitocentos e sessenta e cinco alunos matriculados. Os acadêmicos do sexto ano realizavam seu estágio no Hospital de Clínicas.

O Hospital de Clínicas ou HC da UFPR foi construído em uma área superior a 45.000m². Tinha por finalidade prestar assistência à população na área da saúde, servir de campo de instrução para os estudantes de medicina, enfermagem e outras atividades relacionadas com a assistência médica hospitalar. Deveria, ainda, realizar pesquisas e investigações científicas, e contribuir para a educação sanitária do povo com a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão universitária.

O projeto de sua construção compreendeu um edifício com quinze andares e cinco edifícios anexos para a Maternidade, Ambulatório, salas de aulas e alojamentos.

Em 26 de março de 1960 finalmente foi inaugurado o Hospital de Clínicas (HC), com capacidade para oitocentos e noventa leitos. Estava totalmente terminado, faltando apenas o aparelhamento médico, que já contava com verba prevista no orçamento. O então reitor Flávio Suplicy de Lacerda, no discurso de inauguração do HC, afirmava: “...a construção deste monumental hospital-escola é o resultado da compreensão mais nítida dos nossos grandes problemas, compreensão que, para principiar, foi capaz de fomentar, entre a Universidade e o Governo do Estado, mais uma vez, completa integração de esforços e recursos, dando-se a nós, universitários, ainda maior fé e estímulo, e aos governantes estaduais o reconhecimento público de excepcional ação administrativa, e de inteligência lúcida das nossas questões, qualidades que o povo sempre sabe julgar e apreciar”.³⁶

Grande parte do equipamento total do HC já havia sido adquirido em 1962; a cozinha estava instalada e apta para fornecer cinco mil refeições por dia, além de uma lavanderia mecânica, subestações elétricas, caldeiras a vapor, incineradores de lixo, centrais

Coral da UFPR sob regência do maestro Mário Garau, final da década de 1950.

Acervo: Biblioteca Central



Centro Politécnico, década de 1960.

Acervo: Biblioteca Central



O Conselho Universitário durante a primeira gestão do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, década de 1950-60.

Acervo: Prof. Ary Florêncio Guimarães.



de esterilização, salas de cirurgia e parto, salas de curativos, instalações centrais de vácuo e oxigênio, centros cirúrgicos e de recuperação pós-operatória, central telefônica, serviço de documentação científica, dependência para os professores, anfiteatros de aulas e salas de reuniões.

Em 1963, o movimento do HC contou com um registro de quatro mil duzentos e cinquenta e nove internações; mil e oitenta e oito nascimentos, além de assistência a trinta e sete mil seiscentos e vinte e oito enfermos nos ambulatórios; cinco mil, quinhentos e trinta e cinco no Serviço de Plantão; e mil, novecentos e setenta e cinco intervenções cirúrgicas. Em janeiro de 1964 teve início o sistema de médico-residente, com a finalidade de aperfeiçoamento em determinadas especialidades.

No mesmo período, vários movimentos ocorreram na instituição. Entre eles, o dos discentes, que em 1962 já se reuniam em muitas associações estudantis atreladas à UFPR, entre elas o Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada entidade acadêmica. Seu presidente representava os estudantes no Conselho Universitário. Havia ainda o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito; Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná; Diretório Acadêmico Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina; Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da Faculdade de Filosofia; Diretório Acadêmico Visconde de Mauá, da Faculdade de Ciências Econômicas; Diretório Acadêmico de Engenharia Química; Diretório Acadêmico Guido Straube, da Faculdade de Odontologia; Diretório Acadêmico Louis Pasteur, da Faculdade de Farmácia, e Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária.

A União Paranaense dos Estudantes, que congregava todos os estudantes universitários do Paraná, dirigia o Restaurante Universitário, fornecendo mil e quinhentas refeições diárias. O Restaurante se mantinha graças às mensalidades pagas pelos estudantes e às subvenções da Reitoria, Prefeitura Municipal e dos governos federal e estadual.

A Casa do Estudante Universitário possuía capacidade para quatrocentos e oitenta moradores. O edifício de quatro andares, inaugurado em 1956, comportava: restaurante, barbearia, salões de baile, serviço médico e biblioteca, além dos alojamentos. A seleção de candidatos era feita com base no histórico escolar e na situação social e financeira do interessado.

A Casa da Estudante Universitária, fundada em 1954, funcionava provisoriamente em um prédio que comportava cinquenta moradoras, mas a Reitoria e o Diretório Central

dos estudantes já haviam iniciado a construção da sede própria com capacidade para cento e vinte e seis estudantes.

A Federação Paranaense de Desporto Universitário, entidade máxima do esporte acadêmico do Paraná à época, selecionava os atletas e organizava os Jogos Universitários.

Quanto à pós-graduação, ênfase foi dada a partir dos mestrados de Bioquímica, em 1965, coordenados pelo professor Metry Bacila; de Entomologia, em 1969, com o professor Pe. Jesus Moure; e de Genética Humana, em 1969, com o professor Newton Freire-Maia.

A UFPR contava com seis mil, trezentos e vinte e sete alunos matriculados nos diversos cursos universitários em 1967, sendo que apenas 27% dos inscritos no vestibular conseguiram uma vaga na instituição.

Juntamente com o intenso trabalho de constituição do patrimônio físico, muito se investiu na área didático-científica. A pesquisa e pós-graduação receberam expressivo incremento, e na Universidade se institucionalizou a prática do desenvolvimento científico e tecnológico. Apesar de tantos avanços e mudanças, a Universidade deveria enfrentar um desafio maior: tratava-se da Reforma Universitária, que nesse período atingiu todas as instituições de ensino superior do país.

NOTAS

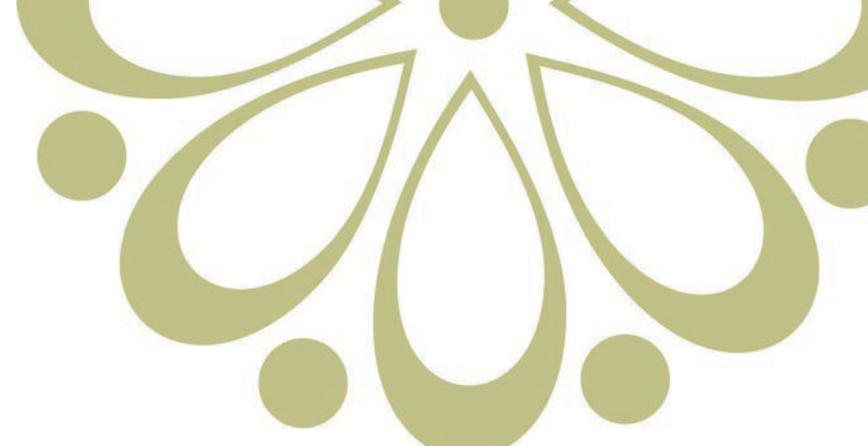
- ¹ FAUSTO, 1984. p. 158.
- ² IPARDES. **Paraná: Economia e Sociedade**. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 30.
- ³ PARANÁ ECONÔMICO. Curitiba, nov.dez. de 1962. p. 7.
- ⁴ COMNINOS, 1968, p. 49-51.
- ⁵ WESTPHALEN, 1987. p. 21.
- ⁶ UFPR, 1998. p. 48
- ⁷ UFPR. **Anuário, 1958-59**. p. 19.
- ⁸ CAPES. **Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, 1960. p. 52.
- ⁹ UFPR. **Anuário da Universidade**, 1952-53. p. 134.
- ¹⁰ UFPR. **Anuário**, 1952-53. Curitiba, 1953 p. 139.
- ¹¹ GONÇALVES JÚNIOR, Antônio J. **Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.24; n. 122, p. 54. dez.1997.
- ¹² Ibid., p. 49.

- ¹³ ANAIS Científicos. n.62. In: GONÇALVES JÚNIOR. 1997. p. 52.
- ¹⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 27 abr. 1956. p. 8.
- ¹⁵ IPARDES, 2006. p. 26.
- ¹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 jan. 1953. p. 4-6.
- ¹⁷ MICHEL, Reynaldo Fagundes. **Revista Anais Científicos**. n. 60.
- ¹⁸ ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1953. p. 16-17.
- ¹⁹ UFPR. **Anuário**, 1956. p. 36.
- ²⁰ UFPR. **Anuário**, 1956. p. 39.
- ²¹ BRASIL. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. p. 987.
- ²² VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Relatório LDB**. p. 317.
- ²³ BRASIL. Lei n.º 4024 de 20 dezembro de 1961. **LEX, 1961**. São Paulo: Lex, 1961 p. 987.
- ²⁴ UFPR. **Rumos da pesquisa**. p. 70.
- ²⁵ WESTHPHALEN, 1987. p. 24.
- ²⁶ PUPPI, Ildefonso C. **Fatos e Reminiscências da Faculdade**. Curitiba, 1986. p. 75-76.
- ²⁷ Decreto-Lei n.º 464 de 11 de fev. 1969.
- ²⁸ SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 143-47.
- ²⁹ VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Relatório LDB**. p. 317-318.
- ³⁰ WESTPHALEN, Cecília. **Universidade Federal do Paraná - 75 anos**. p. 23.
- ³¹ UFPR. **Anuário**, 1962. p. 21.
- ³² UFPR. **Anais Científicos**, 1912-62. Curitiba: 1962. p. 6.
- ³³ Ibid., p. 7.
- ³⁴ WESTHALEN, Cecília. **Universidade Federal do Paraná - 75 anos**. p. 43-47.
- ³⁵ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 49.
- ³⁶ UFPR. **Anuário**, 1960-61. p. 30.

5



Blank Page



NOS TEMPOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO (1969-1989)



Na década de 1970, a desigualdade social agravou-se no país, causada não só pelo desequilíbrio na balança de pagamento, como também pelo aumento da dívida externa e pela ascensão da inflação. A crescente elevação dos preços conduziu a nação a um descontrole da economia, provocado, em grande parte, pela primeira crise mundial do petróleo. O Brasil, que importava petróleo, produtos industrializados, insumos básicos e principalmente bens de capital, passou a pagar mais caro pelas importações.

Em meados da década, o presidente Ernesto Geisel iniciou um lento processo de abertura política, culminando em 1978 com a extinção do AI-5. Começou então a campanha nacional pró-anistia, que mobilizou todo o país, porém só no governo de João Baptista Figueiredo é que finalmente foi decretada a anistia geral aos condenados por crimes políticos e aos acusados de prática de tortura. Setores radicais de direita ainda promoviam ações terroristas, como explosões de bombas, espancamentos e incêndios. Nos anos que se seguiram, vários eventos políticos mobilizaram o país.

Em 1983, iniciou-se a Campanha das Diretas-Já para a Presidência da República. Ela contou com a adesão em massa da população, principalmente pela participação desta em gigantescos comícios. Mesmo não sendo vitoriosa, foi eleito indiretamente pelo

Colégio Eleitoral um civil para o cargo de presidente. Com a redemocratização, ficaram restabelecidas as eleições diretas para presidente e vice, para governadores e prefeitos das capitais, das áreas consideradas de Segurança Nacional e estâncias hidrominerais. Liberaram-se as atividades sindicais, estabeleceu-se o direito de voto para os analfabetos e legalizaram-se os partidos comunistas, há muito ocultos na clandestinidade. A Assembleia Constituinte, iniciada em 1986, deixou questionamentos quanto ao valor de suas decisões para a transformação do país.

Foi ampla a participação da população na campanha pela redemocratização, defendendo as eleições diretas para presidente e, posteriormente, a instalação da Assembleia Constituinte. Curitiba esteve presente no cenário nacional ao promover o comício de lançamento da campanha pelas “Diretas-Já” na Boca Maldita, o que ocorreu em janeiro de 1984, quando o povo participou ativamente junto com as lideranças políticas e estudantis. “Os discursos foram muitos e todos inflamados, pregando a necessidade da realização das eleições diretas para presidente da República, como forma de atingir a plena democracia. Nos intervalos artistas se apresentavam mantendo o público presente e cantando: ‘um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleições para Presidente do Brasil’. Cerca de 68 entidades representativas da sociedade paranaense emprestaram seu apoio para a realização do comício, que contou também com delegações de mais de cinquenta cidades do interior, sendo maciça a presença da juventude.”¹

Nesse período, Curitiba se integrava cada vez mais à região metropolitana. Apresentava a maior taxa de crescimento do país, ao receber a população de outras regiões, como resultado da urbanização e da concentração da mão de obra rural em consequência da mecanização dos campos. O desemprego, o aumento da categoria dos vendedores ambulantes e autônomos e das demandas nas áreas de saúde, educação e segurança fizeram-se presentes nesse período. O Estado do Paraná incorporava um processo crescente de industrialização com tecnologia de ponta.

No Paraná, a situação econômica fora agravada pelo processo de modernização da agricultura, que, aumentando as escalas de produção, diminuía o emprego rural. Esse fato promoveu a concentração urbana e a perda da população, que se dirigiu para o centro-oeste do país e região amazônica, resultando em uma taxa de crescimento demográfico reduzida. Em 1960, a taxa de crescimento foi de 102%, e em 1970, de 62%, em relação ao período anterior. O Paraná passou a ter maior concentração populacional nas áreas urbanas. Ocorreu, então, o aumento do número de municípios do Estado,

passando para duzentos e oitenta e oito, na década de 1970, basicamente em virtude do povoamento da região sudoeste. No âmbito do planejamento, os governos estaduais elaboraram documentos como as diretrizes globais do governo Ney Braga e criou-se o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES em 1973, como órgão técnico e de aperfeiçoamento do planejamento.

Estabeleceu-se a política de desenvolvimento urbano - PDU e instalou-se a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. Executou-se o Plano Estadual de Habitação Popular e criou-se o Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal - CETEPAR. A política de incentivo ao setor industrial era desenvolvida pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, que atuava como agente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, e as Secretarias de Planejamento e de Indústria e Comércio.

A estrutura econômica do Paraná era diferenciada da brasileira, que tinha no seu setor secundário o maior gerador de renda. No Paraná, embora o setor estivesse em expansão, a economia era fortemente do tipo primário exportador.

A potência em energia elétrica, instalada no Paraná em 1974, era da ordem de 519 mil KW; havia noventa e seis mil, quinhentos e onze aparelhos de telefones instalados no Estado e quarenta cidades interligadas pelo sistema DDD. A população urbana atendida por rede de água representava 51,5% do Estado.

No campo econômico, o Estado apresentava os seguintes objetivos: "...consolidar uma economia agrícola de vanguarda, ampliar o esforço de industrialização por meio da agroindústria e das indústrias básicas; aproveitar em curto prazo outras oportunidades econômicas, como o turismo, a exploração mineral, o potencial hidráulico e as matérias-primas e petroquímicas".²

O Plano de Governo estadual visava consolidar o parque produtivo, a expansão e diversificação de sua base produtiva. Tinha como principais programas: "...ampliação e verticalização da indústria de celulose, papel e papelão; fomento para a ampliação da produção de talco e cerâmica; verticalização do setor têxtil; ampliação e modernização da avicultura integrada; expansão e fortalecimento dos setores agro-industrial, eletroeletrônico, metal-mecânico, madeira e mobiliário, entre outros".³

O desenvolvimento industrial era orientado pelo governo e pelo empresariado paranaense por meio de ação conjunta na área de indústria e comércio. Existiam no Paraná, aproximadamente, vinte e duas mil e duzentas empresas industriais.⁴

O setor industrial cresceu estimulado pela boa localização geográfica, disponibilidade de infraestrutura e matérias-primas, qualidade da mão de obra e incentivos estatais, propiciando sua diversificação.

Ao mesmo tempo em que a economia do Paraná se consolida, também se modifica a sua estrutura. A implantação de ramos mais dinâmicos e complexos como os de bens de capital, material de transporte, eletrônico, metalúrgico e outros vem elevando o padrão tecnológico da indústria paranaense e caracteriza uma nova etapa do processo de industrialização. Grande número de indústrias, instaladas nos últimos anos, são equivalentes, na tecnologia de produção, às melhores existentes no Brasil. O Paraná está preparado para apoiar empreendimentos de base tecnológica, através de uma estrutura de universidades e centros de pesquisa públicos, além de empresas privadas. Um programa do governo estadual define quatro grandes áreas prioritárias, em função das necessidades e da particularidade da estrutura econômica do Paraná: bioquimiotecnologia, mecatrônica, novos materiais e alimentos.⁵

O Estado também estabeleceu uma política de regionalização dos investimentos industriais, conduzindo para o interior indústrias que necessitavam de abundância de matérias-primas. Particularmente, “...no eixo Curitiba-Ponta Grossa, tem sido estimulada a instalação de indústrias que utilizam tecnologia de produção mais avançada, como as metalúrgicas, mecânicas e eletrônicas”.⁶ Grandes grupos nacionais e estrangeiros se estabeleceram ou ampliaram aqui os seus negócios.

O Paraná se colocava como um dos principais estados exportadores do país. A soja e seus derivados representavam 49% de suas exportações e o Porto de Paranaguá era a principal via de escoamento dos produtos que se destinavam aos Países Baixos, Espanha, França, EUA e Bélgica, preferencialmente.

Na área de ciência e tecnologia, o governo procurou maior integração com o setor empresarial. Para acompanhar diretamente essa nova política, o governo criou a Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

O nível tecnológico atingido pelo setor produtivo da economia paranaense encontra um duplo desafio: por um lado manter o atual parque e, por outro, criar novas condições de expansão, onde os níveis de competitividade deverão acompanhar os padrões internacionais. Isto é, deve-se elaborar uma estratégia que permita ao parque produtivo, atual e futuro, assumir um novo patamar tecnológico. No Paraná, sobressaem-se dois grandes pólos de geração de ciência e tecnologia, devidamente estruturados: o primeiro, mais antigo, localiza-se na região metropolitana de Curitiba, com instituições como a Universidade

Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Tecnológico do Paraná - TECPAR, o Centro Federal de Tecnologia - CEFET, a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o Centro Nacional de Pesquisa-Florestas, as divisões regionais de pesquisa do Instituto Agrônomo do Paraná e a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPG. O segundo, mais recente, situava-se no eixo Londrina-Maringá, contando com as Fundações Universidades de Londrina e Maringá, o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e o CNP-Soja (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA). Além desses já consolidados, outros vêm se desenvolvendo rapidamente, destacando-se a região Oeste. A combinação dos pólos de geração de ciência e tecnologia à implantação dos parques tecnológicos deverá ser estimulada ao máximo. Prioritariamente, serão contemplados os empreendimentos com alto conteúdo tecnológico, voltados ao aproveitamento dos recursos regionais, devendo contar com forte participação empresarial e estar comprometidos com as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa do Estado. Em termos gerais, os parques tecnológicos serão compostos de empresas de base tecnológica, centro de serviços de tecnologia industrial básica, institutos de pesquisas e centros de formação e treinamento especializados. Alguns passos já foram dados: a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC, em 1981, e sua reformulação em 1985; a instituição do Fundo de Desenvolvimento Científico do Estado do Paraná - FUNCITEC, através da Lei n.º 8.837, de 15 de outubro de 1986, cuja finalidade é promover os meios necessários ao desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas, capacitando financeiramente pessoas jurídicas, dentro do Estado, com vistas a executar programas, projetos e outras ações que objetivem o incremento das atividades científicas e tecnológicas. O Governo continuará a fomentar projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, privilegiando, na medida do possível, os grupos emergentes. No sentido de avançar na direção dos setores de tecnologia de ponta, é intenção do governo, juntamente com as instituições de pesquisas e empresas afins, implementar alguns programas especiais: biotecnologia - PARANABIO; novos materiais; química fina; eletroeletrônica/informática; metal-mecânica/mecânica de precisão. Para enfrentar o desafio das tecnologias de ponta que se deseja desenvolver no Paraná, é imperativa a formação de recursos humanos. A estratégia, inicialmente, deve passar pelo prestigiamto dos atuais cursos de nível médio, graduação e pós-graduação voltada para geração de tecnologia; faz-me necessária, também, a criação de cursos inovadores de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*.⁷

Para isso, a Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 205, estabelecia o repasse de dois por cento da receita tributária do Estado para financiar projetos de

ciência e tecnologia, entretanto, este artigo foi regulamentado somente em dezembro de 1997.

Nos anos que se seguiram, Curitiba foi reconhecida pelo Plano Diretor da Cidade e pela criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC. Os governos incentivaram a instalação de indústrias nacionais e estrangeiras, como ocorreu com a Siemens S.A. e a New Holland & Clayson, entre outras empresas.

O centro da cidade recebeu tratamento urbanístico especial, como a Rua XV de Novembro, que foi alargada e transformada em calçadão, fechada ao trânsito de veículos. Isso permitiu a criação de um amplo espaço para a circulação de pedestres. Curitiba vivenciava um crescimento urbano e, como opção ao transporte coletivo, surgiu o ônibus expresso, num sistema trinário de vias exclusivas só para eles, que ficou conhecido como “canaleta”.

A população paranaense quase atingia a casa de sete milhões de habitantes, o êxodo rural mantinha-se constante devido à crise da cafeicultura e o Estado passou a se preocupar diretamente com a reforma urbanística.⁸

Dados do Censo Predial, realizado pelo IBGE, detectaram que Curitiba possuía cento e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e um prédios no período, mas quase dezesseis mil ainda não possuíam energia elétrica, mais de sessenta e quatro mil não tinham água encanada e apenas trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro casas eram ligadas à rede de esgoto.⁹ Isso revelava um retrato real da cidade e do Estado.¹⁰

As transformações sentidas na capital se estenderam por todo o Estado. A indústria se expandiu, acompanhada de moderna base tecnológica e de uma urbanização acelerada, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, além da expansão do setor terciário da economia. Problemas sociais também se fizeram sentir, como o desemprego, a carência de saneamento básico, educação e saúde, além de um crescimento desordenado dos núcleos urbanos.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE/PLANEJAR É PRECISO

A partir de 1970, o planejamento passou a ser cada vez mais atuante nas gestões públicas. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e o Plano Básico de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) foram efetivados, e a ciência e a tecnologia despontaram como prioridades. Esse processo foi acompanhado pela política educacional e econômica do Ministério da Educação e pelos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Na instância política, a sociedade reconhecia na educação um fator de mobilidade social, o que levou à expansão do sistema educacional além da capacidade de absorção de pessoal qualificado pelo mercado de trabalho. Esse fato gerou reformas educacionais que visaram ampliar as demandas e, nesse sentido, a competência técnica tornou-se uma exigência na área de Administração Pública.

Os governos militares, responsáveis por tais instrumentos, buscaram o desenvolvimento econômico nacional. A par da repressão política, o país vivia uma fase de euforia com a inflação estabilizada e o crescimento da produção, principalmente da indústria automobilística de caráter multinacional. No entanto, com a crise do petróleo de 1973, a inflação entrou num processo ascendente e a dívida externa aumentou.

O primeiro governo democrático, após o período militar, editou o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – 1986-1989. Buscava, entre outras coisas, um novo padrão de desenvolvimento agrícola, a recuperação do setor elétrico e a instituição do programa de conservação de energia elétrica. No que se refere à ciência e tecnologia, destacava-se o papel da universidade no desenvolvimento científico: “...são necessários esquemas de financiamento que garantam fluxos de recursos estáveis para o desenvolvimento científico, assim como a criação de mecanismos de planejamento e decisão, acompanhamento e avaliação, com efetivo concurso da comunidade científica. As universidades carecem de estrutura política e gerencial que valorize e apóie, inclusive financeiramente, as atividades de pesquisa”.¹¹

No PND 1986-1989, constava também a questão da autonomia nacional e do desenvolvimento social, relacionados à tecnologia e à pesquisa científica.

Percebe-se na análise dos planos governamentais uma evolução no discurso sobre a autonomia nacional. No II PBDCT, essa idéia se expressa através do fortalecimento da empresa privada, enquanto no III PBDCT e mais ainda no I PND da Nova República e no III PNPG, já se nota uma atenção especial à pesquisa científica desenvolvida na universidade, associada a uma preocupação com o desenvolvimento social, fruto talvez da incorporação de algumas recomendações provenientes da sociedade civil ou da participação de elementos da sociedade civil no aparelho estatal, no processo de transição política. No entanto, ainda que se observe uma evolução no discurso dos diferentes

planos, a realidade ainda está bastante distanciada, conforme evidenciam os orçamentos de 1986 para pesquisa científica, ensino pós-graduado e as propostas de reformulação da universidade atualmente em discussão.¹²

A política tecnológica adotava como estratégia de desenvolvimento a retomada do crescimento econômico e a geração de superávits na balança comercial. Havia, no entanto, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento que contemplasse uma política industrial e tecnológica. O único setor que possuía uma política de longo prazo era o de informática. “Em 1989, o PIB *per capita* estava no mesmo nível de 1980. A indústria de transformação teve a sua participação no PIB total diminuída de 31% em 1980, para 23% em 1990. A estagnação – e mesmo piora – dos indicadores econômicos e sociais ao longo dos anos 80 deu origem à expressão ‘década perdida’, utilizada por muitos autores para designar o caminho errático da economia brasileira no período.”¹³

Os gastos governamentais com ciência e tecnologia giravam em torno de 0,7% do PIB, deixando transparecer a necessidade de mais investimento na área. Nessa conjuntura, o governo criou o Ministério da Ciência e Tecnologia,¹⁴ com competência na área de patrimônio científico e tecnológico e seu desenvolvimento; política de ciência e tecnologia; e política nacional de informática. Uma alteração efetivada ocorreu em agosto do mesmo ano. Estabeleceu-se ainda a seguinte competência: política de cooperação e intercâmbio concernente ao patrimônio científico e tecnológico; política nacional de cartografia; política nacional de biotecnologia; política nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia, química fina, mecânica de precisão e outros setores de tecnologia avançada.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Determinou ainda a implantação da política nacional de ciência e tecnologia com o objetivo de promover o desenvolvimento intelectual e material da sociedade. No capítulo sobre a ciência e tecnologia, esclarecia:

...o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o

desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho. A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.¹⁵

Também ocorreu nesse período a criação dos Conselhos Estaduais de Ciência e Tecnologia, que estabeleciam a política em âmbito estadual.

Os Conselhos Estaduais de C&T passaram a desempenhar um papel fundamental nas iniciativas que visam a descentralizar a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Em geral, as atribuições delegadas a esses conselhos dizem respeito, sobretudo, à: formação de diretrizes, identificação de objetivos e definição de prioridades da política estadual – com vista à elaboração de um plano global de desenvolvimento científico e tecnológico estadual, aprovação do plano de aplicação de recursos financeiros e promoção da integração entre os órgãos executores e os usuários de atividades de C&T.¹⁶

A articulação entre a política econômica e tecnológica, pretendida na época, esteve amparada por um novo instrumento, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT.

Tendo sido negociado junto ao Banco Mundial de forma globalizada, sob a conotação de empréstimo setorial, o PADCT tem uma duração prevista de cinco anos, a partir da data da efetivação do contrato, em junho de 1985. Ele objetivava a eliminação de estrangulamentos identificados no desenvolvimento científico e tecnológico do país, através do estímulo a áreas e programas especificamente selecionados. Os resultados esperados, de uma forma geral, são: o consistente aumento de competência nas áreas e programas escolhidos, o desenvolvimento de novos programas de pesquisa e a formação de pessoal altamente bem treinado. No entanto, para cada área e subprograma há objetivos e estratégias próprios, amplamente divulgados.¹⁷

O CNPq, agora vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, continuava com seu programa de bolsas. Assim, “...dois terços do orçamento total do CNPq são destinados ao programa de bolsas, que contemplam inclusive as áreas estratégicas de

biotecnologia, novos materiais, mecânica de precisão, informática e química fina, além das áreas tradicionais do conhecimento. É importante registrar que, no período 1985-89, a comunidade científica e tecnológica teve participação ampliada na gestão do CNPq, democratizando a destinação dos recursos de fomento pela atuação autônoma dos Comitês Assessores e do Conselho Deliberativo”.¹⁸

No âmbito do CNPq, foi destaque a criação do Laboratório Nacional de Computação Científica no Rio de Janeiro e do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron em Campinas.¹⁹ Paralelamente a isso, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP atuava como banco de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico e como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

A falta de clareza do Estado sobre a política de ciência e tecnologia fez com que o Ministério da Ciência e Tecnologia fosse transformado na Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia pela Lei n.º 7.740 de 16 de março de 1989.

No momento em que os países desenvolvidos superaram a revolução pós-industrial, agigantando-se em recursos e pesquisas para enfrentar a fase científico-tecnológica do terceiro milênio, três grandes tendências mundiais complicam o quadro brasileiro como potência emergente. A automação reduz, com intensidade crescente, os efeitos competitivos da mão de obra barata, a engenharia de materiais e a otimização dos sistemas podem reduzir a procura de matérias primas tradicionais e, finalmente, a passagem dos países avançados para estágios ainda mais avançados de ciência e tecnologia torna o saber, obrigatoriamente, e o conhecimento externo, em certas áreas, cada vez mais caros e de acesso cada vez mais restrito. Ciente dessa realidade, a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República vitalizou em sua estrutura de ação a prioridade para a pesquisa e o fomento em áreas estratégicas como a informática, a biotecnologia, a mecânica de precisão, a química fina e os novos materiais. Será através do domínio de novas tecnologias nessas áreas que lograremos alcançar o caminho para o pleno desenvolvimento.²⁰

O III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-89), diferentemente dos anteriores, que priorizaram a qualificação de pessoal, teve como ênfase a produção científica e tecnológica propriamente dita, e incorporou a necessidade da participação da comunidade científica nas decisões da política científica e tecnológica. Os objetivos do III PNPG eram: consolidação e melhoria dos cursos; institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação; e integração da pós-graduação no sistema de ciência e tecnologia, inclusive com o setor produtivo.²¹

Foram patentes, também, a crescente preocupação com a política ambiental do país; as negociações da dívida externa brasileira; a crise do Estado, que, com maiores encargos, passou a receber menores receitas; a crise econômica e a sequência de planos governamentais – Cruzado, Bresser, Verão – visando debelar a inflação, porém sem alcançar sucesso. Ocorreu ainda a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, além da primeira eleição direta para presidente da República após o período militar.

Dadas as crescentes crises enfrentadas pelo país, a ênfase recaiu sobre os aspectos econômicos e tecnológicos de planejamento, na tentativa de se igualar aos países de Primeiro Mundo. Cabia repensar questões ligadas diretamente a vários setores, dentre eles a ciência, a pesquisa e a tecnologia de ponta, o que motivou reformas e ajustes referentes à educação, principalmente ao ensino superior.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Propostas de uma reforma universitária já vinham sendo debatidas na comunidade docente e discente desde a década de 1960. O Brasil encontrava-se marcado pelas tentativas de legitimação do Regime Militar mediante um padrão específico de desenvolvimento econômico e pela tomada de medidas que visavam ao fortalecimento do Executivo e da segurança do Estado. Assim, novos planos foram estudados, seguindo uma orientação técnica, todavia as medidas governistas em relação à Reforma Universitária não receberam apoio dos estudantes, que almejavam uma transformação mais profunda.

Em 1967, o Governo Federal criou uma comissão especial por meio do Decreto n.º 62.024, presidida pelo general Carlos de Meira Mattos. Esta comissão estava encarregada de emitir parecer sobre as reivindicações estudantis e propor medidas e diretrizes que solucionassem a questão da Reforma Universitária. Do chamado Relatório Meira Mattos surgiram sugestões, que foram posteriormente absorvidas pela reforma, tais como o reforço da autoridade e da disciplina nas instituições de ensino superior e a necessidade de reformular toda a estrutura universitária, enfatizando os aspectos técnicos e administrativos.²²

O relatório teve o mérito de chamar a atenção para a organização tradicional e ultrapassada das universidades brasileiras, inadequada aos tempos modernos, e considerou sua expansão, nas décadas de 50 e 60, como mera multiplicação de unidades que preservavam a mesma essência. Segundo ele, a produção da ciência e tecnologia não contava com aparelhamento adequado e mantinha quadros e formas acadêmicas incapazes de satisfazer às necessidades do mercado. Era, portanto, incapaz de acompanhar os progressos da ciência, a expansão da indústria nacional e estava defasada socioculturalmente.²³

No período do Regime Militar, as palavras dos governantes procuravam associar os problemas da comunidade com a atuação e desempenho da universidade brasileira. Quando o então presidente marechal Arthur da Costa e Silva recebeu seu título de Doutor *Honoris Causa* da UFPR, a ideia de que as universidades deveriam articular sua ação com as questões do Estado, mediante estudos, pesquisas e análises, foi reforçada: “A indústria, com suas fábricas e usinas, a pecuária, a agricultura, o ensino primário e o ensino médio, a administração pública e as coisas de Estado – eis algumas das áreas sociais que estão a exigir, aqui e no resto do país, essa integração na área universitária, que não pode ficar isolada do seu meio e das peculiaridades deste.”²⁴

Medidas nesse sentido já constavam da legislação emitida em 1965, porém, só em 1968 se implementaria a Reforma Universitária, por meio da Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968 e do Decreto-Lei n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969. Assim, o governo dizia atender às solicitações da comunidade intelectual, assumindo, ao mesmo tempo, a paternidade das mudanças.

Tratava-se de uma nova prática educacional que concentrava recursos materiais e humanos visando a maior produtividade. Para tanto, estabelecia o sistema departamental, o vestibular unificado, os ciclos básicos e profissional, o sistema de créditos, a matrícula por disciplina, e reformulava a carreira do magistério e a pós-graduação. Nesse aspecto, a reforma universitária valorizava a pesquisa como instrumento viabilizador do crescimento técnico e científico do país.

Definiu, portanto, como objetivos do ensino superior, a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Com isso, foi reestruturada a carreira universitária única, a qual incluía as classes de professor titular, adjunto e assistente. Foram ainda constituídos os órgãos centrais de supervisão de ensino e pesquisa e os cursos de pós-graduação, além de vincular os cargos docentes com a titulação, advinda dos graus de mestre e doutor.²⁵

A Lei n.º 5.540 criava o regime de Dedicção Exclusiva às atividades de ensino e pesquisa. Em seu artigo 36, cap. II, previa a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior em consonância com a política nacional, regional, definida pelo Conselho Federal de Educação, que ficou regulamentado através do Decreto n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969.²⁶

Isso se justificava, segundo o MEC, uma vez que a universidade brasileira se apresentava como um vasto aglomerado de faculdades, institutos e serviços. A expansão não havia obedecido a um planejamento racional, nem determinado a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento se fez pela simples multiplicação de unidades. Essas instituições revelavam-se despreparadas para acompanhar o progresso da ciência, para auxiliar a indústria nacional, estavam, enfim, defasadas socioculturalmente. Com isso, fugiam de sua missão de preparar os cientistas e técnicos de que necessitava a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento. Nessa perspectiva, seria necessária, ainda, a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação, o que passou a ser condição básica para transformar a Universidade brasileira em centro criador de ciência, cultura e de novas técnicas.²⁷

Entretanto, a modernização técnica e pedagógica e a racionalização da aplicação de recursos nas universidades não impediram que se criasse uma complexidade administrativa, nem sempre útil a uma política científica em correspondência com os parâmetros dos centros mais desenvolvidos.

Todavia, em meio a esse período, o planejamento governamental estabelecido pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDs e pelos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCTs incluía questões relativas à relação entre ciência e crescimento econômico. A Lei n.º 5.692 de 1971 propôs um novo modelo para o ensino básico, revelando a intervenção do governo nas instituições de ensino e no campo científico, uma situação que só iniciaria sua reversão ao final da década.

Visava ao progresso científico e tecnológico do país, apontando estratégias de desenvolvimento, envolvendo novas tecnologias, indústrias, a consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, e a integração da indústria, pesquisa e universidade. Tinha por áreas privilegiadas – a eletrônica, a química e a aeronáutica, e, como infraestrutura, energia, transportes e comunicação.²⁸

O II PBDCT, aprovado em 1976, estabeleceu a necessidade de criação de um sistema integrado de ciência e tecnologia, baseado em atividades de pesquisa em alto nível, objetivando o aprimoramento dos recursos humanos e a contribuição ao progresso científico e tecnológico. Esse Plano reconhecia que o desenvolvimento autossustentável da pesquisa e da pós-graduação no país necessitava de recursos humanos qualificados e de volume de incentivos financeiros para sua concretização. Aventava a possibilidade de contratação de professores estrangeiros para suprir deficiências no ensino e na pesquisa e a participação de cientistas brasileiros em eventos nacionais e no exterior. Nesse sentido, previam-se investimentos em vários programas científicos.²⁹

Com a promulgação da Lei de Anistia, ao final dos anos 1970, ocorreu o retorno de muitos exilados políticos ao país, o que contribuiu para a criação de associações docentes e o retorno dos movimentos estudantis. No bojo das manifestações estavam a defesa do ensino público e gratuito, a democratização da universidade e melhores condições de trabalho. Era este o quadro que se reproduzia em todas as universidades do país e também na UFPR.

Entre os professores, havia a consciência de que os problemas educacionais brasileiros decorriam das relações de poder entre governantes e governados. Dessa forma, pensava-se em uma nova proposta de democratização da universidade, agora articulada a toda a sociedade.³⁰

A percepção das potencialidades científicas também se devia à política educacional econômica do Ministério da Educação e aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que propiciaram um impulso maior à expansão da ciência e da tecnologia no país. Apesar dos investimentos nas atividades de ciência e tecnologia, o Brasil continuava defasado em relação aos países mais adiantados. Os desencontros entre as diretrizes governamentais e os interesses dos cientistas criavam situações consideradas prejudiciais ao avanço da pesquisa, apesar de sua qualidade intrínseca.

Além dessas políticas, disseminou-se paralelamente, na sociedade, uma concepção que considerava a educação como fator de mobilidade social. Por consequência, o sistema educacional expandiu-se além das possibilidades de absorção de mercado. Isso forçou uma ampliação de demandas da comunidade científica brasileira, que buscava melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o governo apontava como missão permanente da Universidade constituir-se no centro criador de ciência e na expressão mais alta da cultura de um povo. Portanto, a nação se encontrava atenta para o fato de que o ensino superior era um investimento prioritário, pela sua alta rentabilidade econômica em longo prazo e pela valorização dos recursos humanos.

Nos anos 80, o problema da Universidade envolveu não só aspectos técnicos, mas teve também um caráter marcadamente político, o que estimulou os professores a exigir análise e tratamento específico. Com isso, a preocupação em constituir uma universidade autônoma e democrática cresceu tanto em amplitude quanto em profundidade. Diferentes propostas foram formuladas, merecendo a atenção do governo.

O III PND, reconhecendo a necessidade de se alterar uma situação de dependência do Brasil em relação aos países mais desenvolvidos e acentuadamente no campo da tecnologia, fortaleceu a importância dos centros de pesquisa e desenvolvimento já existentes. Passou, então, a investir recursos em áreas prioritárias, como energia, agropecuária, educação e cultura, saúde e nutrição, assistência social e habitação e saneamento.³¹

No entanto, tais propostas foram formuladas num período de crescentes restrições financeiras para a educação pública superior, em decorrência da recessão econômica e de cortes orçamentários. Essas propostas eram encaminhadas tanto por docentes como pelos reitores, por meio de suas entidades representativas – ANDES e CRUB, respectivamente. O assunto tornou-se prioritário, devido à enorme insatisfação com as ações políticas do governo em relação às instituições universitárias, situação essa que se arrastava em meio aos movimentos de protesto e greves, generalizadas em todo o país. Finalmente, em 1985, durante o governo de José Sarney, este assumiu o compromisso de criar uma Comissão de Alto Nível para estudar a Reformulação da Educação Superior.³²

As propostas foram discutidas no Conselho Nacional das Associações dos Docentes – CONAD, contando com a participação da ANDES e com o apoio do GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, vinculado ao MEC. Tinha por atribuição elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas para a reformulação da educação superior brasileira.

Se na reforma de 1968 a ênfase era no ensino e na pesquisa, em que se propunha a extensão, na proposta de 1985 predominava a ideia da pesquisa sobre as demais atividades, embora não se ignorasse a relação entre elas. Surgiu, nesse momento, o critério de excelência como elemento norteador para a alocação de recursos públicos.

REFORMA UNIVERSITÁRIA E UFPR

Ante a legislação federal, implantando a Reforma Universitária e, ainda, visando superar a organização tradicional das universidades brasileiras, a UFPR deveria se adequar ao momento. Para tanto, constituiu, em 1968, uma comissão encarregada da Reforma Universitária, presidida pelo professor Brasil Pinheiro Machado, que se incumbiu de organizar um diagnóstico preliminar da situação da instituição.

O relatório final, apresentado ao Conselho de Pesquisa, apontava a preocupação em se adaptar às normas da Reforma Universitária justamente no que se referia à política de integração entre os planos de educação e de ciência e tecnologia, buscando um equilíbrio entre a pesquisa básica e a pesquisa tecnológica.³³ Na realidade, a Reforma Universitária integrava um conjunto de medidas maior, no qual se reestruturavam a educação e o magistério nacional, em conjunto com a reforma do ensino de 1º e 2º graus. No propósito de articular tais medidas, a Reitoria mantinha um sistema articulado e cooperativo de participação sistemática com o governo do Estado.

O Anuário do ano seguinte esclarecia que a UFPR estava se reestruturando de acordo com o estabelecido pela Reforma Universitária. “Esta definição da nova universidade brasileira trouxe para nós, junto com o desafio para mudarmos a nossa estrutura, uma série de problemas difíceis, mas que já começamos a resolver. Tivemos em 9 de maio, pelo Decreto n.º 64.483, aprovadas as bases da reestruturação da Universidade.”³⁴

Tudo isso era corroborado pela imprensa, que dizia:

Os dirigentes da universidade possuem hoje consciência da necessidade de mudar, de atualizar-se e de integrar-se enfim ao próprio espírito da legislação do ensino. E sabem que deverão fazê-lo quanto antes, pois à proporção que o tempo passa, minguem ainda mais os recursos consignados ao ensino, a ponto de se tornar necessária neste a dispensa de dezenas de servidores e de não poder ainda o Hospital de Clínicas funcionar com sua

capacidade plena de atendimento, reduzido à utilização de pouco mais de um terço dos seus leitos. Mas tudo isso depende de uma decisão global e de uma reformulação profunda que enquadre as universidades, como de resto o ensino, no contexto da realidade nacional e no respeito às peculiaridades locais. Universidades desigualmente equipadas, com professores mal pagos, ainda que bem recrutados, não podem funcionar direito.³⁵

Em consequência disso, a legislação que estabeleceu a reforma universitária demorou algum tempo para se transformar em prática na UFPR. Segundo Alceu Ribeiro de Macedo, “... só com muito esforço, com doutrinação metódica, com paciência, se pode tornar efetiva uma reforma de base em qualquer instituição, mormente uma Reforma Universitária”.³⁶

Nessa perspectiva, embora o Ensino Superior estivesse em processo de reforma, internamente, na UFPR, duas alterações significativas ocorreram, uma em 1970 e a outra três anos após. A Reforma de 1970 atendia ao plano de reestruturação aprovado em 1969, que levou à elaboração do Estatuto de 1970, estabelecendo como objetivos da Universidade formar profissionais técnicos e cientistas, promover a educação, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a cultura científica. Sua meta era contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade. Já a Reforma de 1973 reestruturava a UFPR, suprimia institutos e faculdades, investia na organização administrativa e funcional.

O relatório apresentado por Flávio Suplicy de Lacerda demonstrava o caráter de instituição regional da UFPR, por associar à emancipação política do Estado em 19 de dezembro, como uma instituição paranaense. Numa visão global das atividades da Universidade, ressaltava-se o esforço em se adaptar ao novo sistema organizacional e operacional, decorrente da reforma universitária, cujos Estatutos foram aprovados por Decreto de 21 de maio de 1970. Estabelecia uma nova estrutura orgânica da Universidade, com a divisão de ensino básico nos institutos e ensino profissional nas faculdades, além de modificar os critérios de controle curricular, de promoção da sistemática administrativa.

Para implantar a nova estrutura, viabilizou-se um plano de trabalho destinado a avaliar a extensão e a profundidade dos programas de reforma. Este ia ao encontro da política educacional preconizada pelo governo, com o sistemático aumento do número de vagas para os diversos cursos e a criação da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação.

Prosseguia, esclarecendo que as atividades de ensino, pesquisa e extensão cultural com ênfase nas atividades de integração universitária contaram com a cooperação da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, e com a promoção da Universidade Volante, desta vez na cidade de Campo Mourão, região Oeste do Estado.³⁷

Assim, diante da Reforma Universitária implantada por força da Lei e das contingências de mercado de trabalho, a Universidade dispensou muitos esforços e ações significativas, para se adaptar ao novo sistema organizacional e operacional decorrente da nova estrutura. Enfrentou, ainda, inúmeros percalços que retardaram sua evolução, pois não era tarefa fácil modificar uma estrutura de 60 anos.

Além do enfoque organizacional ou estrutural, a nova ênfase relacionada ao ensino e a pesquisa tomava-os agora indissociáveis. Para atender a esse particular, foram implantados cursos de pós-graduação, registrando-se, no ano de 1971, um aumento de 10% no número de vagas sobre o ano anterior. Também foram firmados convênios com instituições nacionais e internacionais, e quinhentos e vinte projetos pessoais de pesquisa foram aprovados pela COPERTIDE, referentes aos regimes de tempo integral. Quanto às atividades de extensão, sobretudo no aspecto cultural e artístico, promoveu-se a integração escola-empresa, com o programa de Bolsa do Trabalho.³⁸

A par das questões legislativas, a Universidade precisava crescer. Dentre os projetos de obras, figuravam as ampliações dos edifícios do Centro Politécnico, o programa de esportes da Universidade e o projeto de instalações para o centro de Nefrologia. Sobre isso, acrescentava Flávio Suplicy de Lacerda: “Embora com congelamento das verbas orçamentárias específicas à Universidade, com recursos próprios do Fundo de Obras dá andamento às obras do novo edifício da Faculdade de Medicina e do Hospital Veterinário, de obras no Centro Politécnico e na Escola de Agronomia”.³⁹

Refletindo sobre a questão, em seu discurso de posse, Algacyr Munhoz Mäder comentava: “...a importância de Curitiba não é devida somente a fatores econômicos, sociais ou de outras ordens. Ela se impõe na realidade brasileira como um dos maiores centros culturais. É por excelência uma Cidade Universitária. [...] É a mística da educação, que interessa não só às elites, mas ao povo de modo geral”. Acrescentava ainda: “O ano entrante será talvez o mais difícil dos últimos tempos, tamanhas as tarefas a executar, e a complexidade dos trabalhos a programar, para a concretização da reforma. Vamos

atravessar momentos difíceis”.⁴⁰ Contudo, contava com o apoio irrestrito do ministro da Educação Jarbas Passarinho, que apoiava as justas reivindicações da UFPR.

As relações da Universidade com a comunidade se traduziam na participação bilateral dessas duas forças num sentido contínuo e crítico. A Universidade deveria operar em termos da demanda socioeconômica e cultural da comunidade, visando acompanhar e incrementar o processo social global. Por isso, os seus programas se definiam em razão da integração social. Estava integrada no CRUTAC e no Projeto Rondon. O primeiro tinha por objetivo a interiorização da UFPR na zona rural, a exemplo dos *minicampi* de Coronel Vivida e de Foz do Iguaçu, e de sua influência direta dentro do Estado. O Projeto Rondon atuava em regiões distantes, a exemplo do *campus* avançado de Imperatriz no Maranhão. A UFPR foi pioneira no sistema de interiorização das universidades, onde atuou desde 1961, tendo realizado a ida das universidades volantes a várias regiões educacionais do Paraná, como ocorreu em Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Visava não só motivar a juventude e o povo, mas também integrar a juventude brasileira ao país, dando exemplo de cidadania.

Em 1972, matricularam-se na Universidade dez mil e noventa alunos, sendo: ciclo básico, dois mil seiscientos e quarenta e quatro; faculdades, seis mil cento e dezenove; licenciatura nos institutos, mil e vinte e quatro; pós-graduação, cento e dezoito. Contava ainda com mil trezentos e noventa e dois professores, sendo: duzentos e oito titulares, cento e vinte e nove adjuntos, duzentos e sessenta e nove assistentes, oitenta e um contratados e setecentos e seis auxiliares de ensino. Devido a sua adaptação à Reforma Universitária, a UFPR passou por profundas modificações. Transformou-se, segundo o reitor Algacyr Munhoz Mäder, num grande campo experimental: “Dentro da filosofia de que a Universidade atual é um laboratório a serviço do interesse nacional, firmamos convênios com órgãos estaduais e universitários, nacionais e estrangeiros, com o fim de melhorar as condições de trabalho dos nossos pesquisadores.”⁴¹

As ideias básicas que nortearam a reformulação e implantação do sistema educacional na UFPR referiam-se a: modificação do sistema do Concurso Vestibular; estruturação de novo currículo iniciando pelo ciclo básico por áreas; implantação do sistema departamental; matrícula por disciplina; constituição dos Conselhos de Ensino e Pesquisa e dos Colegiados de Curso; e, por fim, a revisão da estrutura administrativa.⁴² Tais diretrizes foram implantadas gradativamente.

A partir dessa concepção, o Conselho Universitário, em 2 de outubro de 1969, aprovava o novo Estatuto da UFPR, reconhecido pelo Parecer n.º 197/70, do Conselho Federal de Educação, e referendado pelo Decreto n.º 66.615, de 21 de maio de 1970, devendo em seguida ser elaborado o novo Regimento Geral da Universidade.

De acordo com ele, a Universidade foi organizada nos Institutos, respectivamente, de Matemática, Física, Geociências, Biologia, Ciências Humanas, e Letras e Artes; e nas Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Engenharia Química, Economia e Administração, Odontologia, Farmácia, Agronomia, Veterinária, Florestas. Essas unidades tinham como função primordial o desenvolvimento e a institucionalização da pesquisa, além da formação profissional. Ficou estabelecido, também, que os Departamentos se constituíam na menor fração universitária, que concentraria as atividades de ensino e pesquisa, indissociadas.

A implantação da Reforma Universitária, no princípio, seria progressiva, à medida que se efetivassem as condições para tanto. A tarefa foi iniciada no final de 1971, sendo o Conselho de Ensino e Pesquisa constituído por representantes de cada unidade universitária, como órgão disciplinar de implantação. Porém, antes mesmo que se completasse a aplicação do novo regimento, o Ministério da Educação e Cultura exigiu nova reestruturação da Universidade. Esta exigência era uma crítica à onerosa estrutura da UFPR, dividida em institutos e faculdades, bem como por não concentrar em um único departamento matérias e disciplinas idênticas ou afins. “Como na maioria das universidades brasileiras, os departamentos recentemente criados na UFPR mantiveram-se subordinados aos institutos e escolas, apesar do empenho do Conselho Federal de Educação em modificar essa situação em todo o país.”⁴³

Então, novo plano de reestruturação foi aprovado pelo Decreto n.º 72.782 de 12 de setembro de 1973. Este organizava a Universidade em três setores básicos: Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, Letras e Artes; e cinco setores profissionais: Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Tecnologia, Ciências Médicas e Ciências Agrárias. Com isso, aboliam-se as faculdades, as escolas e os institutos.

Conforme o reitor Algacyr Munhoz Mäder, a reorganização administrativa, advinda com a Reforma 1973, propiciou a criação de novos cursos. Isso, por sua vez, colocou a necessidade de novos espaços adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Planos e projetos foram elaborados para a execução no Campus Jardim

América, em terreno permutado com o INAMPS, porém a crise econômico-financeira que se abateu sobre o país trouxe a consequente escassez de recursos e a suspensão da iniciativa, o que só seria retomado cerca de uma década depois. A solução, então, foi o remanejamento dos espaços internos.

Nas palavras de Algacyr Munhoz Mäder,

...ninguém mais duvida que o ensino superior no Brasil teria de mudar de orientação, porque os tempos mudaram, os homens evoluíram e criaram uma extraordinária civilização à que se deve adaptar, reforma baseada numa planificação racional e harmonia com a realidade presente. Notários inconvenientes do antigo sistema foram eliminados, como a rigidez dos currículos, incapaz de atender às novas profissões que vão surgindo, face ao progresso acelerado da ciência e da tecnologia e às atividades produtivas do país. Novos caminhos foram abertos e outros alargados com o advento da Reforma: desenvolvimento do espírito de equipe, participação ativa de professores e alunos em decisões dos departamentos e colegiados de curso, relacionamento com entidades públicas e privadas para a melhoria das condições do ensino e da pesquisa, incentivo à pós-graduação, dinamização das relações com a comunidade, interiorização permanente através dos *campi*, assistência estudantil, bolsas de estudo e de trabalho, além de outras de real importância para o progresso da Universidade.⁴⁴

Acrescentem-se a isso os novos currículos adaptados (1973), enxugados de toda complementação e nem sempre adequados à conjuntura nacional nem às condições de mercado e das novas exigências da sociedade brasileira.

O impulso ao desenvolvimento industrial do Paraná refletia-se na demanda, principalmente, pelo ensino superior. Nos anos 70, os cursos superiores de interesse para o setor secundário eram Administração, Farmácia e Bioquímica, Serviço Social e Veterinária. Uma pesquisa do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, em 1971, identificou que a maioria dos estudantes desejava estagiar em empresas, mas as oportunidades, apesar de significativas, não davam conta da demanda.⁴⁵

Atendendo ao Programa de Metas e Bases para Ação do Governo Federal, de 1970, a UFPR, juntamente com o IEL, realizou um convênio visando mobilizar esforços para viabilizar o Projeto Integração Universidade/Empresa/Governo. Este programa, instituído pelo convênio assinado em 1973, trazia o compromisso conjunto das duas instituições para realizar: treinamento profissional; visita a empresas e à universidade; encontros, estudos e debates em sistema de laboratórios; realização de

pesquisas industriais e levantamento socioeconômico; e implantação de cursos de extensão e complementação.

Por recomendação do Conselho Federal de Educação, o número de unidades existentes na estrutura universitária deveria ser reduzido; isto causou as mudanças que tinham por base os departamentos. Com essas alterações, restringiu-se de noventa e dois para cinquenta e cinco o número de departamentos.⁴⁶ Contudo, não se tratava de tarefa fácil: “A distribuição das disciplinas e relocação do corpo docente pelos Departamentos, em cada setor, estão praticamente concluídas, não se podendo deixar de reconhecer, contudo, a necessidade de pequenos ajustes, até que se encontre a solução ideal, o que se pretende obter com a aplicação do plano geral de implantação da reforma.”⁴⁷

Com a reforma de 1973, que acarretou a redução das unidades universitárias e a concentração dos cursos, tornou-se necessária a reestruturação dos departamentos, sobre os quais se alicerçava toda a estrutura do ensino e da pesquisa. “Atendo-se aos princípios fundamentais que devem reger a constituição dos departamentos, procurando evitar atividades paralelas e tendo em vista o princípio da concentração de recursos humanos e materiais, procederam-se a estudos, nos diversos setores, posteriormente aprovados pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, que resultaram em nova organização departamental na universidade”.⁴⁸

Na crítica de Cecília Westphalen, a reforma desestruturou de forma grave e imperativa a própria organização universitária. Desmantelou uma hierarquia pautada nas Congregações, compostas pelos professores titulares, representantes das categorias docentes e estudantis, além da departamentalização inadequada, acreditando ser a maior falácia imposta pela reforma. Acrescentava ainda: “Mas, de fato, substituiu-se o feudo da cátedra pelo soviet do departamento. Naquele, o professor catedrático indicava seus auxiliares e assistentes, assumindo inteira responsabilidade pela qualificação científico-profissional dos indicados. Neste, pela participação com direito a voto de auxiliares, assistentes, alunos e funcionários, muitas vezes igualitária, a responsabilidade resta diluída, portanto, não é de ninguém”.⁴⁹

Algacyr Mäder, em seu discurso de 19 de janeiro de 1973, ao citar seu colega Aloysio da Costa Chaves, da Universidade Federal do Pará, dizia: “A Reforma Universitária objetivou, em última análise, estabelecer uma equação perfeita entre a Universidade e a realidade brasileira. Mas esse é um trabalho de fôlego pelo qual se

empenha a glória ou a vida. Essa é uma atuação programática que pode conduzir, com a mesma base de risco, ao Olimpo ou ao Edes”.

Em consequência disso, na UFPR, duas reformas administrativas foram realizadas: a primeira em 1970, quando os departamentos foram reunidos em faculdades ou institutos, voltados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Entretanto, o Conselho Federal de Educação não aceitou essa reforma devido ao grande número de unidades existentes na estrutura administrativa. Então, uma segunda reforma teve lugar em 1973, quando a UFPR foi organizada em setores.

NOVA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O plano de reestruturação da UFPR foi aprovado pelo Decreto n.º 72.782 de 12 de setembro de 1973. Em seu artigo primeiro, a instituição era declarada: “...autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar”, mantendo suas funções de ensino e pesquisa, visando ao desenvolvimento tecnológico, cultural, filosófico, científico, literário e artístico.

Estabelecia também as Unidades Universitárias, divididas em três setores voltados ao ensino e à pesquisa básica, e cinco setores de ensino profissional e pesquisa aplicada, além de nove órgãos suplementares, a saber: Biblioteca Central, Hospital das Clínicas, Imprensa Universitária, Centro de Computação Eletrônica, Centro de Estações Experimentais, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Recursos Audiovisuais, Orquestra e Coral Universitário.⁵⁰

Nas unidades chamadas setores, o sistema comum do ensino e da pesquisa básica compreendia as áreas fundamentais do conhecimento humano em si mesmo ou com vistas a ulteriores aplicações. Compreendia, portanto, os Setores de Ciências Exatas: fusão dos Institutos de Matemática e de Física e da parte básica da Engenharia Química; Ciências Biológicas: fusão dos Institutos de Biologia e de Bioquímica; Ciências Humanas, Letras e Artes: fusão dos Institutos de Ciências Humanas e de Letras e Artes. O sistema comum de ensino profissional e pesquisa aplicada ministraria integralmente com programas de estudo e pesquisa nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural o ensino e o treinamento profissionais em nível de

graduação e pós-graduação. Ainda decorreram modificações nos Setores de Educação: antiga Faculdade de Educação; Ciências Sociais Aplicadas: fusão das Faculdades de Direito, Economia e Administração; Ciências da Saúde: fusão das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia; Tecnologia: fusão da Faculdade de Engenharia, da parte profissionalizante da Faculdade de Engenharia Química, e de parte da Faculdade de Farmácia e do Instituto de Geociências; Ciências Agrárias: fusão das Faculdades de Agronomia, Veterinária e Florestas.⁵¹

A administração superior da UFPR passou a ser exercida pelo Conselho de Administração, Ensino e Pesquisa, e pelo Conselho Universitário, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e pela Reitoria como órgão executivo central. No entanto, a Reforma só se consolidaria no Estatuto, aprovado pelo MEC em 14 de novembro de 1974. Nessa época, a Reitoria contava com quatro pró-reitorias: Administração, Ensino e Pesquisa, Assuntos Comunitários e Órgãos Suplementares.

Os órgãos de direção dos setores eram constituídos pelo Conselho Setorial e pela Diretoria. Desta maneira, extinguiu-se também a Congregação. O Conselho Setorial, órgão deliberativo e consultivo das unidades universitárias, era integrado pelo diretor, seu presidente, pelo vice-diretor, pelos chefes de departamento e por representantes do corpo discente escolhido por eleição. Tinha como uma das principais atribuições, eleger o representante do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa. A Diretoria, órgão executivo, guardava as funções de coordenação, fiscalização e superintendência do Setor. Os departamentos passavam a exigir um número de docentes, não inferior a quinze e a depender da disponibilidade de instalação e equipamentos. Deveriam constituir agrupamentos de disciplinas afins, abrangendo áreas significativas do conhecimento. De modo geral, guardavam suas atribuições. A coordenação didática de cada curso ficava a cargo de um Colegiado de Curso composto por um coordenador e um vice-coordenador e por um docente de cada departamento que participasse do respectivo ensino, além de um representante do corpo discente. A elaboração da lista tríplice para nomeação do coordenador e vice-coordenador, pelo reitor, era elaborada pelo Conselho Setorial.⁵²

Novo enfoque também foi dispensado ao desenvolvimento e à consolidação da pesquisa e dos cursos de pós-graduação tanto de mestrado como de doutorado. Criou-se a Fundação da UFPR – FUNPAR para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura.

A UFPR possuía então três *campi*: o Campus Centro (reunindo os setores de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Letras e Artes; de Educação e de Ciências Sociais

Aplicadas); o Campus Jardim das Américas (reunindo os setores de Tecnologia, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Centro de Desporto e Recreação); e o Campus Bacacheri (setor de Ciências Agrárias).

O Estatuto foi aprovado pelo MEC, por meio da Portaria n.º 676 de 14 de novembro de 1974, e cerca de um mês depois foi aprovado o Regimento Geral da UFPR. A Reitoria compunha-se de órgão executivo: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores; de órgãos executivos da administração geral, e de órgãos executivos da administração específica.

O Regimento previa programas de integração universidade-empresa-governo que tinham por finalidade o intercâmbio operacional entre a Universidade e órgãos empresariais e governamentais, para ajustar o ensino às necessidades do mercado de trabalho.⁵³ Na década de 1970, a Universidade Federal do Paraná procurou integrar-se ao 1º Plano Nacional de Pós-Graduação. Seu estatuto de 1974 criou a Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, que organizaria essas atividades, acompanhando o desempenho acadêmico, além de recrutar e aperfeiçoar o pessoal docente.⁵⁴

Contribuiu para concretizar tais objetivos a introdução do regime de 40 horas semanais de trabalho, bem como a obrigatoriedade de apresentar e desenvolver pesquisa em forma de projeto, o que foi aprovado pelo CEP. Tal medida proporcionou oportunidade para a formação de um banco de dados, contendo os projetos cadastrados dos professores, incluindo todas as áreas: tratava-se do BANPESQ.

Sem dúvida, a implantação do Banpesq assinala um ponto decisivo na história da instituição da pesquisa na Universidade. Sobretudo, porque ele propiciou à comunidade universitária a discussão e a crítica do nível científico dos projetos desenvolvidos, possibilitando avaliações e avanços de natureza qualitativa. Segundo os registros do Banpesq, para o ano de 1986, do total de mil, oitocentos e sessenta e oito professores da Universidade, novecentos e sessenta e sete, ou seja, 51,8%, estavam ligados aos projetos de pesquisa ali cadastrados.⁵⁵

Enfim, gradativamente as novas determinações relativas à Reforma Universitária foram sendo incorporadas no cotidiano da instituição. Na medida do possível, e em consonância com a lei, ajustes foram realizados, de forma que a estrutura universitária se mantivesse articulada.

Na década de 1980, porém, a UFPR foi marcada pelas questões nacionais relacionadas à crise econômica e à avaliação das instituições de ensino superior – IES.

Apresentava dificuldades para se modernizar e expandir a sua estrutura sem comprometer, no entanto, suas atividades comunitárias, didáticas e de pesquisa.

Nessa época, uma equipe de Brasília, composta por técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e da Secretaria do Ensino Superior do MEC, visitou a entidade com o objetivo de elaborar um relatório sobre suas necessidades. A UFPR reivindicava recursos complementares para a solução de algumas dificuldades, entre elas a aquisição de material bibliográfico, já que as bibliotecas encontravam-se desatualizadas, e se faziam necessárias à conclusão dos laboratórios de Eletrônica e Eletrotécnica, e a manutenção da residência médica. Era indispensável a aquisição de equipamentos necessários à manutenção de quinze cursos de pós-graduação.⁵⁶

Havia a preocupação em titular seu corpo docente, mediante a participação do Plano Institucional de Capacitação Docente, existente desde meados da década de 1970. Essa política alcançou suas metas, traçadas pelo PICD de 1982. Ela buscava maior integração com a comunidade, o aperfeiçoamento do seu quadro administrativo e docente e a melhoria da qualidade de ensino. Basicamente, o Plano possuía duas linhas de orientação: a primeira residia em capacitar profissionais e docentes nas áreas reconhecidas como vocação regional, ou seja, nas áreas de Ciências Agrárias e tecnológicas voltadas à industrialização. A segunda visava à capacitação docente em áreas carentes, como a de Ciências Sociais Aplicadas e tecnológicas. Para tanto, a UFPR contava com seus próprios cursos de pós-graduação, em todos os níveis, além dos diversos programas de fomento.

Outra ação significativa desse período foi a criação da Fundação da UFPR, a FUNPAR, voltada para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura. Seu objetivo era promover cursos, simpósios, conferências, além de colaborar na organização de cursos de graduação e pós-graduação e promover a divulgação de conhecimento por meio de publicações. Podia também implantar um sistema de bolsas de estudos para apoiar a formação de estudantes e professores e realizar pesquisas que atendessem às necessidades dos setores públicos e privados.

Transformações também ocorreram quanto à reorganização da estrutura administrativa, implicando a elaboração do novo Estatuto de 1983. Aprovado pela Portaria n.º 181 de 02 de maio de 1983, do MEC, em decorrência do Decreto n.º 83.857 de 15 de agosto de 1979, o novo Estatuto trouxe mudanças estruturais para a instituição,

como a das Pró-Reitorias, que passaram a se organizar da seguinte maneira: Administração, Ensino e Pesquisa, Pós-Graduação, Planejamento, Assuntos Comunitários e de Órgãos Suplementares. Estabelecia como unidades universitárias os departamentos, que se reuniram em nove unidades, denominadas setores.

Os setores do sistema comum de ensino e de pesquisa básica e seus respectivos departamentos eram assim apresentados:

- Setor de Ciências Exatas: departamentos de Matemática, Desenho, Informática, Química e Física.
- Setor de Ciências Biológicas: departamentos de Ciências Morfológicas, Ciências Fisiológicas, Patologia Básica, Botânica, Zoologia, Bioquímica, Genética e Educação Física.
- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes: departamentos de Comunicação e Ciências Sociais, História, Psicologia e Antropologia, Filosofia, Letras Estrangeiras Modernas, Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas e Artes.

Os setores do ensino profissional e pesquisa aplicada, com seus respectivos departamentos, eram assim apresentados:

- Setor de Educação: departamentos de Métodos e Técnicas da Educação, Planejamento e Administração Escolar, Teoria, Fundamentos da Educação e Biblioteconomia.
- Setor de Ciências Sociais Aplicadas: departamentos de Administração Geral e Aplicada, Ciências Econômicas e Contabilidade.
- Setor de Ciências da Saúde: departamentos de Patologia Médica, Clínica Médica, Cirurgia, Tocoginecologia, Pediatria, Saúde Comunitária, Medicina Forense e Psiquiatria, Estomatologia, Odontologia Restauradora, Farmácia, Enfermagem e Nutrição.
- Setor de Tecnologia: departamentos de Construção Civil, Hidráulica e Saneamento, Transportes, Mecânica, Eletricidade, Arquitetura, Geociências, Geologia e Tecnologia Química.

- Setor de Ciências Agrárias: departamentos de Medicina Veterinária, Zootecnia, Fitotecnia e Fitossanitarismo, Silvicultura e Manejo, Economia Rural e Extensão, Engenharia e Tecnologia Rurais.
- Setor de Ciências Jurídicas: departamentos de Direito Público, Direito Privado, Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil.

Entre os Órgãos Suplementares, criou-se o Centro de Biologia Marinha.

Em 1985 havia, na UFPR, mil, novecentos e vinte e um docentes e catorze mil e novecentos alunos matriculados, distribuídos em quarenta cursos.

Na década de 1980, com o período de abertura política, novamente abriu-se espaço para discutir uma reformulação do ensino superior no Brasil. A ideia se fortaleceu ao longo da década, sobretudo com o debate acerca da elaboração de uma nova Constituição. Pela primeira vez, a comunidade universitária elegeu seu reitor democraticamente, o que ocorreu em 1985. Com isso, reacendeu o debate sobre o papel da UFPR na sociedade paranaense.

Nesse período, foi instituído um Programa de Avaliação da Reforma Universitária. O seu relatório final concluiu, entre outras questões, com relação ao primeiro ciclo, que “...este na realidade nunca foi implantado. Quanto ao ciclo básico, também não existe estrito-senso. Existem disciplinas básicas que se constituem em pré-requisitos para prosseguimento de estudos ulteriores de cunho profissionalizante”.⁵⁷ Apontavam-se, ainda, problemas com turmas extensas, evasão escolar, rateio de verbas etc.

Alcy Ramalho (1982-85) iniciou o processo de consulta à comunidade para a escolha de reitor. Sobre essa questão, manifesta-se em artigo publicado na imprensa local: “Vivemos hoje o reencontro entre a Universidade e a comunidade. As verbas para custeio do ensino superior no Brasil devem, no mínimo, ser classificadas de ridículas. Cada cem cruzeiros de 1981 foram reduzidos hoje a apenas dez. E isso porque os recursos foram triplicados. Eram tão escassos que, de quase nada, passaram a muito pouco”. Afirma também não haver sentido em discutir temas como democratização do acesso aos cursos superiores, uma vez que falta democracia no grupo escolar. Ao se referir à descentralização da universidade, comentava: “E, descentralizando, devolver a Universidade à *civitas*. Curitiba soube construir sua Universidade; saberá, com certeza, reerguê-la.”

Quando argumentava que a participação da comunidade implicava a democratização, não se referia apenas à escolha do reitor; dizia que esta participação era mais ampla, e que deveria, “...buscar o equilíbrio entre autonomia e responsabilidade social, comando eficiente e respeito aos valores democráticos”. Seu objetivo essencial deveria ser a criação do conhecimento novo, pois esta era a missão permanente da UFPR – encontrar o conhecimento novo por meio da pesquisa científica, estudos e investigações em todos os domínios da ciência e da cultura. “Se, no entanto, perder de vista este objetivo, perde a universidade o sentido de sua existência. E juntos preparamos a universidade para formar cidadãos capazes de exercer funções em todas as áreas da ciência, da tecnologia, das humanidades e das diversas profissões através do conhecimento do patrimônio cultural e científico da humanidade. E, solidários, criamos o conhecimento novo através da pesquisa científica, da investigação em todos os domínios da ciência pura e aplicada, da tecnologia, da literatura, das artes, da filosofia.” Finalmente, completa seu discurso afirmando que “...a Universidade integra-se a *civitas* e paradoxalmente ganha dimensão universal. Sua fronteira é nossa capacidade de ousar e de criar. Seu horizonte é a soma dos talentos que aqui se congregam. E sua mensagem é a tradução de cada idéia que se junta a outra como tijolos na construção. Porque na Universidade vive a cidade – a grande cidade que amanhã erguerá sua ordem”.⁵⁸

A primeira eleição para reitor na UFPR, incluindo a consulta de professores, alunos e servidores, ocorreu em 1985. Votava-se em candidatos que, posteriormente, compuseram a lista sêxtupla a ser enviada ao ministro da Educação. Na ocasião, coube a vitória ao professor Riad Salamuni, vencedor do pleito realizado em 6 de novembro. Foi então indicado pelo Ministério da Educação para o cargo de reitor. Ao assumir, incorporou como um dos pontos básicos de sua gestão a adoção de eleições diretas para a indicação dos diretores dos setores, além de uma maior atenção ao ensino e à pesquisa. “A própria administração de Salamuni já é por si só um fato novo na história da universidade, como o primeiro reitor eleito democraticamente entre professores, alunos e funcionários, gerando, a partir desse fato, uma visão democrática dentro da UFPR.”⁵⁹

NOTAS

- ¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 13 de janeiro de 1984.
- ² PARANÁ. **Objetivos e metas de desenvolvimento**, 1975-78. p. 17.
- ³ PARANÁ. **Plano de Governo**, 1987-91. Curitiba, setembro de 1987. p. 45.
- ⁴ PARANÁ. **Informativo**, 1989. p. 13.
- ⁵ Ibid., p. 14.
- ⁶ Id.
- ⁷ PARANÁ. **Plano de Governo**, 1987-91. Curitiba, setembro de 1987. p. 52-55.
- ⁸ COMNINOS, C. Alguns aspectos populacionais do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, p.47. dez. 1967.
- ⁹ O ESTADO do Paraná. Curitiba, 24 set. 1977.
- ¹⁰ UFPR. Departamento de História. **Um século de Eletricidade no Paraná**. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994. p. 87.
- ¹¹ BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**, 1986-1989. Brasília: 1985. p. 198.
- ¹² SOBRAL, Fernanda. O ensino superior e a pesquisa científica e tecnológica. In: MARTINS, Carlos. **Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 76.
- ¹³ LACERDA, Antônio. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 90.
- ¹⁴ Decreto n.º 91.146 de 15 de março de 1985.
- ¹⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: MEC, 1989. p. 143.
- ¹⁶ CNPq. Debate Nacional, p. 53.
- ¹⁷ Ibid., p. 50.
- ¹⁸ BRASIL. Presidente, 1985-1990. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1990**. Brasília: Presidência da República, 1990. p. 258.
- ¹⁹ Id.
- ²⁰ Ibid., p. 264.
- ²¹ BRASIL. Decreto n.º 93.668 de 09 de dezembro de 1986. III Plano Nacional de Pós-Graduação, 1986-89. **Diário Oficial**. Brasília, 10 de dezembro de 1986.
- ²² MOROSINI, M.C. **Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 156.
- ²³ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 87-88.
- ²⁴ SILVA, A. da Costa e. Discurso proferido em 25 de março de 1969. **Anuário da UFPR**, 1969. p. 18.
- ²⁵ Lei n.º 5.539 de 27 de novembro de 1968; Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968. In: UFPR. **Ensino Superior**. Legislação Básica, 1968. p. 6-13.
- ²⁶ Decreto-lei n.º 464 de 11 de fevereiro de 1969. **Lex, 1969**. São Paulo: Lex, 1969. p. 135-137.
- ²⁷ MEC. **Reforma Universitária**. Brasília, 1972.
- ²⁸ Decreto n.º 72.527 de 25 de julho de 1973. Aprova o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT para o biênio 1973/74. Governo Emílio Garrastazu Médici.

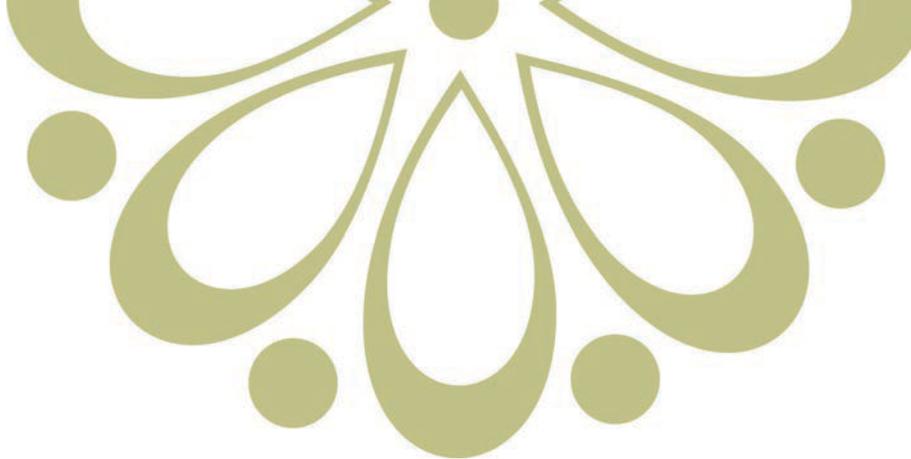
- ²⁹ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 106.
- ³⁰ FÁVERO, M.L. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, M.C. **Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 161-163.
- ³¹ BRASIL. Presidência da República. III PBDCT. Decreto n.º 85.118 de 3 de setembro de 1980. Secretaria de Planejamento. (Antônio Delfim Netto).
- ³² FÁVERO, M.L. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, 1994. p. 162.
- ³³ UFPR. Conselho de Pesquisas. **Relatório**, 1968. p. 3.
- ³⁴ UFPR. **Anuário**, 1969. p. 27.
- ³⁵ REVISTA PANORAMA, n.176. p. 7-9, fev. 1968.
- ³⁶ MACEDO, Alceu Ribeiro de. **UFPR, um pouco de sua história**. Separata do catálogo da UFPR, 1977. p. 18.
- ³⁷ UFPR. **Anuário**, 1970. p. 55-57.
- ³⁸ UFPR. **Anuário**, 1971. p. 78.
- ³⁹ *Ibid.*, p. 80.
- ⁴⁰ UFPR. **Anuário**, 1971. Discurso de posse de Algacyr Munhoz Mäder, 1º de junho de 1971. p. 82.
- ⁴¹ UFPR. Reitoria. **Relatório**, 1972. p. 6-7.
- ⁴² UFPR. **Catálogo Geral**, 1973. p. 22.
- ⁴³ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 91.
- ⁴⁴ UFPR. MÄDER, Algacyr Munhoz. **Sintomas de uma reforma real**. Curitiba: Reitoria, 1973. p. 6-7.
- ⁴⁵ REVISTA PANORAMA. Curitiba, p. 14. set. 1974.
- ⁴⁶ UFPR. Reitoria. **Relatório Anual**, 1973. p. 6.
- ⁴⁷ *Ibid.*, p. 7.
- ⁴⁸ *Ibid.*, p. 5.
- ⁴⁹ WESTPHALEN, 1988. p. 57-58.
- ⁵⁰ BRASIL. **Lex**. Coletânea de Legislação, 1973. Legislação Federal e Marginalia. São Paulo: Lex Editora, 1973. p. 1417.
- ⁵¹ UFPR. Reitoria. **Relatório**, 1973. p. 6.
- ⁵² WESTPHALEN, 1987, p. 30.
- ⁵³ UFPR. **Regimento Geral**, 1974. p. 59.
- ⁵⁴ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 111.
- ⁵⁵ WESTPHALEN, 1987. p. 85-86.
- ⁵⁶ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 112.
- ⁵⁷ UFPR. Programa de Avaliação da Reforma Universitária. **Relatório Final**, 1985.
- ⁵⁸ RAMALHO, Alcy. Universidade e Desafios. In: GAZETA do Povo. Curitiba, 29 de dezembro de 1985.
- ⁵⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 29 abr. 1987.

Blank Page

6



Blank Page



A UFPR NA ATUALIDADE

CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO (PÓS-1990)



A abertura econômica no Brasil, intensificada a partir dos anos 90, provocou uma reestruturação administrativa do país, com reflexos diretos em todos os setores, mas principalmente na indústria e em seu consequente impacto no mercado de trabalho.

Surge a necessidade da articulação e definição de uma política industrial efetiva que buscasse uma adaptação às transformações em curso na economia mundial e fomentasse internamente à busca da recuperação do atraso tecnológico. Internacionalmente, o cenário mudava rapidamente. O padrão de industrialização que era liderado pelos complexos metal-mecânico e químico nos anos 70, na década de 80 passou a ser condicionado pelas novas tecnologias da microeletrônica, informática, telecomunicações, pela automação, pela busca de novos materiais e de energias renováveis e pela biotecnologia. A reestruturação produtiva que ocorre na economia mundial representa uma enorme transformação também para os países em desenvolvimento, em especial para o Brasil [...] Há uma mudança não só na definição de ‘o que produzir’, mas de ‘como produzir’, já que a revolução científico-tecnológica tem implicado a substituição das formas de produção rígidas, para as formas flexíveis de produção.¹

O modelo de substituição de importações achava-se esgotado, o que ficou evidenciado com a decisão do governo Fernando Collor de Mello de abrir a economia ao mercado externo, o que “...tornou visível a baixíssima eficiência do desempenho da

indústria nacional, conseqüência, entre outros fatores, das políticas de protecionismo de mercado que vigoraram durante as décadas anteriores. Ressurgiram, então, certas propostas, já tentadas nos anos 70, de maior associação entre empresa e universidades como alternativa para a modernização do parque tecnológico brasileiro”. Modernidade e competitividade foram palavras que inspiraram o plano de governo. “De acordo com esse plano, tanto uma como a outra só seriam possíveis a partir de uma profunda reforma do Estado e do setor produtivo. A primeira seria alcançada através do desmonte da máquina pública, demissão de funcionários, fusão de órgãos e de um amplo programa de desestatização. A segunda realizar-se-ia através de uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior, cujo objetivo era o de integrar a economia brasileira de forma soberana e competitiva no mercado mundial.”²

Com o Plano Real (1994) ocorreu a estabilização dos preços, intensificando-se a abertura econômica, mas as restrições ao crescimento da economia brasileira continuaram. O governo, em meio a uma crise de financiamento do desenvolvimento, implantou um processo de privatização das empresas que, no passado, foram vistas como promotoras do desenvolvimento. Assim, o BNDES criou novas linhas de financiamento direcionadas às indústrias que apresentassem competitividade, como qualidade total, tecnologia e aprimoramento da mão de obra, com base em um modelo de desenvolvimento denominado “integração competitiva”.

O complexo eletroeletrônico, tanto mundial como brasileiro, assumiu uma importância expressiva na economia. Outra tendência mundial que atingiu o país foi o crescente processo de fusões e aquisições. Enfim, globalização, abertura da economia, estabilização e privatização eram processos que interagiam entre si e estavam presentes também na economia brasileira. A produção se estruturava com base em um novo paradigma, apoiado nas mudanças provocadas pela globalização e pela telemática. “O mundo globalizado é caracterizado pela intensificação das relações comerciais, pela especialização geográfica da produção e, talvez mais importante, pela disponibilidade e velocidade de acesso à informação. Nesse ambiente, a transferência de tecnologia tende a ceder lugar, cada vez mais, ao desenvolvimento conjunto, compartilhado, de tecnologia – a exemplo do que já ocorre tradicionalmente nos projetos de cooperação em ciências fundamentais e na *big science*.”³

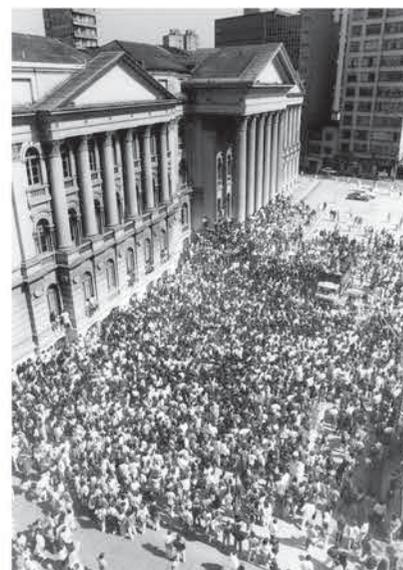


Manifestação estudantil Pró-impeachment, 25 de agosto de 1992. Acervo: Reitoria UFPR / Col. Cid Destefani



Manifestação estudantil
pró-impeachment.

Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani



Manifestação estudantil
pró-impeachment.

Acervo: Reitoria UFPR /
Col. Cid Destefani

A pesquisa passou a depender cada vez mais de equipes multidisciplinares de trabalho e de uma vasta rede institucional, assim como de aportes de recursos cada vez maiores. Internacionalmente, uma nova realidade se configurava, caracterizada pela integração econômica de grandes mercados, por uma nova onda de inovações tecnológicas, que implicava uma reestruturação dos setores industriais, e pela abertura econômica dos países.

No Brasil, o Plano Plurianual (1996-1999) do governo Fernando Henrique Cardoso, aprovado pelo Congresso Nacional, era o documento básico da política governamental, o qual estabelecia, na área de ciência e tecnologia, a prioridade para as áreas de informática, automação aeroespacial, nuclear, meio ambiente, recursos do mar e saúde.

Para suprir esse quadro, as instituições de ensino superior passaram a ter papel fundamental. Havia a necessidade de uma mudança radical no ensino como condição essencial para promover a modernização e capacitação tecnológica, visando lograr competitividade econômica. Novas competências precisavam ser incorporadas aos vários domínios do conhecimento independentemente de suas especializações. Assim, os esforços deveriam ser orientados para o desenvolvimento das áreas interdisciplinares relacionadas com o tratamento de questões ambientais, com o desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida da população. Cada vez mais,

...precisam incorporar a linguagem da ciência com maior intensidade, pois a utilização de conhecimentos empíricos, ainda importantes, não será suficiente para acompanhar a evolução dessas novas tecnologias. Infelizmente, os quadros e a infra-estrutura da maioria das instituições de ensino superior não têm qualificação adequada para atender as necessidades de formação e de reciclagem profissional nas quantidades e com a qualidade necessárias. Nesse sentido, há necessidade de se recorrer aos processos disponíveis de educação continuada e à distância para viabilizar um empreendimento desta dimensão.⁴

Diante desse quadro, o Paraná apresentava bom desempenho econômico, além da agroindústria. Havia os segmentos relacionados à metal-mecânica, ao material elétrico e de comunicação, de mecânica leve, das máquinas agrícolas, do material de transporte, bem como da química, do papel e do papelão. “Grosso modo, as indústrias de metal-mecânica concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba, a agroindústria

concentra-se nos principais municípios do interior paranaense e o complexo madeira é fortemente polarizado pelo fabrico de papel e papelão em três municípios do interior.”⁵

Nesse período, o segmento privado paranaense realizou ajustes técnico-produtivo-gerenciais para enfrentar a concorrência externa, priorizando níveis de eficiência, produtividade e competitividade. Buscavam-se, assim, novas formas de produção por meio de modernas técnicas de gestão, controle de qualidade e inovação tecnológica. “O novo referencial tecnológico-administrativo foi incorporado de forma mais acelerada nos ramos industriais paranaenses da mecânica, material elétrico e de comunicações, química, alimentos e bebidas.” Além disso, houve um crescimento das exportações paranaenses para o mercado mundial, incluindo os países do Mercosul. “A participação do Mercosul nas exportações totais do Estado saltou de 4,1%, em 1990, para 14,9% em 1993, puxada pelo desempenho dos complexos metal-mecânico e agro-industrial, apesar da queda para 10,3% em 1994.”⁶

Apesar da conjuntura recessiva, a economia paranaense apresentava-se em expansão, sustentada pelo desempenho da agropecuária e da indústria.⁷ A proposta política visava inserir a economia paranaense no mercado mundial, e para tanto se faziam imperiosas a busca de novas tecnologias e a utilização do potencial econômico do Mercosul.

Nesse processo, o TECPAR se integrava ao orientar suas atividades para “...promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e industrial do Paraná, a produção de biológicos e a prestação de serviços laboratoriais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”.⁸

Para avaliar o real perfil industrial do Estado, foi realizado o cadastramento das principais instituições da área de ciência e tecnologia. Associou-se a isso a execução de vários projetos para instalar o Programa de Telemática Estadual, entre eles: a Consolidação da Rede Araucária, o acesso internacional por satélite à Internet, o ensino à distância através da Rede Estadual de Telemática-Intranet, que visava ofertar cursos de pós-graduação nas áreas de informática, eletrônica e mecânica. Todos esses projetos contavam sempre com a participação direta da UFPR.⁹

Para enfrentar a nova dinâmica do mercado, o Estado passou a desenvolver uma política de fomento para atrair investimentos. Grandes empresas nacionais e estrangeiras se estabeleceram no Paraná ou ampliaram aqui os seus negócios, incorporando avanços de toda ordem. Entre elas pode-se citar a Renault, Eletrolux, Chrysler, Cimento Portland,

Klabin. O Paraná também se colocou como um dos principais estados exportadores do país. A soja e seus derivados representavam 49% das exportações paranaenses e o porto de Paranaguá era a principal via de exportação dos produtos paranaenses que se destinavam aos Países Baixos, Espanha, França, EUA e Bélgica, principalmente.

Na área de ciência e tecnologia, o governo procurou maior integração com o setor empresarial. Para tanto, criou o Programa de Transferência de Tecnologia ou Balcão Tecnológico, à disposição de pesquisadores e empresários interessados em acelerar o avanço de novas tecnologias no mercado paranaense. Também foi lançado o Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica de Ponta - PROTEC, “...visando à criação de pólos industriais de tecnologia avançada (parques tecnológicos) em integração com as universidades e institutos de pesquisa (centros de irradiação tecnológica)”.¹⁰

O planejamento institucional optou pela indústria automobilística, como trampolim para a transformação do perfil socioeconômico paranaense. Contribuiu para essa decisão a localização estratégica do Estado em relação ao Mercosul, além das potencialidades ofertadas pela infraestrutura, como “...o aprimoramento da eficiência das frentes ferroviárias (extensão da Ferroeste até Guaíra e Foz do Iguaçu); portuária (ampliação do cais do Porto de Paranaguá, construção de novos terminais, reestruturação do corredor de exportação e reativação do Porto de Antonina); energética (aumento da oferta de energia elétrica e perspectiva de suprimento de gás natural); de telecomunicações (implantação da rede de fibras ópticas e expansão da telefonia celular); e rodoviária (anel de integração, duplicação das BRs 116, 376 e 101 e a construção das pontes sobre o Rio Paraná)”.¹¹ Estabeleceu-se, também, o Programa de Qualificação Profissional, desde que 40% das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho não foram preenchidas por falta de qualificação dos candidatos.

No Paraná, sobressaíram dois grandes polos de geração de ciência e tecnologia, devidamente estruturados: o primeiro, mais antigo, localizava-se na região metropolitana de Curitiba, com instituições como a Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Tecnológico do Paraná - TECPAR, o Centro Federal de Tecnologia - CEFET, a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, o Centro Nacional de Pesquisa - Florestas da EMBRAPA, as

divisões regionais de pesquisa do Instituto Agrônomo do Paraná e a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPG. O segundo, mais recente, situava-se no eixo Londrina-Maringá, contando com as Fundações Universidades de Londrina e Maringá, o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e o CNP - Soja (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA). Além desses, já consolidados, outros vinham se desenvolvendo rapidamente, destacando-se a região Oeste do Estado.

Embora se ressentisse com a crise, o Paraná cresceu em todas as suas estruturas. As cidades passaram a contar com um número maior de habitantes. A economia se globalizou, a participação do Estado em esferas mais amplas, como o Mercosul, trouxe efeitos diretos e indiretos para a população paranaense. O conhecimento necessitava cada vez mais de esferas interdisciplinares. O mundo globalizado caracterizava-se pela intensificação das relações vivenciais, pela especialização geográfica da produção e pela velocidade do acesso à informação.

Nesse momento, o perfil populacional paranaense apresentava-se de acordo com o IBGE, com uma população na ordem de 8.448.713 habitantes, em 1991, passando em 1996, para a casa de 9.003.804. Desse total, 77,8% dos habitantes do Estado estavam vivendo em áreas urbanas. Curitiba e região metropolitana se transformaram num centro de atração e irradiação de tecnologia e de fornecimento de produtos e serviços, atraindo grandes empreendimentos industriais. De acordo com o Censo de 1996, Curitiba contava com 1.476.253 habitantes. Foi a região metropolitana que mais cresceu em todo o país nesse período. O fenômeno da concentração populacional nos grandes centros do Estado passou a ser significativo.¹²

A economia da capital paranaense, no período compreendido entre 1990 e 1996, alcançou um crescimento de 64%, enquanto seu PIB saltou para US\$ 11,47 bilhões.¹³ A preocupação com a qualidade de vida dos curitibanos era crescente. A questão da violência e o aumento da criminalidade incomodavam grande parte da população e os orçamentos públicos passaram a contemplar essa prioridade.

Curitiba também atingiu um forte desenvolvimento nas áreas turísticas e novos empreendimentos de grande porte foram realizados, como a construção de *shopping centers* e de grandes supermercados, que contribuíram para o crescimento e a geração de empregos na capital.

ENSINO SUPERIOR & FINAL DE MILÊNIO

Em meados da década de 1980, a comunidade acadêmica manifestava o seu descontentamento com o ensino superior no país. Nesse sentido, o governo federal propôs uma nova reforma universitária, focada na organização das instituições de ensino superior, o que desencadeou inúmeros debates nos meios intelectuais e na imprensa. Coube ao governo de José Sarney criar uma Comissão de Alto Nível, por meio do Decreto n.º 91.772, encarregada de estudar a reformulação do ensino superior. A Comissão de Alto Nível não pretendia, “...propor uma nova lei de reforma que simplesmente substituísse a de 1968”, por entender que não existem fórmulas salvadoras. Assim, as alterações propostas visavam a “...alternativas que permitissem sedimentar a universidade da excelência, da autonomia e da democracia”.¹⁴ Ao contrário da reforma anterior, de 1968, voltada para a expansão do ensino superior no país, o novo documento, de 1985, surgiu preocupado com a contenção.

Com a divulgação do relatório final da Comissão de Alto Nível em 1986, foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES relacionado ao MEC, pela Portaria Ministerial n.º 100. Tinha, entre suas atribuições, “...elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas para a reformulação da educação superior”.¹⁵ A questão é que o GERES trabalhou de portas fechadas, em sigilo, bem nos moldes do regime militar. Por fim, apresentou um projeto ambíguo ressaltando um processo retrógrado de democratização das IES, o que suscitou inúmeros debates. Ao falar de universidade, propunha uma “universidade do conhecimento” em oposição à “universidade de ensino”, em que a atividade científica não fosse atividade-fim, eliminando a indissociação entre ensino e pesquisa. Outro ponto polêmico dizia respeito à autonomia, retirando das instituições o direito de eleições diretas para seus dirigentes; além disso, silenciava sobre o financiamento do ensino superior.

Esses aspectos seriam retomados em 1991, durante o governo Collor, quando foi proposta nova política para o ensino superior, pautada na ideia de que “...a universidade pública serve basicamente aos ricos e que o ensino deveria ser pago, ou o Estado que financia ressarcido”. Apresentava a universidade pública como a “vilã da educação

nacional”, recrudescendo assim a campanha contra a universidade pública, alvo de protesto e repúdio das IES e demais entidades científicas no país.¹⁶

Outra ideia contida na proposta se referia ao critério de excelência que era utilizado para a distribuição de recursos, privilegiando, assim, a pesquisa sobre as demais atividades desenvolvidas nas instituições de ensino superior. Isso causou reflexos imediatos em nível de pós-graduação. O CNPq vinculou-se ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo como objetivo imprimir às suas atividades um caráter de comprometimento social, principalmente em relação às pesquisas científicas. Lançou-se o 3º PNPG, que, diferentemente do 1º e 2º PNPGs, demonstrava preocupação com a qualidade do pessoal docente e enfatizava a produção científica e tecnológica, propriamente dita, e era voltada para o desenvolvimento social e para a autonomia nacional.

Com os debates suscitados em todo o território nacional, no que se referia à educação, estudos e propostas foram apresentados, na defesa do ensino público e gratuito. Conseguiu-se então realizar um fórum composto por quinze entidades nacionais reunidas para debater e apresentar à Constituinte uma “proposta educacional”.

Tudo isso resultou no artigo n.º 207 da nova Carta: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A Carta ainda falava sobre os princípios da autonomia, ao reforçar a gestão democrática do ensino público e garantir o padrão de qualidade, um plano de carreira para o magistério, o ensino público e gratuito, entre outros aspectos. Abria esperanças aos meios intelectuais, embora permanecesse a questão de como aplicar essa norma; todavia, em nenhum momento se falou em autonomia política das IES.

Embora fossem esses os pontos mais polêmicos, a universidade apresentava outros entraves, que necessitavam ser superados. Entre eles estavam a dissociação entre a graduação e a pós-graduação, a falta de integração com o setor produtivo, a necessidade de valorização dos cursos de especialização e aperfeiçoamento e dificuldades de intercâmbio entre as instituições de pesquisa. Além disso, havia a ausência de incentivo salarial para o docente pesquisador e a entrada de docentes não qualificados nas IES. No campo financeiro, eram problemas a escassez de recursos e o crescimento da demanda por financiamento, sem falar na perda do poder aquisitivo das bolsas de estudo no país.¹⁷ Tais princípios serviram de base para a elaboração na nova Lei de Diretrizes e Bases da



**Visita do Ministro da Educação
Murilo Hingel à UFPR,
em 20 de dezembro de 1992.**
Acervo: Biblioteca Central



**Departamento de
Engenharia Florestal,
Campus III, Jardim Botânico.**
Acervo: Assessoria de
Comunicação Social



**O LACTEC - Instituto de Tecnologia
para o Desenvolvimento promove
pesquisas em cooperação com
a UFPR.**
Acervo: LACTEC



Educação - LDB de 1996. Coincidindo, no mesmo período, com a reforma administrativa proposta pelo governo federal, reduziram-se os custos e pessoal, o que trouxe sérias implicações para a universidade nacional.

O governo brasileiro, ao enfrentar problemas com a gestão dos recursos públicos, penalizou diretamente a área dos investimentos sociais. Sua proposta de revisão constitucional colocava em risco a educação pública, sobretudo no que se referia ao ensino gratuito e à autonomia da universidade.

Numa conjuntura histórica marcada pela crise que atingiu todos os setores da economia do país, no início dos anos 90, as IES se viram diante de novos desafios. Um deles era a busca pela produção de um conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, dando conta de diferentes áreas do conhecimento, integrando universidade, empresa e sociedade.

Numa perspectiva histórica, a partir da década de 1970 e, principalmente, na década seguinte, houve uma tentativa de reagrupar o conhecimento e de trabalhar fundamentalmente, na interface das disciplinas.¹⁸ Este processo ganhou espaço nos anos 90, associado à necessidade crescente de cooperação entre instituições públicas e privadas.¹⁹

A emergência de uma sociedade global faz com que todos os países e todas as pessoas se integrem ao planeta, na medida da atualização das informações e da difusão tecnológica. Hoje, os países à margem do primeiro mundo não podem restringir-se a repetir etapas já percorridas pelos centros avançados, pois estão cada vez mais pressionados a inserir-se no movimento mundial. O campo da ciência e da tecnologia acompanha essa tendência que traz um novo estágio para a investigação científica, agora mais informacional, programada e flexibilizada. Mas, se o sistema de ciência e tecnologia depende de uma complexidade de fatores, ultrapassando a estrita determinação econômica, parece possível afirmar uma nova estratégia de desenvolvimento mundial: o progresso da ciência é promotor do desenvolvimento, pensado enquanto um desenvolvimento econômico, cultural, para a maioria da população.²⁰

Da mesma forma, a universidade, responsável pela produção e transmissão do conhecimento original, foi convocada para acompanhar as transformações advindas da globalização da sociedade.

Desse modo, se o Estado se responsabilizava pelo crescimento voltado para a competitividade e a produtividade, fortalecendo a sua capacidade tecnológica e de

investigação, à Universidade cabia o papel de, associada ao sistema produtivo, impulsionar áreas como a biotecnologia, química fina, microeletrônica, engenharia de precisão, informática e telecomunicações. Deveria, da mesma forma, associar-se à pequena e média empresa em projetos de berçários e incubadoras empresariais ou em busca de tecnologia para atender áreas como a da saúde, educação, habitação, chegando, até mesmo, a articular seus cursos e currículos em consonância com as transformações do mercado de trabalho.

Nesse processo de aberturas e transformações, a Universidade foi convocada a cumprir o seu papel de integrar as pesquisas e as novas tecnologias com a demanda social.

O presidente José Sarney, em sua Mensagem ao Congresso Nacional, em 1990, afirmava:

Apesar de todas as limitações, não descuidamos dos problemas conjunturais. O Brasil, que vinha de uma recessão, cresceu nestes cinco anos 25% e o produto *per capita* expandiu-se em 12%, vindo de uma redução de 10,8% no período anterior. Em nenhum desses anos tivemos crescimento negativo. Abrimos o país para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, dos materiais supercondutores, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa, nos grandes centros de excelência do mundo inteiro. Defendemos a universalização dos saberes, que não podem ser monopólio de poucos países ricos. Batalhamos pela transferência de tecnologia e acesso aos domínios da ciência. Registramos progressos notáveis em biotecnologia e manejo do solo, com o aumento da produtividade, que nos deram força para colhermos as três maiores safras agrícolas de nossa história.²¹

EM BUSCA DA EXCELÊNCIA

Com a abertura política do país, foram tomadas várias medidas que tiveram desdobramentos sociais, acabando por intervir, de forma drástica, na vida dos cidadãos e das instituições. No bojo dessas medidas estava a chamada reforma administrativa, que visava à redução do tamanho do Estado, com a extinção e (ou) transformação de vários

órgãos federais. Indicava também um corte no número de servidores civis, o que levou ao desmantelamento da administração pública e ao comprometimento dos serviços essenciais, suscitando sérios prejuízos para o setor público e para a sociedade brasileira de forma geral.

Essas novas normas de agir foram responsáveis pela solicitação da aposentadoria por grande parte dos docentes e servidores da UFPR, gerando espaço para a renovação do corpo docente em resposta às mudanças de orientação federal, num processo crescente, que teve início nos últimos anos da década de 1980, com o governo Sarney.

Esse processo de transformações atingiu diretamente a UFPR, bem como as demais instituições federais, de um lado levando a aposentadorias e, de outro, estimulando seu corpo docente a investir na capacitação nas mais diversas e especializadas instituições nacionais e internacionais. Consequentemente, sucedeu-se a perda de profissionais experientes e titulados nas diversas áreas, como também houve uma salutar renovação institucional.

A política universitária apontava coordenadas gerais que definiam o período: “...prioridade absoluta às atividades acadêmicas, com apoio sistemático à melhoria da graduação e pós-graduação, ao desenvolvimento da extensão e das atividades de pesquisa; com a busca do desenvolvimento integrado dessas funções e das atividades de pesquisa; das atividades administrativas às atividades acadêmicas”.²²

A ênfase na melhoria da qualidade de ensino foi o núcleo de preocupações e compreendeu o desenvolvimento de um conjunto de ações integradas voltadas para o interior da Universidade e desta para a sociedade. Isso ocorria, principalmente, no que dizia respeito a uma articulação efetiva entre 3º, 2º e 1º graus, pois até meados da década de 1980 a UFPR havia se preocupado mais com a garantia da permanência das atividades de pesquisa e pós-graduação na sua estrutura. Estabelecendo normas, como as planejadas pela Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, que apreciava os processos de ascensão funcional por titulação, avaliavam-se o desempenho dos docentes e os regimes de trabalho, em conformidade com as resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa.²³

O Paraná possuía, nessa época, 27% dos cursos de mestrado e doutorado da Região Sul, e 29% dos cursos de especialização; todavia, nas universidades paranaenses, apenas 11% dos docentes apresentavam o título de doutor, e 25%, de mestre. Na UFPR,

a titulação do corpo docente apresentava, em 1988, a seguinte configuração: 18,5% doutores, 33,6% mestres, 21,4% especialistas e 26,5% graduados. Do total de docentes da Universidade, 10% deles estavam cursando a pós-graduação.

Justamente, o equilíbrio entre a autonomia e a responsabilidade social na UFPR estava na participação da comunidade científica na vida acadêmica, na permanente busca da eficiência e do respeito aos valores democráticos. Sua comprovação é referendada pelas palavras do reitor Alcy Ramalho:

É fundamental que esta nova Universidade democrática e eficiente não perca de vista seu objetivo essencial, que é a criação do conhecimento novo. Esta é a nossa missão permanente: encontrar, através da pesquisa científica, de estudos literários, de especialização filosófica, da criação artística, da investigação em todos os domínios da ciência, e da cultura, o conhecimento novo. Ao perder de vista este objetivo, perde a Universidade o sentido de sua existência. A fronteira da Universidade é a sua capacidade de ousar e na Universidade vive a cidade.²⁴

O “conhecimento novo” na UFPR era diretamente acompanhado pelos órgãos responsáveis pela pesquisa e também pelo cadastramento do BANPESQ, mediante o sistema SINCO/THALES. Buscou-se a integração com o Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia e o Diretório Nacional de Pesquisas, banco de dados informatizado do CNPq.

Apesar das preocupações voltadas para a eficiência, o momento exigia cautela, ante a reforma administrativa proposta pelo governo federal, reduzindo custos e corte de pessoal. Particularmente, a mudança das formas de aposentadoria causou às universidades a perda de profissionais altamente qualificados. Esse fato agravou-se ainda mais com as medidas que proibiam o preenchimento das vagas de docentes e de cargos técnico-administrativos; isso sem fazer referência ao forte arrocho orçamentário. Esse panorama caótico do Serviço Público se estenderia por toda a década seguinte.

Para amenizar a situação, a própria CAPES instituiu a Bolsa de Dedicção Acadêmica, concedida ao professor titulado que permanecesse em atividade, mesmo podendo se aposentar. Nesse sentido, a UFPR, de igual modo, lançou o Programa Professor Sênior, que concedia bolsa aos professores qualificados que desejassem continuar seu trabalho nos cursos de pós-graduação. Foi a forma encontrada para manter os cursos ofertados, que beiravam à extinção por falta de pessoal qualificado.

Nessa conjuntura, a UFPR, como todas as instituições de ensino superior do país, continuou vivenciando um processo de crise. Portanto, tornava-se necessário que a instituição efetivasse o seu projeto de autonomia e institucionalizasse as parcerias, para manter sua boa relação com a comunidade. A inserção do Brasil na era da revolução científica e tecnológica, determinada pela globalização, exigia prontas respostas aos desafios postos, aos quais a Universidade não poderia se furtar.

No âmbito do Estado do Paraná, diante dos novos paradigmas impostos pela passagem de uma economia de estrutura agroindustrial para uma economia basicamente industrial, foi fundamental a parceria com a Universidade, desde que esta, com as suas excelências e competências, pôde contribuir decisivamente para os saltos de qualidade dos programas governamentais.

Mais de noventa e cinco mil alunos frequentavam os cursos de nível superior no Paraná em 1990, ministrados pela UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Oeste do Paraná, Centro Federal de Educação Tecnológica e mais quarenta e três faculdades isoladas.

Embora a UFPR sofresse muitos reveses, conseguiu expandir-se em vários aspectos:

...seu campus possuía cerca de 1.300.000m² de área física e 250.000m² de área construída, além das unidades isoladas nas fazendas experimentais do Cangüiri, Rio Negro e São João do Triunfo; Centro de Biologia Marinha, do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. Seu quadro de pessoal possuía dois mil, duzentos e setenta servidores técnicos administrativos e mil, setecentos e vinte e oito docentes; dezesseis mil, trezentos e trinta e quatro alunos matriculados na graduação e pós-graduação. Estava estruturada em nove setores, seis pró-reitorias e quarenta cursos, além do sistema de bibliotecas e órgãos suplementares. Possuía mil cento e oitenta e seis pesquisas em andamento, agregava duas orquestras filarmônicas (juvenil e júnior), um coral e dois grupos de dança. O Hospital de Clínicas ofertava quarenta e dois mil atendimentos na assistência hospitalar e seiscentos mil no ambulatório e emergência. Seu restaurante universitário servia quatrocentas mil refeições.²⁵

O desafio que se impunha às IES apontava para a produção de um conhecimento de caráter multidisciplinar, integrando-se à sociedade. Voltou-se, então, para uma visão de conjunto, reagrupando conhecimentos, cooperando com instituições públicas e privadas, enfim, buscando a globalidade.

Particularmente, coube às Pró-Reitorias de Graduação - PROGRAD, e de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG estabelecer os princípios gerais, norteadores:

...o resgate da qualidade do ensino que implicava a compreensão dessa mesma qualidade, como uma opção política de cada curso no projeto da Universidade que se queria atingir em um dado momento histórico; as questões concretas do 1º e 2º graus tinham como ponto de partida e de chegada o desenvolvimento e ações que visassem a valorizar e dar consistência à área da educação e do ensino no interior da Universidade; o currículo como eixo articulador do processo de avaliação institucional – o currículo não como documento (grade) e mero processo de repasse de conteúdos acabados, mas em sua perspectiva mais ampla que envolve o desempenho acadêmico de docentes e discentes, bem como todo o esquema de meios para a consecução de um fim – o homem educado – síntese das múltiplas relações institucionais; a prática avaliativa como um processo unitário de acompanhamento, e controle e avaliação na sua função fundamental que é a de diagnosticar situações problemáticas que merecem correções de rumos para que sejam atingidos os objetivos almejados.²⁶

Portanto, almejava-se a integração do ensino de graduação com os demais graus de ensino, bem como, internamente, a integração dos cursos de graduação com a pós-graduação. Medidas foram tomadas quanto à melhoria dos cursos ofertados, reconhecidas por meio dos debates promovidos: a busca da qualidade do ensino; a reformulação curricular dos cursos; a avaliação docente; a implantação de Comissões Orientadoras de Estágios - COE, de Bolsas etc., com desdobramentos em todos os cursos. Tudo realizado em nome de um ensino de qualidade.

Partira-se de diretrizes específicas, ou seja:

...a concepção do ensino como apropriação ativa e crítica do conhecimento, a socialização do conhecimento; a revisão das licenciaturas com base nas questões concretas de ensino de 1º e 2º graus; o aperfeiçoamento da prática pedagógica visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação; a compreensão do currículo como conjunto articulado das atividades nucleares ao processo de transmissão/assimilação do saber; a institucionalização dos campos de estágios como forma de integrar teoria e prática no processo de formação profissional.²⁷

Para garantir uma política de estágios, a exemplo do COE, passaram a atuar, como agentes de integração, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Sem contar com a disposição de programas que ofereciam

bolsas para estágios na iniciativa privada, ou em projetos relacionados diretamente com a instituição, como as bolsas trabalho, iniciação científica, extensão e monitoria.

Esse processo visava superar a escassez de recursos; por isso, a UFPR estabeleceu um programa de parceria com o setor produtivo.

O processo de interação da universidade com o setor produtivo, uma tendência percebida em todo o mundo, necessita ser ágil e flexível, sem deixar de respeitar a autonomia das partes e preservar o patrimônio intelectual das universidades, levando em conta que a produção do saber e a prestação de serviços devem priorizar o interesse acadêmico; definição dos objetivos e prioridades quando da escolha do parceiro. Era preciso, também, considerar que os recursos captados, provenientes de diversos convênios, devem ser destinados às atividades/fim da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Uma das estratégias desenvolvidas pelo IEL no Paraná, na década de 90, foi o Programa Oficina de Produção, buscando a integração entre a universidade e a empresa, viabilizada através da Comissão de Interação - COMINT, composta por integrantes das universidades, indústrias e entidades afins. Um dos itens do planejamento da COMINT para 91/92 era buscar nos estabelecimentos de ensino superior o programa de interação existente e divulgá-lo às indústrias.²⁸

Essa tendência institucional foi acompanhada também pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PRPPG, na busca de enfatizar seus programas de Iniciação Científica e no alargamento das ofertas dos cursos de mestrado e doutorado. Os pedidos de bolsas eram avaliados por uma Comissão de Iniciação Científica e os trabalhos apresentados à Comunidade Universitária no Evento de Iniciação Científica - EVINCI. Além disso, havia o Programa Especial de Treinamento - PET mantido pela CAPES, com o objetivo de qualificar a mão de obra de nível superior, além do encaminhamento de novos pesquisadores aos cursos de pós-graduação. O 1º EVINCI aconteceu em 1993, e foi acompanhado pelos consultores do CNPq; a partir daí, o evento passou a apresentar edições anuais, integrando uma rede cada vez maior de professores e alunos pesquisadores, passando a contar também com a participação de outras instituições de pesquisa.

Nessa nova visão, a pós-graduação inovou-se com um enfoque interdisciplinar e de valorização de grupos emergentes, que permitia o aumento qualitativo e quantitativo do sistema. Por ocasião do lançamento do 3º PNPG, constatou-se que, no Brasil, o número de cientistas necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico ainda era muito pequeno. Tal situação renovou a necessidade de incrementar a pós-graduação, tida como o caminho à formação, à pesquisa e ao desenvolvimento do setor produtivo.

Apesar das dificuldades encontradas, o Plano de Capacitação de Docentes da UFPR abriu a possibilidade de criação de outros cursos de mestrado e doutorado. Efetivaram-se, então, os cursos de Geologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Filosofia, Administração, Desenvolvimento Econômico, Química, Antropologia, Informática e Física. O mesmo plano estabelecia a prioridade para o pós-doutorado em determinados departamentos. Em âmbito de especialização, vários departamentos organizaram cursos, como os ofertados em Educação Física, Matemática, Informática e Odontologia.

Também a Editora da UFPR estabeleceu uma política editorial, com o objetivo de divulgar contribuições relevantes sob o ponto de vista científico ou questões que interessassem à comunidade universitária e à sociedade. Outro procedimento incentivado nesse período foi a busca crescente pela interação entre a Universidade e o setor produtivo. No âmbito nacional, desde 1969, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL foi criado, com essa finalidade, em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Social da Indústria - SESI. Portanto, cabia à universidade produzir conhecimento básico, desenvolver processos e protótipos, formar pessoal qualificado para aperfeiçoar e administrar a tecnologia gerencial e formular crítica, e às indústrias caberia aplicar as inovações técnicas de forma orgânica, difundindo os seus benefícios à população.²⁹

Tais princípios foram compartilhados pelos agentes do IEL, ao considerar que a política industrial brasileira precisava incentivar a modernização tecnológica das empresas nacionais e da produção qualitativa, de modo que a conduzisse a patamares de competitividade internacional. Esta política só se efetivaria a partir da criação de uma base científica e tecnológica sólida, que garantisse a articulação entre universidade e empresa.

O processo de interação da universidade com o setor produtivo, todavia, precisava ser ágil e flexível, sem deixar de respeitar a autonomia das partes e preservar o patrimônio intelectual das universidades. Deveria considerar a produção do saber e a prestação de serviços, priorizar o interesse acadêmico, sem falar na definição dos objetivos e prioridades quanto à escolha de parceiros. Era preciso, ainda, considerar que os recursos captados, provenientes de diversos convênios, deveriam ser destinados às atividades-fim da Universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

LACTEC - Laboratório de alta tensão.
Acervo: LACTEC



LACTEC - Laboratório de Luminotécnica para ensaios em equipamentos de iluminação.
Acervo: LACTEC



Outorga do título de *Doutor honoris causa* a Zilda Arns, em 8 de março de 2004.
Foto: Márcio de F. Tomaz



Na UFPR, o programa de integração com o setor produtivo advinha da necessidade de superar a crise, provocada principalmente pela escassez de recursos, já que o percentual de investimento em Ciência e Tecnologia no Orçamento da União apresentava-se em queda constante: de 5,8%, em 1985, chegou a 0,7% em 1990. As universidades encontraram nessa parceria um caminho para o enfrentamento da questão de captação de recursos.

Nessa conjuntura, a UFPR firmou convênios internacionais com instituições científicas e setores empresariais de diversos países, entre eles: EUA, Canadá, Alemanha, Chile, Uruguai, Bélgica, França e Japão. Também efetuou parcerias com setores públicos e privados nacionais, a exemplo da Federação das Indústrias do Paraná - FIP, a TELEPAR, a PETROBRAS e o IBGE. Ainda, foram estabelecidos acordos com as agências de fomento público e privadas: CAPES, CNPq, FINEP, CONCITEC, BOTICÁRIO, IBAMA, EMBRAPA, BNDES, BID e OEA. Além da cooperação com o setor produtivo, a UFPR buscava parcerias de cunho multi-institucional, como a cooperação técnico-científica estabelecida com instituições como a USP, UNICAMP, UFRJ, UFSC, a Fundação da UFRGS e empresas como COOPERSUCAR, PETROBRAS, RHODIA, IBM, Gerdau, entre outras.

Finalmente, os resultados foram sentidos, em 1992, quando 58% dos professores em atividade tinham o mestrado ou doutorado e 80% dos cursos de pós-graduação da UFPR, avaliados pela CAPES, receberam o conceito A ou B, colocando a instituição entre as dez melhores IES do país.

Contudo, permaneciam questões a serem enfrentadas, como o número ainda pequeno de mestres e doutores, a carência de massa crítica em áreas específicas e a falta de pesquisadores com formação pluridisciplinar. Também ocorriam dificuldades quanto à reposição do quadro de professores, em virtude das aposentadorias de docentes altamente qualificados. Outros problemas referiam-se ao tempo médio da titulação de professores, que era elevado, à falta de valorização da carreira do magistério, à escassez de recursos de fomento e a evasão escolar, sem falar nos longos períodos de greves.

MUDANÇAS DOS ANOS 90

Para atender às mudanças políticas referentes à educação nacional, propostas pelo governo em 1990, a UFPR se empenhou em elaborar o Estatuto e o Regimento Geral

da instituição, que foram revistos, modificados, atualizados e, finalmente, aprovados pela Resolução n.º 02/91 do Conselho Universitário da UFPR e pela Portaria n.º 842, de 9 de junho de 1992 do Ministério da Educação. Estatutariamente, a UFPR era organizada em forma de autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Em seu art. 2º reafirmava suas funções voltadas ao ensino e à pesquisa, destinadas a:

- I - promover a educação, o ensino e o desenvolvimento tecnológico e a cultura filosófica, científica, literária e artística;
- II - formar profissionais, técnicos e cientistas;
- III - contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade sob a forma de cursos, estudos e serviços;
- IV - desenvolver a pesquisa nas várias áreas do conhecimento.³⁰

Quanto à sua organização, o Estatuto a estruturava com base em departamentos, reunidos em unidades denominadas Setores. Cada unidade era um órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudo.

De acordo com o Estatuto, não só o ensino e a pesquisa, mas também a extensão, deveriam se desenvolver. Distingua os setores do sistema comum de ensino e de pesquisa básicos (Setor de Ciências Exatas, de Ciências Biológicas, de Ciências Humanas, Letras e Artes) aos Setores do ensino profissional e pesquisa aplicada (Setor de Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Ciência da Saúde, de Tecnologia, Ciências Agrárias e Ciências Jurídicas). Apresentava como Órgãos Suplementares: Biblioteca Central, Centro de Biologia Marinha, Centro de Computação Eletrônica, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Estações Experimentais, Centro de Assessoramento Pedagógico, Escola Técnica da UFPR, Hospital de Clínicas, Imprensa Universitária, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, Restaurante Universitário e Editora da UFPR. Quanto à administração superior da Universidade, ela era exercida pelos Conselhos de Administração, Conselho de Ensino e Pesquisa e Conselho Universitário, vistos como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e pela Reitoria, como órgão executivo central. Estabelecia ainda os cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Considerando a ênfase na pesquisa, em 1994, por iniciativa da PRPPG, foram publicados vários catálogos, como o Catálogo dos Projetos de Pesquisa em Andamento,

o Catálogo de Teses da UFPR e o Catálogo de Pós-Graduação da UFPR. Sua finalidade era divulgar, na comunidade acadêmica, os projetos de pesquisa em andamento na instituição, registrando-se mil, trezentos e setenta e dois projetos na ocasião. Segundo o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Antunes dos Santos: “...esse informativo acaba com uma imagem falsa de que os estudos da Universidade são desvinculados da realidade”.³¹

O reitor Carlos Alberto Faraco, por ocasião do lançamento do Catálogo de 1994, fazia o seguinte retrato da UFPR:

A UFPR possui oito *campi*, três deles localizados em Curitiba e outros no litoral e cidades de interior do Estado. Existem ainda catorze núcleos, ocupando ao todo uma área de 7.154.769 m² de extensão e 308.090 m² de área construída. São vinte e dois mil alunos em cinquenta e cinco cursos de graduação, incluindo as habilitações, além de quarenta especializações, trinta e um mestrados e treze doutorados. A UFPR mantém, além dos cursos de universitários, o ensino de 2º grau, ministrado através da Escola Técnica, há anos vinculada à instituição. Ela é considerada uma das mais tradicionais escolas de ensino técnico de Curitiba. Anualmente, oferta seis cursos: Contabilidade, Processamento de Dados, Enfermagem, Higiene Dental, Prótese Odontológica e Transações Imobiliárias. A comunidade universitária dispõe de várias unidades, que estão embutidas no organograma da instituição. Esse é o caso da Livraria, da Editora, do Museu de Arqueologia e Etnologia, do Centro de Estudos do Mar, dos Restaurantes Universitários, da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, do Centro de Computação Eletrônica, da Prefeitura Universitária, da Imprensa Universitária, dos Grupos Artísticos e das Bibliotecas.³²

Ainda esclarecia que o Sistema de Bibliotecas incluía treze unidades espalhadas pelos diversos *campi*, equipadas com sistema de computadores para controlar seus títulos. Seu acervo, constantemente atualizado, constitui importante fonte de conhecimento científico, à disposição não só dos alunos e professores, mas de toda a comunidade. Como apoio administrativo, a Universidade contava com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Progresso da Ciência, Tecnologia e Cultura - FUNPAR. Por meio da Fundação, diversas atividades são desenvolvidas, inclusive em parceria com empresas nacionais e multinacionais. A FUNPAR mantém ainda convênios de cooperação técnico-científica com universidades de vários países, com programas de intercâmbio de docentes e alunos.

Apesar disso, acompanhando o panorama nacional, o orçamento global da UFPR tendia a diminuir, como se pode comprovar por estes dados: em 1989 foi de US\$ 174 milhões, em 1990 foi de US\$ 166 milhões, porém em 1991 caiu para US\$ 131 milhões e em 1992 para US\$ 127 milhões, recuperando-se um pouco em 1993, quando subiu para US\$ 193 milhões.³³

A situação se agravou no ano seguinte, pois o país vivia uma crise do setor educacional. Esta vinha se acentuando há muito tempo e atingia as instituições de ensino, entre elas a Universidade Federal do Paraná, que enfrentava sérios problemas devido à insuficiência de recursos orçamentários, à baixa remuneração de seus quadros de pessoal, à excessiva burocratização imposta pelo Governo Federal, e à ausência de uma política nacional de educação e saúde, o que causava bastante sofrimento. Esses problemas ainda estavam atrelados às perdas do orçamento. Nessa perspectiva, desde seu início, a Reitoria entendeu que cabia à Universidade empenhar-se para reverter a situação, não apenas por ser afetada pela crise, mas porque era seu papel inserir-se no processo de transformação social.³⁴

Com a reforma administrativa, ocorreram a proposta do fim da gratuidade do ensino superior, a mudança na sistemática de aposentadoria e a restrição cada vez maior do orçamento da UFPR. Foi proposto um plano plurianual embasado em determinados tópicos: “...defesa intransigente do ensino público e gratuito; luta permanente pela concretização do preceito constitucional de autonomia para as universidades brasileiras; atendimento às necessidades sociais por meio da defesa da pluralidade do conhecimento, da qualidade acadêmica, da permanente cidadania e da sustentação dos valores democráticos universais duramente conquistados”.³⁵

As repercussões foram sentidas em todos os aspectos da instituição, desde a contenção de despesas, ajustes curriculares, remanejamentos internos até as manifestações públicas como as greves e as passeatas; movimentos estes que contavam com a participação docente, discente e da sociedade em geral.

Para maior flexibilidade dos cursos, o Conselho de Ensino e Pesquisa - CEP instituiu normas para a implantação, reformulação ou ajuste curricular dos cursos de graduação, que deveriam ser fundamentados nos seguintes itens: “...análise das exigências curriculares em relação à possibilidade de trabalho do recém-formado; natureza, características atuais e perspectivas do campo de conhecimento a que o curso diz respeito;

compatibilização dos objetivos das disciplinas ao currículo pleno da nova proposta; junção teórica e prática do estágio supervisionado”.³⁶

A crise financeira que se abateu sobre o país atingiu também a classe discente, que, por motivos econômicos, via-se obrigada a ingressar no mercado de trabalho, trazendo consequências diretas ao funcionamento da UFPR, que passou a registrar muitos trancamentos de matrícula e a evasão escolar, o que era agravado pelos longos períodos de greves.

A alteração mais significativa, porém, teve lugar em 1996, com o estabelecimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que orientava a organização do Sistema Nacional de Ensino em todos os níveis, além da necessidade de adaptação para todas as IES do país.

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, na qual estava prevista uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decorridos mais de oito anos entre debates e estudos, seminários e conferências, lutas e esforços, enfim, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n.º 9.394/96-LDB. “Apesar das divergências com o projeto original, democrática e arduamente debatido pelas entidades profissionais, especialistas e representantes da sociedade civil, a LDB foi promulgada. Nela constam as diretrizes para a estruturação e organização do sistema nacional de ensino em todos os níveis. Desse modo, cabe às instituições de ensino providenciar as adaptações que a lei propõe.”³⁷ As alterações afetariam diretamente a organização da educação nacional e, em especial, as universidades e seus cursos, exigindo uma rediscussão da estrutura e impondo mudanças de curto e médio prazos. Além disso, possibilitava a implantação das novas modalidades de cursos e de atividades de ensino.

Segundo a LDB, competia à União a coordenação da Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas. Também se comprometia a elaborar o Plano Nacional de Educação. Quanto à Educação Superior, tinha por uma das suas principais finalidades estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Investia na pesquisa e investigação científica e tecnológica e na participação no desenvolvimento da sociedade brasileira. A educação superior abrangeria cursos e programas: cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e extensão. Finalmente, o governo se comprometia a, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com diretrizes

e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

As universidades foram caracterizadas como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, e de domínio e cultivo do saber humano. Estabeleceu-se, também, o incentivo público ao desenvolvimento dos programas de ensino à distância e de educação continuada. Entretanto, as dificuldades financeiras das instituições de ensino superior eram crescentes.

Em relatório apresentado pelo reitor José Henrique de Faria, ao referir-se à UFPR, este aponta aspectos contraditórios:

Ao mesmo tempo em que, sustentada pela autonomia acadêmica, a UFPR buscou transpor fronteiras, viu-se presa por uma estrutura orgânica resultante da Reforma de Ensino de 1968; ao mesmo tempo em que procurou valorizar o planejamento das atividades e a racionalização administrativa, viu seu orçamento reduzido e sofreu a intervenção em seu sistema de gestão pessoal; ao mesmo tempo em que produziu novos conhecimentos em várias áreas do saber, conviveu com a reprodução interna de saberes descontextualizados; ao mesmo tempo em que participou de vitórias em lutas políticas nacionais importantes, não conseguiu fazer valer suas posições no que se refere à Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional.³⁸

Para atender a todas as determinações dessa lei, foi elaborado um Plano Institucional com a contribuição da comunidade universitária, por meio de discussões e debates. O Plano foi embasado nos seguintes princípios: defesa intransigente do ensino público e gratuito; luta permanente pela concretização do preceito constitucional de autonomia para as universidades brasileiras; atendimento às necessidades sociais por meio da defesa da pluralidade do conhecimento, da qualidade acadêmica, da permanente cidadania e da sustentação dos valores democráticos universais duramente conquistados.³⁹

O Plano pretendia, pois, cumprir o seu compromisso social, acreditando que uma universidade pública deveria investir na melhoria da qualidade de ensino. No entanto, não é possível fazer avançar um projeto sem pesquisas, sem extensão e sem uma infraestrutura acadêmica e administrativa de qualidade, pois em sua prática social a universidade encontra-se em uma situação privilegiada, a partir da qual pode detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da sociedade e, deste modo, sistematizar o saber, produzir e transmitir conhecimento, interagindo com esta.⁴⁰



O Campus Litoral da UFPR foi inaugurado em 16/05/2005.

Foto: Isabel Liviski



Inauguração do Campus Litoral com a presença de (da esquerda para a direita): Francisco C. Dos Santos, Prefeito Municipal; Tarso F. H. Genro, Ministro da Educação; Roberto Requião, Governador do Estado; Prof. Carlos Augusto Moreira Jr., Reitor; Max Rosenmann, Deputado Federal; Prof.^a Maria Tarcisa Silva Bega, Vice-Reitora; Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado e Selma Schons, Deputada Federal.

Foto: Isabel Liviski



Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR em Paranaguá. Apresentação do Coral na reinauguração do museu, em 27/10/2007.

Foto: Isabel Liviski

O diagnóstico da situação ambígua da UFPR, todavia, revelava questões igualmente preocupantes, sobretudo pela falta de vinculação do ensino de pós-graduação em seu próprio nível e com o ensino de graduação. Esse quadro agravava-se pela incompreensão do real significado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pela ausência de uma política institucional de pesquisa em todos os níveis e pelas dificuldades de avaliação e divulgação de seus resultados. Tal situação refletia a falta de uma política nacional de educação que integrasse os três graus de ensino, bem como a ação desarticulada do MEC, no que se referia ao financiamento dos cursos de graduação e pós-graduação, gerando uma escassez de recursos das agências de fomento. No nível estadual, o governo descumpria a determinação constitucional que mandava aplicar 2% da receita tributária em ciência e tecnologia (art. 205 da Constituição Estadual) e não se preocupava em estabelecer uma política de incentivo à ciência e tecnologia ou em criar uma fundação estadual de apoio à pesquisa.⁴¹

Na realidade, as políticas internas da UFPR buscavam garantir a inter-relação de ensino, pesquisa e extensão, ao reorganizar estrutural e administrativamente seus recursos, além de efetuar uma profunda análise institucional.

José Henrique de Faria afirmava à imprensa que: “...o ano de 1996 será lembrado nas instituições federais de ensino superior como um dos mais difíceis e de maior pressão por parte do Governo Federal. Apesar disso, na história da UFPR foi um ano de grandes avanços e melhorias significativas em todas as áreas...”⁴² Esclarecia ainda que o Plano de ação 1996 reorientou prioridades, além de definir metas para a consolidação dos vários programas, priorizando o que se refere à pesquisa, ensino e extensão. Assim, ações foram desenvolvidas visando à integração entre a graduação e a pós-graduação, ao incentivo aos cursos de especialização, mestrado e doutorado, ao incremento das atividades do Hospital de Clínicas e aos contatos com as universidades do Mercosul, evidenciando a crescente preocupação com a produção do conhecimento e sua articulação com a sociedade.

Apesar de enfrentar tantas crises, a UFPR teve também seus momentos de glória, de reconhecimento de sua importância diante da comunidade curitibana e paranaense. Uma dessas ocasiões foi aquela em que o prédio histórico da Universidade, na Praça Santos Andrade, foi apontado pela população como símbolo da cidade. Isso ocorreu em 1999, quando, após concorrer com outros pontos turísticos da capital, a Universidade

foi a escolhida pela população em votação pública. Dois anos depois, o prédio histórico da UFPR ganhou da Câmara Municipal de Curitiba o título oficial de “Símbolo da Cidade”. De acordo com o reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos, o prédio da UFPR sempre foi o símbolo da cidade. “A história do Paraná se confunde com a história da universidade; sem dúvida, o prédio faz parte da vida dos curitibanos e tem muito significado para o Paraná.”⁴³

Graças a convênios e verbas recebidas, foi então possível restaurar o prédio central. Em nota à imprensa, assim o reitor José Henrique Faria se referia à instituição: “Esse prédio é emblemático para a UFPR e representa parte importante da história de Curitiba, como cidade universitária. Portanto, sua restauração e revitalização como espaço cultural são muito importantes para todos nós”. Um convênio no valor de quatro milhões, firmado entre a instituição de ensino e a Prefeitura Municipal de Curitiba, possibilitou a restauração externa e interna do prédio. O prédio passou por muitas adaptações e reformas. Ainda segundo o reitor Faria, “Muitas vezes, se utilizou materiais impróprios para essas reformas ou adaptações. O próprio sistema elétrico foi ficando defasado, não comportando as sobrecargas acarretadas pela instalação de diversos laboratórios. O resultado foi a ocorrência de dois incêndios no prédio, em 1991 e em 1993, que tornaram necessárias as obras de restauração”. Observou ainda que os atos de vandalismo dos grafiteiros contra prédios públicos no final das contas são pagos por todos. Portanto: “É necessário que a toda população se conscientize da necessidade de ajudar a fiscalizar seus prédios e monumentos públicos, dificultando a ação dos vândalos”.⁴⁴

A AVALIAÇÃO DA UFPR

Desde a década de 1960, o movimento nacional de lutas dos docentes das universidades brasileiras vinha solicitando um programa de avaliação institucional, associado a um referencial de qualidade do ensino superior no país. Isso só ocorreu no final da década de 1980, quando se implantou o processo de avaliação na Universidade brasileira.

Na UFPR, tal processo foi iniciado em 1987, por um grupo encarregado de elaborar projeto de melhoria da qualidade do ensino de graduação, junto ao PADES/



Conjunto musical na reinauguração do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR em Paranaguá, 2007.
Foto: Isabel Liviski



Festividade de abertura dos 95 Anos da UFPR em 8/03/2007, com apresentação da Companhia de Dança Têssera. Foto: Isabel Liviski

MEC - Programa de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Superior. Os passos iniciais foram dados na busca da sistematização de ações avaliativas que se desenvolveram na própria Universidade, e para a configuração de um projeto político-pedagógico que viesse a estabelecer uma efetiva relação entre Universidade e Sociedade.

Na ocasião, a política de avaliação caracterizou-se pela continuidade e expansão das atividades avaliativas, a partir de um núcleo gerador, centrado no ensino de graduação e daí se disseminando no âmbito da Universidade. Visava consolidar um projeto político-pedagógico de universidade articulado à realidade social. Os objetivos eram amplos, abrangendo desde o debate nacional sobre a avaliação até a sistematização de diretrizes para avaliação institucional.

Em 1988, a comissão de Avaliação da UFPR publicou o primeiro número da série “Cadernos de Avaliação”. Esta trazia para o interior da Universidade os resultados do debate nacional sobre avaliação como estímulo, apoio e divulgação a experiências de avaliação de cursos. A iniciativa ocasionou um forte impulso às ações que vinham se desenvolvendo, apontadas como condição essencial para o desenvolvimento qualitativo do ensino superior.

Coube à gestão 1990-94 impulsionar as ações, no sentido da institucionalização do processo de avaliação, o que culminou, no final do período, na integração da UFPR na Comissão Nacional de Avaliação instituída pelo MEC, implantada a partir de 1994.⁴⁵ A Universidade, em sua função social e científica, deveria apresentar eficácia social de suas ações e eficiência de seu funcionamento, enquanto estrutura voltada ao ensino, pesquisa e extensão. O processo envolvia três aspectos associados: o projeto pedagógico, a estrutura curricular e o desempenho acadêmico dos docentes. Embora a ênfase recaísse sobre o ensino de graduação, a cultura avaliativa aos poucos se disseminava para os outros campos.

Em função dos resultados obtidos, estabeleceu-se um intercâmbio com as demais instituições universitárias do país, quando a UFPR passou a contribuir de forma direta na proposta nacional de avaliação. O documento oficial só foi divulgado em 1993 por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB, sendo implantado a partir do ano seguinte.

No período compreendido entre 1994 e 1996, ocorreu a consolidação do processo de avaliação, articulando áreas dos cursos de licenciatura, de projetos na área de laboratórios de ensino com as pró-reitorias e programas do MEC. A avaliação passou a

abranjer todos os aspectos da vida universitária, tendo como pressuposto a interação entre planejamento institucional e avaliação, como elementos orientadores de novas tomadas de decisão.

Nos anos seguintes ocorreu a expansão do processo de avaliação de caráter global, levando a questões desafiadoras, como o aperfeiçoamento das formas de ingresso na graduação e na pós-graduação, bem como as condições de mobilidade e permanência do corpo docente.

Nessa perspectiva, a UFPR, integrada a AUGM - Associação de Universidades Grupo Montevideu, passou a coordenar a “Avaliação Institucional”, abrindo perspectivas de intercâmbio de experiências e possibilidades de realização de avaliação externa.

Assim, por mais de uma década as ações avaliativas se desenvolveram num movimento crescente de valorização institucional, caracterizando-se pela continuidade e expansão. Essas transformações foram acompanhadas por novas abordagens de acordo com relatórios apresentados na UFPR.

A política de avaliação que vem sendo desenvolvida desde então, abrangendo praticamente três gestões administrativas, tem-se caracterizado pela continuidade e expansão das atividades avaliativas a partir de um núcleo gerador centrado no ensino de graduação que, paulatinamente, foi se disseminando e se consolidando em todo o âmbito da universidade. Pautada a uma concepção de avaliação comprometida com o resgate da qualidade em todas as dimensões, esta política tem como diretriz básica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico de universidade intrinsecamente articulado à realidade social.⁴⁶

Vários projetos foram elaborados, no sentido de minimizar o quadro apresentado e melhorar a qualidade de ensino. No entanto, o processo institucional de avaliação foi interrompido no período de 1998 a 2002, em função da mudança de orientação na gestão da UFPR, quando as ações ganharam novamente as características de ações isoladas e fragmentadas. Foi perdido, com isso, o elo de uma corrente que indicava um processo contínuo de autoconhecimento e um amplo campo de estudos calcados em análises sistemáticas do cotidiano da vida universitária.

A retomada das ações ocorreu em 2002, estendendo-se até o presente, e encontra-se inserida como um projeto estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional. O planejamento passou a ser assumido como processo permanente e concebido com a efetiva participação da comunidade, sendo indissociado da avaliação

institucional. Também ficou estabelecido como missão: “...fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano do Paraná e do Brasil”.⁴⁷

Colocaram-se como objetivos bem definidos a busca da eficiência acadêmica; a ampliação e consolidação da pesquisa e da pós-graduação e dos novos cursos de graduação; a promoção da inovação tecnológica, bem como a produção e disseminação do conhecimento; e, por fim, o aperfeiçoamento da gestão da Universidade. Como estratégias de apoio foram realizados eventos e reuniões, como o Seminário Internacional de Avaliação Institucional da Educação Superior e o Seminário Interno sobre Avaliação Institucional, além da retomada da publicação dos *Cadernos de Avaliação Institucional*.

Enfim, a UFPR buscou construir uma cultura de avaliação na qual a participação fosse a palavra-chave no processo de autoconhecimento e culminasse no aumento da qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados à sociedade. Esta cultura de avaliação seria pautada por princípios, como a gestão democrática e a autonomia, que visam consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da instituição.

NOTAS

- ¹ LACERDA, Antônio. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 87, 101.
- ² VELHO, Sylvia. **Universidade-Empresa, desvelando mitos**. São Paulo: Autores Associados, 1996. p. 5, 54.
- ³ VARGAS, José. Alguns aspectos da política nacional de ciência e tecnologia. **Química Nova**, São Paulo, n.20, p. 10-12. 1997.
- ⁴ ROCHA, Ivan. Reengenheirando o ensino de engenharia no Brasil. In: PONTE, M.; BELLESI, L. **O ensino de engenharia para o século XXI**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/ Universidade Federal do Pará, 1996. p. 18.
- ⁵ URBAN, Maria Lúcia. Dilemas da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 84, p. 14. jan./abr. 1995.
- ⁶ LOURENÇO, Gilmar; LEÃO, Igor. Tendências da economia brasileira e paranaense 1995-2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 86, p. 110-111. set./dez. 1995.
- ⁷ PARANÁ. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**, 1993. p. 6.
- ⁸ PARANÁ. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**, 1994. p. 96.

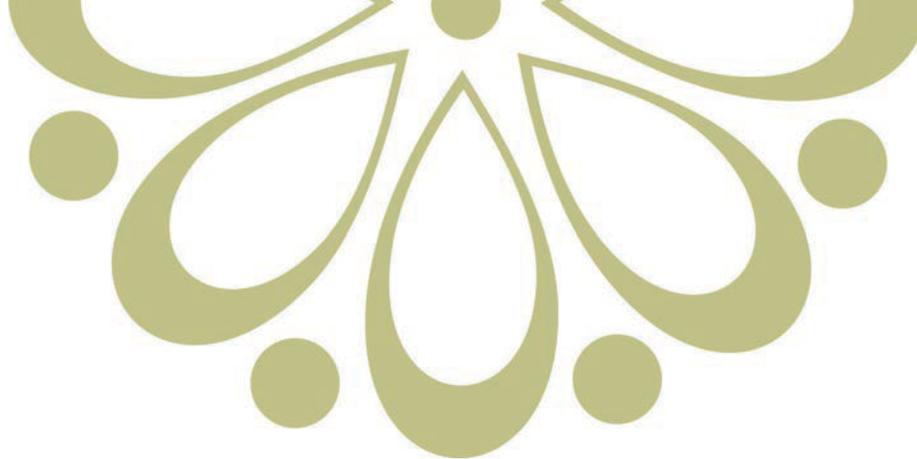
- ⁹ REVISTA DIREÇÃO. Curitiba, 1998.17. ed. p. 54.
- ¹⁰ PARANÁ. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**, 1989. p. 29.
- ¹¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 de junho de 1998.
- ¹² GAZETA DO POVO. Curitiba, 07 de agosto de 1997.
- ¹³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de dezembro de 1997.
- ¹⁴ MEC. Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. **Relatório Final**. Brasília: MEC, 1985. p. 3.
- ¹⁵ FÁVERO, M.L. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSIN, M.C. (Org.). **Universidade no Mercosul**: condicionantes e desafios. São Paulo: Cortez, 1994. p. 169.
- ¹⁶ Ibid., p. 171.
- ¹⁷ UFPR. **Rumos da Pesquisa**.1998. p. 131.
- ¹⁸ MEDINA, Cremilda. Seminário transdisciplinar. A crise dos paradigmas. **Anais**. São Paulo: ECA/USP, 1991. p. 46.
- ¹⁹ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 143.
- ²⁰ SANTOS, José Vicente dos. A nova organização do trabalho científico. In: MOROSINI, 1994. p. 179-81.
- ²¹ BRASIL. Presidente da República, 1985-1990. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. p. XVII.
- ²² UFPR. **Relatório, 1990-94**. Curitiba. p. 10.
- ²³ UFPR. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resoluções Vigentes -1**. Curitiba: UFPR, 1989.
- ²⁴ RAMALHO, Alcy. Universidade e desafios. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 dezembro 1985. p. 6.
- ²⁵ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 136.
- ²⁶ UFPR. **Relatório Anual de Atividades**, 1992. Curitiba, 1993. p. 16-17.
- ²⁷ SIQUEIRA, Márcia D. **Curso de Química**: 60 anos de história. Curitiba: UFPR, Setor de Ciências Exatas / Departamento de Química, 1999. p. 107-108.
- ²⁸ UFPR. PRPPG. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 142.
- ²⁹ INSTITUTO EUVALDO LODI. Núcleo Central. Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. **Realização da Política Nacional da Interação Indústria – Universidade (1969-1990)**. Rio de Janeiro, 1991. v.3. p. 12.
- ³⁰ UFPR. FARACO, Carlos Alberto. **Estatuto e Regimento Geral**. Curitiba, 1992. 98p.
- ³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL lança um catálogo relacionando pesquisas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 14 de novembro de 1991.
- ³² Id.
- ³³ UFPR. **Relatório**. Gestão 90/94. p. 7.
- ³⁴ UFPR. **Plano Institucional**. Gestão 1994/1998. Curitiba, 1994. p. 1.
- ³⁵ Ibid., p. 6.
- ³⁶ UFPR. CEP. **Resolução do CEP n. 30/90**.
- ³⁷ BRASIL. Governo de FHC/ Ministro Paulo Renato Souza.
- ³⁸ UFPR. **Relatório da Gestão 1994/1996**. Curitiba: UFPR/PROPLAN, 1996. p. 3.

- ³⁹ UFPR. **Plano Institucional**. Gestão 1994/1998. p. 6.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 1.
- ⁴¹ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 145-46.
- ⁴² GAZETA DO POVO. Curitiba, 12 de janeiro de 1997.
- ⁴³ GAZETA DO POVO, Curitiba, 14 de setembro de 2001. p. 12.
- ⁴⁴ RESTAURAÇÃO na UFPR quase pronta. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 19 de outubro de 1997.
- ⁴⁵ UFPR. **Avaliação institucional**: a trajetória de uma década. 1987-1997. Curitiba: UFPR, 1998.
- ⁴⁶ UFPR. **Avaliação Institucional**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 14.
- ⁴⁷ UFPR. **Plano de desenvolvimento institucional**. Curitiba: UFPR, 2007-2011.

7



Blank Page



UFPR RUMO AO FUTURO

CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO (PÓS-2000)



Os problemas de ordem social e econômica enfrentados no final do governo FHC, reavivaram antigas questões políticas, levando ao poder o partido dos trabalhadores, movidos por um sentimento de mudança e transformações. No entanto, o tom da esquerda que chegou ao poder em 2003 era bem mais reformista que revolucionário. Revelou-se o governo Lula, em muitos aspectos, uma continuidade de diversas posturas adotadas pelo governo anterior, a exemplo do Plano Real, no qual medidas econômicas conservadoras dividiram espaço com programas sociais e assistencialistas e a criação de bolsas (família, escola, fome zero) que deram o caráter popular do governo. O programa Bolsa Família foi considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, juntamente com o programa Fome Zero.¹ Todas essas ações integradas resultaram na retomada do crescimento do país e na redução da pobreza e da desigualdade social.²

Houve um avanço das atividades em vários setores da economia a partir de 2007, impulsionadas pelas melhores condições de renda e pela expansão de crédito. Isso propiciou um crescimento do desempenho da agropecuária na produção de alimentos, da indústria, sobretudo no setor automobilístico e na construção civil, gerando novos empregos.

No plano internacional, o país teve destaque por sua articulação política em defesa dos países em desenvolvimento, além da integração da América do Sul com a expansão

do Mercosul. Segundo análise do historiador Paulo Vizentini, o Mercosul “... representou o primeiro processo de integração sul-americano, e também latino-americano, a obter resultados concretos e a abrir alternativas regionais para uma melhor inserção internacional dos países do Cone Sul, nos quadros de uma ordem mundial emergente.”³

Apesar do ambiente favorável, uma série de escândalos e acusações de corrupção política entrou em cena a partir de 2005 (bingos, mensalão, cartões corporativos etc.), abalando o desempenho do governo, e isso se refletiu em diversas áreas como segurança, infraestrutura, saúde e educação.

A partir do final de 2009, o país foi atingido pela crise financeira mundial, acarretando o corte de investimentos em diversos setores e alcançando órgãos e serviços como os Correios e a ANAC, órgão regulador da aviação civil. Além disso, chegou também ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido a partir de 2007, que visava ao crescimento da economia brasileira, contando com altos investimentos e reformas administrativas e legislativas. Apesar do esforço, o programa ainda apresenta problemas de execução e atrasos, com investimentos considerados insuficientes para a demanda do país em várias áreas básicas.

Com o governo de Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a Presidência da República, houve um compromisso de continuidade dos programas anteriores, na busca pela “... erradicação da pobreza extrema e da criação de oportunidades para todos”, de acordo com seu discurso de posse. Tudo isso exigiu a ação integrada dos governos federal, estadual e municipal. Para isso, o governo efetuou ajustes, cortando verbas, gastos e controlando a inflação, sem falar no combate à corrupção. No entanto, a educação, o combate à fome e à miséria vem recebendo especial atenção.

Nesse contexto político, apesar do ajuste das verbas públicas, o Paraná apresentou crescimento econômico, assumindo a 5ª posição do PIB no país, em 2007, representando 5,90% do PIB nacional no ano de 2005, contra 6,4% em 2003. Enquanto o Paraná teve uma população da ordem de 10.439.601 habitantes em 2010,⁴ sua capital Curitiba ocupa a 8ª posição entre as cidades do país, com 1.764.540.⁵ A crescente urbanização vem transformado várias regiões do Estado, além da capital, em importantes polos industriais, a exemplo de Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel etc.

A economia dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba está entre as maiores do Estado. Em razão do dinamismo da indústria e dos serviços, Curitiba,

Araucária e São José dos Pinhais são os municípios mais representativos no PIB do Paraná. No interior do Estado, Londrina e Maringá apresentam forte presença da agroindústria e nos serviços, enquanto em Foz do Iguaçu sobressaem as atividades direcionadas ao turismo e à produção de energia elétrica. Já no litoral, Paranaguá se destaca pelas atividades referentes ao seu porto e à exportação de produtos.

Atualmente, o Paraná é o maior produtor nacional de grãos e apresenta uma pauta agrícola diversificada. A utilização de avançadas técnicas agrônômicas coloca o Estado em destaque em termos de produtividade. Soja, milho, trigo, feijão e cana-de-açúcar sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas. Quanto à indústria, ocorreu crescimento na produção alimentícia, produtos químicos, madeireiros, metal-mecânicos, têxteis etc., além de empresas de grande porte, como as montadoras do setor automobilístico da Volkswagen-Audi e da Renault.

Por meio do Centro de Exportação do Paraná (CEXP) e da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), o Estado vem estimulando o comércio exterior.

O Estado também apresenta importante infraestrutura, com sua rede viária, elétrica e de comunicações, além da técnico-científica, que conta com institutos de pesquisa e desenvolvimento, incubadoras e parques tecnológicos, e instituições de ensino superior. Todo esse cenário foi consolidado ao longo das últimas décadas, principalmente em torno de Curitiba e dos principais polos regionais do Estado. São entidades preparadas para atender à demanda das mais modernas e variadas atividades da agropecuária, da indústria e de serviços, observando os padrões de exigência internacional.

ENSINO SUPERIOR & NOVA ABORDAGEM

A educação, embora seja uma das prioridades do governo, tem se revelado tímida, o que pode ser avaliado por meio das políticas e programas que garantem a democratização do acesso, a permanência e o sucesso na educação básica e também no ensino superior em todo país.

Com o programa Avança Brasil–Mais, quatro anos de desenvolvimento para todos, lançado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a principal meta para o ensino superior era o aperfeiçoamento do fluxo do ensino fundamental e médio, que motivava o ingresso ao ensino superior e deveria atingir um aumento de 30% nas matrículas, incluindo instituições públicas e privadas. Isso foi justificado pela abertura indiscriminada de entidades do ensino pago, segundo os analistas. Faltava ainda a ampliação do programa de crédito educativo para as instituições privadas, mediante o Fundo de Financiamento ao estudante Superior (FIES), criado pelo MEC em 1999.

Em relação às universidades públicas federais, a meta foi ampliar o número de vagas em 40%, alcançando 560 mil alunos em cursos de graduação em 2002, porém este índice não foi alcançado, bem como não se concretizou a promessa de autonomia universitária plena, englobando os aspectos administrativos e financeiros.

Apesar disso, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁶ foi um marco importante, da mesma forma como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Acrescentem-se ainda a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a avaliação do livro didático; avaliações educacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Provão e o Enem, que representaram a preocupação com o avanço da qualidade do ensino.

A educação passou a ser item prioritário na agenda da sociedade brasileira, reconhecendo-se a sua importância para a vida cidadã e o crescimento do país. Entre 1999 e 2007 o Brasil liberou anualmente em torno de 4% a 7% de seu PIB para o setor bancário, como pagamentos de juros; e em média 4% para a educação, sendo 3,1% para a educação básica e apenas 0,9% para o ensino superior. Isso deixa evidente a crise financeira nas Instituições de Ensino Superior (IES), com a falta de recursos, investimentos e novas verbas para contratações. Tal descompasso ocorreu, segundo analistas, pelo fato de a área econômica destinar os investimentos para a educação, e não o MEC.⁷

É evidente que se o ensino público brasileiro depende de recursos do Tesouro Nacional, a qualidade acadêmica tem estreita relação com o Orçamento Geral da União. Segundo a análise da equipe administrativa da UFPR, era preciso, contudo, “... tratar os gastos com o ensino público em geral e com o ensino universitário e particular, como o mais decisivo investimento estratégico para o desenvolvimento do país e não como

despesa pública, porque estas instituições intervêm qualitativamente na prática social mais ampla e porque a educação é um direito social inerente à condição humana.”⁸

Diante das evidências, em dezembro de 2003, tem início a reforma da educação superior, priorizando quatro aspectos: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária. Como solução, propunha-se um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais, e uma reforma universitária mais profunda. Quanto às instituições federais de educação, o grupo de trabalho interministerial apontava a necessidade de reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, educação a distância, autonomia universitária e financiamento.⁹

A ampliação do quadro docente foi articulada com o aumento de vagas para estudantes de graduação nos mais diversos cursos, sobre o que Martins e Balduino comentam:

Nesses últimos anos, cumprindo uma missão a mais, as Universidades Federais, em um vigoroso processo de crescimento, estão duplicando o número de vagas. Por isso, investimentos importantes estão sendo aportados, bem como a contratação de pessoal para garantir a expansão e a inclusão com qualidade. Entretanto, sabemos que este esforço é insuficiente para atender à demanda.¹⁰

Pretendia-se chegar a 2,4 milhões de vagas no sistema federal até 2007. A educação a distância foi uma estratégia para os limites da educação presencial, uma vez que a universidade pública brasileira não comportava o volume de vagas de forma maciça em médio e curto prazo. Segundo o ministro da educação, Cristovam Buarque, era preciso uma “revolução no conceito de universidade”, que passava pelo ensino a distância, o que possibilitaria a implantação da universidade do século XXI, a universidade aberta, sem muros e sem campus fisicamente definido, cujas aulas seriam transmitidas pela internet, televisão e sistema de rádio, enfim, aberta ao mundo.¹¹

Outro fator importante para as IES enfrentarem a crise, que as assolava, era a garantia da autonomia universitária, retirando as amarras que impediam as universidades de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Em relação ao financiamento, concluiu-se que as instituições federais deixaram, há muitos anos, de contar com um programa específico para recuperação predial e aquisição de equipamentos para seus laboratórios e bibliotecas.

Essa crise comprometeu todas as instâncias da estrutura e todas as células do tecido social, entretanto algumas áreas foram afetadas mais que outras. A UFPR também foi atingida pela crise, cujos reflexos puderam ser percebidos: na insuficiência de recursos orçamentários para a expansão e a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; na baixa remuneração de seus servidores docentes e técnico-administrativos; na falta de autonomia para gerir seus recursos financeiros e de pessoal; na excessiva burocratização imposta pela avalanche de normas impeditivas da agilidade e da eficácia administrativa e que não garantiam o controle social qualitativo da gestão; na ausência de uma política nacional de educação e de saúde que apontassem para um projeto de melhoria das condições de vida e de construção de uma sociedade de cidadãos livres.¹²

Para muitos, da Andifes tudo sendo reflexo da “... ausência de Política de Estado para a Educação, as consequências não poderiam ser diferentes, isto é, o desenvolvimento de uma visão de Educação fragmentada, que priorizava um nível de ensino em detrimento aos demais. Na esteira desta história, é preciso registrar o quanto nossos profissionais da Educação, em todos os níveis foram afetados, desvalorizados, reprimidos, gerando em todo este exército de nobres atores uma desmotivação geral. Hoje é praticamente impossível motivar nossos jovens a escolher a carreira docente.”¹³

Conclui-se que a desconsideração do contexto histórico e da realidade brasileira proporcionaram diagnósticos simplórios, que prejudicaram a avaliação da educação. No caso das instituições federais de ensino superior, esse vício induziu erroneamente à conclusão de falta de qualidade, má gestão e de alto custo.

No entanto, segundo o governo, a principal mudança foi de ordem filosófica, ao enxergar a educação como um sistema, no qual os níveis, as etapas e as modalidades foram analisados em conjunto. Superaram-se os entraves entre educação básica, ensino médio, educação superior e profissionalizante.

Considerando que a tendência mundial em educação é a de substituir a produção de conhecimento para formar uma força de trabalho mais flexível e desregulamentada, “o padrão de educação superior foi mundializado e chegou ao Brasil. Esse padrão compreende, de fato, que a educação é um negócio. Pode ter alguma regulamentação, mas é um campo aberto para lucro”, segundo Roberto Leher.¹⁴

A política adotada foi a de expansão das universidades federais, ou seja, a interiorização da Universidade em todas as regiões do país. Isso não significava apenas

a instalação de novas unidades ou *campi*, mas uma política de desenvolvimento; de levar conhecimento e tecnologia a lugares que nunca tiveram acesso a eles. Aumentam-se a produtividade, o emprego e a renda nas regiões escolhidas, contribuindo para a melhoria da realidade local.

Além da interiorização, o governo criou onze universidades públicas federais até setembro de 2009. No ano seguinte, foi a vez da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu, região da tríplice-fronteira, contando com a participação de brasileiros, paraguaios, uruguaios e argentinos. Estima-se, segundo o deputado federal relator do projeto, que “... o total de estudantes de graduação e pós-graduação na UNILA deve chegar a 10 mil em cinco anos. O de professores e técnicos, a 500. Metade dos alunos e professores serão brasileiros, e os demais, dos outros países da América Latina. A UNILA se insere no processo de integração com os países membros e associados ao Mercosul. Será um centro de referência do conhecimento latino-americano que contribuirá para colocar o Paraná no centro intelectual do continente.”¹⁵

No ensino técnico e tecnológico, também foi adotada a mesma política de interiorização e expansão. Na última década, foram criadas 214 novas escolas técnicas no país, visando contribuir para a dinamização das economias locais.

Até agosto de 2010, os investimentos com educação passaram de 60 bilhões de reais, garantindo 113 mil vagas gratuitas em universidades federais. Entretanto, o investimento em educação foi considerado insuficiente pelos especialistas, levando-se em conta a realidade do país. Outro aspecto criticado foi o de que a expansão das universidades federais não impediu o crescimento do ensino superior privado, nem a mercantilização da formação.

Mas também não se podem negar as mudanças ocorridas, como: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o acréscimo de um ano no ciclo do ensino fundamental, a Reforma Universitária que engloba programas e medidas provisórias como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Ensino a Distância, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as Parcerias Público-Privadas (PPP) e a Educação Profissional, entre outras medidas.

Quanto ao REUNI¹⁶ (o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), ele tem como meta o apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais, ampliando o acesso e a permanência no ensino superior. Foi motivado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo era duplicar a oferta de vagas no ensino superior público. Porém, este se encontra atrelado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que limita gastos com pessoal nas universidades públicas.

Dentre todas essas medidas, vale destacar o Programa Universidade para Todos (PROUNI),¹⁷ que oferta bolsas de estudo, as quais posteriormente foram estendidas às instituições privadas. Segundo o MEC, esse é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. Pode-se constatar isso observando que, no período compreendido entre 2005 e 2009, o ProUni ofertou quase 600 mil bolsas de estudo em aproximadamente 1,5 mil instituições de ensino em todo o país, que, por sua vez, receberam o benefício da isenção de tributos. O aspecto mais grave desses programas é que eles não preveem mecanismos de controle sobre a qualidade dos cursos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)¹⁸, instituído desde 2004 com o objetivo de conduzir o processo de avaliação da educação superior dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes, leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social da instituição e do corpo docente. Os resultados obtidos serviram para realimentar o sistema mediante correções e ajustes, além de embasar políticas públicas. Segundo a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o SINAES propôs-se a “... conduzir estudos que viabilizem um novo olhar sobre a essência de uma proposta de fazer universitário como elemento de sustentação de uma política de qualidade e inclusão social, formulando estratégias de ação, que garantam as universidades como espaços públicos de educação e (in) formação de cidadãos.”¹⁹ Era preciso buscar uma Universidade com menos evasão e mais responsabilidade social por parte de alunos, professores e servidores. Isso poderia ser motivado pelo impacto do desenvolvimento e estímulo à formação do conhecimento nos processos formativos, pela necessidade de a universidade repartir com a sociedade os resultados de suas pesquisas e toda produção do conhecimento que ocorre nas salas de aulas e nos laboratórios, contribuindo de forma decisiva para a resolução dos problemas locais, regionais e nacionais.

**Obras do REUNI no
Campus Jardim Botânico, 2012.**
Foto: Rodrigo Juste Duarte



Centro de Estudos do Mar, 2011.
Pontal do Paraná.
Foto: Rodrigo Juste Duarte



**Vista de como ficará o campus
Rebouças no cruzamento da
João Negrão com a
Sete de Setembro, 2011.**
Revista Notícias da UFPR,
n.51, p. 7, março de 2011.



A Lei de Inovação Tecnológica²⁰, que dispunha sobre o incentivo à pesquisa científica e tecnológica em busca de inovações, apresentou então uma nova abordagem. De acordo com essa lei, as verbas eram repassadas às universidades, o que está na contramão mundial, uma vez que essa iniciativa pertence às empresas. Os professores passam a ser empreendedores e as instalações universitárias são cedidas às empresas, com ônus para o Estado. As pesquisas financiadas pela lei são sigilosas, ferindo a autonomia da universidade, indo de encontro à Constituição Federal. Acrescentem-se a isso ainda as Parcerias Público-Privadas (PPP)²¹, que regulamentam as licitações e contratações desta parceria no âmbito da administração pública e efetuam o investimento que o setor público deixou de realizar.

Para os especialistas, a universidade brasileira está com sua identidade seriamente ameaçada, principalmente a pública, por ser um patrimônio da sociedade. A educação superior, sendo um bem político público, não pode ser vista como um bem econômico de caráter privado. Por esse motivo, as políticas públicas para a educação superior não devem ser entendidas como “gasto”, e sim como investimento da sociedade para a sociedade, uma vez que contribui significativamente para a soberania da nação e preservação de sua identidade cultural.²²

Nessa perspectiva, a maioria dos projetos do governo Dilma Rousseff estabelece a continuidade de projetos e leis dos governos passados, que entendem educação como uma questão de Estado, capaz de promover o crescimento da nação.

No Paraná, a rede de instituições públicas e privadas oferta condições para a qualificação de mão de obra, tanto em nível médio como em nível superior. Em 2009, o Estado possuía 183 estabelecimentos de ensino superior, contando com 35.494 alunos só nas escolas públicas federais.

O maior centro universitário do Estado concentra-se em Curitiba, com a tradicional Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), além da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Universidade Positivo (UP), do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Curitiba conta ainda com a Faculdade Evangélica do Paraná (FEPAR), a Faculdade de Artes do Paraná (FAP), a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), o Centro Universitário Franciscano do Paraná (UniFAE), o Centro Universitário Campos de Andrade

(UNIANDRADE), as Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil), a Faculdade Metropolitana de Curitiba (FAMEC), a Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), a Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER), a ESIC Business & Marketing School (ESIC), as Faculdades Integradas Espírita (UNIBEM), o Centro Tecnológico (OPET-FAO/CET), a Faculdade Dom Bosco, a Faculdade Doutor Leocádio José Correia (FALEC) e o Instituto Tecnológico e Educacional (ITECNE). Em outras regiões do Estado, destacam-se as universidades estaduais: em Ponta Grossa (UEPG), em Londrina (UEL), Maringá (UEM), Guarapuava (UNICENTRO), Cascavel (UNIOESTE), Cornélio Procópio (UENP).

Tudo indica que se vive num momento histórico caracterizado pela tendência de expansão e democratização do ensino superior, em um processo de ampliação de vagas, mudanças no perfil da população atendida e, conseqüentemente, de construção de alternativas metodológicas e organizativas de acordo com natureza institucional no país. Contudo, esse processo não foi acompanhado pelo fortalecimento da pesquisa e da extensão, demonstrando um crescimento desordenado com a abertura de cursos pelo MEC, acirrando a concorrência e fracionando recursos e nem sempre garantindo a qualidade desejável.²³

Segundo Schwartzman, esse quadro pode melhorar à medida que os profissionais da educação e instituições ofereçam cursos mais flexíveis e menos especificistas, favorecendo o ingresso no mercado de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa e a valorização da extensão.

UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS

Como as demais instituições de ensino superior do país, a UFPR passou por processos de crise nos mais diversos níveis, desde a falta de pessoal até a falta de recursos financeiros. Ante esse quadro caótico, era preciso que a instituição efetivasse o seu projeto de autonomia e institucionalizasse parcerias, cumprindo seu papel atuante junto à comunidade.

A inserção do Brasil na era da revolução científica e tecnológica, determinada pela globalização, exigiu respostas aos desafios postos, e por isso não foi possível deixar

de ouvir a palavra da universidade. No âmbito do Estado do Paraná, diante dos novos paradigmas impostos pela passagem de uma economia de estrutura agroindustrial para uma economia basicamente industrial, foi fundamental a parceria com a universidade que, com as suas excelências e competências, contribuiu decisivamente para os saltos de qualidade dos programas governamentais.²⁴

Em âmbito mundial, as universidades públicas passaram a ser alvo de políticas que objetivavam reduzir sua participação nos gastos públicos. Isso ocorreu mediante um discurso que minimizava sua importância ou mesmo responsabiliza as universidades por privilégios ou por consumir recursos escassos, a ponto de privar crianças do ensino básico. “O que era considerado um direito fundamental do cidadão e um valor essencial da civilização passou a ser tratado como um serviço semelhante a qualquer outro na sociedade.”²⁵

A educação passou a ser vista como mercadoria. Com isso, ocorreu um achatamento de recursos e verbas, acompanhado de cortes orçamentários. Contudo, paradoxalmente, surgiu a recomendação do Banco Mundial no sentido de ampliar a demanda para o ensino, para o aumento do financiamento privado e para a diversificação das fontes de financiamento.

Nessa perspectiva, a discussão sobre a universidade pública ocupou grande espaço na mídia. A vitalidade da instituição Universidade se manifestava como espaço de reflexão e de organização política.

Na esfera do setor público, imperava, pela Reforma Administrativa da Previdência e da Autonomia das Universidades, a mesma lógica da diminuição do papel do Estado, enquanto prestador de serviços públicos. Pretendia-se reduzir custos, enxugando o quadro de servidores públicos, quer pelo plano de demissão voluntária, quer pelo não preenchimento das vagas por concurso público e terceirização dos serviços, quer pelo arrocho salarial, pois o governo federal numa política de não conceder reajustes, forçou muitos servidores a abandonarem o setor público. Os professores em todos os níveis de ensino encontraram-se diante de um quadro de incertezas. Entretanto, embora em seus discursos os governos reconhecessem que os professores eram peças-chave para enfrentar mudanças, pois preparavam as gerações futuras para o domínio das transformações econômicas e culturais, não garantiam condições de trabalho e de salário, e com isso geraram instabilidade, quanto ao futuro da categoria. As instituições federais de ensino

superior, responsáveis por 96% da pesquisa em âmbito nacional, encontravam-se num processo de desmonte sem precedentes. Os acordos feitos pelo governo brasileiro, por exigências das agências internacionais (Banco Mundial e FMI), obrigavam à privatização progressiva dessas instituições, forçando-as, dentro da lógica neoliberal, a buscar no mercado recursos para a sua manutenção, condicionando a pesquisa aos interesses imediatistas e relegando seu papel estratégico para o futuro do país.²⁶

Nesse sentido, as mudanças político-econômicas no panorama mundial introduziram uma nova ordem global, fazendo com que a América Latina discutisse sua forma de inserção no mercado internacional, superando divergências e buscando a união. Essa intenção consubstanciou-se em alguns países do continente, com a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul – em 1991), que procurava estabelecer um bloco econômico composto inicialmente pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Entretanto, esta integração enfatizava não só o aspecto econômico, mas também social, cultural e científico, ao conjugar uma associação entre o Estado, o setor produtivo e as Universidades.²⁷

No entanto, a integração da universidade com o mundo globalizado exigia novas tomadas de posição. Segundo Comninos, “... o papel da Universidade no processo de integração do Mercosul está no estágio da discussão. Os seminários que têm reunido órgãos e instituições universitárias que desenvolvem estudos específicos sobre o tema questionam as perspectivas do processo de integração e tentam se articular à política ministerial materializada no projeto Mercosul Educacional”.²⁸

Tornou-se evidente que nenhum país alcançaria sua plena soberania, a sua identidade como nação, sem o suporte científico, tecnológico e cultural proporcionado pela universidade. Num país emergente como o Brasil, mesmo sem autonomia, as universidades públicas continuavam produzindo 90% das pesquisas, e isso ocorria apesar da aguda crise por que passavam. Diante de uma conjuntura de longa duração, a universidade, nesse “... admirável mundo novo da globalização acaba sendo envolvida por uma situação complexa: a sociedade lhe impõe exigências cada vez maiores em termos de ensino, pesquisa e extensão, e que buscam ser atendidas, numa fase em que mais se acentuam o arrocho salarial e o desfinanciamento do ensino superior público federal”.²⁹

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia do governo de Fernando Henrique Cardoso, as universidades se singularizam, nesse campo, como esteio de uma

reconhecida tradição na formação de cientistas e pesquisadores e na produção de conhecimento, apoiadas em projetos, tanto próprios quanto compartilhados com empresas privadas. Ganhava importância estratégica a visão integradora do “Avança Brasil”. Esse programa continha a indicação pertinaz de que “... o desenvolvimento requer interferências e correções harmonizadas, em oposição às escalas pequenas e isoladas, que são atrofiadoras”.³⁰

Cabia à UFPR, diante dos múltiplos fatores que condicionaram o desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas, além de formar o profissional/cidadão e produzir pesquisas de qualidade, desempenhar um papel ativo de iniciação e renovação nos amplos domínios do saber e aplicá-los em todo o corpo social. Com competência reconhecida nacional e internacionalmente, era óbvio que a principal referência da UFPR seria a sociedade paranaense.

Contudo, para atender a esses objetivos, a universidade deveria voltar-se também para os aspectos externos de forma mais ativa. Nesse momento, passou a desenvolver atividades conduzidas junto à Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e a participar na elaboração do Projeto Eurames de desenvolvimento do ensino superior, financiado pela UNESCO. Da mesma forma, vinha assessorando a Secretaria Executiva do Grupo Montevideu no planejamento das ações necessárias à elaboração de um modelo de avaliação institucional desta associação. “A AUGM foi criada em 1991 e tem por finalidade fomentar os processos de integração regional, fortalecendo a capacidade de formação de recursos humanos, pesquisa e transferência do saber. Realiza atividades de educação continuada e a distância, pretendendo consolidar massas críticas de pesquisadores em áreas estratégicas.”³¹

Em relação à ação conjugada técnico-científica, a FUNPAR e a UFPR implantaram o escritório de Relações Externas (ERE), objetivando realizar contatos com entidades governamentais e privadas, nacionais e estrangeiras. Entre elas, com as universidades do Chile, da China, além daquelas do grupo de Montevideu. Num período de crescente globalização da economia, Curitiba, cidade-sede da UFPR, apresentava-se como núcleo estratégico para o MERCOSUL. Sua universidade coloca-se numa posição multifuncional, realizando atividades de formação profissional, treinamento, cooperação com o setor produtivo, assessorias, prestação de serviços, ação cultural e produção do conhecimento científico. Revelava-se, dessa maneira, fundamental para o desenvolvimento

econômico, social e cultural da sociedade paranaense. A UFPR tornou-se também uma das universidades brasileiras a receber Cátedras da UNESCO, sendo uma em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e outra em Cultura para a Paz, interligadas à AUGM (Montevideu).

Segundo a FUNPAR, a instituição Universidade pressupõe o domínio do conhecimento especializado em inúmeras áreas. Este conhecimento não só deve estar disponível para a transferência, via ensino, como também por meio da pesquisa e das atividades de extensão. Apesar disso, é comum constatar-se a dificuldade da integração Universidade-sociedade, para a qual todo este conhecimento deve estar orientado. Isso ocorre, em grande medida, pelas amarras burocráticas a que está submetida a estrutura administrativa da instituição universitária, que alcança a pesquisa e também a extensão. A solução surgiu com a criação de uma fundação de apoio às atividades da Universidade. Instituída na forma jurídica de direito privado, essa fundação de apoio ganhou agilidade para estabelecer a tão desejada integração entre a instituição de ensino e os setores da sociedade que desejavam acessar o conhecimento técnico-científico que se reproduzia nas salas de aula, nos laboratórios, nos centros de pesquisa.³²

Mediante parcerias estabelecidas por convênios ou outros instrumentos jurídicos, as empresas e as universidades “... podem alavancar o processo de desenvolvimento de novas tecnologias para atender as demandas da economia globalizada, cooperando técnica e cientificamente com o desenvolvimento da nação. Intensificar esta relação pode conduzir a indústria nacional a reduzir a dependência e a subserviência excessiva às tecnologias estrangeiras. A universidade só tem a ganhar interagindo com as empresas. A parceria com o setor produtivo, longe de ser uma distorção nas funções e objetivos da universidade, como dizem alguns, pode se transformar em uma fonte complementar de recursos para atender às demandas da comunidade universitária.”³³

Nessa nova visão, a UFPR possui diversos programas que a inserem regional, nacional e internacionalmente no âmbito da graduação, pós-graduação e do ensino profissionalizante. Em 2002, foi criada a Rede Integrada de Educação Pública (RIEP), que estabelece a articulação entre a Universidade Federal do Paraná e as escolas das redes públicas municipais e estaduais, com o objetivo de desenvolver ações educacionais, culturais e de extensão, promovendo a integração entre o ensino fundamental e o ensino superior. Conta com a participação de docentes e discentes que consideram o ensino na sua integralidade.

Em 2003, a Universidade Federal do Paraná criou o Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores (CINFOP), que integra a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (MEC/SEB/DPE), na área de gestão e avaliação.

A Universidade mantém ainda um programa de mobilidade acadêmica, o qual possibilita o intercâmbio entre alunos de instituições públicas e tem por finalidade ampliar a experiência acadêmica dos estudantes, propiciando a oportunidade de conhecer novas realidades e buscar o enriquecimento de sua formação. A ANDIFES adotou o modelo da UFPR em 2003, denominando-o de Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil. Este permitiu que a mobilidade fosse realizada entre as IFES interessadas. Na UFPR, o programa se estendeu para estudantes e docentes das universidades públicas do Paraná.

No que se refere à inserção internacional, a UFPR tem participado ativamente de consórcios, entre os quais se destacam: o Grupo Montevideu, que tem como foco central o Mercosul e engloba instituições públicas do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile; e o Grupo Tordesilhas, do qual participam instituições da Espanha, Portugal e Brasil.

Por meio da Assessoria de Relações Internacionais e do Sistema Integrado de Relações Internacionais, compostos por representantes de todos os setores da instituição, promove-se a consolidação estratégica dos acordos de cooperação tradicionais, além de criar novas oportunidades com instituições de países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos economicamente. Nesse sentido, foram geradas novas oportunidades de cooperação e intercâmbio estudantil com universidades da Ásia, América do Sul e África.

O número de intercambistas aumentou, consideravelmente, num trabalho iniciado desde 2004. Cinco anos depois, já eram setenta e cinco alunos estrangeiros inseridos em cursos na UFPR, e cento e vinte e nove acadêmicos brasileiros em outros países. A procura cresce ano a ano, segundo o reitor Zaki Akel Sobrinho, “... este crescimento de intercâmbio é fruto de uma política de aprofundamento das relações internacionais.” E completa, “... a política de internacionalização da UFPR vai ser muito fortalecida nesta gestão porque representa oportunidades de crescimento mútuo de nossos alunos e docentes na relação sinérgica com universidades de todo mundo.”³⁴

Esses acordos contemplam cooperação científica e tecnológica, intercâmbio acadêmico e interação cultural.³⁵

A Universidade Federal do Paraná é signatária de um Protocolo do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação, que concede vagas para alunos oriundos de países latino-americanos e de língua portuguesa e demais países em desenvolvimento – Programa PEC-G.

Em termos de pesquisa e pós-graduação, a Universidade Federal do Paraná ocupa lugar de destaque no aparato científico tecnológico do Estado, considerando ainda que o país ocupa o décimo terceiro lugar no *ranking* da produção de artigos científicos mundiais. No entanto, o mapa referente à pós-graduação, à pesquisa e à distribuição de pesquisadores, a exemplo dos indicadores econômicos e sociais, demonstra assimetrias regionais, a serem superadas. As universidades federais nasceram, resistiram e agora se tornam instrumento do Estado para formulação e implementação de políticas públicas.³⁶ É também por meio da pesquisa e da produção que as universidades federais podem propor soluções aos problemas nacionais.

Torna-se evidente o papel da UFPR na produção nacional, justamente, por manter convênios com a Europa (Alemanha, Espanha, França, Itália, Polônia, Portugal, Rússia, Ucrânia); convênios com a América (Argentina, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, México, Paraguai e Uruguai); convênios com a África (África do Sul, Angola) e com a Ásia (China e Japão). É importante salientar que a universidade colabora com várias instituições, seja por meio de projetos de pesquisa, seja pela interação em programas de Pós-Graduação Interinstitucionais. Muitas vezes, isso ocorre de uma iniciativa de solidariedade com outras instituições que também buscam aprimoramento institucional; tudo isso permitiu a formação de grupos de excelência em várias áreas. Esses intercâmbios incentivaram o aumento de estudantes estrangeiros, que buscaram na UFPR a oportunidade de complementar sua formação, bem como a presença de pesquisadores estrangeiros, visitantes ou não na Instituição.

Além disso, é crescente o número de docentes que apresentam o resultado de seus trabalhos em eventos internacionais. Também os pós-graduandos de diferentes programas têm participado do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) por meio de colaborações científicas, além de iniciativas que permitem a bititulação e a participação nos programas de cooperação bilateral.³⁷ Com isso, a instituição tem se firmado como uma das importantes universidades no cenário nacional.



Prédio histórico enfeitado por ocasião do Natal, 2005. Foto: Rodrigo Juste Duarte.



Festa de 99 anos da UFPR, 19/12/2011
Foto: Rodrigo Juste Duarte



Em síntese, a UFPR abriu-se para a sociedade e, sobretudo, compreendeu que é patrimônio de todo o povo brasileiro, que existe para servi-lo, para abrir novas perspectivas de desenvolvimento humano e para auxiliar a construir uma nação soberana, desenvolvida e igualitária.

UNIVERSIDADE & NOVOS DESAFIOS

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado pelo governo do presidente Lula da Silva, centrado no favorecimento do setor financeiro empresarial e nas promessas às classes menos favorecidas, assiste-se a uma abertura na forma de acesso às instituições públicas de ensino superior em todo o país. O debate que se apresentou envolvia não só especialistas em educação, mas também a sociedade de modo geral.

Entretanto, a proposta sobre o aumento de ofertas de vagas no ensino superior não levou em consideração a relação numérica de professor/aluno, nem o aumento de verbas destinadas às IES, nem mesmo o espaço físico, sem falar na proposta de instalação em tempo recorde de novas instituições federais de ensino superior no país.

Com essa visão, as universidades públicas foram chamadas a contribuir e participar dessa nova tomada de posição. Considerando que se tratava de universidades públicas, a sociedade brasileira é reconhecidamente sua real proprietária e mantenedora. Houve um esforço e preocupação crescente em ofertar exemplo de cidadania, para se manter um ensino público de qualidade com autonomia e visibilidade social, atingindo o maior número de estudantes possível. Assim na UFPR, a ênfase, inicialmente, recaiu na democratização das vagas remanescentes e na sua redistribuição com base no programa PROVAR (Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes da Universidade Federal do Paraná). Este abriu a oportunidade para estudantes de outras faculdades que pretendiam transferir-se para a UFPR. Na sua primeira edição, em fevereiro de 2003, o PROVAR ofertou 1.090 vagas, distribuídas em todos os cursos. O número elevado de vagas ociosas era justificado por uma série de motivos pelos quais se afastavam os alunos da universidade, desde escolhas equivocadas até dificuldades para conciliar os horários de trabalho com o estudo. Entre os fatores que contribuíam sobremaneira para as desistências, segundo a PROGRAD, “... está o fato de muitos estudantes chegarem muito cedo à universidade.

Eles acabam descobrindo tempos depois que aquela não era a profissão esperada. Todavia, além da vaga destes alunos, a possibilidade de outros estudantes ocuparem o lugar de quem trancou a matrícula, pode aumentar as ofertas. Há discussões sobre o assunto no Ministério da Educação. Só na Federal do Paraná, duzentos alunos trancam a matrícula todos os anos. Quando o aluno retorna, não consegue a mesma turma. Assim, fica uma vaga aberta na turma em que ele estudava”.³⁸

Com o PROVAR, novas oportunidades se abriram, considerando que a maior procura diz respeito a alunos oriundos de instituições particulares ou mesmo de outras regiões do Estado e do País.

O PROVAR foi interrompido em 2009, para que se avaliassem novas propostas e mudanças que pudessem diminuir a evasão de alunos oriundos do Provar, e permitir assim, um crescimento no índice de conclusão de cursos. Segundo a comissão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR, “A Universidade é dinâmica, o Provar surgiu quando não havia política de cotas, o perfil do estudante assim como do evadido mudou, o governo federal implantou o Prouni (que facilita o acesso do aluno carente ao ensino superior privado).”³⁹

Além do Provar, o governo federal instituiu outro fator de democratização e de oportunidade de inclusão das classes menos favorecidas no ensino superior de todo país. Trata-se do sistema de ingresso na instituição por meio das cotas, destinadas inicialmente aos afrodescendentes, depois estendida à população de baixa renda, procedente do ensino público.

Segundo o reitor Carlos Moreira Júnior, a UFPR era o reflexo do povo brasileiro: brancos, pretos, pardos e índios têm oportunidades iguais. O acesso à instituição foi democratizado pelas políticas afirmativas e pelo processo de ocupação das vagas remanescentes, o PROVAR. Este último teve consequências positivas nas mais diversas áreas do ensino, possibilitando que os alunos da própria instituição pudessem trocar de turno ou habilitação, permitindo ainda que aqueles que estivessem inadimplentes nas universidades privadas pudessem migrar para a universidade pública, favorecendo ainda o retorno daqueles que haviam interrompido seu curso, e até mesmo que profissionais já formados em outras áreas pudessem optar por um novo curso superior. “A universidade inovou e tornou-se referência para outras instituições em vários setores. O vestibular em duas fases é copiado por inúmeras universidades. A implantação das cotas foi seguida

por outras tantas. Hoje ela colhe os bons frutos dessas políticas que vão se consolidando e se aprimorando ao longo do tempo.”⁴⁰

Trata-se da defesa da universidade pública, gratuita, com mais qualidade e maior compromisso social. Portanto, equidade no ingresso, excelência na graduação e na formação da cidadania, capacitação da instituição em atender à comunidade, avaliação pública do trabalho realizado são metas perseguidas cotidianamente em todos os setores da instituição.

O Provar foi retomado, remodelado⁴¹e simplificadas as etapas de avaliação. De acordo com o coordenador das políticas de acesso e permanência na graduação (PAP/PROGRAD), a nova resolução trouxe como ingrediente central uma maior autonomia das coordenações em aspectos fundamentais como número de vagas e aproveitamento, priorizando a qualidade da ocupação, visando com isso a uma efetiva ocupação das vagas.

Outra forma de aproveitamento de vagas, voltada para a superação das desigualdades socio-econômicas, foram abordadas pelo governo federal. Nesse sentido, surgiu o conceito de cotização do ensino, cuja justificativa era de que grupos específicos, em razão de algum processo histórico depreciativo, teriam maior dificuldade de ascender no mercado de trabalho, bem como nas ações com a sociedade. A própria Constituição Brasileira de 1988 abriu o precedente ao estabelecer a reserva de vagas para deficientes físicos, o que passou a ser adotado em diversos concursos públicos. Estabeleceu com isso o início da reserva de vagas para grupos específicos no Brasil. Com o tempo, outros grupos sociais passaram a pleitear a cotização de vagas para garantirem uma participação mínima em certos setores da sociedade como as universidades públicas.

No Brasil, as cotas raciais classificadas por etnia, na maioria das vezes afrodescendentes e indígenas em instituições públicas, ganham visibilidade a partir de 2000. Ideia surgida na década de 1960 nos Estados Unidos, contribuiu para diminuir a desigualdade social entre brancos e negros, porém apesar de ser considerada uma forma de inclusão social, existe controvérsia e o assunto continua bastante polêmico. Uma das contradições relacionadas às cotas de cunho racial frequentemente citadas, diz respeito à institucionalização de um tipo de racismo, pois seria difícil definir quem teria direito a tais políticas. Alguns defendem o critério de autodeclaração, outros defendem a instauração de uma comissão de avaliadores que, baseados em critérios

objetivos e subjetivos, decidiriam quem teria direito às cotas. Dessa forma, a questão ainda não pode ser considerada como um ponto de consenso, pois existem muitas divergências sobre o tema.

Nas universidades, a adoção de reserva de vagas iniciou-se em 2000, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e contemplava os estudantes das redes públicas municipais e estadual de ensino. Entre as universidades federais, a UnB foi a primeira a adotar o sistema em 2004.

A UFPR aderiu ao programa nacional e implantou o seu sistema no ano seguinte, ofertando cotas para negros, cotas sociais e a reserva para índios. Desde o início, o sistema gerou inúmeros problemas. Pode-se constatar isso, observando o segundo ano do programa que contou com 1.796 inscritos para 758 vagas ofertadas. Entretanto, apenas 353 cotistas foram aprovados no processo seletivo, e destes 39 não conseguiram comprovar a alegada afrodescendência. “Esses números dão um alerta quanto à necessidade da universidade de trabalhar mais intensamente a propaganda do projeto, abrindo oportunidade para que todos o conheçam”⁴², esclarece Dora Lúcia Bertúlio, na época, procuradora da UFPR.

Segundo Edson Santos, ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, faz-se um balanço da situação nacional. Comenta que “... o atual governo ampliou de forma generalizada o acesso à educação há quase uma década as políticas de cotas raciais. Medida que aumentou o número de alunos negros nos cursos de graduação e vem democratizando o sistema público de educação brasileiro, que sempre reservou o melhor de seus recursos materiais e imateriais para o segmento hegemônico da população em termos econômicos e políticos. As cotas se inserem num contexto de reparação. Após a Abolição, os negros não receberam terras nas quais pudessem produzir e não tiveram acesso a serviços fundamentais como saúde e educação, fatores fundamentais para a conquista de cidadania. Desta forma, continuaram cativos da ignorância, sem perspectiva de ascensão econômica e social. Eis a origem do imenso abismo que segrega a população negra do restante da sociedade em termos de oportunidades. No entanto, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação. Pois cabe a ele criar condições que permitam a todos a igualdade de oportunidades.”⁴³

O ministro afirma que apesar das críticas, os resultados alcançados pelas cotas são animadores, pois elas funcionam como um mecanismo de equalização de oportunidades,

proporcionando a abertura das portas das universidades para um contingente expressivo de alunos que, de outra forma, não teria acesso ao ensino superior.

Sobre o assunto, o reitor Zaki Akel Sobrinho, em entrevista, assim esclarece a situação da UFPR: “... uma das coisas mais ricas de uma universidade é a diversidade de pessoas, sob todos os aspectos. As cotas para afrodescendentes não têm sido usadas na totalidade, mas as que sobram são automaticamente redirecionadas para quem veio de escolas públicas. E ainda temos as direcionadas a indígenas. Acabamos de formar a primeira odontóloga que agora retornou a sua aldeia.”⁴⁴

Para a UFPR, outra forma de inclusão social e de interação com a sociedade são seus programas de extensão. Portanto, empenhada em fortalecer a extensão universitária, assumiu compromissos institucionais em parceria com o ensino e a pesquisa, desenvolvendo ações junto à sociedade. A extensão universitária está presente na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos Planos Nacionais de Educação.⁴⁵

No intuito de valorizar a extensão, a UFPR reconhece sua relevância. Aponta como obstáculo o fato de que muitos docentes da instituição não tiveram o privilégio ou a oportunidade de conhecer e (ou) participar de iniciativas extencionistas, bem como acompanhar as diferentes acepções que lhe foram atribuídas ao longo do tempo por diferentes políticas e governos. Essas ações são desenvolvidas pela PROEC, que entende a extensão como elemento necessário e imprescindível à formação acadêmica, propondo-se a: “a) integrar o ensino e a pesquisa com demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária em todos os níveis, e estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico aos demais setores da sociedade; b) socializar/democratizar o conhecimento acadêmico e promover a participação efetiva de setores da sociedade na vida da Universidade; c) incentivar na prática acadêmica a contribuição para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos; d) participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural; e) contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Universidade, bem como para a sistematização do conhecimento produzido.”⁴⁶

Portanto, a PROEC desenvolve e integra ações de extensão e cultura, articuladas com o ensino e a pesquisa de forma inter e multidisciplinar. Ao privilegiar ações conjuntas com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, colabora com a formação

profissional, com o desenvolvimento de conhecimentos práticos e teóricos e com a participação social.

Um exemplo dessas iniciativas é a Agência de Inovação Tecnológica (AGITEC) criada em 2008, com a função de integrar a universidade e a indústria, pensando em transferência e tecnologia; propriedade intelectual; coordenação de incubadoras de empresas de base tecnológica. O objetivo maior é incentivar a inovação e o empreendedorismo, numa relação de tríplice hélice: governo, pesquisador e academia, e na outra ponta, a empresa. Além de transmitir conhecimento, organizar pensamentos e formar cidadãos, a universidade tem forte papel no desenvolvimento do setor produtivo da sociedade, através da inovação. Assim, é preciso transformar o conhecimento da academia em produtos e serviços que auxiliem no crescimento da sociedade. A UFPR tem sido uma das precursoras nesse sentido, no contexto nacional.

O Ministério da Ciência e Tecnologia apoia essa interação entre universidades e a indústria, tendo como capitalização a FIEP, o CNPQ, além de programas específicos. Para Hélio Bampi, da FIEP, “... hoje o Brasil é vedete mundial em relação a oportunidades de negócios. Tanto do ponto de vista dos recursos naturais que tem, quanto ao seu povo trabalhador, de sua cultura aberta e acolhedora, das várias etnias de que é composto. Vivemos também um momento de crescimento acima da média mundial. Então a gente vê o Brasil com grandes perspectivas de se tornar um país de primeiro mundo.”⁴⁷ Quanto ao Paraná, afirma-se que está vivendo um momento de grande desenvolvimento, com oportunidades para expansão de negócios e de indústrias além de investimentos. “Além disso, temos uma universidade centenária, que também oferta suporte tecnológico, científico e, principalmente, de recursos humanos preparados, graduados, com boa qualidade de ensino, para atender a demanda industrial. A Universidade Federal do Paraná é um grande agente transformador da vida paranaense. É onde tem educação, inclusão socioeconômica, e onde é promovido o desenvolvimento do Estado.”⁴⁸

Juntamente com o governo do Estado, a UFPR mantém parceria no programa de projetos de extensão denominado Universidade sem Fronteiras, com o objetivo de colaborar e melhorar a realidade social do Estado. O programa por meio de ações multidisciplinares, realizadas em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), financia trabalhos de extensão, desde 2007. Só em 2010, foram realizados 601 projetos em aproximadamente 280 cidades, o programa é considerado pela Seti a

maior ação de extensão universitária no Brasil. Segundo Lygia Pupatto, secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná: “... aprofundamos o compromisso das universidades com o desenvolvimento regional das populações paranaenses, geralmente inseridas em contextos sociais arcadas por vários desafios e problemas.”⁴⁹

A NOVA EXPANSÃO

No início do século XXI, as palavras de ordem eram expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na educação profissional, tecnológica e superior no país. Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), havia a possibilidade concreta de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O governo federal visava retomar o crescimento do ensino superior público, propiciando condições para a efetiva expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior com o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. Apesar de o programa ter iniciado em 2003 com previsão de se prolongar até 2014, só foi instituído oficialmente em 2007⁵⁰ ao integrar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Mais uma vez, pode-se assistir à expansão das universidades federais, tanto no que se refere ao ensino com novas vagas e ampliação de seu quadro de servidores como de sua estrutura física. Esse fenômeno não ocorreu só na educação superior no Paraná, mas em todo país. As ações do programa contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tinham o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, segundo o MEC.

A UFPR também aderiu ao programa, não só colaborou para a expansão das vagas na universidade com a criação de cursos noturnos e o aumento de vagas em disputa no vestibular, como também promoveu concursos públicos para a contratação de novos professores e servidores técnico-administrativos. Foram contratados 206 novos professores. A expansão da UFPR disponibilizou no vestibular de 2009, vinte e três novas opções de

curso e 30,1% do total de vagas no vestibular, e isso só foi possível graças à adesão da universidade ao programa. “Trata-se de um momento marcante na história da Universidade de ampliação e melhoramento da infraestrutura.”⁵¹. Acrescenta-se a isso também a expansão da área física.

Em 2005, foi criado e inaugurado o campus litoral (UFPR). Para a Reitoria, “A expansão da Universidade para uma região do estado que ficava praticamente deserta entre os meses de março a dezembro, e que era profundamente carente de ensino superior público e de qualidade, representou um marco na história da UFPR e na história desse Estado. Já se pode vislumbrar a importância que ela está adquirindo e a expectativa que está gerando na população daquela região do estado. Certamente, a UFPR – Litoral é uma das maiores conquistas da instituição nos últimos tempos. Começou com dois cursos de graduação e quatro cursos técnico-profissionalizantes.”⁵²

Situado no litoral paranaense, no município de Matinhos, trata-se de um projeto em parceria com os governos federal e estadual, além do apoio obtido das prefeituras locais. São ofertados quatro cursos de graduação: Fisioterapia, Gestão Ambiental, Gestão em Empreendedorismo e Serviço Social, além de cinco cursos profissionalizantes: Técnico em Turismo e Hotelaria, Técnico em Agroecologia, Técnico em Enfermagem, Técnico em Gestão Imobiliária e um curso integrado ao Ensino Médio para formar o Técnico Orientador Comunitário. Todos estes cursos são voltados para as necessidades e vocações da região. O objetivo era atender à demanda de formação profissional da comunidade local, que passará a atuar futuramente em prol do desenvolvimento socioeconômico regional.

Outro avanço foi o novo restaurante universitário no Centro Politécnico para atendimento de cinco mil refeições diárias; a implantação do sistema eletrônico de revistas; a biblioteca digital de teses e dissertações referente à pós-graduação; os vários concursos em todos os setores e órgãos suplementares; a criação de novos espaços de lazer e atividades científicas; a criação, construção e aparelhamento de laboratórios; investimentos em informática e segurança; a recuperação da infraestrutura física, entre tantas outras iniciativas.

Dentre essas, cabe destacar a construção do ‘prédio verde’, assim denominado, que se propõe a abrigar os laboratórios integrados de genética humana e biologia molecular – o Laboratório de Imunogenética e Histocompatibilidade (LIGH) e de

Citogenética Humana e Oncogenética, além de o memorial dedicado ao geneticista e ex-professor da universidade Newton Freire Maia. Será o 1º órgão público do Sul do país a receber a certificação *Leadership in Energy and Environmental Design – Leed*, concedido pelo *Green Building Council Brasil*. Une tecnologia e sustentabilidade respeitando o meio ambiente, seguindo as normas internacionais.⁵³

Em 2009, a UFPR adquiriu no município de Palotina uma área de 145 mil m², adjacente ao terreno da universidade. Com essa aquisição, o *campus* mais que dobrou a sua área. “O imóvel pertencia ao Seminário Vicente Pallotti e foi adquirido por R\$ 1,96 milhão, com recursos da UFPR através do REUNI. Além do terreno, o seminário tem um prédio de três andares com 2,7 mil m² de área construída. A área servirá para o projeto de expansão do *campus*. Fundado em 1993, o *campus* Palotina oferta quatro cursos de graduação medicina veterinária, tecnologia em bicomustíveis, tecnologia em aquicultura e tecnologia em biotecnologia.”⁵⁴

Existe ainda o REHUF, conhecido como o Reuni dos hospitais. Pelo Decreto n.º 7.082, a presidência da República instituiu o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. O programa prevê uma série de ações de recuperação da infraestrutura física e do quadro de recursos humanos dos hospitais universitários. A meta era proporcionar um funcionamento pleno, tanto nos aspectos de educação quanto da assistência à saúde. Pela primeira vez, os hospitais universitários foram vistos como unidades que precisam ser financiadas, segundo a Reitoria.⁵⁵

Também integra o REUNI, o edifício Engenheiro Teixeira Soares, pertencente à extinta rede ferroviária federal (RFFSA), localizado na esquina da Av. Sete de Setembro com a Rua João Negrão, no bairro Rebouças, que foi incorporado à UFPR em uma transação que envolveu o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).⁵⁶ Com área de 13.102,68 m², o antigo prédio construído em 1941, será restaurado e ampliado com três anexos. Todo esse espaço comporá o novo *campus* Rebouças.⁵⁷

Foi proposto ainda o projeto ‘corredor cultural’, em comemoração aos 100 anos da UFPR, que pretende transformar o trecho da Rua XV entre a Praça Santos Andrade e a Reitoria em uma via atrativa para quem busca atividade cultural. Além da UFPR, fazem parte do ‘corredor’ os teatros Guaíra e da Caixa Econômica Federal, a Capela Santa Maria e o Círculo de Estudos Bandeirantes.

Nesse contexto, segundo a Reitoria, “... os desafios não param e são muitos. Mas nos levam a uma universidade moderna, confiante, transparente e democrática onde construímos o diálogo e a pluralidade.”⁵⁸

UFPR CENTENÁRIA

Considerando as atividades precípua da UFPR, elas são reforçadas pela tríade ensino-pesquisa-extensão, na qual o ensino tem a intencionalidade da formação do profissional-cidadão, capaz de compreender a realidade social em sua respectiva área de conhecimento e ação. Visa também ao desenvolvimento do espírito crítico, ao exercício da liberdade e da criatividade, elementos necessários para o enfrentamento dos desafios da sociedade, sendo o eixo integrador das atividades acadêmicas. Quanto à pesquisa, ela busca estimular o desafio de novos conhecimentos com criatividade e competência, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade brasileira. Auxilia a integrar os vários campos do saber, ou seja, graduação, pós-graduação, empresas, entidades culturais, serviços etc. Finalmente, a extensão, entendida como um processo educativo, cultural e científico, é o elo harmonioso entre universidade e a sociedade. Ao longo de sua história, a instituição construiu um patrimônio cultural, intelectual e artístico para cumprir tais compromissos. Ela tem se adaptado às conjunturas que se apresentam, com criatividade e determinação, sem perder de vista a eficiência, graças ao idealismo de seus dirigentes, de seu corpo docente e discente e, sobretudo, da sociedade paranaense.

Atualmente, a UFPR⁵⁹ possui sete *campi*, sendo quatro em Curitiba: Centro, Agrárias, Centro Politécnico e Jardim Botânico; os outros três *campi* são: Palotina, Litoral e Pontal do Sul/Centro de Estudos do Mar. Outras unidades: Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE), Hospital de Clínicas, Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral, Hospital do Trabalhador, Hospital Veterinário, Prédio da Rede Ferroviária, Centro de Administração Federal e cinco fazendas experimentais, sendo elas: Canguiri, Rio Negro, São João do Triunfo, Bandeirantes e Paranavaí. A UFPR totaliza uma área física de 9.100.200,60m², sendo 378.638m² de área construída.

São ofertados cento e doze cursos de graduação, com vinte e quatro mil duzentos e oitenta e dois alunos matriculados; três cursos de graduação a distância, com mil

O "Movimento Pró-UFPR" é apresentado à comunidade em 10/11/2011. Da esquerda para a direita: Guntolf van Kaick, OCPAR; Edson Ramon, Presidente da Associação Comercial; Guilherme Cunha Pereira, Presidente-executivo do Grupo Rede Paraná de Comunicação; Zaki Akel Sobrinho, Reitor; Darcy Piana, Presidente do Fecomércio; Nelson Victor Koerich, Conselheiro do Mov. Pró-UFPR; Celso Gusso, Presidente das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba; Maria Eliza Ferraz Paciornik, Coordenadora do Mov. Pró-UFPR.

Foto: Ivo Lima.



Cerimônia de abertura das comemorações dos 100 anos da UFPR, no Prédio Histórico na Praça Santos Andrade em 19/03/2012. Na foto: Celso Luís Gusso, Presidente da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba; Flávio Arns, Vice-Governador e Secretário de Educação do Estado do Paraná; Luciano Ducci, Prefeito de Curitiba; Zaki Akel Sobrinho, Reitor; e Rogério Mulinari, Vice-Reitor.

Foto: Rodrigo Juste Duarte



A UFPR está intensificando o intercâmbio estudantil com países da África, Europa e Ásia.

Foto: Manuela Salazar



duzentos e quarenta e nove alunos matriculados, sessenta e cinco programas de mestrado, com dois mil duzentos e quarenta e quatro alunos matriculados; quarenta e dois programas de doutorado, com mil quinhentos e setenta e cinco alunos matriculados; quarenta e um cursos de residência médica; oito cursos de residência multiprofissional; noventa e três cursos de especialização com quatro mil setecentos e oitenta e oito alunos matriculados. Há ainda vinte e três cursos de Educação a Distância com quatro mil, setecentos e noventa e sete alunos, cursos técnico-profissionalizantes na Escola Técnica da UFPR e programas de pós-doutorado, além de cursos interinstitucionais.

Para desenvolver essas atividades, a UFPR conta com um corpo docente de dois mil duzentos e oitenta e um professores, sendo cento e cinquenta e nove graduados cinquenta e seis especialistas, quatrocentos e oitenta e três mestres, mil quinhentos e oitenta e três doutores. No quadro dos servidores técnico-administrativos, há três mil seiscentos e quarenta funcionários, sendo que destes, mil novecentos e oitenta e quatro atuam no Hospital de Clínicas.

No concurso vestibular 2011/12, a UFPR ofertou seis mil, cento e noventa e uma vagas, tendo quarenta e três mil e oito candidatos inscritos.

Na pesquisa, a instituição em 2011 destacou-se apresentando três mil, duzentos e setenta e oito artigos publicados, três mil novecentos e cinquenta e cinco trabalhos publicados em anais, sessenta produções artísticas, quatrocentos e quarenta produções técnicas, oitocentos e oitenta dissertações de mestrado, e duzentas e vinte e três teses de doutorado, sem contar os inúmeros trabalhos de conclusão de curso e os projetos de pesquisa desenvolvidos em vários programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica, entre outras. A produção tecnológica esteve presente em trinta e nove produtos com proteção à propriedade intelectual, quatorze projetos de empreendedorismo e três projetos de transferência de tecnologias.

A extensão desenvolveu trinta cursos, cento e setenta e sete projetos e cento e sessenta e nove programas. Quanto à cultura, foram registrados os seguintes eventos: cento e trinta e um no Teatro da Reitoria, cento e treze no Teatro Experimental Universitário (TEUNI), o Festival de Inverno na cidade de Antonina com oitenta e duas oficinas e atividades, o Museu de Artes (MUSA) com três eventos; o Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE) com cinco eventos e três projetos aprovados pela Lei de incentivo; e o Museu de Ciências Naturais com exposições permanentes.

O Restaurante Universitário (RU) possui três subsedes: central, centro politécnico e agrárias; além de três RUs terceirizados, que atendem às comunidades acadêmicas de Matinhos, Centro de Estudos do Mar e Palotina. Em conjunto, os restaurantes registraram um milhão, duzentas e oitenta e cinco mil e oitenta e três refeições servidas.

Quanto às suas unidades administrativas integradas, estas desenvolvem ações para garantir o pleno andamento das atividades da instituição, compreendendo: o gabinete do reitor e do vice-reitor, e os conselhos: COUN (Conselho Universitário dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Planejamento e Administração). O COUN tem como principal objetivo traçar a política universitária; o CONCUR (Conselho de Curadores exerce a fiscalização econômico-financeira da Universidade); o COPLAD (Conselho de Planejamento e Administração fiscaliza a gestão econômico-financeira); e o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) cuida dos assuntos afetos a essas áreas.

As Pró-Reitorias, relacionadas diretamente ao Gabinete, são em número de seis, atendendo às áreas de Graduação e Ensino Profissionalizante; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão e Cultura; Administração; Recursos Humanos e Assuntos Estudantis; e Planejamento, Orçamento e Finanças.

A instituição mantém sua configuração organizacional baseada em Setores e Departamentos. Ao todo, são doze setores, que têm a função de executar, coordenar e fiscalizar as unidades didático-pedagógicas e de pesquisa das respectivas áreas de conhecimento. Já os departamentos, em número de sessenta e oito, comportam as disciplinas e professores. São eles:

- Setor de Ciências Agrárias – Departamentos de Economia Rural e Extensão; Fitotecnia e Fitossanitaríssimo; Solos e Engenharia Agrícola; Medicina Veterinária; Zootecnia; Ciências Florestais; Engenharia e Tecnologia Florestal e Medicina Veterinária (Palotina);
- Setor de Ciências Biológicas – Departamentos de Anatomia; Botânica; Biologia Celular; Fisiologia; Genética; Patologia Básica; Bioquímica e Biologia Molecular; Farmacologia; Zoologia; e Educação Física;
- Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Departamentos de Economia; Contabilidade; Administração Geral e Aplicada; e Ciência e Gestão da Informação;

- Setor de Ciências Exatas – Departamentos de Expressão Gráfica; Estatística; Física; Informática; Matemática; e Química;
- Setor de Educação – Departamentos de Teoria e Prática de Ensino; Planejamento e Administração Escolar; e Teoria e Fundamentos da Educação;
- Setor de Ciências Jurídicas – Departamentos de Direito Público; Direito Civil e Processual Civil; Direito Penal e Processual Penal; e Direito Privado;
- Setor de Ciências da Saúde – Departamentos de Nutrição; Farmácia; Cirurgia; Pediatria; Estomatologia; Medicina Forense e Psiquiatria; Oftalmologia, Otorrinolaringologia; Clínica Médica; Terapia Ocupacional; Odontologia Restauradora; Saúde Comunitária; Enfermagem; Tocoginecologia e Patologia Médica.
- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamentos de Artes; Ciências Sociais; Design; Letras Estrangeiras Modernas; Filosofia; História; Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas; Psicologia; Antropologia; Comunicação Social e Turismo;
- Setor de Ciências da Terra – Departamentos de Geomática; Geografia; e Geologia.
- Setor de Tecnologia – Departamentos de Arquitetura e Urbanismo; Construção Civil; Engenharia Elétrica; Hidráulica e Saneamento; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Transportes; Engenharia Ambiental; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; e Engenharia de Produção.
- Setor de Educação Profissional e Tecnológica – Departamento de Tecnólogo em Informática.
- Setor Litoral – que não tem departamentos, sendo diretamente subordinada à Reitoria.

A UFPR abriga ainda diversos laboratórios e centros, utilizados pela área de ensino para promover a pesquisa e a extensão nos vários campos do conhecimento. São eles: LAMIR (Laboratório de Minerais e Rochas); LPH (Laboratório de Pesquisas Hidrogeológicas); LEMMA (Laboratório de Estudos em Modelagem e Monitoramento

Ambiental); Laboratório de Nutrição Animal; Laboratório de Paisagismo; Laboratório de Proteção Florestal; LORXI (Laboratório de Óptica de Raios X e Instrumentação); Laboratório de Jornalismo; LABNEURO (Laboratório de Neuropsicologia); Laboratório de Psicopatologia Fundamental; LIF (Laboratório de Inventário Florestal); LABPROCESSOS (Laboratório de Estudos das Etnias), dos Processos Identitários, das Migrações e das Crises; LACAUT (Laboratório de Análise de Combustíveis Automotivos); UPTQ (Usina Piloto de Tecnologia Química); LACTEC (Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento). Este último constitui um centro de pesquisa autossustentável e independente com mais de quinhentos colaboradores. GEA (Grupo de Eletroquímica Aplicada), composto por três laboratórios principais: LESC, LTA e LEA.

A universidade conta ainda com os seguintes centros: CEPPA (Centro de Pesquisa e Processamento de Alimentos); CEM (Centro de Estudos do Mar); CME (Centro de Microscopia Eletrônica); CGI (Centro de Capacitação e Consultoria em Gestão da Informação); CESEC (Centro de Estudos de Engenharia Civil); Centro de Estudos Faunísticos e Ambientais; CEDISA (Centro de Dermatologia e Infectologia Souza Araújo); Centro de Pesquisas Nefrológicas; Centro de Visão; CECIAL (Centro de Cultura e Imagem da América Latina); CELIN (Centro de Línguas e Interculturalidade); CEPA (Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas); CEDOP (Centro de Documentação e Pesquisas de História dos Domínios Portugueses); CPA (Centro de Psicologia Aplicada); CEPAD (Centro de Estudos e Pesquisa em Administração); CEAP (Centro de Assessoramento Pedagógico); CEPED (Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais); CIEG (Centro Integrado de Estudos em Geoprocessamento); CEPEC (Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas); CESEC (Centro de Estudos de Engenharia Civil).

Entre os núcleos destinados a estudos, pesquisas e (ou) serviços em áreas específicas, destacam-se: Rede CEDES Paraná; Núcleo Profilático Professor Pereira Filho; NEAD (Núcleo de Educação a Distância); NAP (Núcleo de Assessoria Pedagógica); NEMPS (Núcleo de Empreendedorismo e Projetos Multidisciplinares – Incubadora Tecnológica); NIMAD (Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná); Núcleo Esporte Clube; NCEP (Núcleo de Comunicação e Educação Popular); NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros); Núcleo de Prática Jurídica; NUT (Núcleo de Tradução); NITS (Núcleo

Interdisciplinar de Estudos sobre o Terceiro Setor); NPT (Núcleo de Psicologia do Trânsito); NUPET (Núcleo de Psicologia da Educação e Trabalho); NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrâneos); NEA (Núcleo de Estudos Ameríndios); NAPER (Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado); Núcleo de Design e Sustentabilidade.

O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é constituído por uma sede administrativa – Biblioteca Central, treze bibliotecas universitárias e uma de ensino médio, totalizando quinze bibliotecas. Abrigando um total de trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete títulos de livros; quinhentos e quarenta e oito mil e oitocentos e dois exemplares de livros; vinte e quatro mil, duzentos e setenta e nove títulos de periódicos; além de quarenta e quatro mil novecentos e vinte e quatro itens entre CD-ROM, DVD, fitas cassete, partituras, mapas, filmes, fotografias, folhetos etc. Mantém também o Portal da Informação, que combina as funções de um catálogo de acesso público de última geração com uma seleção de bases de dados e *links* em diversas áreas do conhecimento. É possível acessar periódicos, teses e dissertações em formato digital e ter acesso a documentos e às bibliotecas da Universidade. A UFPR conta ainda com o Canal Universitário de TV e o Canal de Rádio da UFPR.

São projetos institucionais da UFPR: o Festival de Inverno da UFPR, em Antonina (criado em 1991), e o Projeto Rondon, no qual estudantes universitários prestam serviços a comunidades carentes, que teve sua primeira edição em 1967 e foi retomado em 2005.

A Universidade também presta serviços à comunidade por meio das Empresas Juniores. Este tipo de empresa é definido como uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída exclusivamente por alunos de graduação de estabelecimentos de ensino superior, e que presta serviços e desenvolve projetos para empresas, entidades e sociedade em geral, nas suas áreas de atuação, sob a supervisão de professores e profissionais especializados. Entre elas constam: Fábrica de Comunicação (Agência Júnior de Comunicação); Info Jr. (Empresa Júnior de Informática); Júnior Design (Empresa Júnior de Design); JR Consultoria (Empresa Júnior de Ciências Sociais Aplicadas); EMGEL (Empresa Júnior de Engenharia Elétrica); Trilhas (Empresa Júnior de Turismo da UFPR); COPLAF (Empresa Júnior de Consultoria e Planejamento Florestais); MARIS (Ciências do Mar); Ciclus Consultoria; COEM-JR (Consultoria de Engenharia Mecânica Júnior); FEJEPAR (Federação das Empresas Juniores do Estado do Paraná).

Comemoração dos 99 anos da UFPR em 19/12/2011 com os convidados especiais: Ministro Paulo Bernardo (5º da esq. para dir.), Senador Sérgio Souza (3º). Presentes o Reitor Zaki Akel Sobrinho e Vice-Reitor Rogério A. Mulinari, os Ex-Reitores José Henrique de Faria (1º), Carlos Roberto Antunes (2º), Carlos Alberto Faraco (7º) e Carlos Augusto Moreira Jr. (8º), representando duas décadas de história viva da centenária instituição (1990-2012).

Foto: Rodrigo Juste Duarte.



Reunião de trabalho com a Ministra-Chefe da Casa-Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann.

Foto: Rodrigo Juste Duarte



O Campus de Palotina da UFPR, importante centro de interiorização da universidade, teve sua área aumentada, no período de 2008 a 2012, de 135 mil para 280 mil metros quadrados, ofertando hoje seis cursos universitários.

Foto: Leonardo Bettinelli



A Universidade promove atendimento à comunidade por meio de vários programas e projetos: Laboratório de Prótese Dentária; CPA (Clínica de Psicologia Aplicada); Centro de Triagem Odontológica; Programa “Ciência Vai à Escola”; Programa “Com Viver”; Programa “Integrar: criando um espaço para o desenvolvimento humano”; Programa “Articulação Interinstitucional na Área de Saúde: UFPR e Secretaria Municipal de Saúde de Colombo”; Projeto “Solo Planta – Sistema de Análise de Solo e Planta: Ferramenta Tecnológica ao Alcance do Produtor Rural”; Projeto “Extensão Rural com Produtores de Leite na Região dos Campos de Palotina”; Projeto “SAJUP – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular”; Projeto “Física: Brincando e Aprendendo”, Projeto “Universidade Sem Fronteiras”, em parceria com o Governo do Estado, entre outros.

A Universidade conta ainda, com a Editora da Universidade Federal do Paraná, criada em 1987, e a Imprensa Universitária, o Restaurante Universitário, e os espaços culturais: Museu de Antropologia e Etnologia da UFPR (MAE); Museu Arte na Universidade (MUSA); Sala Arte, Design & Cia; o Teatro da Reitoria; e o Teatro Experimental da UFPR (TEUNI), Coral da UFPR, Orquestra Filarmônica da UFPR; Têssera Companhia de Dança da UFPR; Curso de Dança Moderna da UFPR (CDM); Grupo de MPB da UFPR; Cia de Teatro PalavrAção da UFPR; Centro de Educação Física e Desportos (CED).

Toda essa estrutura administrativa está voltada para a busca da qualidade de ensino; o aperfeiçoamento constante de um corpo docente produtivo; o desenvolvimento de pesquisas comprometidas com a realidade atual; a publicação de estudos e trabalhos acadêmicos; o intercâmbio intelectual com diversas instituições do país e do exterior; e a consolidação dos programas de Mestrado e Doutorado.

A preocupação em preparar o acadêmico para atuar no mercado de trabalho está entre as principais metas da instituição, visando contribuir para buscar soluções dos problemas da realidade brasileira. Um dos sintomas dessa efervescência intelectual com preocupação social pode ser medido pelo caráter dos eventos, seminários, encontros, *workshops* e jornadas, patrocinados pelos diversos Setores da UFPR.

Deve-se ressaltar, também, a busca constante pela produção do conhecimento interdisciplinar, as relações da universidade com as empresas, o incentivo ao pós-doutorado, bem como a participação da comunidade acadêmica nos principais momentos da vida política do país.

NOTAS

- ¹ Decreto n.º 5.209 de 17 de setembro de 2004.
- ² FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 27 de outubro de 2001.
- ³ VIZENTINI, P.G.F. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília: ago-dez, 2007.
- ⁴ IBGE. Censo da População. 2010.
- ⁵ IBGE. Estimativa Populacional. 2011.
- ⁶ Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- ⁷ ALDIJÃO, C.; TEIXEIRA, Z. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- ⁸ UFPR. **Plano Institucional: gestão 1994-1998**. Curitiba, 1994. p. 4.
- ⁹ OTRANTO, C. R. **A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: da inspiração à implantação**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>>.
- ¹⁰ MARTINS, J.L.; BALDUINO, G. Universidade Federal: patrimônio do povo brasileiro. **Notícias da UFPR**. n. 53. Curitiba, p. 3. nov. 2011.
- ¹¹ BUARQUE, Cristovam. **Universidade numa encruzilhada**. Unesco; Brasil/Ministério da Educação, 2003. p. 3 e 18.
- ¹² UFPR. **Plano institucional: gestão 1994-1998**. Curitiba, 1994. p. 3-4.
- ¹³ NOTÍCIAS DA UFPR. n. 53. Curitiba, p. 3. nov. 2011.
- ¹⁴ LEHER, R. **Revista Adusp**, n. 34. São Paulo: maio 2005.
- ¹⁵ A Unila e a educação superior no país. **Notícias da UFPR**. Curitiba, n. 45, p. 2. out. 2009.
- ¹⁶ Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007.
- ¹⁷ Medida Provisória (MP) n.º 213 de 2004; depois Lei n.º 11.096/05.
- ¹⁸ Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
- ¹⁹ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 43, p. 2. abr. 2009.
- ²⁰ A Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004.
- ²¹ Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.
- ²² SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, V. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, Campinas: Editora Autores Associados, n. 29, maio/ago., 2005.
- ²³ SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- ²⁴ GAZETA do Povo. Curitiba, 26 de abril de 1998.
- ²⁵ UFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2007. p. 19.
- ²⁶ NEVES, Lafaiete Santos. O professor na era da globalização. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 de outubro de 1997.
- ²⁷ UFPR. **Rumos da Pesquisa**. 1998. p. 154.
- ²⁸ COMNINOS, Constantino. Mercosul deve integrar ensino. **Estado do Paraná**, Curitiba, 22 de abril de 1998.
- ²⁹ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Universidade Federal do Estado do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 de abril de 1998.

- ³⁰ SARDENBERG, Ronaldo Mota. Em busca de novas conquistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de outubro de 1999.
- ³¹ MERCER, José Luiz da Veiga. Entrevista concedida a Regina H. Cortes. Curitiba, 12 de novembro de 1997.
- ³² SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de. Apoio às instituições de Ensino Superior. **Indústria & Comércio**, Curitiba, 11 de novembro de 1997.
- ³³ BRAND, Ivo. Professor defende interação de universidade e empresa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 de outubro de 1997.
- ³⁴ A UFPR tem cerca de 100 acordos internacionais. **Notícias da UFPR**. n. 45. Curitiba, out. 2009.
- ³⁵ UFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2007. p. 12.
- ³⁶ NOTÍCIAS da UFPR. Curitiba, n. 45. out. 2009.
- ³⁷ Entre os programas de cooperação bilateral na UFPR destacam-se os com a Alemanha (capesprobal), Argentina (capes-secyt), Espanha (capes-mecd), França (capes-cofecub), Portugal (grices), e com os Estados Unidos (capes-fipse e capes/utexas).
- ³⁸ ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 4 de fevereiro de 2003.
- ³⁹ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 45, p. 7. out. 2009.
- ⁴⁰ UFPR. Relatório de Atividades, 2006. p. v.
- ⁴¹ Resolução n.º 99/2009 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.
- ⁴² OPINIÃO. Curitiba, abr. 2006. p. 8.
- ⁴³ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 47, p. 2. abr. 2010.
- ⁴⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 18 dez. 2011.
- ⁴⁵ Constituição de 1988 – art. 207; LDB – Lei n.º 9394/96 – art. 43; PNE -Lei n.º 10172/2001; e proposta de Lei para 2011-2021.
- ⁴⁶ UFPR. PROEC. **Caminhos da Extensão na UFPR: Desafios e Possibilidades**. Curitiba, UFPR, 2011. p. 9.
- ⁴⁷ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 54, p. 7. dezembro de 2011.
- ⁴⁸ Id.
- ⁴⁹ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 47, p. 20. abr. 2010.
- ⁵⁰ Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007.
- ⁵¹ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n.46, p. 8. dez. 2009.
- ⁵² UFPR, **Relatório de atividades**, 2005. p. iii.
- ⁵³ NOTÍCIAS DA UFPR. Ed. Especial. Curitiba, p. 8. ago. 2010.
- ⁵⁴ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 43, p. 16. abr. 2009.
- ⁵⁵ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 47, p. 14. abr. 2010.
- ⁵⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 fev. 2008.
- ⁵⁷ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, n. 51, p. 11. mar. 2011.
- ⁵⁸ NOTÍCIAS DA UFPR. Curitiba, Editorial. n. 54, p. 2. dez. 2011.
- ⁵⁹ Dados extraídos: UFPR. PROPLAN. **Relatório de Atividades**. Curitiba: Imprensa Universitária, 2011.

FONTES

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1955, 2v.
- BALHANA, Altiva Pilatti *et al.* (Orgs.). **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, 4v.
- BRAND, Jaques; ROCHA, Regina Célia Zaizkzuk. **Do IBPT de Marcos Enrietti ao TECPAR: notas para a história de uma vanguarda científica, 1941-1991**. Curitiba: Ed. Cidade e Campo, 1991. 109 p.
- BÜHRER, Nilton Emílio. **50 anos da História da Escola de Química da Universidade Federal do Paraná, 1924-1974**. Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 1987. 123 p.
- BURMESTER, Ana Maria de O. (Org.) *et al.* **Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção**. Curitiba: Ed. da UFPR, Edição Comemorativa, 2002. 109 p.
- CARNEIRO, David. **Educação, Universidade: História da Primeira Universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1971. 204 p.
- CARNEIRO, Milton. **Universidade e ensino**. Curitiba: Requião, 1966. 145 p.
- CASTRO, Cláudio Moura. **Ciência e Universidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 96 p.
- COELHO, Edmundo Campos. **A sinecura acadêmica: ética universitária em questão**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. (São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, série: Grande Brasil: veredas; 10, 143 p.)
- CORDOVA, Rogério de Andrade; GUSSO, Divonzir Arthur; LUNA, Sérgio Vasconcellos de *et al.* **A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília: CAPES/UNESCO/MEC/SESU/CRESALC, 1986. 218 p.
- DONI FILHO, Luiz . **História da Escola de Agronomia do Paraná – 1918-1993**. Curitiba: Ed. UFPR, 1995, Série: Memória, n.2, 150 p.
- FERRY, Mario Guimarães; MONTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil**. São Paulo: USP, 1981, 3 v.
- IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES, 2006. 330p.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 155 p, il.
- LIMA, Eduardo Correa (Org.). **Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre**. Curitiba: Imprensa da UFPR, Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná, 1982. 520 p.
- LUNARDI, Maria Elizabeth. **Organização da Ciência no Paraná: contribuição do IBPT**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica. Orientadora: Maria Amélia de M. Dantes. Curitiba: Tecpar/Banestado, 1993. 232 f.

- MACEDO, A. R. Universidade Federal do Paraná: um pouco de sua história. In: CATÁLOGO da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1977. 538 p.
- MACEDO, José Henrique Pedrosa; MACHADO, Sebastião do Amaral. **A Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná: história e evolução da primeira do Brasil.** Curitiba: UFPR, 2003. 513 p.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo.** Curitiba: SEED, 2001. 122p.
- MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **O ensino superior brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1989. 156p.
- MIRANDA, Ruy. **A Universidade de sempre e de hoje.** Curitiba: UFPR, 1983. 16f.
- MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Universidade e Mercosul.** São Paulo: Cortes, 1994. 308p.
- MOROSINI, Marília Costa; LEITE, Denise. **Universidade e integração no Cone Sul.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. 135p.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba, SEED, 2001. 121p.
- PADIS, Pedro Calil. C. **A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981. 235p.
- PILOTTO, Valfrido. **Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização e vitórias.** Curitiba: IHGEP, Gráfica Vicentina, 1976. 116p.
- PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853-1953.** Curitiba: Ed. Assembléia Legislativa do Paraná: Academia Paranaense de Letras, 2004. 301p.
- PUPPI, Ildelfonso Clemente. **Fatos e reminiscências da Faculdade.** Curitiba: Fundação da UFPR, 1986. 196p.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Cortez, 1991. 180p.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil, 1930-1973.** Petrópolis: Vozes, 1978. 267p.
- SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1986.
- SCHWARTZMAN, Simon. **A formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional/FINEP, 1979. 481p.
- SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Curso de Química da Universidade Federal do Paraná: 60 anos de história.** Curitiba: UFPR, 1999. 145p.
- SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **História do Diretório Acadêmico Nilo Cairo.** Curitiba: Edição do autor, 2004. 241p.
- SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. **Faculdade de Direito, 1912-2000, Universidade Federal do Paraná.** Curitiba: UFPR, 2000. 103p.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001. 134p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Rumos da pesquisa:** uma história da pesquisa e pós-graduação na UFPR. Curitiba: UFPR, 1998. 163p.

VELHO, Silvia. **Relações universidade – empresa:** desvelando mitos. Campinas: Autores Associados, 1996. 154p.

VICTOR, Nestor. **A terra do futuro;** impressões do Paraná. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1913, 112p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **A Universidade do Mate:** história da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1985. 189p.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **A Universidade Federal do Paraná: 75 anos.** Curitiba: SBPH, 1987. 116p.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos.** Curitiba: SBPH/PR, 1988. 164p.

SITES

www.capes.gov.br
www.cnpq.br
www.comciencia.br
www.schwartzman.org.br
www.funpar.ufpr.br
www.mec.gov.br
www.ufpr.br

INSTITUIÇÕES

Biblioteca Central da UFPR
Biblioteca da Secretaria de Administração do Paraná
Biblioteca do IPARDES
Biblioteca do Ministério da Fazenda
Biblioteca Pública do Paraná
Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba
Círculo de Estudos Bandeirantes
Coordenadoria de Planejamento Institucional da PROPLAN – UFPR
Delegacia do MEC no Estado do Paraná
Departamento Estadual de Arquivo Público
Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná
Museu Paranaense

Blank Page

GALERIA DOS REITORES



Compilação:

Ulf Gregor Baranow

Fotografia digital e tratamento de imagens:

Grupo de Pesquisa IMAGO/UFPR e

Leonardo von Tempski



VICTOR FERREIRA DO AMARAL E SILVA

1ª gestão: 19/12/1912 a 25/05/1918

2ª gestão: 06/07/1946 a 06/06/1948

DADOS PESSOAIS

- Natural do município da Lapa
- Nasceu em 9 de dezembro de 1862
- Faleceu em 2 de fevereiro de 1953

FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA

- Colégio Abílio, Rio de Janeiro (1874-78)
- Imperial Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1878-84)
- Doutor em Medicina (22/12/1884)

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Educador

- Fundador da Universidade do Paraná juntamente com Dr. Nilo Cairo da Silva e outros (19 de dezembro de 1912)
- Primeiro Reitor (inicialmente, Diretor) da Universidade do Paraná até o desmembramento da instituição, em 1918, por força de lei federal*
- Catedrático de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina do Paraná (1913-48)
- Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná (1918-1946)
- Reitor da Universidade do Paraná, restaurada por lei federal (biênio 1946-48)

Médico

- Exercício da Medicina em Curitiba (a partir de 1885)
- Médico legista (1897)
- Médico do Hospital da Misericórdia (1898-1932)
- Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (1902)
- Sócio fundador da Sociedade Médica do Paraná e da Sociedade Médica dos Hospitais
- Fundador da Maternidade do Paraná (1914) e de sua sede própria, mais tarde nominada “Maternidade Victor do Amaral” (1930)

Homem público

- Intendente Municipal (Prefeito) de Curitiba (1890)
- Deputado da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná (1891)
- Vice-Presidente do Estado (1900-04)
- Diretor-Geral da Instrução Pública e Diretor do Ginásio Paranaense (1900-04)
- Diretor da Saúde Pública do Estado
- Deputado Estadual e Federal, simultaneamente (1906)

DISTINÇÕES

- Comenda da Ordem *Polonia restituta* pelo Governo Polonês (09/03/1936)
- Busto de bronze na Praça Santos Andrade (19/12/1937)
- Grande Benemérito da Universidade do Paraná (22/12/1949)
- Cidadão Honorário de Curitiba (09/12/1952)

* Em 1918, a Universidade do Paraná foi desmembrada nas Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia *ex-vi* Decreto-Lei n.º 11.530 de 18/03/1915, continuando porém a existir *de facto* até sua restauração *de jure* pelo Governo Federal, em 06/06/1946.



JOÃO RIBEIRO DE MACEDO FILHO

Gestão 06/07/1948 a 04/08/1949

DADOS PESSOAIS

- Natural de Campo Largo, PR
- Nasceu em 21 de setembro de 1883
- Faleceu em 4 de agosto de 1949

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1908)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Participou da fundação da Universidade do Paraná, com os professores Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Dr. Nilo Cairo da Silva e outros (1912)
- Professor do Curso de Comércio, agregado à Faculdade de Direito, nas disciplinas de Direito Comercial, Prática Jurídica Comercial, Legislação de Fazenda e Aduaneira (1912 em diante)• Consultor Jurídico da Prefeitura de Curitiba (1925-30)
- Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná (1945)
- Cossignatário da Convenção de Restauração da Universidade do Paraná, na solenidade em Curitiba, na presença do Ministro da Educação Prof. Ernesto Souza Campos (01/04/1946).
- Reitor eleito para o biênio 1948-50, faleceu no exercício do cargo, em 4 de agosto de 1949.



FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA

1ª gestão: 04/08/1949 a 29/05/1964

2ª gestão: 29/05/1967 a 30/05/1971

DADOS PESSOAIS

- Natural da Lapa, PR
- Nasceu em 4 de outubro de 1903
- Faleceu em 1º de julho de 1983

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Engenheiro Civil pela Escola Politécnica de São Paulo (1928)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor interino da Escola de Engenharia do Paraná (1930)
- Catedrático de Resistência dos Materiais, da Escola de Engenharia do Paraná (1933)
- Co-fundador e 1º presidente do CREA-PR (1934 -1936)
- Vice-Reitor da Universidade do Paraná eleito em 25/07/1948 (gestão do Reitor João Ribeiro de Macedo Filho)
- Reitor da UFPR de 4/08/1949 a 29/05/1964
- Ministro da Educação e Cultura (julho de 1964 a janeiro de 1966)
- Reitor da UFPR de 29 /05/1967 a 30/05/1971

DISTINÇÕES

- Cidadão Honorário de Curitiba (1956)
- Medalha de Ouro do Mérito do Engenheiro Brasileiro
- Medalha Especial de Ouro pelo Conselho Universitário da UFPR
- Mérito de Ouro pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura



JOSÉ NICOLAU DOS SANTOS

Gestão 29/05/1964 a 29/05/1967

DADOS PESSOAIS

- Nasceu em 19 de janeiro de 1908 em Curitiba
- Faleceu em 10 de dezembro de 1982 em Curitiba

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em Direito

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor do Colégio Estadual do Paraná (1937-45)
- Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1945-58)
- Docente-Livre de Direito Institucional Público (1946)
- Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da UFPR (1952)
- Catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFPR (1957)
- Diretor do Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado da UFPR (1964)
- Reitor na gestão de 29/05/1964 a 29/05/1967
- Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR (1976)

DISTINÇÃO

- Professor Emérito da UFPR (1968)



ALGACYR MUNHOZ MAEDER

Gestão 31/05/1971 a 22/04/1973

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba
- Nasceu em 22 de abril de 1903
- Faleceu em 29 de dezembro de 1975

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia do Paraná (1926)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor do Ginásio Paranaense (1926-38)
- Co-Fundador do Instituto de Engenharia do Paraná (1926)
- Catedrático de Física da Escola de Engenharia do Paraná (1933)
- Prefeito de Curitiba (01/03/1946- 28/09/1946)
- Catedrático de Geometria da Faculdade de Filosofia da UFPR (1959)
- Diretor do Instituto de Física da UFPR (1959-69)
- Diretor do Instituto de Matemática da UFPR (1963)
- Diretor da Faculdade de Engenharia da UFPR (1968-71)
- Reitor na gestão de 31/05/1971 a 22/04/1973

DISTINÇÃO

- Professor Emérito da UFPR



THEODÓCIO JORGE ATHERINO

Gestão 30/10/1973 a 30/10/1977

DADOS PESSOAIS

- Natural de Florianópolis, SC
- Nasceu em 28 de abril de 1923
- Faleceu em 14 de outubro de 1997

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia do Paraná (1946)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Assistente da Cadeira de Mecânica Racional na Escola de Engenharia do Paraná (1946-49)
- Catedrático de Matemática (Cálculo Numérico) da Escola de Engenharia da UFPR (1960)
- Chefe do Departamento de Matemática da Faculdade de Engenharia da UFPR (1968-70)
- Reitor na gestão de 30/10/1973 a 30/10/1977
- Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa da UFPR (1982-86)

DISTINÇÃO

- Cidadão Honorário de Curitiba (1978)



OCYRON CUNHA

Gestão 30/10/1977 a 22/03/1982

DADOS PESSOAIS

- Natural de Rio do Sul, SC
- Nasceu em 17 de março de 1930

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFPR (1955)
- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFPR (1957)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor-Adjunto da Faculdade de Economia e Administração – FEA/UFPR (1966)
- Professor Titular do Departamento de Administração Geral e Aplicada da UFPR (1959-89)
- Chefe do Departamento de Administração Aplicada da FEA/UFPR (1973)
- Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPR (1973-74)
- Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR (1974)
- Reitor na gestão de 30/10/1977 a 22/03/1982
- Vice-Presidente do CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1980-82)



ALCY JOAQUIM RAMALHO

Gestão 26/04/1982 a 20/04/1986

DADOS PESSOAIS

- Natural de Ponta Grossa, PR
- Nasceu em 9 de abril de 1930
- Faleceu em 9 de junho de 2010 em Curitiba

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da UFPR (1955)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Instrutor de Ensino na Escola de Engenharia da UFPR (1960-67)
- Professor-Assistente (1966) e Professor-Adjunto (1977) do Departamento de Construção Civil da Escola de Engenharia da UFPR
- Chefe do Departamento de Construção Civil do Setor de Tecnologia da UFPR (1973-79)
- Diretor do Setor de Tecnologia da UFPR (1980)
- Reitor na gestão de 26/04/1982 a 26/04/1986

DISTINÇÃO

- Diploma de Honra ao Mérito pela UFPR (1980)



RIAD SALAMUNI

Gestão 28/04/1986 a 28/03/1990

DADOS PESSOAIS

- Natural de Ponta Grossa, PR
- Nasceu em 7 de setembro de 1927
- Faleceu em 30 de novembro de 2002

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Bacharel em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL/UFPR (1951)
- Licenciado em História Natural pela FFCL (1952)
- Especialização em Geologia (Geomorfologia), como bolsista da CAPES, pela University of Miami e pela Northwestern University – Chicago, EUA (1955)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Instrutor de Geologia Física e Paleontologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL/UFPR (1953)
- Docente Livre em Geologia e Paleontologia (1966)
- Professor Titular (1967)
- Diretor do Instituto de Geologia (1969), do Instituto Básico de Geociências (1971) e do Instituto de Geociências (1972) da UFPR
- Reitor na gestão de 28/04/1986 a 28/03/1990



CARLOS ALBERTO FARACO

Gestão 27/04/1990 a 26/04/1994

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba, PR
- Nascido em 20 de maio de 1950

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972)
- Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (1978)
- Doutorado em Linguística pela University of Salford, Inglaterra (1982)
- Pós-Doutorado em Linguística, na University of California, EUA (1995- 96)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Auxiliar de Ensino no Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA/UFPR (1974)
- Professor Assistente (1980); Professor Adjunto (1983)
- Presidente da Associação Brasileira de Linguística ABRALIN (1985-87)
- Pró-Reitor de Graduação da UFPR (1986-88)
- Chefe do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas (1988-89)
- Reitor na gestão de 27/04/1990 a 26/04/1994
- Professor Titular (1995)
- Professor Sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR (1999-06)

DISTINÇÃO

- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, na área de Humanidades, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (1999)



JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Gestão 26/04/1994 a 26/04/1998

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba, PR
- Nascido em 3 de janeiro de 1950

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração e Economia da Universidade Católica do Paraná - FAE/PR (1974)
- Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGA/UFRGS (1979)
- Especialização em Política Científica e Tecnológica pelo IPEA/CNPq (1982)
- Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo – FEA/USP (1986)
- Pós-Doutorado em Labor Relations pela University of Michigan – ILIR/UMICH, Michigan, EUA (2003)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor Auxiliar de Ensino e Assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (1975-1980)
- Professor Auxiliar de Ensino (1986), Assistente (1987). Adjunto (1987) e Titular (1989-2005) da UFPR
- Membro fundador da UNITRABALHO (1995)
- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPR (1990)
- Diretor Executivo do Instituto Ambiens de Pesquisa, Educação e Planejamento, Curitiba (desde 2000)
- Líder do Grupo de Pesquisa “Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais” – EPPEO, CNPq/UFPR (desde 2002)
- Professor Sênior Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (2008-2011), em Políticas Públicas e em Administração (2012) da UFPR
- Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da ANDIFES (1995-1997)
- Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFPR (1990-1994)
- Reitor na gestão de 26/04/1994 a 26/04/1998
- Membro permanente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

DISTINÇÕES

- Award of Highest Honor - Soka University, Tóquio, Japão (1994)
- Vulto Emérito de Curitiba, outorgado pela Câmara Municipal de Curitiba (1995)
- Reconhecimento e Mérito, outorgado pela Fundação Eduardo Santos – FESA de Loanda, Angola (1997)
- Eleito Avaliador do Ano (entre 256 avaliadores) da Revista de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas – FVG (2006)
- Prêmio ANPAD pelo melhor trabalho científico da Divisão de Ensino e Pesquisa (2011)



CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS

Gestão 26/04/1998 a 25/04/2002

DADOS PESSOAIS

- Natural de Porto Alegre
- Nascido em 23 de janeiro de 1945

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Licenciado em História pela UFPR (1966)
- Mestrado em História pela UFPR (1966)
- Doutorado em História da América Latina pela Universidade de Paris X, Nanterre, França (1976)
- Pós-Doutorado em História da América Latina pela Universidade de Paris X, Nanterre (1986)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor Assistente do Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - SCHLA/UFPR
- Professor Titular da UFPR
- Presidente da Associação dos Professores – APUFPR (1981-83)
- Chefe do Departamento de História (1989-90)
- Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (1990-93)
- Diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA/UFPR (1994-98)
- Reitor na gestão de 26/04/1998 a 25/04/2002
- Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (2000-01)
- Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SeSu/MEC (2003-04)
- Coordenador geral do site www.historiadaalimentação.ufpr.br (desde 2005)
- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, da UFPR (gestão de 2007-09)
- Membro da Comissão de Avaliação do MEC/CAPES dos cursos de pós-graduação em História (2007-11)
- Membro da Comissão designada pelo MEC para a concepção e criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana – UNILA, e elaboração de seus estatutos e regimento (06/03/2008)
- Diretor do “Slow Food Convivium” – Província do Paraná (desde 2009)
- Representante da UFPR na Cátedra da UNESCO intitulada “Salvaguarda e Valorização dos Patrimônios Culturais Alimentares”, reunindo as universidades de Tours (França), Beirute (Líbano), Kenitra (Marrocos), Niamey (Nigéria), Hong Kong (China) e Pondichery (Índia) (desde 2011)

DISTINÇÕES RECEBIDAS

- Cidadão Honorário de Curitiba (2002)
- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia na área das Humanidades, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (2002)
- Membro da Academia Paranaense de Letras (2002)



CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

1ª Gestão: 29 /04/ 2002 a 24 /04 /2006
2ª Gestão: 25 /04 /2006 a 03 / 04 / 2008

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba, PR
- Nascido em 30 dezembro de 1958

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Medicina na UFPR (1981)
- Mestrado em Medicina (Oftalmologia) na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (1986)
- Doutorado em Medicina (Oftalmologia) na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (1989)
- Especialização em Retina na University of California, EUA (1987-88)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor Titular do Departamento de Oftalmo-Otorrinolaringologia da UFPR (desde 1990)
- Chefe do Departamento de Oftalmo-Otorrinolaringologia (1991-95)
- Professor Visitante da Yale University, EUA (1995)
- Diretor Clínico do Hospital de Clínicas da UFPR (1996-97)
- Presidente da Sociedade Brasileira de Retina (1996-98)
- Fundador do Banco de Olhos do Hospital de Clínicas da UFPR (1997)
- Diretor do Setor de Ciências da Saúde da UFPR (1998-02)
- Fundador do Curso de Pós-Graduação em Oftalmo-Otorrinolaringologia (1998) e seu Coordenador (1998-2002)
- Reitor da Universidade Federal do Paraná (1º mandato: 2002-06; 2º mandato: 2006-08)
- Secretário de Saúde do Estado do Paraná – 2010
- Membro da Academia Paranaense de Medicina

DISTINÇÕES

- Prêmio Varilux Sênior em Oftalmologia (1989)
- Prêmio Varilux Master em Oftalmologia (1995)
- Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, na área da Saúde, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (1998)
- Vulto Emérito de Curitiba (2000)



MÁRCIA HELENA MENDONÇA

Gestão: 04/04/2008 a 19/12/2008

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba, PR
- Nascida em 03 de maio de 1960

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Farmácia Industrial (1982) com habilitação em Análises Clínicas (1983) na UFPR
- Mestrado (1985) e Doutorado (1989) em Bioquímica na UFPR
- Especialização em Química Biológica Superior na Universidad de Buenos Aires – UBA (1986)
- Especialização em Didática do Ensino Superior na Pontifícia Universidade do Paraná – PUC-PR (1988)
- Graduação em Psicologia (1998) e Bacharelado em Psicologia Clínica (1999) na Universidade Tuiuti do Paraná - UTP
- Especialização na UFPR em Formação de Professores na modalidade Ensino a Distância (EAD) (2000)
- Mestrado em EAD pela Universidad Nacional de Educación a Distancia - UNED, Espanha (2004)
- Bacharelado em Direito no Centro Universitário - UNINTER, Curitiba (desde 2009)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professora do Departamento de Farmácia na PUC-PR (1989 - 1991)
- Professora do Departamento de Biologia Celular da UFPR (desde 1991)
- Professora do Programa de Pós-Graduação em Morfologia (1991 - 2004)
- Chefe do Departamento de Biologia Celular (1996-1999)
- Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (desde 2000)
- Vice-Diretora (2000 - 2003) e Diretora (2003-2006) do Setor de Ciências Biológicas
- Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Morfologia (2001-2004)
- Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (2006)
- Vice-Reitora da UFPR (2006-2008)
- Reitora da UFPR (04/04/2008-19/12/2008)
- Professora do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Biologia Celular e Tecidual (2008-2011)
- Coordenadora interina do Curso de Biomedicina (2011)
- Professora da classe Associado, nível IV (desde 2012)



ZAKI AKEL SOBRINHO

Gestão 18/12/2008 a 18/12/2012

DADOS PESSOAIS

- Natural de Curitiba - PR
- Nascido em 11 de novembro de 1957

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduado em Administração pela UFPR (1979)
- Mestrado em Administração pela UFRJ (1983)
- Doutorado em Administração pela USP (2000)

CARREIRA ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Professor Associado IV do Departamento de Administração Geral e Aplicada, Setor de Ciências Sociais Aplicadas SA/UFPR (desde 1984)
- Coordenador do Curso de Administração (1989-1991)
- Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas (1991-1995; 2006-2008)
- Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças (2002-2006)
- Reitor da Universidade Federal do Paraná (2008-2012)
- Vice-Presidente da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético – RIDESA (2011-2012)
- Coordenador do Comitê Gestor do Fórum Paranaense de Educação (2011)
- Vice-Presidente do Grupo Tordesilhas (formado por universidades da Espanha, Portugal e Brasil) (2012)
- Membro da Coordenação do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça (2012)

DISTINÇÕES RECEBIDAS

- Prêmio Honra ao Mérito do Conselho Federal de Administração – Categoria Profissional do Ano (2012)
- Premio Novo Líder – Fórum de Líderes Empresariais (2011)
- Prêmio Administrador de Destaque 2009, Conselho Regional de Administração – Paraná (2009)



Este livro foi composto em Adobe Caslon Pro e Candida BT e impresso em off set, miolo em papel couché fosco gramatura de 115g/m² e capa dura revestida com papel couché fosco gramatura 115g/m², pela Gráfica Banco do Brasil para a Editora UFPR, em dezembro de 2012.

Edição Comemorativa aos 100 anos da
UFPR

